

ALESSANDRO JOCELITO BECCARI

**UMA ABORDAGEM DA GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE THOMAS DE
ERFURT: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, METALINGUAGEM, CLASSES DO
NOME E DO PRONOME, SINTAXE**

CURITIBA

2007

ALESSANDRO JOCELITO BECCARI

**UMA ABORDAGEM DA GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE THOMAS DE
ERFURT: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, METALINGUAGEM, CLASSES DO
NOME E DO PRONOME, SINTAXE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Letras, área de
concentração Estudos Lingüísticos. Departamento
de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas.
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto

CURITIBA

2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

A Deus, princípio e fim de tudo.

À minha família:

Meus pais, Alexandre e Terezinha, que lutaram para que eu tivesse a melhor vida possível;

Meus irmãos, Marcos e Tony, que sempre me apoiaram;

Minha futura esposa, Tânia, que me incentivou, ajudou e foi extremamente compreensiva;

Minha tia, Nice, tio e primos, que foram como pais e irmãos.

Aos professores:

Dr. José Borges Neto, que me orientou nos momentos cruciais;

Dr. Luiz Arthur Pagani, que prontamente me esclareceu muitas dúvidas;

Dr^a. Cristina Altman, por sua atenção e disponibilidade;

Dr. Michael A. Covington, por ter tido a paciência de ler o projeto e esclarecer conceitos-chave da teoria aqui estudada;

Dr. Carlos Alberto Faraco, pelo exemplar da Gramática Especulativa de Thomas de Erfurt e por algumas idéias sobre tradução.

Aos amigos:

Gissele Chapanski, por sua colaboração no início deste trabalho.

Ignácio Dotto Neto, que me deu importante suporte na busca de dados bibliográficos;

Márcio Guimarães, que me auxiliou com livros e sugestões;

Rodrigo Tadeu Gonçalves, por ter me direcionado para esta pesquisa;

Zeldi Lemos Santos e Mauri Barcelos dos Santos, por sua ajuda em São Paulo.

Aos franciscanos de Rondinha, em especial ao Frei Enio Paulo Giachini, que me disponibilizaram sua biblioteca de estudos de medievalística.

À CAPES, pela bolsa, sem a qual as dificuldades teriam sido maiores.

E a todos aqueles que, de um modo ou de outro, contribuíram para a realização deste trabalho.

LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1 - A MENTE, A DISPOSIÇÃO, OS MODOS E O MUNDO.....	50
DIAGRAMA 2 - OS ELEMENTOS DA LÍNGUA E OS MODOS.....	51
DIAGRAMA 3 - MODOS, MATÉRIA E FORMA.....	54
DIAGRAMA 4 - OS MODOS DE SIGNIFICAR.....	56
DIAGRAMA 5 - A ONTOLOGIA DOS MODOS DE SIGNIFICAR.....	57
DIAGRAMA 6 - OS MODOS DE SIGNIFICAR DO NOME.....	62
DIAGRAMA 7 - ESQUEMA DE SUBSTITUIÇÃO DE “QUE, CUJO, A QUE”	72
DIAGRAMA 8 - AS FALAS DAS PESSOAS DO NOME.....	75
DIAGRAMA 9 - MODOS DE SIGNIFICAR ACIDENTAIS DO NOME.....	77
DIAGRAMA 10 - OS MODOS SUBALTERNOS DO PRONOME.....	82
DIAGRAMA 11 - TIPOS DE CONSTRUÇÃO.....	87
DIAGRAMA 12 - OS PRINCÍPIOS DA CONSTRUÇÃO.....	90
DIAGRAMA 13 - OS MODOS DE EXPLICAÇÃO.....	91

RESUMO

Esta dissertação visa a produzir um guia de estudo e uma tradução anotada de parte de uma obra de grande relevância na história do pensamento ocidental ainda inédita em língua portuguesa: A *Gramática Especulativa* de Thomas de Erfurt. As seções sobre a metalinguagem, o nome e o pronome contidos nessa gramática são aqui traduzidas. O objetivo específico dessa tradução e do aparato crítico que a acompanha é o de efetuar um estudo introdutório de três aspectos da gramática de Thomas de Erfurt: seu tratamento da classe dos nomes e dos pronomes; sua metalinguagem; sua sintaxe. Esse estudo introdutório é de caráter duplo: uma exploração do horizonte histórico-filosófico da *Gramática Especulativa* de Thomas de Erfurt e um exame lingüístico da teoria modista que é transmitida nas seções da gramática aqui traduzidas. A parte histórico-filosófica da introdução situa a gramática de Thomas de Erfurt ao levar em conta alguns dos desenvolvimentos relevantes nos estudos da linguagem efetuados pelos seus antecedentes históricos. Depois da tradução anotada, há um glossário, que é uma tentativa de fazer a terminologia empregada pelo autor em sua gramática mais clara para o leitor.

Palavras-Chaves: História da Lingüística; Gramática Especulativa; Metalinguagem; Classe do Nome; Classe do Pronome; Sintaxe

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to produce a study guide and an annotated translation of part of a work of great interest for the history of western thought which has not so far been translated into the Portuguese language: *The Speculative Grammar* of Thomas of Erfurt. The sections on the metalanguage, the noun and the pronoun of this grammar have been translated here. The specific objective of this translation and its critical apparatus is to carry out an introductory study of three aspects of Thomas of Erfurt's grammar: its treatment of the word classes of the noun and the pronoun; its metalanguage; its syntax. This introductory study is twofold in character: an exploration of the historic and philosophic background of the *Speculative Grammar* of Thomas of Erfurt and a linguistic examination of the modistic theory as conveyed by the sections of the grammar here translated. The historical philosophical part of this introduction situates the grammar of Thomas of Erfurt by taking into account some relevant developments achieved in language studies by its historical antecedents. After the annotated translation there is a glossary, which is an attempt to make the terminology used by the author in his grammar clearer to its reader.

Keywords: History of Linguistics; Speculative Grammar; Metalanguage; Noun Class; Pronoun Class; Syntax

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 UMA SÍNTESE DOS DESENVOLVIMENTOS NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM NO OCIDENTE ANTES DOS MODISTAS.....	15
2.1 A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E TARDIA.....	15
2.1.2 A distinção fundamental entre os elementos da sentença.....	15
2.1.3 As fontes gregas da sintaxe e da teoria modistas.....	16
2.1.4 Roma e latinidade tardia: estabelecimento de princípios e uso de terminologia filosófica.....	19
2.2 A IDADE MÉDIA.....	21
2.2.1 Divisão geral do período para efeito de estudo dos antecedentes imediatos dos modistas.....	21
2.2.2 A Alta Idade Média e o legado das gramáticas pedagógicas.....	22
2.2.3 O Renascimento Carolíngio e suas conseqüências para os estudos da linguagem...	27
2.2.3.1 O novo interesse pela sintaxe de Prisciano e pela relação entre a lógica e a gramática como resultado das reformas educacionais carolíngias.....	28
2.2.4 As origens de um encontro entre a gramática medieval e a lógica de Aristóteles.....	32
2.2.5 O programa modista no contexto dos estudos da linguagem na Idade Média.....	37
2.2.5.1 A gramática como conjunto de princípios de funcionamentos da linguagem.....	39
2.2.5.2 A homogeneidade do modismo como movimento.....	41
2.2.6 A apropriação modista de doutrinas básicas da metafísica e da lógica aristotélicas.....	44
2.2.6.1 A correspondência entre as dez categorias e os modos de significar.....	45
2.2.6.2 Duas distinções importantes: matéria-forma (metafísica) e gênero-espécie (lógica).....	47
3 A GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE THOMAS DE ERFURT.....	48
3.1 OS MODOS DE SIGNIFICAR.....	49
3.2 A METALINGUAGEM.....	51
3.3 O NOME.....	59
3.3.1 Os modos acidentais do nome.....	63

3.3.1.1 Os modos acidentais derivacionais do nome: a espécie e a forma.....	64
3.3.1.2 Os modos respectivos (sintáticos e derivacionais) do nome: o número, o caso, a pessoa e o gênero.....	67
3.3.1.2.1 O modo acidental respectivo do número.....	67
3.3.1.2.2 O modo acidental respectivo do caso.....	70
3.3.1.2.3 O modo acidental respectivo da pessoa.....	75
3.3.1.2.4 O modo acidental respectivo do gênero.....	76
3.4 O PRONOME.....	77
3.5 A SINTAXE DOS MODISTAS.....	82
4 SOBRE ESTA TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DOS CAPÍTULOS REFERENTES À METALIGUAGEM, AO NOME E AO PRONOME DA GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE THOMAS DE ERFURT	96
5 UMA TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DOS CAPÍTULOS REFERENTES À METALIGUAGEM, AO NOME E AO PRONOME DA GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE THOMAS DE ERFURT.....	102
6 CONCLUSÃO.....	185
GLOSSÁRIO.....	188
REFERÊNCIAS.....	221
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	224

1 INTRODUÇÃO

Entre 1260 d.C. e as primeiras décadas do século XIV, um novo gênero de gramáticas surge na França e no norte da Europa. Tais gramáticas são também conhecidas como tratados sobre os modos de significar e seus gramáticos, devido à denominação desses tratados (*Dos modos de significar*), são chamados de modistas. Pelo mesmo motivo, a teoria gramatical dos modistas recebe o nome de modística.

Esses lingüistas medievais buscaram dar um embasamento filosófico-aristotélico à herança gramatical de base morfológica que lhes havia sido legada pela Antigüidade tardia, particularmente nas obras de Donato (350 d.C.) e Prisciano (500 d.C.) (BURSILL-HALL, 1972, p. 17). O que distingue os modistas dos estudiosos que se debruçaram sobre o problema da linguagem e que imediatamente os antecederam é o fato de terem aplicado a lógica à linguagem em sua explanação dos fatos da língua e, para alcançar esse fim, de terem utilizado o arsenal teórico-metodológico da metafísica que lhes era contemporânea.

Segundo o capítulo introdutório à tradução bilíngüe em língua inglesa de G. L. Bursill-Hall da Gramática Especulativa de Thomas de Erfurt, o caráter singular das gramáticas produzidas pelos modistas reside na sua satisfação de certos critérios de cientificidade (BUSILL-HALL, 1972, p. 24). Para explicar o que entende pelos critérios de cientificidade que identifica nas gramáticas especulativas, Bursill-Hall faz uso de duas definições clássicas da lingüística do séc. XX: a definição das exigências para uma teoria lingüística empiricamente válida de Hjelmslev, em seus *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1978, p. 182), e a escala de adequação científica de uma teoria gramatical, criada por Chomsky (*Current issues*, p. 28-30 *apud* Bursill-Hall, 1972, p. 24). Para que uma teoria seja considerada empiricamente válida, nas palavras de Hjelmslev: “a descrição deve ser não contraditória, exaustiva e tão simples quanto possível. A exigência de não contradição prevalece sobre a de descrição exaustiva, e a exigência de descrição exaustiva prevalece sobre a exigência de simplicidade.” (1978, p.182) Hjelmslev chama essa definição de “princípio empírico” (*id.*) e declara seu caráter provisório, i.e., aberto a julgamentos epistemológicos posteriores. Chomsky, de acordo com Bursill-Hall (1972, p. 24), determina a seguinte escala de adequação científica de uma teoria gramatical: em primeiro lugar, encontra-se a adequação explanatória; em segundo, a adequação observacional; em último lugar, está situada a adequação descritiva.

Em seu julgamento da cientificidade da teoria modista como aparece na Gramática Especulativa de Thomas de Erfurt e nas gramáticas dos demais modistas, Bursill-Hall (1972, p.25) cruza os conjuntos de critérios de Chomsky e Hjelmslev. Com base nos critérios de Hjelmslev, Bursill-Hall (*id.*) afirma que uma teoria deve ser julgada como científica ou acientífica não em termos dos dados que são analisados, mas sim na não contradição (auto-consistência) interpretativa na aplicação dessa teoria a esses dados. Como os modistas não estavam interessados na observação e descrição exaustiva dos fenômenos da língua latina, a auto-consistência interpretativa de sua teoria deve ser apreciada em termos de sua adequação explanatória e de sua simplicidade.

Pode-se afirmar que o ponto de partida da análise gramatical dos modistas é sua posição crítica quanto à adequação explanatória da gramática de Prisciano. Acerca dessa inadequação explanatória, Boécio da Dácia, modista que trabalhou na Universidade de Paris por volta da década de 1270, resume sua crítica a Prisciano da seguinte forma: “Uma vez que Prisciano não explica a gramática por meio de todas as maneiras (modos) possíveis em que ela pode ser entendida, sua doutrina resulta muito limitada. Logo, ele tira muitas conclusões das quais não dá qualquer justificativa convincente, mas apenas as confirma com base na autoridade dos gramáticos antigos” (1980, p. 40). Note-se que a crítica de Boécio da Dácia diz respeito à adequação explanatória da gramática de Prisciano e não a sua adequação descritiva. Na verdade, os modistas não alterariam em nada o quadro gramatical descritivo que receberam dos latinos tardios. Por exemplo, não há acréscimos ou diminuições quanto ao número de classes de palavras ou de declinações do nome ou conjugações dos verbos. A estrutura da gramática tradicional é, portanto, mantida intacta pelos modistas. Assim, a crítica dos modistas aos latinos tardios não diz respeito à tipologia dos fenômenos da língua latina que vinha sendo elaborada desde os gregos antigos, mas sim na maneira como essa classificação deveria ser satisfatoriamente justificada por uma teoria gramatical auto-consistente (não contraditória). Auto-consistência explanatória é, portanto, o objetivo dos gramáticos modistas.

O critério da simplicidade (Hjelmslev) também se aplica à teoria modista, já que nela utilizam-se relativamente poucas premissas e termos e, portanto, seu processo de abordagem dos elementos da língua latina é relativamente econômico. Como se verá no decorrer desse trabalho, toda metalinguagem modista da gramática de Thomas de Erfurt pode ser reduzida a duas metaclasses fundamentais: a propriedade da permanência (característica

do nome) e a propriedade da mudança (característica do verbo), de que se derivam as demais classes.

Para concluir o que foi discutido acima sobre o caráter das gramáticas especulativas, Busill-Hall faz um cruzamento entre os critérios de Chomsky e Hjelmslev (1972, p.25) e os utiliza para julgar a cientificidade da teoria modista. Como resultado disso, esse autor pode afirmar que a gramática modista apresenta indícios de cientificidade. Nas gramáticas especulativas, tal cientificidade se materializaria, por exemplo, no esforço dos gramáticos modistas em aplicarem elementos da lógica, da psicologia e da física aristotélica na explicação das categorias lexicais que haviam herdado da tradição gramatical latina tardia, em particular através das gramáticas de Donato (350 d.C.) e de Prisciano (500 d.C.).

Em sua preocupação metodológica, o trabalho do período modista se mostra diferente de tudo que até então havia sido produzido no campo dos estudos da linguagem desde os gregos antigos. Um dos motivos que faz com que as inovações modistas sejam tão revolucionárias é o fato de não haver ocorrido nenhum outro esforço com traços tão nítidos de cientificidade nos quase mil anos de história dos estudos da linguagem que as antecederam. Além disso, Covington (1984, p. 1) atribui aos modistas o desenvolvimento de uma elaborada teoria sintática, de que a posteridade teria herdado noções tais como as de dependência e de regência. Em vista dessas notáveis inovações, a pesquisa sobre esse período marcante do pensamento lingüístico parece ser muito relevante.

Para se refletir sobre a importância da modística é necessário ter em mente três fatores: os desenvolvimentos que culminaram nas gramáticas produzidas durante o renascimento carolíngio do século IX, a redescoberta da dialética iniciada por Pedro Abelardo, no séc. XI, e a obra dos comentaristas medievais das gramáticas de Prisciano e Donato, textos que, no decorrer de toda a Idade Média, representaram o padrão de correção do latim clássico. Desses três fatores, o primeiro, que representa a redescoberta de Aristóteles, parece ser o elemento de maior importância no surgimento das gramáticas filosóficas dos sécs. XIII e XIV. Isso se deve ao fato de, como se viu acima, Aristóteles ter dado as bases lógico-metafísicas sobre as quais a teoria modista construiria seu edifício especulativo. Para o movimento modista, o cerne desses fundamentos consiste nas idéias de Aristóteles sobre a linguagem, que estão presentes na *Metafísica*, no *De Anima*, na *Poética* e, principalmente, no *Organon*, em que estão compendiados os textos aristotélicos sobre lógica. Exemplo da importância da obra de Aristóteles no movimento modista é a clara influência que este sofre das idéias contidas no *Da Interpretação*, *De Interpretatione*, um dos tratados que compõe o

Organon. É no *Da Interpretação* que Aristóteles define algumas das idéias que seriam desenvolvidas pelos modistas no final do séc. XIII, tais como a relação direta entre o mundo e a mente, as convenções dos sons que formam as palavras, a gramática universal e a diferença entre significação e valor de verdade, que podem ser observadas na citação a seguir:

Antes de nada hay que exponer qué es un nombre y qué es un verbo (rhêma) y, a continuación, qué es una negación, qué una afirmación, qué una declaración y qué un enunciado. Así, pues, lo <que hay> en el sonido (*phonêi*) son símbolos de las afecciones <que hay> en el alma, y la escritura (*tà graphómèna*) <es símbolo> de lo <que hay> en el sonido. Y, así como las letras (*grámmata*) no son las mismas para todos, tampoco los sonidos son los mismos. Ahora bien, aquello de lo que esas cosas son signos (*semeía*) primordialmente, las afecciones del alma, <son> las mismas para todos, y aquello de lo que estas son semejanzas, las cosas, también <son> las mismas. (ARISTÓTELES, 1995, p.35-36)

Como se verá com mais detalhes na próxima seção desse capítulo introdutório, a gênese da Gramática Especulativa (doravante *G.E.*) de Thomas de Erfurt (doravante TE) está intimamente vinculada ao lento processo de re-assimilação do pensamento aristotélico e de interpretação da gramática de Prisciano pelo Ocidente sob a luz desse pensamento. Essa lentidão se deve ao fato de, antes do século XIII, a Europa Ocidental só conhecer a obra de Aristóteles indiretamente, através de Boécio (séc VI) e de fragmentos que haviam sido traduzidos para o latim, com frequência de manuscritos árabes, alguns dos quais apócrifos. O contato dos modistas com o pensamento grego se deu, portanto, de forma indireta. Assim, as fontes centrais que sustentaram as idéias modistas sobre a linguagem foram: 1) a tradição gramatical grega que lhes havia sido transmitida pelos tardo-latinos e árabes; 2) seus próprios conceitos metafísicos, que, por sua vez, deviam sua origem a reflexões cristãs sobre o pensamento greco-árabe também de raiz aristotélica (BURSILL-HALL, 1972, p. 12). O contato direto dos filósofos medievais com os trabalhos de Aristóteles só se deu a partir do momento em que os europeus começaram a ler e traduzir a obra aristotélica diretamente do grego e isso só aconteceu no final do período medieval. Dessa forma, Aristóteles foi a influência principal, embora indireta, da modística e a intensificação da atividade gramatical, no séc. XIII, coincide com o reencontro da Europa com Aristóteles. Esse reencontro se deu através de textos que tinham sido recentemente traduzidos para o latim e pela leitura de comentários de pensadores árabes e judeus sobre a obra desse pensador grego. O fato de a gramática passar a ser pesquisada através dos recursos da lógica e da metafísica é um dos frutos desse contato dos medievais com o pensamento aristotélico. Um exemplar dessa aplicação da lógica aos estudos da linguagem é *O Gramático* de Anselmo de Aosta (séc. XI),

em que se discute se a palavra “gramático” refere-se a uma substância ou à qualidade de uma substância—em termos modistas, se a palavra “gramático” significa por meio do modo de estar-por-si-mesmo e é um nome substantivo, ou pelo modo de aderir a outro e é um nome adjetivo— (ANSELMO, 1979, p. 174).

Em resumo, a reaproximação do Ocidente com a obra de Aristóteles resultou na necessidade de uma sistematização lógico-filosófica da linguagem, o que não acontecera no Ocidente por cerca de um milênio. A parte mais intensa desse trabalho de elaboração de uma teoria lingüística durou cerca de 80 anos (1270-1350) e ocupou três gerações de pesquisadores. O resultado desse esforço se materializou em 160 manuscritos, dentre eles 12 gramáticas, que sobrevivem até hoje como testemunhas de seu valor para a história do pensamento lingüístico. Dessas 12 gramáticas, a *Grammatica Speculativa* de TE é sem dúvida a mais representativa. Por ter sido escrita no início do século XIV, a *Grammatica Speculativa* de TE proporciona ao leitor moderno a observação não somente das características próprias do gênero a que pertencem as gramáticas filosóficas, mas também um exemplo do trabalho de TE comparado aos desenvolvimentos que o antecederam. Como resultado disso, o estudo dessa gramática proporciona a visão de uma teoria plenamente amadurecida.

Boa parte da produção intelectual medieval escrita consiste em comentários a autores consagrados. A formação acadêmica medieval exigia que os futuros professores escrevessem comentários desse tipo. Dentre esses comentaristas, que começaram a se tornar comuns a partir do séc. XI, muitos não se limitavam só a repetir as lições dos mestres, mas iam muito além: baseados nos assuntos comentados, desenvolviam idéias novas e até mesmo teciam fortes críticas aos autores que os haviam antecedido. Guilherme de Conches (1154) (*apud* Covington (1984, p.9)) um importante comentarista medieval, escreveu um comentário à gramática de Prisciano (500), em que questionou o trabalho do gramático tardo-latino pelo fato de não haver nele justificativas convincentes quanto à classificação de palavras em categorias gramaticais. De fato, as obras dos últimos romanos não são mais que adaptações para o latim dos modelos descritivos para a língua grega da gramática da tradição da *Techne Grammatike* de Dionísio da Trácia, (CHAPANSKI, 2003). Um outro comentador de Prisciano, Pedro Helias (1150), formularia dois princípios da teoria que encontraria seu pleno florescimento no movimento modista do séc. XIII. Tais princípios se referem ao método que Helias julgava imprescindível na pesquisa lingüística e que se resume a dois pontos centrais: as idéias sobre a linguagem devem ser apresentadas com coerência e a gramática deve ter

autonomia em relação à lógica. Essa distinção de Helias entre lógica e gramática é importante porque pela primeira vez se pensa o estudo da linguagem como disciplina à parte. Assim, para Helias, enquanto o cálculo das proposições cabe à lógica, o estudo da congruência e incongruência das expressões é tarefa da gramática. É bom salientar, entretanto, que essa distinção não significa que os modistas abriam mão da lógica em seu trabalho de análise sobre a linguagem. Muito pelo contrário, como foi visto acima, eles fizeram amplo uso das noções contidas na lógica aristotélica no seu estudo das classes de palavras. Além disso, em sua sintaxe, os modistas remeteram-se à teoria da predicção que também se encontra no *Organon*.

Para se ter uma idéia de como ocorreu a separação entre lógica e gramática na Idade Média basta levar-se em conta o tratamento que Pedro Helias deu à classe dos verbos. Até o séc. XII havia uma diferença considerável na maneira como o verbo era tratado pelos gramáticos e pelos lógicos (BURSILL-HALL, p. 68, 1972). Os lógicos entendiam um verbo como um elemento que corresponde àquilo que se afirma ou se nega de um sujeito, i.e., como o elemento P (predicado) da construção básica de tipo S+P (sujeito + predicado). Além disso, os lógicos entendiam o verbo como equivalente à cópula: em uma proposição do tipo “A é B”, como em “Pedro é corredor”, “é corredor” equivaleria a “corre” e a sentença toda equivaleria a “Pedro corre”. Os gramáticos, por sua vez, atribuíam ao verbo os traços fundamentais de ativo/passivo e de tempo. Nos trabalhos de Pedro Helias, que lecionou na Universidade de Paris por volta do ano 1150, surge o primeiro indício de uma mudança de tratamento da classe dos verbos. Essa alteração expressa-se em dois sentidos: 1) na assimilação por parte da gramática da definição que a lógica fizera do verbo como o elemento P (predicado) da relação entre S + P (sujeito + predicado); 2) na substituição dos traços fundamentais de ativo/passivo e tempo por conceitos da metafísica aristotélica. No primeiro caso, a relação entre S (sujeito) e P (predicado), na construção lógica da proposição S + P, passa a ser vista como uma relação gramatical em que o elemento verbal (V) é considerado dependente do elemento nominal (N) na construção de tipo básico N + V (nome + verbo). A justificativa para essa dependência do elemento verbal no elemento nominal da sentença vem em parte da lógica e em parte da metafísica aristotélica. No que diz respeito à lógica, a noção de transformação de qualquer verbo em “é + adjetivo”, como no caso acima (“Pedro corre” = “Pedro é corredor”), levou gramáticos dos séculos XII a XIV a postularem que o verbo não é uma classe de palavras com significação independente, mas sim uma diferenciação do elemento significativo de um nome, já que, numa sentença básica de tipo “Pedro corre”—analisada como “Pedro é corredor”—o

verbo “ser” funciona meramente como um índice de igualdade entre os dois elementos nominais da sentença: “Pedro = corredor”. A justificativa metafísica para essa dependência do verbo no nome corrobora-se no pressuposto metafísico segundo o qual uma coisa deve existir (ser *ens*, um “ente”) antes de “ser” (*esse*) isto ou aquilo. Assim, por exemplo, um cavalo é antes de tudo um ente, um “cavalo”, e só depois é *currens* “corredor”, *nigrum* “negro”, *velox* “veloz”, etc. De fato, a partir da assunção desse pressuposto metafísico, o nome não é apenas hierarquicamente superior ao verbo, mas também a todas as outras classes de palavras.

Roger Bacon (início do séc. XIII) acrescentaria um terceiro princípio aos dois princípios de Pedro Helias acima citados: os problemas de cada língua são secundários em relação aos problemas comuns a todas as línguas. Nas palavras de Bacon (*apud* Bursill-Hall (1971, p. 30)): “embora varie acidentalmente, a gramática é essencialmente a mesma em todas as línguas” (*grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur*). Portanto, a idéia de uma gramática universal é um dos pressupostos históricos da *G. E.* de TE (1310). Para a teoria modista, o estudo da Gramática que antecede todas as gramáticas é a pesquisa do que é geral em todas as línguas. Como resultado disso, os gramáticos especulativos, herdeiros da tradição escolástica, acreditam que a explanação dos fenômenos lingüísticos gerais independe das particularidades de cada idioma e pode ser obtida através de regras que fazem sentido num sistema lógico-metafísico coerente.

Neste estudo das três primeiras seções da *G.E.* de TE (1310) serão apresentados os antecedentes históricos dos modistas e sua ligação com o surgimento desse movimento. Nessa apresentação, será dedicada maior atenção aos desenvolvimentos que mais imediatamente antecederam os modistas na Baixa e na Alta Idade Média. Em seguida, será discutida a metalinguagem específica empregada por TE em sua gramática. A seguir, o nome, o pronome e o verbo serão apresentados, com um certo grau de detalhamento, segundo a teoria da *G.E.* de TE. As outras classes também serão discutidas, mas receberão atenção menor já que o principal objetivo desse trabalho é oferecer um estudo sobre a classe dos nomes na *G.E.*

2 UMA SÍNTESE DOS DESENVOLVIMENTOS NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM NO OCIDENTE ANTES DOS MODISTAS

2.1 A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E TARDIA

Nesta seção serão discutidos os antecedentes remotos do movimento modista. Será enfatizada a contribuição grega para o entendimento da gramática como uma ciência a parte e de caráter especulativo. Serão apresentadas de forma resumida os elementos da lógica, da metafísica e dos estudos da linguagem clássicos que são de importância vital para a compreensão dos modistas.

2.1.1 A distinção fundamental entre os elementos da sentença

Como a maioria dos empreendimentos intelectuais do ocidente, os estudos da linguagem começam na Grécia e são modificados e transmitidos para a modernidade por meio dos romanos. Essa transmissão se verifica no vocabulário gramatical grego que foi traduzido para o latim e posteriormente para as outras línguas européias. Esse vocabulário técnico se refere às descobertas de fenômenos lingüísticos efetuadas pelos gregos antigos e que ainda são correntes nos dias de hoje. Para citar dois exemplos, basta pensar na distinção tradicional entre o sujeito e o predicado de uma oração, i.e., entre *onoma* e *rhema*, que Platão apresenta em seu *Sofista* (261D-263D), e no refinamento dessa distinção, que os estóicos farão entre *rhema* (verbo) e *kategorema* (predicado), tal refinamento não fora feito nem por Platão nem por Aristóteles (TAYLOR, 1994, p.560). Como foi discutido na Introdução a este trabalho de dissertação a respeito da divisão das proposições em S (sujeito) e P (predicado) (p.6, parágrafo 2º), essa distinção é um exemplo da maneira como os modistas usarão a lógica e a metafísica para resolverem problemas de ordem lingüística, nesse caso, as justificativas da diferenciação entre nomes e verbos e a dependência do elemento verbal no elemento nominal de uma sentença.

Apesar de terem legado ao ocidente os fundamentos da ciência da linguagem, os antigos não tiveram a intenção de criar um vocabulário técnico unificado ou um estatuto independente para os estudos da linguagem. A terminologia técnica, que, graças aos antigos, faz parte das nossas gramáticas tradicionais, só estaria plenamente desenvolvida no final da antiguidade, mais precisamente na antiguidade tardia. Na antiguidade clássica, toda a

informação gramatical estava espalhada pelos textos dos filósofos mais representativos e o primeiro tratado puramente gramatical só surgiria no período helenista com a *Techne Grammatike* de Dionísio da Trácia, no séc I a.C. (ROBINS, 1983, p. 24). A análise minuciosa das classes de palavras que Dionísio da Trácia efetua na *Techne* será retomada pelos romanos e latinos tardios e aprofundada pelos medievais. Em resumo, é possível afirmar que o estudo da gramática tradicional incorporado aos currículos universitários medievais deveu muito ao trabalho original dos gregos, dos romanos e dos latinos tardios, embora, provavelmente, a maior parte do que foi escrito sobre a linguagem durante a antiguidade clássica e tardia já estivesse irremediavelmente perdido na própria Idade Média (TAYLOR, 1994, p. 559).

2.1.2 As fontes gregas da sintaxe e da teoria modistas

O trabalho de transposição para o registro escrito dos poemas que constituem a *Ilíada* e a *Odisséia*, que exigiu uma adaptação do alfabeto semítico para a fonética do grego arcaico (invenção das vogais), evidencia os primeiros esforços de cunho lingüístico na antiguidade clássica. Heródoto, em sua *História*, cita a experiência do rei egípcio Psamético, que visava comprovar o caráter inato da capacidade humana de fazer uso da linguagem e que, portanto, antecipa as teorias modernas que postulam a existência de uma linguagem mental universal, comum a toda espécie humana. Apesar de ser posterior a essas primeiras reflexões sobre a natureza da linguagem, é em Platão e, especialmente, em Aristóteles que se encontram as primeiras observações sobre a linguagem que influenciariam os estudos posteriores. Platão, como se mencionou acima, foi o primeiro autor a marcar a diferença entre SN e SV nas sentenças. Ele chamou, indistintamente, tanto os SN's como os nomes de *onomata* e tanto os SV's como os verbos de *rhemata* (*id.*). Dessa forma, Platão definiu a estrutura sintática binária fundamental (Sujeito + Predicado) que seria retomada por toda a tradição gramatical depois de Aristóteles, inclusive pelos modistas. Em sua *Poética*, Aristóteles absorve o pensamento lingüístico de Platão e o de outros estudiosos que o precederam e cria, pela primeira vez na história do ocidente, uma sistematização do conhecimento gramatical. Nesse sistema há uma hierarquização dos itens lingüísticos que vai da letra, passa pela sílaba e pela palavra e chega até a sentença. Aristóteles inicia os estudos dos acidentes do nome e do verbo e define o nome como uma palavra de traço - tempo e o verbo como + tempo (TAYLOR, 1994, p. 559.). Além disso, Aristóteles aplica o princípio da analogia ou da proporção aos itens da linguagem. Essa aplicação será amplamente utilizada pelos modistas

em suas gramáticas. A analogia pode ser pensada aritmeticamente da seguinte maneira: 1 está para 2 como 10 está para 20. A analogia pode ser aplicada aos itens da linguagem da seguinte forma: “amo” é o passado de “amei” como “trabalho” é o passado de “trabalhei”. As tabelas paradigmáticas que ocupam grande espaço nas gramáticas tradicionais de hoje em dia se originam dessa aplicação do princípio da analogia. Como será discutido neste estudo na seção sobre o nome da *G.E.*, TE aplicou o princípio da analogia, por exemplo, ao estudo do caso e da declinação.

Depois de Platão e Aristóteles, é no período helenístico (sécs. III a I a.C.) que se encontram os mais notáveis desenvolvimentos nos estudos da linguagem ocidentais. A lingüística helenística é de dois tipos: lógico-estóica ou literário-alexandrina. Os métodos e propósitos dessas duas correntes são diferentes a ponto de fazê-las incompatíveis: enquanto a gramática estóica é abstrata e racional, a gramática Alexandrina dedica-se à leitura correta (prosódia), poética (métrica) e exegese dos textos clássicos.

Os estóicos dividiram seu estudo da linguagem em estudos do som (*phone*) e do significado (*semainomenon*). Os estóicos também distinguem entre a vocalização significativa (a expressão)—que é *lexis*, em grego, *dictio*, em latim e, em português, pode-se traduzir por “palavra”—, a coisa a que o som se refere (o referente) e, por último, o significado de uma expressão significativa. Os estóicos consideravam os significados como incorpóreos e os chamavam de *lekta* (dizíveis). Eles dividiam os dizíveis em completos e incompletos. Os dizíveis incompletos (elípticos) eram as perguntas, os comandos, os juramentos, etc. Os dizíveis completos, a classe mais significativa dos dizíveis, eram as proposições (*axiomata*). Os dizíveis incompletos eram assim chamados porque lhes faltavam termos (*lexis*) necessários na constituição de raciocínios completos, i.e, verdadeiros ou falsos. Por exemplo, em uma interrogação, como em “Onde mora Sócrates?”, a resposta não pode ser um simples “sim” ou “não”, mas deve acrescentar informação (termos) à interrogação, que, em si mesma, é incompleta (NEVES, 1987, p. 83-8). Nos manuscritos que chegaram até os dias de hoje, constata-se que os estóicos efetuaram uma classificação dos diferentes tipos de predicados. Aparentemente—pois há falta de evidências materiais para que isto seja afirmado com certeza—os estóicos empregaram um grande esforço para desambiguar os dizíveis (*lekta*) incompletos por meio de uma análise precisa de seus predicados (*katagorema*). É possível que os estóicos tenham estudado os sujeitos com o mesmo afincamento com que estudaram os predicados, mas infelizmente não há evidência textual de que isso tenha ocorrido (TAYLOR, 1994, p.560-61). As preocupações semânticas dos estóicos do período helenista só

reapareceriam no ocidente entre os escolásticos, nos sécs. XIII e XIV, i.e., mais de mil anos depois.

Como foi mencionado acima, os objetivos e os métodos dos estudiosos alexandrinos eram bem diferentes dos estóicos. Todo o trabalho lingüístico dos alexandrinos tem por finalidade a facilitação da leitura dos textos monumentais da literatura grega clássica e, para isso, são escritas edições críticas desses textos. Todavia, o ímpeto em editar e compreender os textos da literatura grega levou esses estudiosos a aprofundar-se na gramática que esses textos incorporam. Um exemplo desse desvio de preocupações puramente literárias para uma observação do conteúdo meramente lingüístico da língua em que essas obras foram escritas é a gramática de Dionísio da Trácia, a chamada *Techne Grammatike*. Escrita no séc. I a.C., a introdução a essa gramática tem uma proposta puramente literária que contrasta com o restante do texto que é eminentemente lingüística:

Gramática é o conhecimento empírico do comumente dito <nas obras> dos poetas e prosadores.

Suas partes são:

1 a primeira é a leitura treinada, respeitante da prosódia;

2 a segunda é a interpretação dos tropos poéticos existentes;

3 a terceira é a pronta restituição do sentido/elucidação das palavras estranhas e dos enredos;

4 a quarta é a descoberta da etimologia;

5 a quinta é a consideração/levantamento/computo/cálculo da analogia;

6 a sexta é a crítica dos poemas, que é a mais bela das partes da arte.

(DIONÍSIO TRÁCIO *APUD* CHAPANSKI, 2003, p.1)

Depois dessa breve introdução e de outros quatro parágrafos sobre a primeira dessas seis divisões da gramática, o texto muda completamente de tom e se aproxima muito daquilo que se esperaria da leitura de uma gramática tradicional atual: definição das vogais, consoantes e sílabas; definição das palavras e sentenças; definições e exemplos das partes do discurso. A quinta dessas seis divisões é a única que corresponde ao corpo do texto (TAYLOR, 1994, p. 561). A *Techne* é a primeira gramática ocidental em que as partes do discurso são enumeradas em oito, que será o número canônico de partes do discurso que passará para a posteridade, sendo acolhido por gramáticos romanos, latinos tardios e medievais. Além disso, Dionísio dá início a uma taxonimia criteriosa dos subtipos dessas oito classes principais: ele classifica o nome em 24 subtipos, os advérbios em 26 e as conjunções em 8. Esse procedimento taxonômico será muito usado pelos modistas em sua classificação criteriosa das palavras de acordo com seus modos de significar. O trabalho de Dionísio, assim como o dos modistas, é rico em terminologia: cerca de 150 termos técnicos são encontrados na *Techne*

Grammatike. Finalmente, Dionísio da Trácia dá um tratamento minucioso às classes de palavras e as define com uma mistura de critérios morfológicos, semânticos e sintáticos. Apesar desse amálgama metodológico, as definições das classes de palavras da gramática de Dionísio da Trácia serviriam de base para o desenvolvimento da tradição gramatical no ocidente que durariam até o séc. XX, no caso da lingüística, e que permaneceriam até o presente nos estudos de viés gramatical tradicional.

2.1.3 Roma e latinidade tardia: estabelecimento de princípios e uso da terminologia filosófica

O pensamento romano sobre a linguagem é inicialmente de inspiração alexandrina. Como no caso dos alexandrinos, os primeiros estudiosos da linguagem romanos, que viveram entre os sécs. II e I a.C., dedicaram-se à edição de textos poéticos, à composição de comentários, à análises etimológicas, à interpretação de hinos e de documentos jurídicos. Além disso, nesta fase inicial, houve debates acerca de reformas ortográficas. Dentre os estudiosos romanos que legaram à posteridade um trabalho mais sistemático sobre a linguagem, não é possível esquecer-se de Varrão. Marcos Terêncio Varrão escreveu 25 livros sobre a língua latina, dos quais apenas seis chegaram até nossos dias e que são compendiados sob o título *De Lingua Latina (Sobre a língua latina)* (1938). Nesse trabalho, Varrão estabelece a distinção entre a morfologia inflexional e derivacional, formula as primeiras listas de declinações e conjugações e, pela primeira vez na história da ciência, utiliza modelos abstratos para articular soluções para problemas lingüísticos (TAYLOR, 1994, p. 562). Mas, talvez a principal contribuição de Varrão foi estabelecer a gramática como uma arte (*ars grammatica*), i.e., como uma disciplina autônoma e independente. Embora não se saiba com certeza se sua sintaxe é de viés estóico (ROBINS, 1983, p. 37), o que resta do *De Lingua Latina* (etimologia e morfologia) sugere que Varrão tenha tentado harmonizar as contribuições alexandrinas (morfológica) e estóicas (sintática) na composição de sua arte. Essa combinação adicionada da preocupação didático-retórica tão cara aos romanos, abrirá o caminho tanto para o surgimento das gramáticas normativas quanto das filológicas que, durante toda a Idade Média, coexistirão lado a lado com as gramáticas literárias (retóricas) (TAYLOR, 1994, p. 562).

Nos séculos I e II da era cristã, surge um renascimento dos estudos da linguagem em Alexandria, que agora faz parte da porção oriental do Império Romano. A elite romana era bilíngüe—falava latim e grego—por isso, a princípio, qualquer desenvolvimento dos

estudos da linguagem que fosse escrito em grego poderia influenciar a intelectualidade romana. Foi esse o caso desse movimento alexandrino, que possibilitou o aparecimento da obra de Apolônio Díscolo, no séc. II d.C. Segundo R. H. Robins (1983, p. 29), Apolônio Díscolo escreveu um grande número de livros, apesar de que muito pouco dessa obra chegou até os dias de hoje. Apolônio reaproveitou muito do que Dionísio da Trácia escrevera em sua *Techne*, especialmente no que diz respeito ao conjunto das oito classes de palavras e sua definição. A grande inovação de Apolônio concerne seu uso mais proveitoso da terminologia filosófica que Dionísio empregara na *Techne*. Por exemplo, Apolônio definiu o pronome como participante da substância (*ousia*) do nome e não apenas como a palavra que substitui o nome, como Dionísio fizera. Isso levou a abordagem gramatical de Apolônio a um outro patamar de reflexão lingüística que, séculos depois, proveria as bases para um novo gênero de textos e uma nova disciplina gramatical: a gramática filosófica (ou especulativa). Essa nova abordagem dominará a gramática bizantina e será incorporada à gramática latina por Prisciano. Essa nova maneira de pensar a gramática, do ponto de vista de Apolônio Díscolo, pode ser resumida em três princípios gerais: 1) para todos os problemas da linguagem existem soluções racionais; 2) existem soluções análogas para problemas análogos, 3) a linguagem é lógica e possui regras fixas e qualquer desvio dessas regras pode ser explicado racionalmente. Portanto, Apolônio Díscolo acredita que a análise gramatical é regida por princípios que são capazes de explicar tanto as regras quanto as suas exceções. Além disso, Apolônio postula um mesmo processo combinatório em todos os níveis de organização de uma língua (letras que se combinam e formam sílabas, sílabas que formam palavras, palavras que formam frases). Em resumo, a abordagem de Apolônio é racionalista, analogista e mentalista (TAYLOR, 1994, p. 563). Essa postura em relação à linguagem será acolhida pelos latinos tardios, pelos cristãos, tanto bizantinos quanto romanos, e será bem recebida pelo pensamento monoteísta-aristotélico dos escolásticos.

A *ars grammatica* do séc. III que exerce maior influência na posteridade é, sem dúvida, a gramática de Aélio Donato. Donato ordena sua gramática da seguinte forma: primeiramente há um estudo sobre fonologia, depois, numa série de perguntas e respostas, apresentam-se as partes do discurso e, por último, estuda-se a estilística. A gramática de Donato, por sua brevidade e caráter didático, tornou-se muito popular durante toda a Idade Média e serviu de modelo para as gramáticas pedagógicas que surgiram durante esse período. Apesar da importância da gramática de Donato do ponto de vista das gramáticas escolares produzidas na Idade Média, são as *Instituições Gramaticais* de Prisciano que mais

profundamente influirão o destino dos estudos da linguagem com caráter de maior cientificidade nesse mesmo período. Pode-se afirmar que Prisciano está para a gramática medieval como Aristóteles está para a lógica desse período. Para se ter uma idéia de sua importância basta mencionar-se o número de manuscritos medievais dessa gramática que sobrevivem até nossos dias: aproximadamente 1000. Na primeira parte de sua gramática, a *Arte Maior (Ars Maior)*, que compreende 16 livros, Prisciano concentra-se no estudo das classes de palavras (morfologia): seu emprego de exemplos e suas análises morfológicas estão entre as mais exaustivas da história da lingüística. Na segunda parte, *A Arte Menor (Ars Minor)*, que se encontra nos livros XVII e XVIII das *Instituições*, está localizada a sintaxe latina de acordo com Prisciano. A teoria lingüística de Prisciano é semântica e fortemente influenciada pelo pensamento de Apolônio Díscolo. Na forma, no conteúdo e na metodologia, sua sintaxe—que é racional e analógica—tem um débito pesado para com Apolônio Díscolo. Essas influências são corroboradas pelas menções que o próprio Prisciano faz a Apolônio, enquanto adapta para o latim os modelos gregos de sua gramática. Um exemplo da adaptação de um procedimento da gramática de Apolônio empregado por Prisciano é a análise de orações subordinadas em orações sinônimas, coordenadas e simples; outro exemplo de adaptação de procedimentos é o estudo de orações elípticas com base em orações completas. Pode-se afirmar com relativa segurança que as *Instituições Gramaticais* de Prisciano legaram à Baixa Idade Média as diretrizes racionais e universalistas que permitiriam aos modistas dos sécs. XIII e XIV entenderem a gramática como uma ciência que se enquadra nos padrões aristotélicos e, portanto, como uma disciplina independente.

2.2 A IDADE MÉDIA

2.2.1 Divisão geral do período para efeito de estudo dos antecedentes imediatos dos modistas

Para a compreensão do advento do modismo é necessário atentar para os estudos medievais da linguagem que antecederam esse movimento historicamente. Esse período pode ser dividido em quatro momentos: 1) a composição dos comentários às gramáticas mais importantes da Antiguidade Tardia (Donato e Prisciano); 2) o surgimento do gênero de gramáticas pedagógicas para falantes do latim como segunda língua (antes do séc.VIII); 3) o renascimento carolíngio do séc. IX; 4) a redescoberta de Aristóteles e o encontro do ocidente medieval com o pensamento greco-árabe. As próximas três seções deste estudo introdutório

serão dedicadas a esses quatro momentos da história da lingüística. Os acontecimentos que ocorrem nessas quatro fases serão inseridos no contexto do desenvolvimento geral dos estudos em que se incluem os estudos da linguagem. Tal contexto geral incide no período hoje conhecido como a Alta Idade Média, que se estende da queda do Império Romano do Ocidente (séc.V) ao renascimento do séc. XII.

2.2.2 A Alta Idade Média e o legado das gramáticas pedagógicas

O período que vai de 600 a 1100 d.C. é, para fins de estudo de história da gramática, dividido convenientemente entre antes e depois do Renascimento Carolíngio (800 d.C.). Isso acontece porque é durante a Renascença Carolíngia que surge, junto ao despertar dos estudos de um modo geral, um novo rumo para os estudos da linguagem. Apesar de as invasões bárbaras terem interrompido os estudos literários e gramaticais na maior parte do continente europeu, o sul da Itália e as ilhas britânicas não conheceram tal interrupção. De fato, os estudiosos irlandeses que inicialmente (sécs. V-VIII) exerceram grande influência no desenvolvimento dos estudos da linguagem nas ilhas britânicas, posteriormente também ajudaram no restabelecimento dessa tradição no continente europeu (séc. IX em diante) (LUHTALA, 1995, p. 121).

Logo após a queda do Império Romano do Ocidente (séc. V), as preocupações dos gramáticos tornam-se prioritariamente pedagógicas e as gramáticas de Donato, a *Ars minor* (Arte Maior) e a *Ars maior* (Arte Menor), são adotadas para fins de ensino do latim como segunda língua (LUHTALA, 1995, p. 121.). Nesse momento, a escolha de uma gramática pedagógica como a de Donato aponta principalmente para a necessidade então vigente de cristianizar os povos que haviam invadido os territórios do antigo império. Para esse fim, era necessário preparar um clero “bárbaro” que lesse e escrevesse corretamente o latim, principalmente em sua variante eclesiástica. Entretanto, logo se percebeu que o uso puro e simples da gramática de Donato para o ensino do latim a não nativos não seria satisfatório. Surgem então gramáticas elementares nos moldes da gramática de Donato, porém suplementadas com paradigmas e exemplos. Ao mesmo tempo, entram em circulação coleções de paradigmas isolados, conhecidos como *Declinationes nominum* (*Declinações dos nomes*) ou *Coniugationis verborum* (*Conjugações dos verbos*) (LUHTALA, 1995, p. 123). Tais esforços demonstram a preocupação dos primeiros gramáticos medievais em ensinarem a morfologia latina de uma maneira sistemática aos novos usuários da língua latina

(LUHTALA, 1995, p. 121). Essa motivação levou esses gramáticos a refletirem sobre a morfologia do latim em comparação com aquela de outras línguas indo-européias, particularmente as germânicas. Pode-se especular que o estudo do latim como uma língua estrangeira seria um dos elementos que influiriam nos desenvolvimentos que culminariam nas gramáticas especulativas dos sécs. XIII e XIV, já que, pela primeira vez na história, o latim passa a ser estudado do ponto de vista de falantes de outras línguas indo-européias. Como se verá a seguir, os manuais para ensino do latim como segunda língua, chamadas de “gramáticas elementares” dão origem às “gramáticas elementares insulares” (*id.*), assim chamadas porque seu desenvolvimento se dá nas ilhas britânicas. As gramáticas insulares viriam a influir no pensamento gramatical do Continente Europeu a partir do renascimento carolíngio.

Outro elemento a ser levado em consideração na história dos estudos da linguagem anteriores aos modistas é o fato da gramática de Donato, a partir de seu aparecimento no fim do séc. IV, ter sido continuamente comentada. Os comentadores não só explicavam o texto de Donato, mas também faziam perguntas do tipo: Por que existem oito classes de palavras? Por que sua apresentação segue esta ordem e não outra? Além disso, os comentadores geralmente se concentravam em uma só palavra ou frase do texto de Donato de cada vez e tentavam elucidar as razões que levaram o autor a utilizar tal termo ou frase. Esse procedimento dos comentadores de Donato aproxima-se muito da maneira de agir do exegeta em seu tratamento dos textos sagrados cristãos. Uma cuidadosa exegese bíblica era necessária para se garantir que a mensagem transmitida pelo texto sagrado fosse a mais pura possível (LUHTALA, 1995, p.122).

Dessa forma, inicialmente, o estudo da gramática era ancilar à preocupação hermenêutica e, portanto, o estudo da gramática visava que os textos, em particular os textos bíblicos, fossem transmitidos de maneira correta ortográfica e gramaticalmente. Todavia, apesar de seu caráter auxiliar em relação à exegese bíblica ou literária, o estudo das gramáticas por si mesmas acaba por receber o mesmo cuidado reservado àquelas. Essa atitude ao mesmo tempo respeitosa e interpretativa será observada nos estudos gramaticais ao longo de toda a Idade Média. Um produto desse cuidado são as gramáticas exegeticas, ou comentários, surgidos antes do séc. IX (LUHTALA, 1995, p.125), que eram estudos da gramática de Donato em textos de formato análogo aos comentários bíblicos efetuados pelos exegetas irlandeses. Esse método cristão latino tinha precedentes nos comentários literários e nos comentários da gramática de Donato que haviam sido escritos na Antigüidade Tardia.

Os gramáticos latinos tardios costumavam comentar e explicar os textos de autores clássicos de uma maneira muito minuciosa, parecida com a maneira de estudar os textos bíblicos empregado pelos estudiosos cristãos. O objetivo desse estudo detalhado era elucidar dificuldades estilísticas e questões sobre geografia e mitologia relacionadas ao texto. Os comentários gramaticais medievais nascem da transferência desse método interpretativo ao estudo do instrumento de interpretação, ou seja, à própria gramática (LUHTALA, 1995, p.125). Esse gênero de gramática (exegética), entre os latinos tardios, tem como exemplares os textos de Sérvio e os comentários a Sérvio, de Cledônio, de Pompeu e do pseudo Cassiodoro. Entre os primeiros medievais, despontam as obras de Juliano de Toledo e o trabalho de um autor irlandês anônimo, a *Arte Ambrosiana*, ambos no séc. VII, além de outros comentários escritos por autores irlandeses também anônimos. Os comentários ou gramáticas exegéticas continuaram a ser escritos durante toda a Idade Média. Apesar disso, como se verá a seguir, na Alta Idade Média houve uma mudança de direção no interesse dos estudiosos da linguagem que os fez transferir sua atenção da gramática de Donato para as *Instituições Gramaticais* de Prisciano (LUHTALA, 1995, p.125.).

Como se viu acima, as gramáticas elementares foram especialmente desenvolvidas para satisfazer a necessidade de se ensinar o latim nos lugares onde essa língua nunca fora falada pelas populações locais. Essa necessidade não se fazia sentir no sul da Europa, porque ali ainda se falavam variantes do latim e as gramáticas latinas tardias podiam ser usadas no ensino dessa língua sem maiores adaptações (LUHTALA, 1995, p. 123). Os povos que a Igreja desejava atingir com sua cultura habitavam o norte da Europa e as ilhas britânicas. Todavia, as ilhas britânicas já haviam sido cristianizadas desde o séc. III e lá já havia comunidades de bretões cristãos que faziam uso do latim litúrgico. No entanto, a Grã-Bretanha sofrera invasões por parte dos anglos e dos saxões, no séc. V, e, dessa forma, havia a necessidade que também se formasse um clero anglo-saxão familiarizado com o latim eclesiástico. O fato de os bretões já terem sido cristianizados desde o séc. III fazia com que, das regiões a serem evangelizadas pela igreja logo após a queda do Império Romano, as ilhas britânicas fossem onde, teoricamente, haveria mais facilidade do estabelecimento de um clero local que fizesse uso do latim. Por esse motivo, os desenvolvimentos da reflexão sobre o latim durante os primeiros séculos da Idade Média têm especial ligação com as ilhas britânicas. Efetivamente, foi nesse contexto da implantação de uma comunidade de usuários do latim como segunda língua que foram criadas as chamadas gramáticas elementares insulares

(LUHTALA, 1995, p. 123)—um marco no desenvolvimento de instrumentos de ensino e aprendizado do latim.

Ao usar a *Ars minor* de Donato para aprender latim, a principal dificuldade de um estudante não nativo residia no fato dessa gramática possuir um número muito limitado de exemplos para cobrir todos os paradigmas declinacionais e verbais, o que não comportava todos os aspectos morfológicos da língua. Por exemplo, existe apenas um verbo (*legere*) para exemplificar todos os tipos de inflexão verbal (LUHTALA, 1995, p. 123.). Uma solução para esse problema foi a compilação de coleções de paradigmas separados de uma gramática (as *Declinationes nominum* e as *Coniugationes verborum* mencionadas anteriormente), que começaram a circular no final do séc. VII (*id.*). Ao mesmo tempo, os gramáticos começam a compilar gramáticas baseadas em Donato com paradigmas transplantados da clássica *Da Instituição do nome, do pronome e do verbo*, de Prisciano, ou essas coleções separadas de paradigmas que recentemente haviam entrado em circulação. Nessas gramáticas utilizavam-se elementos do vocabulário eclesiástico como exemplos para os paradigmas.

As gramáticas insulares tinham como objetivo principal apresentar o quadro das inflexões das partes do discurso da maneira o mais completa possível. A apresentação das declinações nominais é predominante nas gramáticas de Tatwine (734 d.C.) e Bonifácio (754 d.C.), sendo que as conjugações dos verbos são apresentadas com menos detalhamento que as declinações do nome (LUHTALA, 1995, p. 124) . Uma gramática insular é o resultado de um trabalho de recortes, colagens, paráfrase e reorganização do material oriundo de fontes gramaticais antigas (principalmente Donato) e recentes (outras gramáticas elementares e coleções de paradigmas). Tatwine e Bonifácio modelam suas gramáticas na *Arte Maior* de Donato e fazem empréstimos de vários outros autores clássicos e contemporâneos, com o cuidado de parafrasearem todo esse material a ponto de suas fontes originais serem irreconhecíveis (*id.*). A reorganização mais radical na apresentação da inflexão nominal aparece na forma de um texto anônimo denominado *Arte Ambianense*. Nessa gramática, a primeira declinação da gramática de Prisciano é expandida para abranger exemplos dos gêneros masculino, feminino, neutro e comum de dois, sendo que esses exemplos são colhidos das três línguas sagradas (o grego, o latim e o hebraico), com um número total de quatorze exemplos para a primeira declinação.

A importância das gramáticas insulares, portanto, é o fato de terem sido o resultado de experimentos abrangentes de descrição da morfologia latina. Tais gramáticas

terão uma influência duradoura nos estudos das classes de palavras nos estudos da linguagem desenvolvidos no seio do renascimento das artes no período carolíngio que imediatamente as sucedeu. Além disso, pode-se levantar a hipótese de que o estudo da língua latina do ponto de vista distanciado de falantes não nativos possa ter levado a questionamentos, por exemplo, sobre a natureza das justificativas semânticas para a classificação dos itens lexicais. O conjunto de tais especulações poderia ser considerado um dos fatores para o advento das gramáticas modistas. No entanto, essa hipótese só se colocaria a partir de maiores aprofundamentos no estudo da produção gramatical desse período.

A história da difusão da obra intitulada *Da Instituição do nome, do pronome e do verbo* de Prisciano, no início da Idade Média, é um exemplo da influência que os estudos da linguagem insulares tiveram no resto da Europa. A *Da Instituição do nome, do pronome e do verbo* é um sumário das *Instituições Gramaticais* que Prisciano escrevera para o ensino da língua latina para crianças (PASSALACQUA, 1993, p. 193). Como tem sido demonstrado (HOLTZ, LAW; *apud* PASSALACQUA, 1993, p. 193), esse texto tornou-se muito popular no início da Idade Média, particularmente no contexto irlandês e anglo-saxônico. Essa popularidade se dava pelo fato desse pequeno manual conseguir transmitir os elementos essenciais da morfologia latina para indivíduos sem nenhum conhecimento prévio da língua (*id.*). Ao comporem suas gramáticas, os gramáticos britânicos como Bonifácio, Tatwine, Malsachanus e os autores anônimos de *A declinação dos nomes*, *A arte ambinense*, e *A arte bernense* fizeram uso desse manual, modificando sua apresentação e adicionando novos exemplos que estivessem de acordo com as necessidades religiosas e lingüísticas da época. Nessas gramáticas britânicas (insulares), o que é característico dessas alterações é o exame das classes de palavras baseado num método classificatório, no uso de muitos exemplos e na ausência de citações de autores clássicos (LAW, *apud* PASSALACQUA, 1993, p. 193). Esse pequeno manual de Prisciano, do qual ainda restam vinte e quatro manuscritos, e as gramáticas insulares foram transmitidas pelos mestres britânicos aos outros gramáticos que Carlos Magno havia convidado para ensinar em sua escola catedral (séc IX). Da corte carolíngia, a cultura gramatical dos manuais insulares se espalhou pelo resto do continente (*id.*). É importante observar que a ausência de citações dos clássicos, o grande número de exemplos e a necessidade de se criar um método classificatório para a definição de uma palavra em uma classe nas gramáticas insulares são todos recursos que remetem às preocupações dos gramáticos especulativos na composição dos tratados modistas.

2.2.3 O Renascimento Carolíngio e suas conseqüências para os estudos da linguagem

Na Europa Ocidental do século X d.C., o império romano do ocidente já não passava de uma vaga lembrança. O período de conflitos bélicos intermináveis e o caos social, político e econômico que se seguiu à queda do império tiveram como uma de suas conseqüências o fim do sistema público de ensino. Por causa disso, como se viu acima, a transmissão da cultura letrada foi praticamente interrompida na maior parte do continente entre os sécs. VI e VIII, com raras exceções: havia focos de cultura antiga na Espanha, no sul da Itália e nas ilhas britânicas. Sem dúvida, dos três lugares mencionados, foi nas ilhas britânicas e, em particular, em York, que se formou o principal núcleo irradiador das letras clássicas, que seria responsável pelo restabelecimento do contato da Europa ocidental com sua herança cultural (GILSON, 1998, p. 214). *A História Eclesiástica do Povo Inglês*, escrita por Beda, o venerável, conta o início dessa aventura cultural: “em 596, o papa Gregório enviou Agostinho à Bretanha com muitos monges, para pregar a palavra de Deus aos ingleses” (BEDA *apud* GILSON, 1998, p. 214). Beda relata também que, cinco anos depois, em 601, o mesmo Gregório Magno enviou a esses monges “também muitos códices” (*id.*). A gramática de Donato provavelmente figurava entre esses códices.

Sessenta anos depois da chegada dos primeiros missionários, o papa designou um monge grego, chamado Teodoro, como bispo da Cantuária, e um africano, de nome Adriano, como abade do mosteiro de São Pedro de Cantuária. Esses dois religiosos não eram apenas responsáveis pelas almas dos fiéis ingleses, mas também pela educação formal do clero anglo-saxão. O fato é que nos 50 anos que se seguiram formou-se no interior da igreja romana da Inglaterra uma comunidade que, segundo o testemunho do mesmo Beda (por volta do ano 700), tinha o grego e o latim por línguas nativas. Um exemplo vivo do resultado do sistema de educação clássica implantado na Grã-Bretanha foi a formação escolar de um autor do século VII, de nome Aldelmo de Malmesbury, que escreveu o seguinte sobre o que aprendeu de sua educação na Cantuária: “a jurisprudência das leis dos romanos e todos os segredos dos seus juriconsultos” (*Regum Romanorum jura...et cuncta jurisconsultorum secreta*), ou seja, ele foi treinado exatamente como se tivesse sido preparado para ser um *doctus orator* (orador douto), um advogado com uma boa formação teórica, em Roma, 300 anos antes. Na prosa latina das obras literárias que Aldelmo deixou à posteridade, além de Cícero, são notáveis as influências de Virgílio, Horácio, Juvenal, entre outros. Falecido em 709, ele foi um fruto perfeito da educação clássica, a chamada *puerilis institutio* (educação

infanto-juvenil), que sobrevivia na Inglaterra muito tempo depois de ter desaparecido do continente como sistema estatal de educação.

Cem anos depois da chegada dos monges a York, era a Inglaterra que começava a fornecer missionários para a Europa (GILSON, 1998, p. 216). Segundo Olivier Reboul (2000), no séc. IX, a igreja reconheceu e ungiu Carlos Magno como primeiro imperador do sacro império romano e, como resultado disso, logo no início de seu governo, Carlos Magno sentiu que era necessário melhorar a qualidade intelectual e espiritual dos povos sob seu controle, os quais viviam nos territórios da atual França, Itália, Áustria e Alemanha. Para isso, ele fundou uma escola catedral e mandou chamar professores das ilhas britânicas, da Espanha e da Itália para fazerem parte de seu corpo docente. Sem dúvida que o convite que se estendeu aos monges britânicos foi decisivo para o futuro da educação européia. Esses monges trouxeram não somente o ensino do *trivium* (lógica, retórica, gramática) e do *quadrivium* (música, aritmética, geometria, astronomia) para a corte carolíngia, mas também foram portadores de uma cultura latina viva, que não só havia sido preservada nas ilhas britânicas, mas também cultivada e desenvolvida em obras teológicas, filosóficas e literárias, e também em gramáticas pedagógicas originais. Foram esses missionários ingleses, escoceses e irlandeses, depositários da fé cristã e da cultura clássica, que deram o impulso definidor do desenvolvimento da pesquisa filosófica e da transmissão da cultura letrada, inclusive da gramática, na França e no norte da Europa nos séculos que a eles se seguiram.

2.2.3.1 O novo interesse pela sintaxe de Prisciano e pela relação entre a lógica e a gramática como resultado das reformas educacionais carolíngias

Durante o renascimento carolíngio, um grande número de reformas foram implementadas visando tornar o latim escrito mais próximo do estilo clássico. As minúsculas carolíngias, um novo tipo de escrita das letras do alfabeto, facilitou grandemente a comunicação internacional. O estudo da filosofia, da retórica e da gramática foi revitalizado e desenvolvido por mestres como Alcuíno, Winfrid, Rabano Mauro e João Escoto Erígena na escola que ficava junto ao palácio de Carlos Magno (LUHTALA, 1995, p. 126). Além disso, Carlos, que percebeu a decadência educacional do clero na França, ordenou aos bispos que abrissem escolas em todas as dioceses e que nelas se ensinassem o saltério, o solfejo, o canto litúrgico, o cômputo eclesiástico e a gramática. Sem dúvida que os conselheiros irlandeses,

escoceses e anglo-saxões recém chegados na corte tiveram grande influência junto ao rei na origem dessas iniciativas (GILSON, 1998, p. 224).

Do ponto de vista dos estudos da linguagem, os novos interesses literários e intelectuais da renascença carolíngia se refletem nas mudanças que se efetuaram no currículo escolar para o ensino da gramática. Há uma grande variedade de atividades de cunho gramatical associada ao círculo de Alcuíno de Iorque, a figura intelectual mais saliente do período, e também com as gerações de gramáticos que se seguiram a esse círculo e sofreram sua influência. Alcuíno escreveu uma gramática na tradição insular em forma de diálogo. Apesar dessa gramática ser, de certa forma, uma continuação da tradição das gramáticas insulares, ela contém duas diferenças importantes em relação a elas: 1) baseia-se nas *Instituições Gramaticais* de Prisciano e não nas *Arte Maior e Menor* de Donato; 2) seu tratamento das partes do discurso coloca lado a lado as definições da lógica e da gramática para as classes de palavras (LUHTALA, 1995, p. 127). Dessa forma, Alcuíno inaugurou uma nova tendência na abordagem dos problemas da linguagem ao fazer uso do instrumental da lógica no estudo das classes de palavras, e abriu, assim, a possibilidade do emprego das definições da lógica nos estudos da linguagem. Além disso, ao recuperar a gramática de Prisciano, cuja terminologia é acentuadamente filosófica, Alcuíno possibilitou a consideração da gramática sob a luz da metafísica. Como a aplicação de definições da lógica e da metafísica aos problemas lingüísticos será uma característica muito evidente nas gramáticas especulativas dos sécs. XIII e XIV, o grau de importância dessa gramática de Alcuíno não é pequeno na história das origens do movimento modista.

Durante o renascimento carolíngio, houve um interesse renovado pela arte da lógica, que se reflete no estudo das traduções que Boécio (séc. VI) fizera do *Isagoge* e do *Da Interpretação*, de Aristóteles (e também de uma paráfrase da teoria das categorias de Aristóteles encontradas num texto avulso denominado *Dez Categorias*). Além de traduzir algumas obras da lógica aristotélica, Boécio escrevera comentários sobre elas. Até que ponto esse novo interesse pela lógica levou os carolíngios a compararem a lógica com a gramática? Como se mencionou acima, a terminologia da gramática de Prisciano era pesadamente filosófica. Por exemplo, termos como substância, acidente, propriedade, etc., são muito comuns nessa gramática e sua aplicação é definidora na teoria sintática de Prisciano (LUHTALA, 1995, p. 127). Portanto, é possível concluir que o vocabulário filosófico da gramática de Prisciano levaria os carolíngios, que também eram estudiosos da lógica e da metafísica, a relacionarem essas disciplinas entre si.

Nesse período, uma área em que há um visível intercâmbio entre a lógica e a gramática é o das definições das classes de palavras: os gramáticos decidem se uma palavra pertence ou não a uma classe e, em seguida, a analisam com base nos tipos de definições pré-estabelecidos pela lógica. As listas dos vários tipos de definições lógicas que então se utilizavam encontram-se nos trabalhos de Mário Vitorino, de Cassiodoro e de Isidoro de Sevilha. A prática de aplicar tais definições à gramática tem início no séc. IX na corte de Carlos Magno entre os chamados *Scotti peregrini*, (modernamente, “professores visitantes” da Escócia). Entre esses “escoceses”, encontrava-se Sedúlio Escoto, um comentador da gramática de Prisciano, que analisa as diversas maneiras de se definir o nome da seguinte forma:

Os tipos de definição, de acordo com os gramáticos, são em número de seis. A primeira é a definição de acordo com a substância: o nome é uma classe de palavras com caso. A segunda é a definição de acordo com o som: o nome é um tipo de nota. A terceira é a definição de acordo com as propriedades específicas: o nome pode significar um objeto ou um conceito e pode ser próprio ou comum. A quarta é a definição de acordo com os acidentes: o nome tem seis acidentes. A quinta tem a ver com a quantidade: o nome é uma das oito partes do discurso. A sexta é a definição de acordo com a etimologia: o homem é assim chamado porque vem de húmus e de humor (trad. por LAW, *apud* LUHTALA, 1995, p. 127).

Há variações no número e no tipo dessas definições dialéticas para as partes do discurso. A aplicação de conceitos dialéticos também se fazia com uma transposição das dez categorias de Aristóteles à análise gramatical. Durante os séculos IX e X foram feitas diversas tentativas no sentido de se analisarem as palavras de acordo com as dez categorias. Além disso, nesse mesmo período, a distinção sujeito-predicado começou a ser transposta da lógica aristotélica à sintaxe. Os detalhes da assimilação gradual das preocupações dialéticas pelos estudos da linguagem deste período ainda não foram investigados (LUHTALA, 1995, p. 127).

As *Instituições Gramaticais* de Prisciano dividem-se em dezoito livros que circularam em duas partes durante a Idade Média. Nos primeiros dezesseis livros, que compõem a primeira parte, são discutidas as classes de palavras, bem como os tópicos preliminares, como a letra, a sílaba e assim por diante. Os últimos dois livros apresentam uma discussão sobre sintaxe. Embora a primeira parte dessa gramática, conhecida como *Prisciano Maior*, tenha sido objeto de maior atenção até o séc. XII, os carolíngios não se desinteressaram por completo pelo estudo dos livros sobre sintaxe. Prova disso é o comentário que Alcuíno, maior expoente dos estudos gramaticais do período, escreveu sobre

o *Prisciano Menor*. Além disso, havia uma preocupação com a ordem das palavras nas sentenças e, nesse sentido, os livros de sintaxe da gramática de Prisciano eram objeto de cuidadosa pesquisa e passagens sobre sintaxe eram utilizadas como citação para esclarecer essas questões. Existem, também, abreviações do *Prisciano Menor*, que foram compostas com o objetivo de facilitar a compreensão da sintaxe. Exemplo desse gênero pedagógico são *A Abreviação* de Urso de Benevento e *Citações de Prisciano*. Aelfric usou este último trabalho como base para a composição de sua gramática do inglês antigo. Os *scotti peregrini* da corte carolíngia faziam uso regular das *Instituições* e Sedúlio Escoto escreveu um comentário sobre a *Arte Menor*. De um modo geral, o interesse pela gramática de Prisciano aumentava na mesma medida em que florescia o estudo das outras artes do trívio (a retórica e dialética) nesse período (LUHTALA, 1995, p. 128).

Embora sua doutrina das partes do discurso não difira radicalmente da gramática de Donato (tradicionalmente aceita e que ele utiliza como modelo), Prisciano aborda um maior número de questões teóricas que seu antecessor e sua terminologia tem muitas vezes implicações filosóficas. Por exemplo, com relação à razão de ser das partes do discurso, Prisciano faz uso de uma apresentação inovadora: coloca o verbo imediatamente depois do nome (Donato coloca o pronome). Sua justificativa é ao mesmo tempo filosófica e sintática: 1) filosófica porque a função do nome é nomear a coisa que age e a função do verbo é nomear a ação dessa coisa; como a coisa existe antes da ação e a ação está submetida à coisa, logo, é natural que o nome deva vir antes do verbo; 2) sintática porque em uma oração mínima do tipo “S + P” (sujeito + predicado), ou seja, SVO (sujeito + verbo + objeto), a ordem natural (*ordo naturalis*), que é justificada filosoficamente, exige que o nome seja colocado antes do verbo (LUHTALA, 1995, p. 128). Discussões controvertidas como essa interessavam aos comentadores carolíngios e pré-modistas.

Além dos fragmentos do comentário do *Prisciano Maior* de Sedúlio Escoto, há um outro texto desse mesmo tipo, recentemente descoberto (*id.*, p.129), que tem sido atribuído a João Escoto Erígena. Esse texto, que ainda não foi editado, será capaz de esclarecer melhor os desenvolvimentos gramaticais do período carolíngio. Existe também uma tradição de glosas anônimas que se escreviam nas margens dos livros sobre sintaxe da gramática de Prisciano e que se estende dos sécs. IX ao XI. A partir do séc. XI, essas glosas começam a aparecer independentemente do seu contexto marginal e passam a ser usadas como textos auxiliares a leitura do *Prisciano Menor*. Esses comentários glosados eram bastante desorganizados e seu objetivo era meramente servir de material de apóio para a

leitura de Prisciano. Uma outra descoberta recente é que algumas das figuras centrais do renascimento do séc. XII, como Guilherme de Conches (1125) e Pedro Hélias (1140), além de escreverem um tipo mais organizado de comentários glosados, fizeram uso de glosas de autores anteriores para escreverem comentários sobre sintaxe que eram independentes da leitura simultânea de Prisciano. Ao mesmo tempo, começam a surgir tratados originais sobre sintaxe, como os que são atribuídos a Roberto de Paris e ao inglês Roberto Blund (*id.*).

2.2.4 As origens de um encontro entre a gramática medieval e a lógica de Aristóteles

As décadas entre 1150 e 1400 são consideradas um dos períodos áureos da história da lingüística (BURSILL-HALL, 1995, p. 130). Nessa época, o interesse pelos estudos da linguagem cresceram muito como resultado não só do desenvolvimento das artes de um modo geral, mas também em virtude da redescoberta e incorporação dos livros da lógica aristotélica que haviam sido esquecidos e estudados apenas indiretamente pelo Ocidente durante a Alta Idade Média (BURSILL-HALL, 1995, p. 130). Esses livros redescobertos são os *Tópicos*, os *Analíticos (Primeiros e Segundos)* e as *Refutações Sofísticas*. Segundo Alain de Libera (DE LIBERA, 1998, p.250-51), antes do séc. XII, o mundo latino só conhecia esses textos através dos opúsculos lógicos de Boécio (séc. VI): a *Introdução aos Silogismos Categóricos*, o *Do Silogismo Categórico*, o *Do Silogismo Hipotético* e o *Dos diversos tópicos*. Até o séc. XII, liam-se e comentavam-se apenas os outros dois livros do *Organon*: as *Categorias* e o *Da Interpretação*, que tinham sido traduzidos por Boécio para o latim. Esses dois livros, para os quais Boécio também escreveu comentários, constituíram-se nos textos básicos para o entendimento da semântica e da lógica aristotélicas até o séc. XII. As traduções de Boécio de outros três livros da lógica de Aristóteles (*Tópicos*, *Analíticos* e *Refutações Sofísticas*) são encontrados, depois de, por séculos, terem sido considerados perdidos. Nesse mesmo período aparece a tradução latina do último livro que faltava para que o corpus latino da lógica aristotélica se completasse: os *Segundos Analíticos*, traduzido por Tiago de Veneza ente 1125 e 1150.

A partir da redescoberta e tradução de todos os livros do *Organon*, deu-se início a um movimento que se auto-intitulou lógica nova, em oposição à lógica velha (*logica vetus*), que passou a ser identificada com o estudo, o comentário e os desenvolvimentos que se basearam nos dois textos de lógica aristotélica conhecidos até o século XII. No início do séc. XIII, além do *corpus* lógico, todo o conjunto da obra aristotélica era conhecida e comentada

na Europa Latina, inclusive os livros sobre ciência natural (*Física, Da alma, Do céu e do mundo*) e a *Metafísica* (DE LIBERA, 1998, p.250-51).

É necessário também fazer menção à contribuição judaico-islâmica na difusão do corpus lógico aristotélico na Europa do séc. XIII. Parte dessa divulgação se deu em virtude do contato frutuoso entre as culturas árabe, judaica e cristã na segunda metade do séc. XII em decorrência da reconquista do sul da Espanha por parte dos cristãos. Nesse contexto, as cidades de Toledo e Segóvia despontam como grandes centros de tradução de manuscritos árabes para o latim. Os assuntos contidos nesses manuscritos iam da astrologia, da astronomia e da alquimia a textos do *corpus* aristotélico e a comentários de grandes filósofos árabes e judeus dedicados a esses textos. A ponte entre essas obras em árabe e sua tradução latina constituiu-se a partir da erudição e do bilingüismo dos judeus e dos moçárabes residentes nas cidades reconquistadas. Um exemplo desse trabalho, foram as traduções empreendidas pelo judeu sefardita João de Espanha, ou Abraham ibn Daud Halevi, que viveu entre 1110 e 1180. João de Espanha trabalhou com Domingo Gundissalino, arqui-diácono de Segóvia, a partir de 1130. Nesse trabalho conjunto entre um judeu falante do árabe e um cristão latinófono foi traduzido um número impressionante de obras de autores árabes e gregos (em árabe) sobre os mais diversos assuntos. Entre essas traduções figuram a *Metafísica* e os tratados sobre lógica de Avicena, o *Livro das Ciências* de Alfarabi, o *Livro de Introdução a Arte das Demonstrações da Lógica* de Alexandre de Afrodisía, o *Do Intelecto* de Alkindi, os tratados teológicos de Algazali, etc (*id.*, p.344-48). Esses textos exercerão uma influência constante e decisiva no pensamento latino dos sécs. XIII ao XV. Essa onda de novas traduções greco-árabes, entre os sécs. XII e XIII, foi tão impactante no ocidente que provocou uma alteração dramática no *corpus* do currículo das florescentes universidades européias.

Price (1990, p.220) compara duas listas de livros usados em universidades medievais antes e depois do séc. XIII, o que permite observar a entrada das novas obras de lógica de Aristóteles nos currículos de ensino das universidades de Chartres e de um conjunto de outras universidades européias. Como o currículo das universidades medievais não era organizado por meio de disciplinas, mas sim por livros, ao se examinar esses dois currículos não é difícil perceber o aumento do interesse pelo estudo da lógica aristotélica no séc. XIII em relação ao século anterior. Enquanto no currículo do séc. XII (1140), da Universidade de Chartres, há quatorze livros sobre lógica, sete dos quais são de autoria de Boécio e cinco de

Aristóteles, no currículo de 1210, da Universidade de Paris, há nove livros do corpus lógico aristotélico contra dois de Boécio.

As inovações do pensamento gramatical desse período não advêm somente da redescoberta de antigos tratados de lógica aristotélica, mas também da tradução para o latim dos livros de Aristóteles sobre ciência natural. Há grande número de comentários e de obras originais de inspiração aristotélica de autoria de pensadores árabes que foram traduzidas para o latim nesse período. A tradução dessas obras começou a ser feita na Espanha e no sul da Itália a partir do séc. XII e influenciou todos os campos de estudo no Ocidente a partir do séc. XIII. Exemplos da contribuição dos árabes para o desenvolvimento da ciência no ocidente são as tábuas trigonométricas de al-Khowara-zmi, que o inglês Adelardo de Bath traduziu do árabe para o latim em 1126. Para se ter idéia da importância dessa tradução, o nome desse matemático árabe deu origem ao vocábulo “algarismo” e foi usado como sinônimo de “calcular” durante a Baixa Idade Média (KNEALE, W. ; KNEALE, M., s.a, p. 230). Outra importante contribuição árabe, pertinente para a compreensão da metalinguagem dos gramáticos modistas, chegou ao Ocidente através da tradução para o latim da obra de Avicena (Ibn Sina, 969-1037). Em virtude de controvérsias teológicas, a doutrina aristotélica sobre a mente contida no livro *Da alma*, de Aristóteles, era muito importante tanto para os muçulmanos quanto para os teólogos cristãos medievais. Segundo essa doutrina, a mente toma conhecimento das coisas ao assumir suas formas (*species*). É como se, ao perceber um objeto, a mente plasmasse esse objeto em sua própria substância. Os medievais entendiam que essa doutrina era um desenvolvimento da explicação do funcionamento da mente que Aristóteles apresenta no primeiro capítulo do *Da Interpretação*, segundo o qual as coisas produzem estados ou modificações na mente. Tais estados ou modificações seriam cópias mentais das coisas que existem fora da mente.

Ao aplicarem a lógica à psicologia, os medievais entendem que os pensamentos são proposições mentais, isto é, são concatenações das formas mentais, sendo que todos os pensamentos podem ser reduzidos a proposições—para isso bastaria solucionar os sofismas e as incongruências do discurso da língua natural em uso, que, no caso dos medievais, era o latim. O discurso mental, que é visto como anterior aos discursos falado e escrito, pode ser interpretado por meio de uma sistemática das formas (*species*) mentais, ou seja, por meio de uma *G.E.* Restava saber como as formas funcionam.

Avicena chama a forma aristotélica de *ma'na*, em árabe, que em latim medieval foi traduzido por *intentio*. Na epistemologia medieval, a *intentio*, que traduzo como

“significado mental”, era entendida como um sinal natural da alma. Esse sinal era chamado de natural porque apontava para objetos reais fora da mente. Porfírio, latino tardio, em seu *Isagogue*, distinguira entre palavras de primeira e de segunda compreensão (intenção). Avicena chamou as palavras de primeira e de segunda compreensão de sinais naturais de primeira e de segunda compreensão. Para ele, os sinais de segunda compreensão são os gêneros e as espécies que são aplicados aos sinais de primeira compreensão. Por exemplo, em “Pedro é um homem”, “homem” é um sinal de segunda compreensão (um gênero) que se aplica ao indivíduo “Pedro”, que, por sua vez, é um sinal de primeira compreensão. Segundo Avicena, a lógica trata apenas dos *ma'nai*: os significados (formas) de segunda compreensão. Em outras palavras, para Avicena, os gêneros e as espécies são as abstrações (as formas) das entidades do mundo que o ser humano utiliza para pensar a realidade, sendo que as coisas em-si-mesmas são incognoscíveis, embora sejam perceptíveis aos sentidos. Ou seja, Avicena antecipa a idéia de Frege segundo a qual a representação subjetiva do referente (a primeira compreensão) seria incomunicável e o sentido comum (a segunda compreensão) seria o objeto próprio da lógica e da linguagem (FREGE, 1978, p. 65). Como resultado dessa opção pelas estruturas do pensamento e não pelos dados empíricos, a teoria do conhecimento de Avicena afirma que o estudo da lógica está relacionado somente ao conhecimento abstrato das segundas compreensões (gêneros e espécies) e não ao conhecimento dos indivíduos em si mesmos, nem ao de seus significados primários:

O objeto de estudo da lógica são as segundas compreensões intelectuais, que devem ser acrescentadas às primeiras compreensões intelectuais, porque é através das segundas compreensões que se faz possível examinar o desconhecido (i.e., examinar os referentes das primeiras compreensões) por meio do conhecido (i.e., por meio das classificações lógicas). Todavia, esse exame das primeiras compreensões não depende delas serem inteligíveis ou cognoscíveis, uma vez que não se conhece nada (diretamente) da matéria, embora a segunda compreensão dependa de um tipo de matéria, apesar dessa matéria não ser corpórea. (AVICENA, 1508, i.2, p.70v.A)

Segundo Kelly (1984, p.4), a visão de mundo da filosofia greco-árabe do início do medievo, de que Avicena compartilhava, diferia da cosmologia cristã dos mesmo período em pontos importantes. Porém, a partir da redescoberta de Aristóteles (séc. XII) e das versões latinas dos pensadores árabes, as duas cosmologias se tornariam muito mais próximas. Para o pensamento cristão, antes da influência árabe, o universo se organiza numa escala de perfeição e de participação em relação à existência absoluta—Deus. Essa escala começa com os seres menos perfeitos e que participam minimamente do ser divino, e termina em Deus, o

único de quem se pode afirmar a existência. Em contraste, na visão árabe, Deus é um macrocosmo e os elementos do mundo são microcosmos inseridos no macrocosmo divino.

Portanto, no pensamento árabe, o conhecimento não se dá pela comparação e classificação dos elementos do mundo, mas sim pela dedução de princípios gerais que se refletiriam em todos os elementos do conjunto desses elementos. Como resultado dessa opção hermenêutica, enquanto a ciência latina do início do medievo se direcionava para o dado, a ciência árabe do mesmo período se orientava para a teoria. As *Etimologias* de Isidoro de Sevilha (séc. V) é um exemplo desse esforço latino de coleta de informações isoladas. Portanto, a ciência árabe, que tem origem no helenismo alexandrino, sempre operou como um programa aristotélico de provas e demonstrações cujo objetivo era a explicação da natureza.

De fato, Alfarabi (séc. X) no início de seu livro *A Enumeração das Ciências* começa por estabelecer o axioma segundo o qual todas as ciências se baseiam em regras que são universais e capazes de tornar os dados individuais inteligíveis. A ciência de Alfarabi, e de Avicena, no sentido mais estrito, é, portanto, a ciência do conhecimento dos princípios ou das regras de pensar corretamente, ou seja, a lógica. O caráter essencial dessa visão da lógica é que o conhecimento desses princípios é transferível para todas as outras artes e ciências (como a gramática, por exemplo) e funciona como seu elemento de organização interna. As segundas compreensões de Avicena são os elementos que compõem a linguagem desse discurso lógico (KNEALE, W.; KNEALE, M., s.a, p. 235). Na opinião de Avicena as formas lógicas, que ele considera como constituintes da linguagem da alma, existem independentemente dos dados sensíveis:

Nas coisas fora da mente não existem nem a essencialidade, nem a acidentalidade, nem as composições, nem as unidades, nem as proposições, nem os argumentos, nem absolutamente nada desse tipo. Portanto, quando desejamos examinar essas coisas de forma a podermos conhecê-las, é necessário captá-las por meio do intelecto e, em seguida, organizá-las de acordo com as disposições que são próprias do intelecto. (ibid., p. 2r.B)

Os latinos aprenderam dos pensadores árabes essa distinção entre as formas lógicas e as coisas-em-si. E, uma vez que se reconhece a existência de um discurso mental que dá sentido ao mundo e que antecede os discursos escrito e falado, é possível imaginar uma gramática universal que contenha os princípios do entendimento humano da realidade. De fato, Pierre d'Ailly (1350-1425), no final da Idade Média, afirma que os termos mentais podem ser classificados como verbos, substantivos e de acordo com as demais partes do

discurso. Segundo esse mesmo autor, o substantivo mental teria, inclusive, casos (nominativo, genitivo, etc.):

Dos termos mentais propriamente ditos, alguns, por sua natureza, significam nominalmente e os tais são naturalmente nomes, alguns, por sua natureza, significam verbalmente e são naturalmente verbos, e o mesmo ocorre com todas as partes do discurso... Da mesma forma, algum, por sua natureza, é do caso nominativo, outro do genitivo, e o mesmo (ocorre) com os outros (casos). (D'AILLY, [1400?], p.109)

Na *G.E.*, TE utilizou a distinção de Avicena entre o primeiro e o segundo conhecimento (ou compreensão) em seu tratamento dos pronomes demonstrativos e relativos. Para os modistas, as propriedades das coisas do mundo e da mente só têm significado porque existem maneiras (modos) por intermédio de que as palavras significam essas coisas. Nesse sentido, a primeira compreensão (apreensão) de alguma coisa é também uma propriedade e, portanto, tem um modo de ser significada. Para T.E., o modo da demonstração se deriva dessa propriedade e o pronome demonstrativo é a palavra que a significa por meio do modo da demonstração: “O modo de significar que é chamado de demonstração é tomado da propriedade da certeza e da presença ou da primeira percepção. Donato chama esse modo de qualidade finita. Esse modo constitui o pronome demonstrativo” (ERFURT, 2007). Igualmente, o pronome relativo se deriva do modo da relação que, por sua vez, é tomado da propriedade da incerteza e da ausência ou da segunda compreensão. No capítulo sobre a classe dos pronomes da *G.E.*, TE também distingue entre as percepções *ad sensum* (em relação aos sentidos), que atribui ao pronome demonstrativo, e as percepções *ad intellectum* (em relação ao intelecto), que atribui ao pronome relativo. Essa distinção está de acordo com Avicena, para quem apenas a segunda compreensão é de caráter intelectual.

2.2.5 O programa modista no contexto dos estudos da linguagem na Idade Média

Durante a Idade Média, a gramática sempre foi considerada a primeira dentre as sete artes liberais em grau de importância. A justificativa era simples: acreditava-se que era necessário ler e escrever de acordo com a gramática normativa da língua latina para que o estudo das demais artes liberais fosse possível. Todavia, a partir dos carolíngios, os estudos gramaticais começaram a ficar, em parte, independentes do ensino de regras pré-estabelecidas. É bom enfatizar esse “em parte”, porque sempre houve, paralelamente ao

estudo da gramática por si mesma, um esforço contínuo de preservação de um grau máximo de correção do latim clássico no contexto de ensino das escolas e das universidades medievais. Nesse sentido, podem-se distinguir duas tradições gramaticais na Idade Média, pelo menos a partir dos carolíngios: a das gramáticas filosóficas, que deu origem aos tratados sobre os modos de significar e a da gramática pedagógica, que conheceria um grande ressurgimento no renascimento das letras clássicas do séc. XVI. A gramática, em seu viés filosófico, passou, paulatinamente, a ser estudada sob a influência das conclusões da lógica, da metafísica e da filosofia da linguagem vigentes na época. A partir do séc. XIII, em vista das novas possibilidades abertas pelas recentes descobertas de manuscritos antigos e de obras inéditas em latim, os gramáticos começaram a usar a lógica com vistas a criar, pela primeira vez na história do Ocidente, uma teoria lingüística que explicasse tanto a formação e a significação das palavras quanto à estrutura e o significado das sentenças. Por trás dessa meta, residia a necessidade prática que os medievais tardios sentiam de ter na linguagem um instrumento suficientemente afinado a ponto de possibilitar um discurso confiável sobre o universo e sobre Deus (BURSILL-HALL, 1995, p.130).

A Baixa Idade Média, período que, para os fins da historiografia gramatical, está compreendido entre o renascimento dialético do séc. XII e o florescimento dos estudos clássicos no séc. XV, caracterizou-se, de um modo geral, por três maneiras diferentes de se abordar o discurso, através de três tipos distintos de gramáticas: 1) a gramática normativa; 2) a gramática literária; 3) a gramática especulativa. Apesar desses três tipos de gramáticas co-existirem durante todo esse período, é a partir da redescoberta do *corpus* lógico aristotélico completo e das traduções dos autores de tradição aristotélica oriental para o latim (entre os sécs. XII e XIII) que a gramática começa a tomar os contornos de um meta-discurso. Ao mesmo tempo, os autores de viés especulativo começam a desfrutar um grau de importância cada vez maior nos currículos universitários (BURSILL-HALL, 1995, p.130). Exemplo disso são os estatutos curriculares de 1252 da Universidade de Oxford que estipulam a leitura da gramática de Prisciano, mas não mencionam a de Donato. Essas estipulações continuaram em vigor até 1431. Obviamente, a gramática de Donato continuava a exercer sua função prática no ensino dos rudimentos do latim. No entanto, a gramática de Prisciano, com seu uso da terminologia filosófica e seu tratamento mais cuidadoso da sintaxe, satisfazia melhor as exigências da definição greco-árabe de ciência organizada a partir dos princípios da lógica e se prestava melhor aos estudos da linguagem do ponto de vista especulativo. Prova disso é o

grande número de manuscritos de comentários da gramática de Prisciano dessa época que chegaram aos nossos dias: cerca de 200. Esses textos, similares em conteúdo, recebiam vários nomes: comentários doutriniais, questões sobre Prisciano (maior ou menor), tratados ou sumas de gramática. Esses nomes representam os gêneros em que esses textos eram escritos: como listas de regras (doutriniais), sob a forma de perguntas e respostas (questões), na forma de sumas que são resumos divididos em tópicos e seguem a organização dos debates acadêmicos de cunho dialético que surgiram a partir do séc. XII em Paris. Além dos comentários, começaram a aparecer gramáticas filosóficas originais, como o *Doutrinal* de Alexandre de Villa-Dei, o *Grecismo* de Eberardo Betuniense e os trabalhos de John de Garland (BURSILL-HALL, 1995, p.130).

2.2.5.1 A gramática como conjunto de princípios de funcionamento da linguagem

Para Geoffrey L. Bursill-Hall (BURSILL-HALL, 1995, p.130), as mudanças que caracterizam o estudo da gramática como o de uma ciência aristotélica, nos sécs. XII e XIII, parecem ter começado com Guilherme de Conches, que viveu entre 1080 e 1154 e ensinou na escola da catedral de Chartres, e Pedro Helias, seu discípulo, que foi mestre em Paris no final do séc XII. No seu comentário sobre a gramática de Prisciano, Guilherme de Conches critica a adequação da abordagem de Prisciano na descrição da língua latina: a falta de consistência teórica é o principal problema que Guillherme de Conches identifica nesse comentário (*ibid.*). Essa inconsistência se materializa (BURSILL-HALL, 1971, p. 21), no uso incoerente que Prisciano fez de mais de um critério na sua classificação das palavras, pois, embora ele tivesse feito da significação o seu único critério ao afirmar que “não há outra forma de distinguir as partes do discurso entre si a não ser que atentemos para a significação das propriedades de cada uma” (PRISCIANUS, II, 16-7, p.55), na prática, ele manteve a classificação morfológica que tomara de empréstimo dos Alexandrinos. Além desses dois critérios (significação e morfologia), Prisciano também faz uso de abstrações filosóficas em suas definições das partes do discurso. Ele recorre a autoridades gregas, como Apolônio Díscolo, para justificar a relação entre essas abstrações e suas definições e, por meio desse recurso, furta-se de uma tentativa de criar uma teoria mais consistente. Como exemplo da utilização de mais de um critério em uma mesma definição (neste caso, o da significação e o da abstração filosófica), podem-se mencionar as definições de Prisciano para o nome e para o verbo: “é próprio do nome significar a substância e a qualidade (...) é próprio do verbo

significar a ação, a paixão, ou ambas, com a adição dos modos, das formas e dos tempos, sem a adição do caso” (id.). Essa crítica à insuficiência explanatória da gramática de Prisciano, que começa timidamente no séc. XII, com Guilherme de Conches, fica mais aguda na primeira geração dos gramáticos modistas, no final do séc. XIII. Como foi visto na primeira seção deste estudo introdutório, Boécio da Dácia, ao escrever uma gramática modista durante essa primeira geração (escrita entre 1270 e 1272), criticou Prisciano justamente nesse sentido: “Como Prisciano não explica a gramática por meio do conhecimento de seu funcionamento interno, sua teoria é muito limitada. Daí que tire muitas conclusões gratuitas, que justifica recorrendo à autoridade dos gramáticos antigos” (BOETHIUS DACUS, 1270, Questão 9, p.40).

Efetivamente, a teoria e a análise sintática eram menos desenvolvidas do que a teoria e a análise morfológica na Grécia antiga e na Antiguidade tardia. Os focos de atenção da gramática de Dionísio Trácio são basicamente a fonologia ortográfica e a morfologia. Os livros sobre sintaxe de Apolônio Díscolo, que foram escritos 300 anos depois da gramática de Dionísio Trácio, tomam-no como modelo e servem de base para as *Instituições* de Prisciano (ROBINS, 1995, p. 231). Com exceção dos estóicos, não há evidências de uma teoria sintática específica ou de um conjunto de categorias sintáticas nos estudos da linguagem anteriores ao séc. XIII. No entanto, embora os estóicos tivessem uma sintaxe cujas categorias e estruturas estavam ligadas a uma lógica proposicional, e não diretamente a traços e classes morfológicas, a lingüística estóica não foi muito influente na tradição gramatical greco-latina. E, apesar do trabalho dos estóicos ter sido a base para o *Da Dialética* de Agostinho, os estudos da linguagem desses filósofos não parece ter tido nenhuma influência na gramática escolástica subsequente (*id.*, p. 232).

R. H. Robins (1979, p.58), identifica o advento das gramáticas especulativas do final do séc. XIII como mais um subproduto do empenho escolástico em prol da unificação das ciências. A modística é um exemplo claro desse esforço. No sistema gramatical especulativo, a descrição das classes de palavras que havia sido efetuada pela Antiguidade tardia (Donato e Prisciano) é integrada à lógica e à metafísica aristotélicas que haviam sido interpretadas e desenvolvidas de acordo com o pensamento cristão. Além da contribuição cristã, como se mencionou anteriormente, essa integração também se beneficia do trabalho de gerações de pensadores árabes, como demonstrou Etienne Gilson no capítulo de seu livro sobre história da filosofia na Idade Média em que se debruça sobre a influência greco-árabe sobre o pensamento cristão medieval. De fato, alguns filósofos islâmicos, como Avicena

(Ibn-Sena) e Averróis (Ibn-Rashid), exerceram influência decisiva sobre o pensamento contido nas grandes sumas, que foram escritas pelas principais figuras do período áureo do escolasticismo (séc. XIII), como Tomás de Aquino e Duns Scot (GILSON, 1998, p.465-93). Para que a integração da gramática ao *corpus* científico aristotélico ocorresse era necessário que fossem estabelecidos princípios gerais que a harmonizassem com o conceito de ciência aristotélica reconhecido no medievo tardio. Uma vez estabelecidos esses princípios, ou essas regras gerais, seria possível derivar todas as regras secundárias que estabeleceriam a congruência ou incongruência de uma sentença em uma dada língua. Além disso, para que a gramática pudesse realmente ser considerada “científica” era necessário que suas regras mais gerais se aplicassem a todas as línguas e, assim, a ciência da gramática poderia funcionar como um espelho em que as formas lógicas (as segundas compreensões de Avicena) refletiriam a realidade das coisas. As gramáticas especulativas, que começam a aparecer a partir dos anos 1270, se constituem em um novo gênero de literatura gramatical que satisfaz o critério de ciência medieval. Essa satisfação se dá pelo fato dos tratados dos modos de significar, como também são chamadas essas gramáticas, serem capazes de fazer um enunciado gramatical que incorpora, de uma maneira sistemática e detalhada, a filosofia e a lógica da linguagem que a Idade Média desenvolvera (BURSILL-HALL, 1972, p. 20).

2.2.5.2 A homogeneidade do modismo como movimento

O trabalho de Jan Pinborg (PINBORG *apud* BURSILL-HALL, 1972, p. 21), professor da Universidade de Copenhague, contribui na compreensão do desenvolvimento da teoria dos modistas. Nos anos 1970, Pinborg editou a obra completa dos principais gramáticos modistas, que, como ele, eram originários da Dinamarca: Martinho, Boécio, João e Simão da Dácia—na Idade Média a Dinamarca era conhecida como Dácia. Esse trabalho de edição crítica desses manuscritos em uma coleção que recebeu o nome de *Corpus philosophorum danicorum medii aevi* possibil (ROSIER, 1981, p. 49) e, além de trazer à tona o trabalho de gerações de estudiosos da linguagem, possibilita o acesso à natureza geral da doutrina gramatical dos modistas. Portanto, devido ao trabalho de Jan Pinborg, entre outros, existem edições críticas dos trabalhos dos modistas dinamarqueses (Martinho, Boécio, João e Simão) desde os anos 1970.

Apesar da publicação da coleção supracitada de autores modistas e também da tradução em língua inglesa da *G.E.* de TE, por Geoffrey L. Bursill-Hall, bem como da

tradução francesa da *Suma dos Modos de Significar*, de Siger de Courtrai, e da tradução bilíngüe, em língua inglesa, da gramática de Boécio da Dácia, por A. Charlene Senape McDermott, há ainda um grande número de obras modistas que permanecem em forma de códices nas bibliotecas da Europa. Por causa dessa carência de material editado, o estudo comparativo das gramáticas especulativas ainda não é suficientemente esclarecedor para se chegar a uma conclusão quanto ao grau de homogeneidade do modismo como movimento. Todavia, apesar dessa falta de evidências materiais, os modistas parecem partilhar de um núcleo teórico comum, ao menos no que se refere à natureza e ao objetivo da investigação da linguagem. Com relação às possíveis diferenças que a edição e explicação dos diversos tratados modistas venham a apresentar entre si, não seria mais que natural que as obras que os modistas legaram à posteridade contenham algumas diferenças, já que seu trabalho se estende por um período de 50 a 80 anos e compreende três gerações de pesquisadores. Assim, ao menos com base no andamento das pesquisas sobre a modística até os anos 1970 (BURSILL-HALL, 1972, p.21), é possível qualificar o modismo como um movimento consideravelmente homogêneo.

A ambigüidade da denominação das gramáticas modistas, que são chamadas tanto de “tratado sobre modos de significar” quanto de “gramática especulativa”, dá-se ao fato de o modismo ser o desenvolvimento de um tipo de investigação gramatical anterior: o comentário sobre as *Intituições* de Prisciano. Ao investigar as origens historicamente mais próximas do pensamento modista, que floresceu no final do séc. XIII, é preciso retroceder 150 anos, ao início do séc. XII, para então se encontrar as idéias orientadoras que dariam corpo à teoria modista. Há, portanto, um intervalo de um século e meio entre os primeiros gramáticos especulativos e os gramáticos modistas dos sécs. XIII e XIV (LYONS, p. 15, *apud* BURSILL-HALL, 1972, p.21).

O séc. XII é a época dos primeiros gramáticos especulativos: Pedro Helias, Robert Kilwardly, Pedro Hispano, Roger Bacon, entre outros. Para Geoffrey L. Bursill-Hall (1972, p.22), tanto os gramáticos especulativos do séc. XII quanto os modistas dos sécs. XIII e XIV fizeram uma síntese entre as duas linhas principais do pensamento gramatical que haviam se desenvolvido separadamente na antiguidade: 1) a gramática lógico-filosófica de Platão, de Aristóteles e dos estóicos; 2) a gramática literária dos alexandrinos, de Donato e de Prisciano. Os modistas acrescentam a essa síntese suas próprias contribuições aos estudos da linguagem com base na metafísica e na lógica aristotélicas fortemente influenciadas pela interpretação que Boécio e os árabes fizeram delas. De fato, os modistas reformularam as

categorias gramaticais de Prisciano e Donato em termos metafísicos e lógicos. Essa reformulação da gramática deve-se ao fato, já mencionado, de que os modistas acreditavam que a gramática só poderia ser estudada como ciência se os seus enunciados refletissem a estrutura da realidade. Para os modistas, a verificação dessa necessidade dependia do fato de existir um sistema de princípios lingüísticos suficientemente geral para ser aplicado a todas as línguas.

Efetivamente, na Europa Ocidental, os modistas foram os primeiros estudiosos a enunciar a necessidade de uma gramática universal como um pressuposto para a formulação de uma teoria geral da lingüística (ROBINS, p. 78-9 *apud* BURSILL-HALL, p.22). Já que o estudo da gramática especulativa deve basear-se em princípios universais e não nos detalhes de línguas particulares, os modistas não se interessaram pela fonética e deram pouca atenção à morfologia, mas reservaram grande espaço à semântica e à sintaxe.

Na criação de sua teoria, os modistas mantiveram o sistema gramatical dos latinos tardios (Prisciano e Donato) e reinterpretaram-no com base em pressupostos teóricos que eram amplamente aceitos em sua época. Com a ajuda desses pressupostos, os modistas buscavam expressar um enunciado do funcionamento das categorias gramaticais que haviam herdado da Antiguidade tardia. O critério para o estabelecimento dessas categorias lingüísticas e de suas particularidades é a correlação entre elas e as propriedades da realidade a que elas correspondem. Essa correlação entre significado e referente é a principal característica da modística. Na verdade, a teoria dos modistas é a primeira teoria gramatical na história dos estudos da linguagem no Ocidente que se mantém relativamente fiel a um único critério interpretativo: o critério semântico.

Como os pressupostos teóricos da modística se originam da lógica e da metafísica medieval, para se entender a modística é necessário ter em mente os conceitos, os métodos e a terminologia técnica da filosofia desse período, principalmente no séc. XIII. Esse é provavelmente o maior desafio de uma tradução de um texto modista ou de um estudo detalhado das idéias originais contidas nas gramáticas modistas. No entanto, é possível chegar a uma compreensão satisfatória da teoria dos modistas através da consideração de sua metalinguagem e do entendimento de sua terminologia sob a luz da própria filosofia medieval. Neste trabalho, o capítulo introdutório e os capítulos sobre o nome e o pronome da *G.E.* de TE serão analisados com base nesse princípio, ou seja, a partir de uma constante referência das idéias contidas na *G.E.* aos conceitos metafísicos em que se fundamentam.

2.2.6 A apropriação modista de doutrinas básicas da metafísica e da lógica aristotélicas

Na sua descrição da realidade, a metafísica aristotélica faz várias distinções binárias a respeito do mundo: matéria-forma, substância-acidente, gênero-espécie, ato-potência, etc—todas herdadas do pensamento aristotélico. A escolástica usa essas diferenças para explicar integralmente a diversidade dos fenômenos do universo. Por exemplo, ao aplicarem a distinção matéria-forma a um objeto qualquer, os medievais atribuem dois modos de existência ao mesmo ser: o existir como matéria amorfa e o existir como essência. A distinção matéria-forma, por exemplo, pode ser ilustrada pela arte da escultura: a forma da estátua a ser esculpida pré-existe na mente do escultor que selecionou o bloco de mármore (a matéria) a ser esculpido. Como o mármore para o artífice, as coisas são vistas como passivas e carentes de receberem uma forma pré-estabelecida para deixarem a virtualidade e virem a ser em sentido pleno. Nesse sentido, a forma em potencial está presente no bloco de mármore mesmo antes dele ser esculpido. Isso exemplifica uma outra distinção metafísica: ato-potência. Como se verá a seguir, os modistas aproveitam-se de distinções como matéria-forma e ato-potência em sua teoria. TE, em particular, usa-as amplamente em sua metalinguagem.

Logo no início do *Da Interpretação*, Aristóteles define o nome e o verbo (*ónoma* e *rhêma*), a seguir, ele define a frase (*lógos*) (ARISTOTLE, 1996, p. 115). Em suas definições, Aristóteles considera essas duas classes de palavras como vocalizações significativas que não podem ser divididas em outras partes significativas. Segundo Maria Helena de Moura Neves (2001, p. 37), ao definir o nome e o verbo dessa forma, Aristóteles instaura a distinção entre uma primeira e uma segunda articulação da linguagem. A essa segunda articulação corresponde o *stoicheîon*, que, para os estóicos, era a menor unidade material da significação.

A metafísica medieval, de inspiração aristotélica, distingue a existência dos elementos do mundo de acordo com dois princípios fundamentais: a permanência e a mudança. Uma vez que a gramática modista deve ser a expressão sistêmica das propriedades da realidade, é necessário que haja nas categorias gramaticais elementos que correspondam às propriedades reais da permanência e da mudança. Os modistas identificam tais elementos, respectivamente, como as classes dos nomes e dos pronomes e como as classes dos verbos e dos participios. Como resultado dessa classificação, há quatro classes de palavras que

correspondem, em dois pares, a essas duas meta-classes ou princípios gerais da realidade (BURSILL-HALL, 1972, p. 23). Essas duas meta-classes podem ser usadas numa outra subdivisão das classes de palavras com o acréscimo de uma terceira meta-classes: a meta-classes que se deriva da propriedade da ordenação seqüencial das partes de um todo. Nessa classificação tripartite, as classes de palavras declináveis corresponderiam à propriedade da permanência, as conjugáveis à propriedade da mudança e as indeclináveis (as preposições, os advérbios e as interjeições) à propriedade da ordenação seqüencial das partes de um todo. Essa classificação foi sugerida por Siger de Courtrai (CORTRACO *apud* BURSILL-HALL, p. 23).

Segundo McMAHON (1980, p. 145), uma vez que, para os modistas, as partes do discurso não podem ser distinguidas sem que primeiramente estabeleçam-se as propriedades reais, i.e., os modos de ser de uma coisa, é necessário, antes de tudo, definir a que tipos de modos de ser essas propriedades correspondem. Como os modistas fazem uso da metafísica e da lógica aristotélicas para justificar a metalinguagem de sua teoria, os modos ou maneiras de uma coisa ser são definidos por meio das dez categorias de Aristóteles.

2.2.6.1 A correspondência entre as dez categorias e os modos de significar

John Lyons (1979, p. 286, *apud* BORGES NETO (1990, p.8)), declara o seguinte a respeito das dez categorias de Aristóteles: “Na filosofia aristotélica (e escolástica), as categorias eram as diferentes maneiras, os modos, pelos quais se podia atribuir propriedades às coisas: e partia-se do princípio de que os diferentes modos de predicação representavam diferenças no mundo objetivo, diferentes modos de ‘ser’.”

Como Aristóteles criou uma lista das categorias mais gerais possíveis da realidade? Segundo BORGES NETO (1990, p.8), o método de Aristóteles foi o de fazer uma lista de proposições (afirmações) sobre uma mesma entidade do mundo, por exemplo, sobre Sócrates. Em seguida, cada uma dessas proposições é diferenciada de acordo com o predicado que atribui a Sócrates, por exemplo: “um metro e oitenta de altura”, “grego”, “filósofo”, etc. Segundo Aristóteles, existem dez perguntas gerais que podem ser usadas para classificar qualquer um desses predicados. Essas perguntas organizam esses predicados-repostas em famílias ou tipos, que Aristóteles limitou a dez categorias: substância, quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, posição, condição, ação e paixão.

Portanto, Aristóteles classifica as proposições (as afirmações sobre Sócrates) de acordo com as dez categorias (perguntas) supracitadas. Assim, cada vez que Aristóteles necessita classificar alguma entidade, ele simplesmente transforma essas categorias em perguntas como: “que tamanho?” (quantidade), “o que parece?” (qualidade), “casado?” (condição), etc. No caso da classificação de “Sócrates”, algumas repostas coincidem com a lista de proposições iniciais sobre ele, como, por exemplo: “que tamanho?” “—um metro e oitenta de altura”, “—oitenta quilos”, etc.; “com que(-m) se parece?” “—com um filósofo grego”, “—com Pitágoras”, etc. Outras não, como “—no mercado” para “que tamanho?” ou “—em pé” para “o que parece?”. Todavia, basta que dois predicados respondam à mesma pergunta para serem classificados na mesma categoria. Por exemplo, ao se afirmar que “Sócrates **se parece com Pitágoras**” e que “Sócrates **tem um metro e oitenta**”, sabe-se que Sócrates está incluído na categoria da substância. Além disso, de acordo com Aristóteles, é possível definir a categoria em que o indivíduo se encontra ao se transformar as proposições (repostas) de uma mesma categoria em perguntas, como em: “quem se parece com Pitágoras?”; “quem tem um metro e oitenta?”. Essas perguntas selecionam o termo possuidor desses predicados—que, neste exemplo, é Sócrates—e o classificam como um dos termos que pode ser classificado como uma substância. A categorização de Aristóteles é nocional, logo, a substância “Sócrates” denota o indivíduo real que se chama Sócrates.

A doutrina aristotélica das dez categorias era um dos principais pressupostos da teoria modista. Segundo a terminologia modista, predicados como “se parece com Pitágoras” e “tem um metro e oitenta” são duas das propriedades ou modos de ser da substância “Sócrates”. Esses modos de ser são entendidos pelo intelecto por meio de modos de entender e são significados pela linguagem por meio de modos de significar. Assim, os modos de entender e de significar são os correlatos, respectivamente, intelectuais e lingüísticos dos modos de ser. Esses, por sua vez, equivalem a conjuntos de tipos de afirmações similares que podem ser feitas a respeito de um determinado ente. Portanto, essas afirmações constituem as categorias ou famílias de proposições que definem esse ente. Como se viu anteriormente, Aristóteles limitou o número dessas famílias a dez (categorias).

A classe de palavras denota uma propriedade por meio de, pelo menos, uma das categorias. Assim, o nome é a classe de palavras que significa a estabilidade das coisas do mundo e corresponde à categoria da substância; o verbo é a classe de palavras que significa a mudança de estado e corresponde à categoria da ação, ou da paixão, ou da

condição; a conjunção é a classe de palavras que significa as relações entre as coisas e corresponde à categoria da relação; etc.

Essa correspondência entre as classes de palavras e as categorias aristotélicas é intermediada por meio dos modos de significar. Como resultado disso, o modo da essência determinada faz a ponte entre a categoria da substância e o nome substantivo correspondente. Por exemplo, o nome substantivo “Pedro” só pode fazer referência à substância (ao indivíduo) “Pedro” por meio do modo de significar que opera essa denotação, que é o modo da essência determinada. Ou seja, esse modo identifica (determina) o indivíduo na realidade e faz com que o nome “Pedro” faça sentido em relação a ele. Ademais, o modo da substância determinada divide-se em modos e submodos: o modo de estar-por-si (ser independente), que denota que “Pedro” é um nome próprio de caso nominativo: *Petrus*. Nesse caso, o modo de estar-por-si significa que *Petrus* é o elemento independente da sentença básica de tipo “nome nominativo + verbo”. O modo accidental do número (“Pedro” é um nome singular) significa que “Pedro” é um indivíduo único (singular). O modo do gênero significa que “Pedro” é de gênero masculino. Cada um desses modos corresponde, por sua vez, a uma das dez categorias. Por exemplo, o modo accidental do número corresponde à categoria da quantidade e o modo do gênero masculino corresponde à categoria da ação. Portanto, os modistas utilizam as dez categorias tanto como um instrumento de classificação dos modos de significar, que servem para fazer a ponte entre uma entidade do mundo e a palavra que a denota, quanto para distinguir as propriedades desses modos entre si e, assim, determinar seus submodos.

2.2.6.2 Duas distinções importantes: matéria-forma (metafísica) e gênero-espécie (lógica)

Como todos os modistas, TE, em seu tratamento do nome, do pronome, do verbo e do particípio, parte do princípio de que as classes do nome e do pronome correlacionam-se com a propriedade da permanência (a categoria da substância) e de que as classes do verbo e do particípio correlacionam-se com a propriedade da mudança (a categoria da ação). Essas correlações seriam a “matéria” que cada um dos elementos desses pares de classes (nome-pronome, verbo-particípio) teriam em comum. A seguir, TE aplica à distinção metafísica matéria-forma para diferenciar os elementos desses pares entre si. O nome se distingue do pronome porque se correlaciona com a propriedade específica da autonomia

(estar-por-si-mesmo), que TE chama de “propriedade de um ente”, o pronome, por sua vez, se correlaciona com a propriedade específica de demonstrar ou de se referir a outro.

Essas propriedades específicas das classes dos nomes e dos pronomes são suas formas específicas, ou seja, são os elementos que as diferenciam umas das outras. Assim, o nome e o pronome têm uma matéria em comum (a propriedade da permanência) e formas específicas distintas (a propriedade de um ente (nome) e a propriedade da ostensão ou da demonstração (pronome)). Observe-se também que para ser possível a aplicação da distinção matéria-forma às classes dos nomes e dos pronomes, TE deve utilizar outra distinção que, na verdade, ele sobrepõe a essa: a distinção lógica entre gênero e a espécie. A matéria (a propriedade da permanência) pode também ser vista como um gênero em que estão contidas duas espécies (a propriedade de um ente (nomes) e a propriedade da demonstração (pronomes)). Todavia, essas duas distinções não são equivalentes porque a aplicação da distinção matéria-forma depende da aplicação prévia da distinção gênero-espécie. De fato, esse exemplo de aplicações de distinções da metafísica e da lógica na diferenciação entre nomes e pronomes exemplifica o procedimento de TE em sua pesquisa dos fenômenos da linguagem ao longo de todo o texto da *G.E.*.

3 A GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE THOMAS DE ERFURT

A gramática especulativa é um dos gêneros de literatura gramatical que floresceram entre 1100 e 1450 no Ocidente, especificamente na França e no norte da Europa. São conhecidos os nomes de 30 autores e de cerca de 100 tratados e comentários sobre os modos de significar, muitos dos quais permanecem anônimos. Além disso, há também um número considerável dos chamados “doutriniais” ou comentários sobre Donato e Prisciano e que apresentam forte influência do pensamento modista (BURSILL-HALL, 1995, p.132). Em vista dessa abundância de manuscritos, pode-se dizer que o estudo do modismo é importante para a compreensão do desenvolvimento dos estudos da linguagem no medievo tardio¹.

¹ De acordo com ROSIER (1981, p.49), os textos mais importantes dos modistas—que são as obras de João, Martinho, Simão e Boécio da Dácia—tiveram sua edição na coleção intitulada *Corpus philosophorum danicorum medii aevi*, respectivamente, nos seguintes volumes: I (editado por A.Otto em 1955), II (editado por H. Roos em 1961), III (editado por A.Otto em 1963), IV (editado por J. Pinborg e H. Roos em 1969). As *Questiones Alberti de modis significandi* foram editadas por L.G. Kelly (Benjamins, 1977). As obras que foram consideradas menos originais têm recebido edições ao longo das últimas décadas. A *Grammatica speculativa* de Thomas de Erfurt foi editada e traduzida por Busill-Hall (Longman, 1972). A *Summa modorum significandi* de Siger de Cortracó foi reeditada por Jan Pinborg (Benjamins, 1977). As *Questiones super Priscianum minorem* de Radulphus Brito foram editadas em 1980 por Heinz W. Enders e Jan Pinborg. Dentre os textos pré-modistas,

Dentre os gramáticos modistas, cinco deles despontam como mais representativos do movimento (as datas prováveis da escrita de seus tratados seguem seus nomes, em parênteses): Boécio da Dácia (1270), Martinho da Dácia (1285), Michel de Marbais (1280), Alberto (1285), Siger de Courtrai (1300), Radulfo Brito (1300) e TE (1310). Esses cinco gramáticos são, convenientemente, divididos em três grupos: Boécio e Martinho, dinamarqueses, que deram início ao movimento; Michel, Alberto e Siger, que consolidam as idéias originais de seus antecessores; Radulfo e Thomas. Radulfo completa o programa modista com a criação de uma base teórica para a sua sintaxe. No fim do movimento, TE escreve um manual gramatical que sintetiza de maneira organizada as idéias principais que os modistas anteriores haviam desenvolvido. Depois do trabalho de TE (1310) não houve mais nenhum avanço representativo na pesquisa modista, embora a influência da modística continuou ainda nos séculos seguintes. Nesse sentido, embora seja possível que TE não foi o autor mais original desta escola, sua gramática é um trabalho que aparece no final do auge do modismo e é considerado o texto mais representativo desse movimento (BURSILL-HALL, 1995, p.132).

3.1 OS MODOS DE SIGNIFICAR

Para a teoria modista, existe uma relação íntima entre a realidade, as operações da mente e sua expressão lingüística. Nesse sentido, a realidade é unívoca e a mente tem o poder de perscrutar com relativo sucesso a natureza do real. Uma das conseqüências dessa maneira de entender a relação entre a mente e o mundo é que a gramática passa a ser entendida como o estudo da formação de conceitos que refletem a realidade. Assim, para os modistas, uma vez que a inteligência é capaz de conhecer a estrutura interna do universo, então também deve existir uma linguagem que comunique essa compreensão. É por isso que, para esses gramáticos, a necessidade de parâmetros gramaticais não pode coexistir com a idéia de que os fatos da língua devam-se ao acaso ou sejam frutos de convenções sem

Summa super Priscianum constructionum de Pedro Helias, o Comentário sobre Prisciano Menor, atribuído a Robert Kilwardby e as *Notulae super Priscianum Minorem* de Jordan da Saxônia foram editados nos Cahiers de l'institut du Moyen Age Grec e Latin, respectivamente, nos cadernos 27-28, 15 e 36. A *Summa grammatica* de Roger Bacon foi editada por R. Steele em 1909 (Oxford Universtiy Press) e o *Tractatus de Grammatica*, falsamente atribuído a Roberto Grosseteste, foi editado pro K. Reichl em 1976. Além disso, é possível citar as edições de Thurot de 1869. Para uma bibliografia mais completa sobre o assunto, pode-se consultar os artigos de L.G. Kelly sobre o assunto, que foram escritos nos final da década de 1970. Finalmente, a revista *Historiografia Linguística* tem dois números inteiramente dedicados à gramática medieval: um sobre os carolíngios (1993, vol. XX:1) e outro sobre os modistas (1980, vol VII: 1/2).

explicação lógica. Além disso, para os modistas, para que o estudo da linguagem seja possível, é necessário que se postule a existência de uma gramática universal.

Na visão de mundo acima sumarizada, o universo apresenta uma diversidade de modos de ser (*modi essendi*). Proporcionalmente a esses modos de ser, há também, dormentes na alma humana, modos de entender (*modi intelligendi passivi*), capazes de serem ativados por uma certa quantidade de energia mental (*ratio intelligendi*). Essa energia mental ativa esses modos passivos e dispõe a mente para entender os modos de ser (*modi essendi*) manifestos nas diferentes propriedades das coisas (*proprietas rerum*). Em outras palavras, a partir do encontro da mente com um dado inteligível, a energia mental correspondente (*ratio intelligendi*) desencadeia a força necessária para que um entendimento virtual de uma propriedade (*modus intelligendi passivus*) torne-se um entendimento real dessa propriedade (*modus intelligendi activus*). Por trás da distinção entre os dois modos de entender (*activus* e *passivus*), vê-se claramente o emprego que os modistas fazem da dicotomia medieval atopotência. Como se viu acima, essa é uma distinção que a Idade Média herdou de Aristóteles, mais precisamente de sua leitura da *Metafísica*. O diagrama seguinte tenta exemplificar essas fases da produção do entendimento a partir da impressão mental:

Mente	Modo de entender Disposição de entender
Mundo	Modo de ser entendido Modo de ser

DIAGRAMA 1 - A MENTE, A DISPOSIÇÃO, OS MODOS E O MUNDO

Em seguida dá-se a passagem do entendimento para a linguagem. Essa transição ocorre da seguinte forma: de posse de um conceito (um entendimento), a mente seleciona uma *vox*, uma emissão sonora qualquer, e lhe atribui o significado correspondente. Ao tornar-se *vox significativa*, “vocalização significativa”, esse som corresponde a uma *dictio*: uma palavra. O processo de atribuição de significado a um som é semelhante ao esquema descrito na tabela acima. Da mesma forma que, no processo da formação dos conceitos, é disponibilizada na mente uma certa quantidade de energia (*ratio intelligendi*), da mesma forma, na atribuição de significado a um som, existe uma descarga mental de energia de significar (*ratio significandi*) para que as *voces* tornem-se *dictiones*. A *dictio* não é um

elemento funcional da língua. Para que isso aconteça, é necessário que o modo de co-significar (*modus consignificandi activus*) seja, como foi visto nos casos anteriores, ativado por uma determinada energia mental (*ratio consignificandi*). Essa ativação do seu modo de co-significar transforma a *dictio* em uma *pars orationis* (parte do discurso) que é capaz de exercer uma função sintática na frase. Na tabela abaixo, os elementos da língua são associados aos modos que lhes podem ser atribuídos:

Elementos da língua	som (<i>vox</i>)	palavra (<i>dictio</i>)	classe de palavras (<i>pars orationis</i>)
Modos	De entender (<i>intelligendi</i>)	De significar (<i>significandi</i>)	De co-significar (<i>consignificandi</i>)

DIAGRAMA 2 - OS ELEMENTOS DA LÍNGUA E OS MODOS

O aspecto central da *G.E.* de TE é a *pars orationis*. A *dictio* tem o potencial de se tornar parte do discurso e, como resultado, tornar-se parte de uma construção no jogo sintático. Dada a importância da *pars orationis* como elemento funcional do discurso, toda a reflexão gramatical converge na direção precisa de sua funcionalidade. Ou seja, a modística de TE é uma tentativa de dar conta do processo que vai da *vox* (som), passa pela *dictio* (palavra) e culmina na *pars orationis* (parte do discurso).

3.2 A METALINGUAGEM

A *G.E.* de TE, no que diz respeito a sua divisão de assuntos, é um exemplo típico de uma gramática modista. Ela se divide em três partes principais: *prooemium* (metalinguagem), *etymologia* (descrição das classes de palavras) e *diasyntheticica* (sintaxe). No *prooemium*, TE apresenta o vocabulário técnico e altamente especializado que emprega em seu texto.

O entendimento de certos conceitos elementares da metafísica e da lógica medieval é vital para a compreensão da terminologia gramatical empregada não só pelos modistas, mas também por todos os gramáticos medievais. Essas disciplinas filosóficas se derivam especialmente do pensamento aristotélico. Como mencionou-se acima, é peculiar a esse pensamento uma riqueza de termos que representam distinções como forma-matéria, substância-acidente, ato-potência, mudança-permanência, ente-essência, gênero-espécie. Os

modistas fizeram um uso intenso e variado desses conceitos tanto para estabelecer distinções entre classes de palavras quanto para diferenciar as categorias de sua metalinguagem. A dicotomia forma-matéria, por exemplo, é usada, por um lado, para explicar a diferença entre o verbo e o particípio² e, por outro, para estabelecer a distinção entre a palavra (*dictio*) e a classe de palavra (*pars orationis*). A palavra e a classe de palavras teriam um aspecto em comum: a expressão (*vox*), que seria sua matéria comum. A diferença “formal” entre as duas seria devida ao fato da palavra ter tanto a possibilidade de ser significada (*ratio significandi*), quanto o potencial de ser co-significada (*ratio consignificandi*), i.e., de representar uma classe de palavras e participar de uma sentença. De fato, TE emprega a dicotomia matéria-forma em grande parte de sua gramática.

Fundamentados no ideário metafísico corrente, os modistas entendem que as coisas do mundo possuem várias propriedades (*modi essendi*). Do ponto de vista da mente, essas várias propriedades possuem diversas maneiras potenciais de serem entendidas (*modi intelligendi passivi*). O intelecto percebe ativamente essas propriedades por meio de seus modos mentais de entender (*modi intelligendi activi*). Assim, a mente entende essas propriedades reais por meio de seus modos mentais de entender. Tais modos são capazes de apreender (atualizar) essas propriedades do mundo, as quais são potencialmente apreensíveis pelo intelecto.

Entretanto, a apreensão intelectual não tem uma relação direta com a linguagem: as coisas podem ser percebidas, entendidas e não serem nomeadas. Em um segundo momento, a mente impõe modos de significar (*modi significandi activi*) a determinados sons—as vocalizações (*voces*)—e, assim, as propriedades das coisas passam a ser significadas por meio de palavras. Ou seja, a mente designa vocalizações para os modos de entender e, nesse sentido, as expressões passam a significar as propriedades das coisas ao assumirem o estatuto de palavras. Em um terceiro momento, a palavra isolada é identificada como membro de uma classe de palavras (*pars orationis*) e como tendo o potencial (*ratio consignificandi*) de colaborar na construção de uma oração.

² O verbo e o particípio têm a mesma matéria e formas distintas, já que tanto o verbo quanto o particípio significam a propriedade da mudança e da sucessão (o aspecto verbal), que é sua matéria. Todavia, enquanto o particípio pode funcionar como nome substantivo ou adjetivo e, portanto, pode ser formalmente identificado com o nome, o mesmo não se dá com o verbo. Por exemplo, em latim, o particípio do verbo “correr”, *currens*, pode significar “correndo”, “aquele que corre” e “corredor”, i.e., tem uma natureza verbo-nominal. Dessa maneira, os modistas explicam a diferença essencial entre essas duas classes ao atribuírem uma similaridade material (a matéria verbal) entre o particípio e o verbo e uma distinção formal entre eles (a natureza nominal).

A interação entre o mundo, a mente e a linguagem, descrita acima, demonstra que para TE e sua escola existe uma completa interdependência entre a linguagem e a estrutura da realidade. Podes-e dizer que, na visão modista, a realidade estrutura a linguagem. Além disso, nessa espécie de interdependência, a mente que fornece a ligação entre as coisas e o que se pode dizer delas. A mente é capaz de fazer essa ponte graças a sua habilidade de perceber, significar e tornar funcionais as propriedades das coisas na linguagem. TE identifica as oito classes de palavras como o produto final desse processo. Ademais, na exposição de sua metalinguagem, o autor da *G.E.* demonstra que os modos de significar tanto permitem a distinção das propriedades das coisas que são designadas pelas classes de palavras quanto explicam a sua interação sintática.

Não é difícil de se observar, no rápido resumo do funcionamento do sistema modista supra-apresentado, que duas das dicotomias mencionadas anteriormente estão implícitas na compreensão desse sistema: ato-potência e matéria-forma. Os modistas entendem que as propriedades do mundo são passíveis de serem entendidas pela mente e significadas pela linguagem (potência): a mente tem o potencial de entender e a linguagem de dar significado às propriedades do mundo. Os modistas entendiam que o mundo em si mesmo é indiferente aos processos mentais. Ou seja, na mente haveria modos de ser entendido e de ser significado (potências) que poderiam ser ativados (passar ao ato) pelo contato com as propriedades do mundo. Portanto, na mente existiria uma relação dicotômica entre o entendimento virtual das propriedades das coisas do mundo (entendimento em potencial das diversas possibilidades ou modos das propriedades serem entendidas) e a disposição da mente de entender essas propriedades (as atualizações de algumas dessas possibilidades ou modos de ser entendidos que correspondem aos modos de entender). Da mesma forma, para cada modo de ser entendido corresponderia um modo de significar. No entanto, muitos modos de ser entendido não chegam a ser expressos por meio da linguagem e, portanto, há sempre um número menor de modos de significar do que de modos de ser entendido³.

³ Noam Chomsky, em seu livro *Lingüística Cartesiana* (1972, p. 46), menciona a presença das noções de estrutura profunda e estrutura de superfície na Gramática de Port-Royal e as ilustra com uma sentença-exemplo retirada dessa gramática: “Dieu invisible a crée le monde visible” (Deus invisível criou o mundo visível). Chomsky transcreve o seguinte trecho (da p.68) da Gramática de Port-Royal. (...) quando digo *Deus invisível criou o mundo visível*, há três juízos (proposições simples) em meu espírito contidos nesta proposição (complexa). Porque primeiramente julgo que *Deus é invisível*, 2. *que ele criou o mundo*, 3. *que o mundo é visível*. Destas três proposições, a segunda é a principal e a essencial da proposição. Mas a primeira e a terceira são somente incidentais e só fazem parte da principal, da qual a primeira constitui o sujeito e a segunda o atributo. Chomsky comenta essa passagem da seguinte forma: (...) a estrutura subjacente à proposição *Dieu*

Essa diferenciação entre *passivus* e *activus* fica clara quando se observa a distinção entre os modos de ser entendido (passivos) e os modos de entender (ativos) e entre os modos de ser significado (passivos) e os modos de significar (ativos): os modos passivos representam sempre a disposição de entendimento ou significação que a mente tem em relação às propriedades das coisas. Os modos ativos são as atualizações dessas disposições que dão origem a conceitos, no intelecto, e a expressões significativas, na linguagem. Além dessa diferenciação entre os modos de significar e de ser significado na aplicação da distinção ato-potência, há também outras duas diferenciações: uma de forma, entre os modos de ser, de entender e de significar, e uma de matéria, entre os modos passivos. Essas distinções são apresentadas no diagrama a seguir:

modo	matéria	forma
de ser	propriedade da coisa	disposição de ser
de entender	propriedade do intelecto	disposição de entender
de ser entendido	propriedade da coisa	disposição de ser entendida
de significar	propriedade da expressão	disposição de significar
de ser significado	propriedade da coisa	disposição de ser significada

Fonte: BURSILL-HALL, 1972, p.32

DIAGRAMA 3 - MODOS, MATÉRIA E FORMA

Como se vê acima, nos modos de entender e significar há uma diferença de matéria e há uma similaridade de forma entre o modo passivo e o ativo. Entre o modo de ser e os modos passivos de ser entendido e os modos passivos de ser significado há uma similaridade de matéria. No diagrama, na coluna encabeçada pela forma, resolveu-se traduzir *ratio*, como em *ratio intelligendi*, por disposição. A *ratio*, como se mencionou anteriormente neste trabalho, é uma espécie de quantidade de energia que as coisas têm para que possam

invisible a crée le monde visible consiste em três proposições abstratas, cada qual exprimindo um certo julgamento simples, embora sua forma superficial exprima somente a estrutura sujeito-atributo. Evidentemente, esta estrutura profunda é somente implícita; não é expressa, mas somente representada no espírito: “ora essas proposições incidentais estão muitas vezes em nosso espírito sem er expressas por palavras, como no exemplo proposto (viz., Deus invisível criou o mundo visível)” (CHOMSKY, p.46.). Guardadas as devidas diferenças, as construções básicas da *G.E.* de TE, de tipo SN V e V SN, a partir das quais seriam construídas todas as construções complexas, corresponderiam às formas profundas das expressões vocais estudados pelos gramáticos de Port-Royal.

existir e é também a força que o intelecto e a linguagem possuem para entender e dar significado às propriedades das coisas.

Em resumo, existem dois processos envolvidos na produção das partes do discurso: os elementos que consistem na expressão (*vox*), na palavra (*dictio*), e na classe de palavras (*pars orationis*) e as categorias que consistem nos modos de ser e no modo de entender e no modo de significar, ativos e passivos (*modi essendi, modus intelligendi activus, modus intelligendi passivus, modus significandi activus, modus significandi passivus*).

Segundo os modistas, a palavra, para ter qualquer sentido positivo, deve funcionar como um correlato de algo existente no mundo da realidade. A mente designa uma expressão (*vox*) para significar uma determinada propriedade real. O significado decorrente dessa designação é, todavia, incompleto até receber o sentido mais específico que a torna membro de uma classe de palavras. Para explicar essa passagem do estatuto de palavra (*dictio*) para o de parte do discurso (*pars orationis*), TE opera um refinamento na sua categoria do modo de significar. Primeiramente, ele divide essa categoria em duas outras: modo de significar essencial e modo de significar accidental. Em seguida, o modo de significar essencial é dividido em três modalidades: o modo de significar essencial geral, o modo de significar essencial subalterno e o modo de significar essencial especial. Por último, o modo de significar accidental é dividido em dois modos: o modo de significar absoluto e o modo de significar respectivo. No caso do modo de significar essencial essa divisão serve para diferenciar a essência de uma classe de palavras (modo de significar essencial geral) das palavras em si mesmas que podem entrar na lista de tal classe. Assim, enquanto o modo essencial geral é a definição de uma classe de palavras, o modo subalterno é o critério para a classificação de uma palavra como verbo, substantivo, advérbio, etc., e o modo de ser significado essencial especial é um refinamento do modo subalterno que atenta para as diferentes espécies de uma classe de palavras. O modo de significar accidental é dividido em absoluto e respectivo para que se classifiquem no primeiro caso (modo absoluto) as palavras independentemente de suas propriedades sintáticas e, no segundo (modo respectivo), as palavras enquanto elementos que entram em construções sentenciais. O diagrama abaixo procura ilustrar essas divisões:

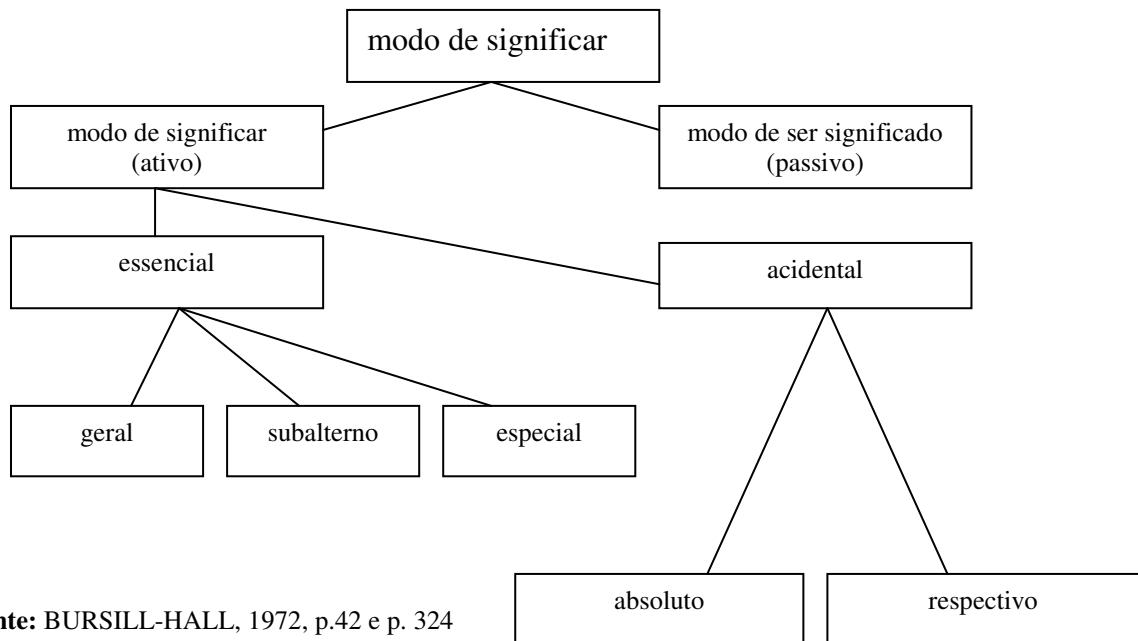


DIAGRAMA 4 - OS MODOS DE SIGNIFICAR

Enquanto as propriedades das coisas em si mesmas (*modi essendi*) e os modos dessas propriedades serem entendidas pela mente (*modi intelligendi*) fazem parte mais propriamente do campo de pesquisas do filósofo, os modos das propriedades das coisas serem significadas (*modi significandi*) são, por sua vez, aqueles que mais interessam aos gramáticos especulativos. É importante perceber que, antes que as percepções possam ser traduzidas em palavras, há estágios pelos quais a mente deve necessariamente passar: assim como a percepção e o entendimento de alguma coisa vêm depois da coisa em si mesma, o modo da propriedade ser entendida vem depois do modo da propriedade ser em si mesma. Todavia, o processo dessas fases iniciais, em que a mente constata a existência de entidades exteriores a si mesma e em que essas entidades têm suas propriedades percebidas pela mente e entendidas pelo intelecto é de pouco interesse para TE, já que sua pesquisa se concentra muito mais nos modos ativos de significar essas propriedades (*modi significandi activi*), porque é através desses modos que ele estabelece as diferenciações entre as classes de palavras e os tipos de palavras que pertencem a cada uma dessas classes.

É a partir das características de cada classe que o gramático é capaz de explicar o funcionamento de cada palavra na construção das sentenças. Apesar de seu pouco interesse pelas bases ontológica e epistemológica da linguagem humana, TE divide o modo de ser entendido em ativo e passivo para estabelecer um elo entre entendimento e significação: a

mente pode apreender uma propriedade ao transformá-la em um conceito, mas não pode significar esse conceito, porque, nesse estágio, a propriedade do ser em questão não tem uma palavra ou parte do discurso que a signifique. Um modo de significar só será ativado quando a mente selecionar uma vocalização (*vox*) que, então, materializará esse conceito. Portanto, é só depois da fase da apreensão, em que a mente apreende o conceito da coisa com o modo de ser entendido, que a percepção pode ou permanecer apenas um conceito ou ser significada e se tornar uma palavra.

É bom salientar que o modo de ser entendido está presente tanto na formação do conceito quanto no da palavra. No primeiro caso, o intelecto combina a percepção do modo de ser de uma propriedade com o modo dessa propriedade ser entendida e origina um modo de entender. No segundo caso, a linguagem designa uma vocalização (*vox*) que, com a adição de um modo de significar, significa a propriedade entendida pelo intelecto. Portanto, o modo como o intelecto entendeu uma propriedade (modo de entender) é o elo de ligação entre o mundo e a linguagem, uma vez que está presente tanto na origem dos modos de entender quanto na formação dos modos de significar. O diagrama abaixo ilustra essa relação entre o objeto no mundo real e os modos de entender e de significar:

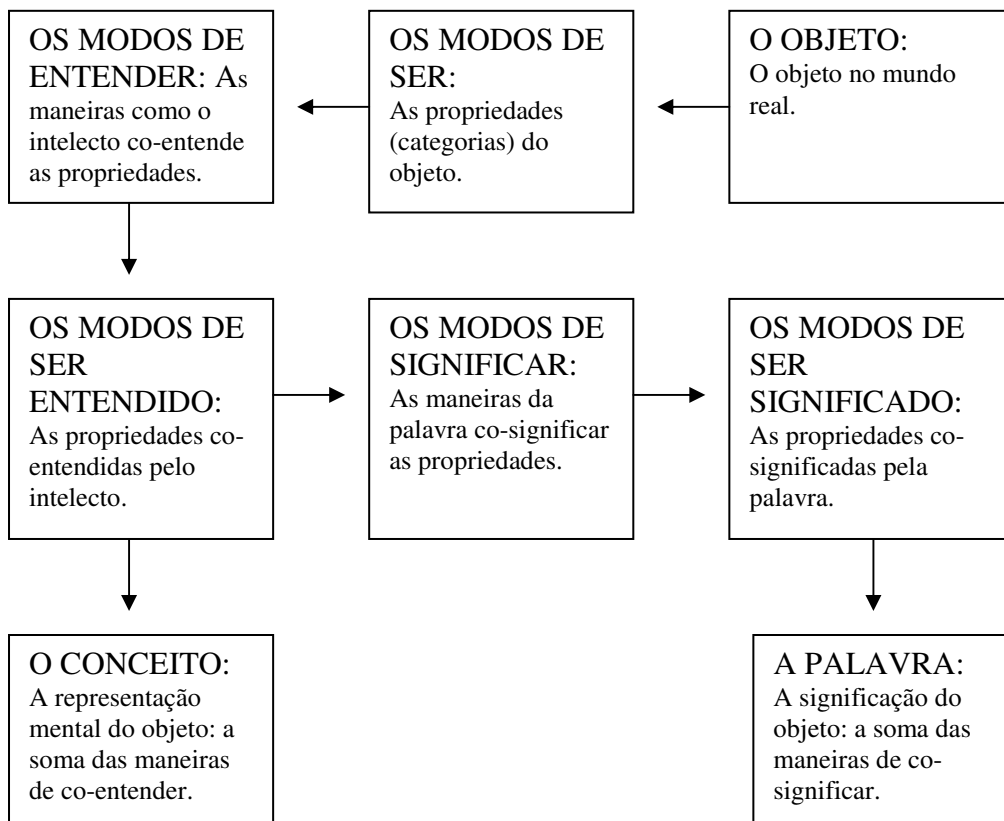


DIAGRAMA 5 – A ONTOLOGIA DOS MODOS DE SIGNIFICAR

É só no estágio em que a vocalização recebe sentido por meio do modo de significar que o trabalho do gramático realmente começa. O verdadeiro interesse do gramático está concentrado, portanto, no modo ativo de significar as propriedades das coisas. Mais particularmente, a pesquisa gramatical modista recairá nas dimensões funcionais desse modo, que são suas subcategorias: os modos absoluto e respectivo, e os sub-modos do modo essencial: o modo geral, subalterno e especial.

O modo essencial se constitui no aparato descritivo das oito classes de palavras consideradas por TE. Por exemplo, o modo essencial de significar a entidade “amor” é o modo da permanência, já que “amor” se refere a um indivíduo estável (substancial) do mundo das entidades reais (substâncias), como “alegria”, “cadeira”, “homem”, “cavalo”, etc. Logo, com base em seu modo essencial de significar, a palavra “amor” é classificada como um nome. Já o modo essencial da palavra “amar” é o modo da mudança, que é o modo essencial do verbo e, por isso, “amar” é classificado como membro da classe dos verbos.

A teoria sintática de TE descreve as classes e subclasses de palavras em termos de seus modos de significar essenciais e derivados. Os modos essenciais identificam a classe a que determinada palavra pertence—como se viu acima—, e os modos derivados especificam o funcionamento dessas palavras nas sentenças. De fato, na sintaxe modista, as partes do discurso são entendidas como construentes⁴ no processo de formação das sentenças.

Pode-se afirmar, resumidamente, que todos os submodos de cada classe são derivados de seu modo essencial de significar—é possível constatar isso no Diagrama 4 (acima). TE subdividiu seu modo de significar essencial em geral, subalterno e especial. Como foi afirmado anteriormente, o modo essencial geral serve para descrever a classe de palavras em questão e os outros dois modos descrevem a essência da classe nos seus detalhes. Por exemplo, no caso da palavra “amor”, o modo geral a descreve como um nome substantivo, o modo subalterno como um nome substantivo comum e o modo especial como um nome substantivo comum geral.

Embora todas as classes de palavras tenham o mesmo número de modos essenciais, algumas classes têm um número menor de modos de significar acidentais. Isso se deve ao fato de as entidades do mundo a que essas classes correspondem terem mais ou menos propriedades. Por exemplo, o nome, que sempre se refere a coisas existentes (reais), é a classe com o maior número possível de modos acidentais. Em razão desse pressuposto, das

⁴ Para mais esclarecimentos sobre o termo “construente”, veja o item “construção” no *Glossário*.

oito classes de palavras de TE, as quatro classes de palavras declináveis são as que possuem maior número de modos acidentais, o que é devido, justamente, a sua riqueza de propriedades (*accidentia*).

Em resumo, para TE, assim como para os outros modistas, cada palavra (*dictio*) significa alguns dos vários modos das propriedades das coisas do mundo serem. Além disso, ao receberem o estatuto de classe de palavras (*pars orationis*), as palavras não só significam os aspectos e as qualidades das coisas que existem no mundo real, mas também permitem que essas diferentes maneiras de ser das coisas sejam entendidas como funcionais e se combinem (co-signifiquem) na construção dos enunciados sobre o mundo real. A habilidade de significar em combinação com outra expressão se constitui na essência de uma classe de palavras—esse é o princípio geral de toda a teoria modista. Assim como uma classe geral de entidades diferencia-se em espécies, as diferentes classes de palavras constituirão as várias espécies desse princípio geral. Portanto, a gramática é vista pelos modistas como a essência (a substância) da linguagem e as oito classes de palavras são as distinções (os acidentes) mais gerais dessa essência. Por serem espécies de uma essência geral, cada classe de palavras além de ser a combinação da essência que divide com outra classe é também o resultado dos aspectos especiais que servem para diferenciá-la das outras classes. Em suma, cada classe de palavras é um feixe de modos de significar, dos quais um ou mais podem ser compartilhados com outras classes, enquanto alguns as singularizam. Para exemplificar a maneira como os modistas aplicam sua teoria, na próxima secção, o substantivo será tomado como paradigma da aplicação das categorias até aqui apresentadas.

3.3 O NOME

Na sua sistematização das classes de palavras, os modistas reservaram especial atenção à definição da classe dos substantivos ou nomes (*nomina*). Há uma importante razão que levou tanto os modistas quanto outros gramáticos medievais a se dedicarem ao estudo do substantivo (que doravante será chamado de nome) mais do que ao de outras categorias lexicais: a descrição do nome provavelmente servia como modelo para as descrições das outras classes de palavras e não era incomum que eles simplesmente se referissem às suas descrições dos modos acidentais específicos do nome quando discutiam certos aspectos das outras classes. Uma evidência nessa direção é o fato de, na divisão dos conteúdos das gramáticas especulativas, o nome vir sempre depois da metalinguagem e antes da descrição

das outras classes de palavras. A motivação filosófica por trás desse interesse pelo nome reside no fato, já discutido anteriormente, dele representar a classe que mais possui modos acidentais e, por isso, o maior número de propriedades apreensíveis pela mente. No entender dos modistas, o substantivo é, de todas as classes de palavras, aquela que se deriva mais diretamente das entidades perceptíveis (positivas) do mundo real.

Os latinos tardios (Prisciano e Donato) consideravam a substância, a qualidade e o caso como características fundamentais do nome. Para eles o verbo e o nome tinham um aspecto em comum: tinham naturezas substanciais, pois eram constituídos de som (matéria) e significado (forma). No séc. XIII, os gramáticos estavam interessados em esclarecer a diferença entre o verbo e o nome. Em seu estudo dos nomes, os medievais tinham como objetivo classificar todos os tipos possíveis de nomes.

Entretanto, nessa classificação, havia um problema: como classificar palavras como “negação” (*negatio*) e “ficção” (*figmentum*) que não tinham nenhum caráter positivo (que, na verdade, denotavam seres que não existiam)? A solução foi, no caso do nome, trocar a noção de *substantia*, que havia sido herdada dos romanos, pela de permanência, materializada sob o aspecto do *ens* (da entidade) a que um nome se refere—com isso se garantia que só os seres que realmente existissem entrariam na lista dos nomes. No caso do verbo—que não deve ser entendido como um ser do mundo, mas, antes, como uma relação entre seres reais—a noção de *substantia* é substituída (em contraste com o nome) pela de movimento em seu aspecto de *esse* (de trânsito e in-substancialidade). Esses dois aspectos—*ens* e *esse*—refletem dois princípios entendidos como característicos do mundo em suas diversas manifestações: o da permanência (mais típica das entidades) e a do movimento (mais notável nos verbos).

Assim, as noções de *ens* e *esse* permitiram aos medievais estabelecer não só um critério de diferenciação entre verbos e substantivos, mas também uma maneira de julgar se uma palavra deve ou não ser considerada um nome no sentido estrito do termo. Da noção de *ens*, TE deriva o modo de uma entidade (*modus entis*) que ele apresenta como o modo de ser da permanência e do repouso que está inerente em todo ser positivo. Dessa maneira, ele substitui a noção tardo-latina de *substantia* pela de *modus entis* em sua definição do nome.

Outra diferença entre a apresentação erfurtiana do nome e a efetuada pelos antigos é que, enquanto eles usavam a qualidade (*qualitas*) como um dos três aspectos principais do nome (que eram a substância, a qualidade e o caso), TE a substituirá pelo modo do conhecimento determinado, que, segundo ele, é derivado da propriedade da forma ou

qualidade. TE aplica a distinção matéria-forma na sua definição do modo essencial geral do nome (*modus significandi essentialis generalissimus*): a matéria do nome é o seu modo de um ente (*modus entis*) e a sua forma é o seu modo do conhecimento determinado. O nome tem em comum com o pronome o fato de ambos possuírem o modo de um ente (*modus entis*), que tanto TE quanto os antigos entendem como a parte material da substância. O modo do conhecimento determinado, que os gramáticos anteriores a TE chamavam de qualidade, distingue o nome do pronome, em particular, e, de maneira geral, distingue-o de todas as outras classes de palavras.

Além do modo essencial geral, que distingue o nome de todas as outras classes de palavras, TE também utiliza os modos subalternos e seus submodos no seu estudo da classe dos nomes. Os modos subalternos servem para que seja feito o inventário de todos os tipos de nomes que podem ser incluídos na classe. Os submodos dos modos subalternos são seus refinamentos. Ou seja, enquanto, por um lado, o modo de significar essencial é usado para que sejam estabelecidas as principais características da classe, os modos subalternos, por outro lado, são empregados na constatação do conteúdo morfossemântico da classe.

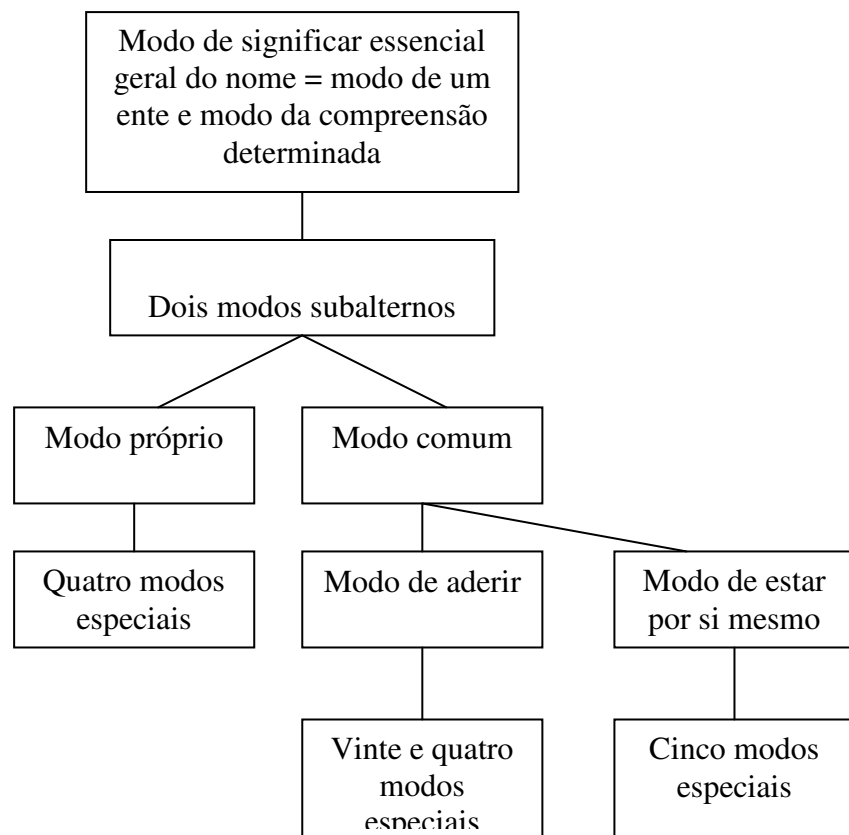
No caso do nome, TE estabeleceu dois modos subalternos que definiu como modo comum e modo próprio. O primeiro se deriva da propriedade da divisibilidade em partes subordinadas e se constitui no nome comum. O segundo se deriva da propriedade da indivisibilidade em partes subordinadas e se constitui no nome próprio. Há ainda mais uma divisão do modo comum: o submodo da independência e o submodo da adjacência. O primeiro deriva-se da propriedade da essência determinada (definida) e se constitui no nome substantivo. O segundo deriva-se da propriedade da aderência-à-substância-de-outro e se constitui no nome adjetivo.

Depois de estabelecer essas categorias e subcategorias, TE detalha o modo de independência (ou modo de estar-por-si-mesmo) ao dividí-lo em cinco modos especiais. O modo da adjacência é igualmente detalhado, porém, por meio de vinte e quatro modos especiais. Com isso, TE estabelece a relação de todos os tipos possíveis de nomes adjetivos e substantivos do latim. Além desses modos subalternos e suas subcategorias, TE divide o modo comum com o uso de mais quatro modos especiais.

É bom lembrar que os modos subalternos diferem dos modos especiais pelo fato dos primeiros estarem mais próximos da essência do nome, enquanto os segundos são

classificados entre os tipos mais específicos da classe de palavras e, portanto, exigem mais detalhamento.

Em resumo, em sua classificação dos nomes, TE primeiramente estabelece a diferença entre o nome próprio e o nome comum. Em seguida, o nome comum é dividido em nome substantivo e nome adjetivo. Por fim, o quadro é completado com uma relação quase exaustiva dos membros da classe. Ao levar em conta as devidas diferenças, esse procedimento é exatamente o mesmo que TE adotará em sua descrição dos modos de significar essenciais das demais classes de palavras.



Fonte: BURSILL-HALL, 1971, P. 358

DIAGRAMA 6 – OS MODOS DE SIGNIFICAR DO NOME

3.3.1 Os modos acidentais do nome

Os modos acidentais diferem dos modos essenciais pelo fato de expressarem variações que se originam fora da essência de uma classe de palavras. Segundo BURSILL-Hall (1972, p.55), se, por um lado, Donato apresenta uma lista de seis acidentes do nome (qualidade (*qualitas*), comparação (*comparatio*), gênero (*genus*), número (*numerus*), forma (*figura*) e caso (*casus*)), Prisciano, por sua vez, usa quatro acidentes da lista de Donato (gênero, forma, número e caso) e introduz mais um: a espécie (*species*). TE segue Donato e Prisciano ao prescrever ao nome os modos acidentais do gênero, da forma e do número. Segue somente Prisciano ao lhe atribuir o modo da espécie. Difere de ambos ao prescrever ao nome o modo da pessoa (*persona*) como um modo accidental.

Donato considerou a qualidade e a comparação (também chamada de *gradus*) como acidentes do nome. Para TE, esses termos denotam características que fazem parte do modo essencial e não são acidentais. A comparação e a qualidade funcionam como gêneros (*genera*) do qual podem ser criadas espécies (modos especiais). Dessa forma, segundo TE, a *comparatio* e a *qualitas* participam da essência em sua capacidade de gerar novas espécies. Portanto, diferentemente de Donato, TE não considera a comparação e a qualidade como acidentes do nome.

O modo essencial da qualidade é classificado de duas formas: 1) no sentido de “propriedade” (de que se deriva o nome próprio) e de “apelação” (de que se deriva o nome comum), a qualidade é um modo essencial subalterno do nome; 2) no sentido de gênero (de que se derivam outros nomes), a qualidade é um modo essencial especial do nome.

Diferentemente da qualidade, a comparação representa uma variação de um dos modos essenciais subalternos: o modo da adjacência ou modo de aderir. Por isso, três modos essenciais especiais (três espécies) podem ser derivados por meio do modo da comparação. Os adjetivos básicos (sem grau de comparação), os adjetivos comparativos e superlativos derivam-se desses três modos especiais. Assim, esses três modos dão origem a três tipos de nomes adjetivos que fazem parte da lista dos vinte e quatro tipos de adjetivos inventoriados por TE. Esses vinte e quatro tipos de adjetivos derivam-se dos vinte e quatro modos especiais que se originam do modo da adjacência. O Diagrama 6 traz uma visão de conjunto da lista de derivações que se acabou de apresentar.

Dos modos acidentais, somente os modos da espécie e da forma são modos absolutos, i.e., representam características que não dizem respeito aos traços morfossintáticos

do nome. Isso ocorre porque esses dois modos representam apenas os traços derivacionais do nome. Os outros modos acidentais são todos respectivos, ou seja, dizem respeito aos traços formais das palavras que lhes permitem, em virtude de seus modos apropriados, entrarem em construções sintáticas.

Portanto, TE dividiu os modos acidentais em duas categorias a partir de dois critérios: os modos absolutos são os modos derivacionais e os modos respectivos (além de também serem derivacionais) possibilitam às palavras o desempenho de seu papel sintático. Com essa distinção entre modos acidentais absolutos e respectivos, TE pode separar os aspectos derivacionais do nome de seus outros aspectos e, além disso, pode relacionar as características apropriadas às suas funções sintáticas. Por exemplo, enquanto *lapis* (“pedra”) e *lapideus* (“pétreo”) são, respectivamente, espécie (*lapis*) e forma (*lapideus*) do mesmo sentido básico, que se poderia chamar de *lapi-*, *lapis* e *lapideus* compartilham entre si de um significado puramente derivacional (limitado ao sentido básico *lapi-*) e não sintático. Já *lapidis* (“da pedra”), que também se deriva de *lapis*, tem um significado sintático (respectivo) que se sobrepõe ao seu significado meramente derivacional (ou seja, que extrapola o sentido básico *lapi-*). Isso significa que o sentido sintático do genitivo *lapidis* excede a fronteira semântica de *lapis*. É esse sentido “excessivo” que permite, por exemplo, a conexão entre *lapidis* e o nome comum *statua*, como, por exemplo, em *statua lapidis* (estátua de pedra).

Essa distinção entre modos acidentais absolutos e respectivos permitiu com que TE evitasse distinções sintáticas e morfológicas em sentido estrito e preservasse o caráter semântico de sua descrição. Adicione-se a isso a possibilidade que tal procedimento dá de se levarem em conta as características do nome que são passíveis de interpretação e se localizam entre os níveis sintático e morfológico. Como resultado desse procedimento, TE consegue superar as possíveis distinções arbitrárias de uma análise de níveis típicos.

3.3.1.1 Os modos acidentais derivacionais do nome: a espécie e a forma

Do ponto de vista do lingüista estruturalista, é possível que o aspecto mais estranho da teoria modista seja o fato de nela o significado ter precedência sobre a forma. Os modos de significar dão sentido às várias propriedades de alguma coisa, já que o modo de significar necessariamente deriva-se de alguma propriedade dessa coisa. Portanto, é sempre o significado original atrelado a uma propriedade do referente que tem que ser a base para a explicação do funcionamento de uma palavra e não seus aspectos formais.

Conseqüentemente, o critério formal que contradiz o critério semântico deve ser excluído. Por exemplo, enquanto para o lingüista estruturalista é um procedimento corriqueiro mostrar que *albedo* é derivado de *albus*, para TE e os outros modistas, isso seria impossível, porque “brancura” (genérica) existe no mundo antes que qualquer coisa (particular) possa ser identificada como “branca”.

Assim, no esquema de TE, a palavra tem a propriedade de representar o que a mente percebe de maneira ativa e se torna a expressão do significado dessa percepção. Ou seja, a coisa é primeiramente apreendida pelo intelecto e, em seguida, este lhe atribui um conceito e, possivelmente, uma expressão. Possivelmente, porque esse conceito pode ou não informar (dar forma) a uma vocalização (que é matéria passiva—som). Caso isso ocorra, a expressão passa a “sinalizar” uma coisa no mundo. Ou seja, enquanto os conceitos advêm de operações simultâneas entre a mente e o mundo—os conceitos são apreensões diretas das propriedades do mundo—, as palavras são os correlatos lingüísticos secundários dessas propriedades.

A espécie (*species*) e a forma (*figura*) são os modos acidentais usados por TE para apresentar as propriedades do nome que refletem os dois modos derivacionais utilizados em seu sistema. Essas noções funcionam como uma aplicação da distinção metafísica gênero-espécie e servem para diferenciar as palavras que se encontram dentro do domínio da mesma classe—como *albus* e *albedo*, que apesar de serem adjetivo e substantivo, são classificados na mesma categoria de palavras: o nome. A forma (*figura*) é a alteração de um formato primário, a espécie (*species*). Portanto, a espécie original pode ser alterada por uma mudança morfológica, mas essa alteração é sempre reflexo—e expressão—de uma diferença semântica. A espécie básica da palavra, portanto, está para sua forma derivada, como o gênero está para sua espécie. Por exemplo, “animal” é um gênero cuja espécie pode ser “homem”. Igualmente, “branco” é uma espécie básica de palavra cuja forma pode ser “brancura”.

A forma derivada pode ser simples, composta ou complexa. A necessidade de apontar para essas três maneiras de ser da forma não se baseia numa mera descrição formal, mas ocorre em virtude das relações semânticas para as quais elas apontam.

O modo de significar é um princípio científico, no sentido aristotélico do termo. A filosofia da ciência aristotélica postula que os princípios de uma determinada ciência devem advir originalmente de dados reais. A forma de uma palavra pode ser entendida como convencional e, portanto, um significado real não pode advir apenas da forma convencional de uma palavra. Isso significa que os modos de significar devem necessariamente derivar-se

da propriedade da coisa a que uma determinada expressão se refere. Ou seja, no sistema dos modistas, o significado vem de dentro para fora, i.e., é determinado de dentro para fora: as propriedades intrínsecas do mundo determinam os modos como devem ser significadas e moldam as expressões para que sejam preenchidas por esses modos de significar. O modo accidental da forma (*figura*), portanto, representa a geração de uma palavra-filha (uma subespécie) dentro da classe de palavras por meio de uma mudança (uma diferenciação) no formato da palavra-mãe (da espécie).

Enquanto o modo da forma corresponde à mudança morfológica, o modo da espécie é responsável pela derivação semântica da palavra. A espécie representa a fundação (base) de toda uma classe de palavras, já que é a forma significativa da palavra que não pode ser analisada em segmentos menores, i.e., em componentes significativos menores. O modo da forma e o modo da espécie são, portanto, complementares: a espécie está ligada ao significado original, enquanto a forma diz respeito ao formato simples e aos formatos compostos e complexos que se derivam desse significado primeiro. De fato, é a mudança de significado que produz a alteração do formato de uma palavra e nunca o contrário.

Por estar ligada às propriedades derivativas do sistema dos modos de significar, o modo da forma é o modo accidental pelo qual o nome pode significar as propriedades da indivisibilidade, da composição e da complexidade que se derivam das propriedades das coisas do mundo. A forma simples significa a primeira dessas propriedades por meio do modo da indivisibilidade, i.e., pelo modo das coisas serem simples (sem acidentes). As coisas compostas de forma e matéria são significadas pelo modo da forma composta. Por último, as coisas complexas são, obviamente, significadas pelo modo da forma complexa. A forma composta representa a propriedade das coisas que são divisíveis em partes que têm seu significado independente do todo. Já a forma complexa é formada por mais de dois membros dos quais uma parte é uma forma dependente, i.e., cujo significado não é independente do todo⁵.

Como se viu acima, o modo accidental da espécie exprime o aspecto derivacional do nome. Em sentido técnico, a espécie é utilizada para diferenciar as palavras derivadas de

⁵ A distinção de TE entre palavra de forma composta e de forma complexa pode ser comparada à diferença entre estruturas endocêntricas e exocêntricas. A diferença entre uma estrutura endocêntrica e uma exocêntrica é que, na primeira, a categoria do elemento resultante é a mesma dos elementos primitivos, enquanto na segunda o núcleo da palavra composta é de categoria diferente do elemento resultante. Por exemplo, no caso da derivação por composição em TE, palavras como “couve-flor” (nome + nome = nome), em que “couve” é o núcleo, são consideradas de forma composta (endocêntrica) e “guarda-chuva” (verbo + nome = nome), em que “guarda” é o núcleo, são consideradas de forma complexa (exocêntrica) com relação ao seu significado.

sua palavra-tipo, ou seja, de sua origem semântica. Uma palavra pode ser classificada em dois tipos: primário e secundário. O tipo primário significa a raiz da qual um significado secundário é derivado, por exemplo, *mons* (“monte”) e *montanus* (“montês”) partilham uma essência comum, o primeiro é um tipo primário e o segundo um tipo secundário. As espécies ou tipos secundários seriam reduções do significado da espécie ou tipo original: todos participariam do mesmo significado num grau relativo. Assim, o tipo primário, não reduzido em seu significado, corresponde ao modo de ser em sua forma primária (absoluta) e o tipo derivado (que é o tipo primário reduzido em seu significado) refere-se a uma nova forma criada por uma mudança (na verdade, uma diminuição) de significado e, portanto, deve ser expressa por meio de uma variação “morfossemântica”.

3.3.1.2 Os modos respectivos (sintáticos e derivacionais) do nome: o número, o caso, a pessoa e o gênero

Os modos acidentais respectivos permitem ao nome entrar em ligações sintáticas e formar construções com outros nomes ou com palavras de outras classes. De fato, devido à sua função sintática, os modos respectivos dão à expressão significativa (*dictio*) o estatuto de parte do discurso (*pars orationis*).

A seguir, esses quatro modos do nome serão apresentados do ponto de vista da teoria modista de TE. Na discussão do número, será revisitada a evolução histórica da noção de número que embasa a teoria de TE sobre esse modo. Na discussão do caso, será analisada a relação entre a noção de alteridade aristotélico-boeciana e a teoria do caso de TE.

3.3.1.2.1 O modo acidental respectivo do número

Em seu livro *The Mirror of Grammar*, Kelly (1984, p.87) apresenta o número (*numerus*) de três maneiras diferentes: como era entendido por Prisciano e como era definido por Aristóteles e Boécio. Prisciano entende o número como uma forma de palavra: *Numerus est dictionis forma, quae discretionem quantitatis facere potest* (O número é uma forma de palavra que possibilita a discriminação da quantidade) (PRISCIANUS, 1961, v.1, p.172-3).

Com base na definição de Aristóteles é possível entender o número de duas maneiras: como um segmento (*unitate*) de uma entidade maior (a multidão), ou como uma unidade distinta (*mensurata*) das outras unidades em que se segmenta essa entidade maior:

Numerus est multitudo unitate mensurata (O número é a unidade medida a partir da multidão) (*Aristotelis Metaphysica*, Livro X, cap. VI, 1056b33).

Ao discutir o problema da Trindade no livro que dedicou a esse assunto, *De Trinitate* (*Sobre a Trindade*), Boécio declara: (...) *pater filius spiritus sanctus unus non tres dii. Cuius coniunctionis ratio est indifferentia. (...) Principium enim pluralitatis alteritas est; praeter alteritatem enim nec pluralitas quid sit intellegi potest.* ((...) Pai, Filho e Espírito Santo são um só Deus, não três deuses. A razão dessa comunhão é a não-diferença (...) Com efeito, o princípio da pluralidade é a alteridade (a diferença do outro), pois, sem a alteridade a pluralidade não pode ser entendida.) (BOETHIUS, 1997, Livro 3, 10-13). Nesse trecho do *De Trinitate*, Boécio interpreta os dois sentidos para *numerus* que a definição aristotélica supracitada possibilitaria: 1) *numerus* corresponde aos números (*unitates*) utilizados para contar (enumerar) as coisas; 2) *numerus* é a coleção das entidades contáveis distintas (*mensuratae*) umas das outras. No primeiro sentido, os números são, na verdade, enumeradores das coisas individuais: duas cadeiras, três livros, dois sapatos, etc. No segundo sentido, os números surgem da diferença entre as essências (gêneros) das coisas. Por exemplo, “cavalo” e “homen” e “pedra” e “nuven” são dois pares de quatro gêneros distintos de coisas. TE chama o primeiro tipo de número de número material e o segundo de número das essências ou essencial. Assim a definição de número é dupla: o número se refere tanto às essências, que são conjuntos de indivíduos, quanto ao indivíduo como substância indivisível. Por exemplo, a expressão “uma pedra” refere-se a um único indivíduo, mas, ao mesmo tempo, supõe um universo de entidades identificadas como “pedras”. Igualmente, graças à natureza dupla do número (material e essencial) é possível enumerar os indivíduos que pertencem a um mesmo gênero, como em “uma, duas, três ovelhas” e, em seguida, exclamar: “há três ovelhas no aprisco”.

Por conseguinte, de acordo com a sua dupla natureza, o número designa a indivisibilidade (*unitate*) e é uma abstração da alteridade (*mensurata*): um marcador da individualidade das coisas em si e um enumerador que se origina da distinção entre os gêneros de coisas do mundo. Como o número é visto como um enumerador dos diferentes gêneros de coisas, a partir de Boécio e durante toda a Idade Média, o sentido de número fica intimamente ligado com o do verbo “contar” (*numerare*). Nesse sentido, “contar” significa enumerar as coisas positivamente distintas umas das outras de acordo com suas coleções (classificações).

De acordo com essa noção aristotélico-boeciana de número, só se enumera uma coisa como algo distinto de “outra” coisa. Portanto, a ênfase de Boécio está na

necessidade da existência de um “outro” (*alterum*) para que algo possa ser contado, i.e., para que a idéia de número tenha sentido. Desse modo, para Boécio, a possibilidade de que as coisas sejam contadas realiza-se na existência da relação de distinção (*alteritas*) entre um determinado ser e um segundo ser (*alterum*), que Boécio chama de “o outro” (*alterum*).

Aparentemente, a noção de alteridade em Boécio remonta aos pitagóricos (MARZOA, 1984, p.81). Para os pitagóricos, o uno é uma entidade transcendental absoluta e indivisível e, portanto, só o “dois” (a dualidade), o “três” (a tríade), o “quatro” (a quadra), etc. podem significar as relações de alteridade entre dois, três ou quatro unidades da mesma espécie. É por isso que, de acordo com a definição de Boécio no *De Trinitate*, a pluralidade surge da diferença, i.e., é necessário que haja “um outro” para que a enumeração exista.

Como se viu acima, Boécio foi o responsável por transmitir o princípio aritotélico-pitagórico da alteridade para o mundo medieval. Isso, entre outros fatores, deveu-se pelo motivo de Boécio ter vivido na fronteira entre a Antigüidade e a Idade Média (480-524 d.C.).

Além de Boécio ter escrito uma obra teológica em que discute o *numerus* (*De Trinitate*), e que foi amplamente comentada durante todo o período medieval, ele também transmitiu aos estudiosos subseqüentes uma parte do legado da lógica aristotélica através de traduções latinas. Tais traduções serviriam de base para os desenvolvimentos da lógica na Europa Ocidental até o séc. XII. A partir do séc. XII, o restante da obra de Aristóteles começou a ser traduzida para o latim e a obra de Boécio começou a ser relegada a um segundo plano. Apesar disso, a influência de Boécio na maneira como os medievais pensaram o *numerus* foi duradoura. Pode-se afirmar que na Idade Média a noção de pluralidade deriva-se diretamente do conceito de alteridade boeciano. Embora, depois de Aristóteles, Boécio seja o autor mais conhecido por tê-lo utilizado em sua definição do número, o termo *alteritas* (alteridade), na tradição filosófica cristã, remonta pelo menos a Agostinho de Hipona e é uma tradução da palavra grega *heterótes*, que significa tanto “diferença” quanto “identidade definida”.

Fiéis a sua tradição e à definição aristotélico-boeciana do número, os gramáticos do séc. XIII consideram a alteridade como a propriedade que permite com que um ente seja entendido como um indivíduo singular, na medida em que se diferencia de outros entes similares a si mesmo. Ou seja, a individualidade só pode ser percebida na diferença: “um” só existe em relação a “outro”. O número é, portanto, a pluralidade medida pela unidade que se distingue pela sua especificidade. São as diferenças, i.e., as características acidentais dos indivíduos que permitem que eles sejam diferenciados entre si. Todos os

gramáticos medievais partirão desse princípio que, como foi mencionado anteriormente, já se encontrava de forma seminal na *Metafísica* (ARISTÓTELES, 1970, V. xiii 1020a1).

Inspirados na definição aristotélico-boeciana, os modistas entendem o número de duas maneiras. Em primeiro lugar, eles consideram o número como o modo acidental do nome por meio de que se entende o indivíduo como uno e indivisível. Em segundo lugar, julgam o número como a distinção entre as quantidades distintas das diferentes espécies de coisas do mundo, ou seja, o número é visto como um enumerador que surge da diversidade entre os tipos de entes. Ao primeiro tipo de número chamam de número material, ao segundo, de número das essências ou essencial. TE seguirá de perto essa dupla definição e considerará que o nome singular é derivado do número material e o nome plural do número essencial.

Na *G.E.*, a propriedade do número é expressa nas inflexões do nome em termos de quantidade. TE definiu o número como o modo acidental que significa ou a propriedade da divisibilidade ou da indivisibilidade. Ele se baseia em Boécio, como se viu acima, e argumenta que os números existem fora da mente na multidão das unidades agrupadas e distintas entre si. Essas unidades têm uma dupla representação: 1) a unidade da coisa em si, i.e., distinta das outras coisas; 2) a manifestação contínua dessa mesma coisa como gênero, como o que ocorre entre “homem” (o indivíduo) e “humanidade” (a continuidade: “homem” entendido genericamente). O indivíduo, em termos gramaticais, refere-se aos diferentes tipos de nome, espécies de nome, e a continuidade se refere aos diferentes gêneros (conjuntos) de nomes. Duas propriedades se encontram nessa dupla representação do nome: a indivisibilidade, encontrada na coisa em virtude de sua unidade e a divisibilidade encontrada na coisa em virtude da multidão revelada pela repetição da unidade. O número é derivado dessas propriedades e é um modo acidental que significa a propriedade da indivisibilidade (a singularidade) e a da divisibilidade (a pluralidade).

3.3.1.2.2 O modo acidental respectivo do caso

De acordo com L. G. Kelly (1984, p. 87), o conceito de alteridade, além de ter sido a maior contribuição de Boécio para a teoria modista do número, também encontrou uma outra aplicação gramatical muito apreciada pelos modistas: sua utilização na teoria do caso. Como observou-se anteriormente, a alteridade (*alteritas*) indica a existência de duas coisas materialmente diferentes e se relaciona com um dos modos accidentais do nome: o número.

Como se sabe, o sistema de casos do latim fundamenta-se na marcação da forma “básica” das palavras do léxico com diferentes marcadores de caso: nominativo, acusativo, genitivo, etc. A aplicação da noção de alteridade às palavras a que se aplica o sistema de casos consiste no seguinte: os modistas observaram que cada palavra com marcação de caso é, na verdade, uma substituição de um elemento nominal (SN) da construção SN V ou V SN (em que V = verbo). Isso significa que o caso do nome estaria estreitamente ligado à sua posição na sentença. Por exemplo, enquanto o nominativo seria naturalmente o primeiro elemento da sentença SN V (em que o N é nominativo), o acusativo seria naturalmente o último, como em V SN. Para chegarem a essa conclusão, os modistas consideraram a ordem SVO (sujeito + verbo + objeto) como a ordem natural (*ordo naturalis*) das palavras em uma sentença latina. Para justificarem essa conclusão, os modistas utilizaram um argumento da metafísica aristotélica. Esse argumento é baseado no princípio segundo o qual as coisas existem antes de sofrerem qualquer modificação, ou, em terminologia da época, que *ens* (“o ente”) existe antes de *esse* (“o ser”). Isso significa que, por exemplo, a sentença *Petrus currit* (“Pedro corre”) denota primeiramente a existência de “Pedro” (um ente) e, em seguida, o fato de Pedro **ser** corredor. Como *Petrus* tem inflexão de caso nominativo, os modistas concluem que o modo nominativo significa a propriedade da anterioridade ontológica de “Pedro” sobre “correr” (“**ser** corredor”). Ou seja, de acordo com a ordem natural (metafísica), o nominativo sempre significaria o primeiro (e principal) elemento de uma sentença.

Para os modistas, os nomes com forma casual seriam os substitutos de um nome básico e essa substituição dependeria tanto de suas funções sintáticas (a ordem das palavras na sentença) quanto semânticas (o significado de cada caso). Em seu livro *Da Interpretação* (ARISTÓTELES, 1995, p. 119), Aristóteles define o nome como “o outro” do verbo: “(...) o verbo é sempre algo que se afirma sobre o outro (*kath’ etérou*)”. Baseando-se nessa definição aristotélica, os modistas identificaram o SN como “o outro” do V nas sentenças básicas de tipo SN V e V SN. O núcleo nominal do SN se manifesta através das formas casuais que expressam as funções sintáticas e semânticas do nome em seus diversos casos.

Para ilustrar a relação entre as formas casuais e sua “palavra-base”, os modistas utilizaram um esquema de substituição que se serve do paradigma da declinação do pronome relativo latino *quod* (que). Esse esquema é parecido com as perguntas que até hoje em dia se ensinam nas escolas para que os alunos identifiquem o sujeito e o tipo de complemento das sentenças, como em: “Maria comeu o bolo”, a que se pergunta: “**Quem** comeu o bolo?”, para

se identificar o sujeito, e: “**O que** Maria comeu?”, na identificação do objeto. Analogicamente, o “quem” da primeira pergunta estaria para o sujeito da sentença, como o “o que” da segunda estaria para o objeto. Então “quem” e “o que” significam (substituem), respectivamente, o sujeito e o objeto da sentença. Esse recurso de identificação das funções sintáticas das partes da frase é típico da gramática tradicional e que já era comum à época dos alexandrinos.

Como se viu acima, para os modistas o sujeito e o objeto são o outro do verbo nas construções (relações) de tipo SN V e V N. Em seu esquema de substituição, os modistas afirmam que o significado do nominativo é igual ao do “quem” do esquema de substituição apresentado acima. De fato, o “quem” substituiria “o outro” da sentença (o nome é “o outro” do verbo, segundo a definição de Aristóteles). Ou seja, o “quem” (*quid*, em latim) representa (ilustra) a função de nominativo, i.e., de algo que é independente (i.e., que é o primeiro e principal elemento da frase) e que, segundo os modistas, determina o sentido do verbo na frase. No mesmo sentido, “o que”, do exemplo do parágrafo anterior, substitui o N (o nome) que é “o outro” pós-posto ao verbo naquilo que os medievais chamam de *ordo naturalis* (ordem natural) da sentença latina: SVO.

Em resumo, ao discutir as propriedades sintáticas e semânticas dos casos, os modistas usaram os elementos do paradigma casual do pronome *quod* como expoentes (substitutos ilustrativos) da relação entre as palavras com flexão de caso e o nome que substituem. O esquema completo desse mecanismo de substituição é exemplificado abaixo:

O nominativo designa a coisa... (<i>nominativus designat rem...</i>)	...como o “que(-m)” equivale ao outro (ao N de SN V). ... <i>ut quid est alterum</i>)
O genitivo designa a coisa... (<i>genitivus designat rem...</i>)	...como o “cujo” equivale ao outro (ao N de SN V ou de V SN). ... <i>ut cuius est alterum</i>)
O dativo designa a coisa... (<i>dativus designat rem...</i>)	...como o “a que” indica que algo é dado ao outro (ao N). ... <i>ut cui acquiritur alterum</i>)
...etc	...etc

Fonte: KELLY, 1984, p.93

DIAGRAMA 7 – ESQUEMA DE SUBSTITUIÇÃO DE “QUE, CUJO, A QUE”

TE construiu sua teoria do caso com esse paradigma em mente. Dessa forma, ele parte da relação entre o verbo e o nominativo como exemplar das relações frasais entre palavras com marcação de caso e seus verbos. Em sua teoria, os nomes com formas casuais são antepostos ou pós-postos ao verbo na sentença. De acordo com a definição da *G.E.* “o caso é um modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome co-significa a propriedade do princípio ou do término” (ERFURT, 2006, cap. XIX). O “princípio” e o “término” são conceitos da física aristotélica que TE importa para a sintaxe.

Na física aristotélica, considera-se que um objeto em repouso, ao receber um impulso (*impetus*) parte de um princípio (*principium a quo*), depois percorre uma quantidade de espaço (*distantia*) e, finalmente, chega ao termo ou término de seu trajeto (*principium ad quem*). TE, bem como os outros modistas, transpõe esse modelo da física para o estudo das sentenças de tipo SN V SN, em que o SN inicial é entendido como o princípio (*a quo*) da sentença, o V como a ação (*distantia*) que se diferencia do agente e o SN final como o término (*principium ad quem*) da ação.

Um caso pode significar o princípio ou o término de uma ação. TE correlaciona cada caso de acordo com a posição que ocupa na sentença, que pode ser de princípio ou de término. Por exemplo, o nominativo significa somente no princípio da sentença, porque, como se viu acima, de acordo como a *ordo naturalis* (ordem natural das palavras na sentença), o nome que assume a forma de nominativo está sempre antes do verbo, no início da sentença. O acusativo, por sua vez, pode estar tanto no princípio, como em *me oportet* (me é devido), quanto no término da sentença, como em *scis me* (conheces-me).

Em resumo, cada caso é definido por meio de outros dois critérios principais: se é um modo de significar o constituinte primeiro ou final da construção (SN V ou V SN), e de acordo com sua substituição com a parte correspondente do paradigma de *quod*. Nesse sentido, o nominativo significa como membro primeiro e é igual a *quod*. O vocativo significa como membro final, sem traços distintivos. O genitivo, o dativo e o ablativo podem significar tanto como membros primeiros ou finais. O acusativo se restringe, normalmente, a ser um membro final. Todos, exceto o vocativo, tem traços distintivos específicos: *cuius, cui, quo, quem*.

TE chama o critério das posições dos casos na sentença de propriedade primária do caso. TE complementa sua teoria do caso com a descrição das propriedades que são significadas por cada caso particular, i.e., as propriedades particulares de cada caso. Essas propriedades complementares equivalem a cada caso: a existência individual do sujeito que

agrega atos verbais a si (nominativo), a propriedade de pertencer (genitivo), a propriedade de dar ou receber (dativo), etc. Essas propriedades semânticas se adicionam às propriedades sintáticas dos casos (ordem das palavras) e, por isso, são chamadas de propriedades secundárias.

Além dos critérios sintático e semântico, TE aplica um terceiro e último critério descritivo do funcionamento do sistema de casos latino: cada um dos casos, com suas propriedades primárias (critério da ordem das palavras) e secundárias (critério dos significados/funções particulares a cada caso), é correlacionado com um dos elementos do paradigma do pronome *quod* (*quod, cuius, cui, quem*, etc). Este é um critério semi-morfológico, uma vez que TE não correlaciona os casos aos traços significativos representados pelas marcações de caso do paradigma do pronome *quod* (“que”), mas sim ao fato de cada elemento e sua marcação representarem uma substituição ilustrativa das características sintáticas e semânticas de cada caso.

Portanto, em sua teoria do caso, TE utiliza três critérios distintos: o critério funcional da ordem das palavras, o critério semântico das propriedades secundárias de cada caso e o critério semi-formal do paradigma de *quod*. A finalidade desse último critério é correlacionar cada elemento do paradigma casual de *quod* com cada um dos casos e com os conjuntos de propriedades primárias e secundárias que eles agregam. Como resultado disso, os elementos do paradigma de *quod* são tratados como os expoentes da relação casual que se dá entre o elemento verbal (o V de SN V) e o “outro” (o N do SN V). Observe-se que o verbo é considerado o elemento dependente das construções de tipo SN V e V SN, que são os dois tipos básicos de construção da teoria modista. Essa dependência do elemento verbal com relação ao elemento nominal se baseia no princípio metafísico, apresentado acima, segundo o qual a existência das entidades reais precede ontologicamente todas as suas possíveis modificações: o ente vem antes do ser.

Apesar de sua teoria do caso ser a parte mais complexa e um dos assuntos ao qual se dá maior atenção na *G.E.*, em seu tratamento do caso, TE é incoerente com respeito ao resto de seu sistema gramatical, porque faz uso de dois critérios não-semânticos: o paradigma semi-formal de *quod* e o critério sintático da ordem das palavras na sentença. Para explicar o caso como um modo de significar acidental, TE deveria tê-lo explicado com critérios estritamente semânticos.

Não obstante a inconsistência de sua descrição do sistema de casos do latim, TE deu uma contribuição à teoria do caso ao demonstrar que um sistema de palavras que sofrem

inflexões é, ao mesmo tempo, paradigmático e sintagmático e esses dois aspectos precisam ser levados em conta numa descrição adequada de tal sistema (BURSILL-HALL, 1972, p. 60). Apesar disso, em virtude de sua mistura de critérios (sintático, semântico e semi-formal), pode-se afirmar que a teoria do caso é a parte menos satisfatória da teoria gramatical de TE (BURSILL-HALL, 1972, p. 60). Essa análise truncada do caso não se restringiria a TE, mas seria semelhante em todos os modistas (BURSILL-HALL, 1972, p. 60). Na descrição de TE, há sempre uma mistura de critérios semânticos e sintáticos e uma quase tentativa de justificação formal que consiste na analogia com o paradigma de *quod*, usado como expoente da relação entre o nome marcado pelo caso e as propriedades associadas a essa marcação. Ou seja, ao invés de fazer uma analogia (com *quod*) de tipo morfológico, ele faz apenas uma analogia de tradução de formas equivalentes. Assim, apesar do seu esforço, TE aparentemente falhou em sua tentativa de produzir uma teoria modista do caso.

3.3.1.2.3 O modo accidental respectivo da pessoa

O modo accidental da pessoa é o modo de significar com que é conotada a propriedade da fala do nome. O verbo adquire essa propriedade por meio da sua associação (*compositio*) como o nome. TE introduziu a pessoa (*persona*) como um modo accidental do nome. Em todas as coisas racionais há a propriedade da “fala” (da comunicação) e essa propriedade, a que se dá o nome de pessoa, é derivada desse fato e constitui um dos modos accidentais do nome. Há três variações possíveis da propriedade da fala:

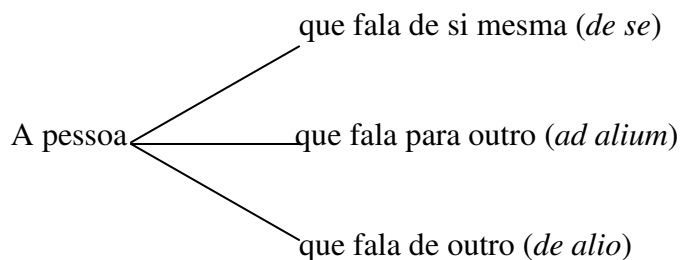


DIAGRAMA 8 – AS FALAS DAS PESSOAS DO NOME

Portanto, a pessoa é um modo do nome ser significado e é através desse modo que a propriedade da fala (da comunicação) é significada. Essa propriedade é significada de três

maneiras: pelo modo de significar a propriedade de falar de si mesmo, de falar com outra pessoa, e de falar sobre outra pessoa.

TE dedica especial atenção aos modos acidentais do nome porque eles são traços que se encontram em outras classes de palavras. Consequentemente, ao discutir as outras classes, TE não repete a descrição dos modos acidentais sobre os quais já versou em sua apresentação do nome, mas se limita à simples menção de que tal modo accidental de tal classe de palavras é o mesmo que fora previamente apresentado em sua discussão do nome. Esses modos acidentais que estão presentes no nome e que podem ser encontrados nas outras classes de palavras são os seguintes: espécie (no advérbio e na conjunção), forma (no pronome, no verbo, no particípio, no advérbio e na conjunção), número e pessoa (no pronome, no verbo e no particípio), e, por fim, o gênero (no pronome e no particípio).

3.3.1.2.4 O modo accidental respectivo do gênero

Prisciano introduziu a idéia de geração na sua apresentação do gênero. Na terminologia de TE, gênero é o modo de significar derivado das propriedades passiva ou ativa que são mais facilmente encontradas nas coisas separadas. As coisas separadas são todas as coisas compostas de forma e de matéria (hilemórficas), tais coisas apresentam duas propriedades gerais: agir e/ou sofrer uma ação. Segundo, TE, essas propriedades são atribuídas com mais exatidão às coisas separadas das quais o nome pode significar a propriedade de agir, de sofrer, ou ambas. Prisciano também introduziu a idéia de engendramento em que há dois gêneros principais (masculino e feminino) e todos os outros gêneros adquirem seus epítetos de gênero por sua predicção dos gêneros principais. O gênero é associado aos poderes de procriação em que o masculino é o agente ativo e o feminino, o passivo. Portanto, o masculino e o feminino são, por natureza, ativo e passivo respectivamente.

O gênero é diferenciado, em termos das propriedades proporcionais de força ativa ou passiva, em: masculino, feminino, neutro, comum ou epiceno. O masculino é o modo de significar em virtude da propriedade de agência ativa e o feminino é o modo de significar da aceitação passiva de um ato. O neutro é um gênero autônomo que se refere a uma propriedade que não é nem masculina, nem feminina. O comum—um gênero cujo modo de significar é preenchível pelo masculino, pelo feminino ou pelo neutro—pode se referir a qualquer um desses três gêneros. Por fim, o epiceno refere-se tanto ao masculino quanto ao

feminino. Como são preenchíveis pelo significado dos outros gêneros, o comum e o epiceno não são considerados como gêneros em sentido estrito.

O diagrama a seguir ilustra os seis modos acidentais do nome, tanto respectivos (sintáticos) quanto absolutos (derivacionais):

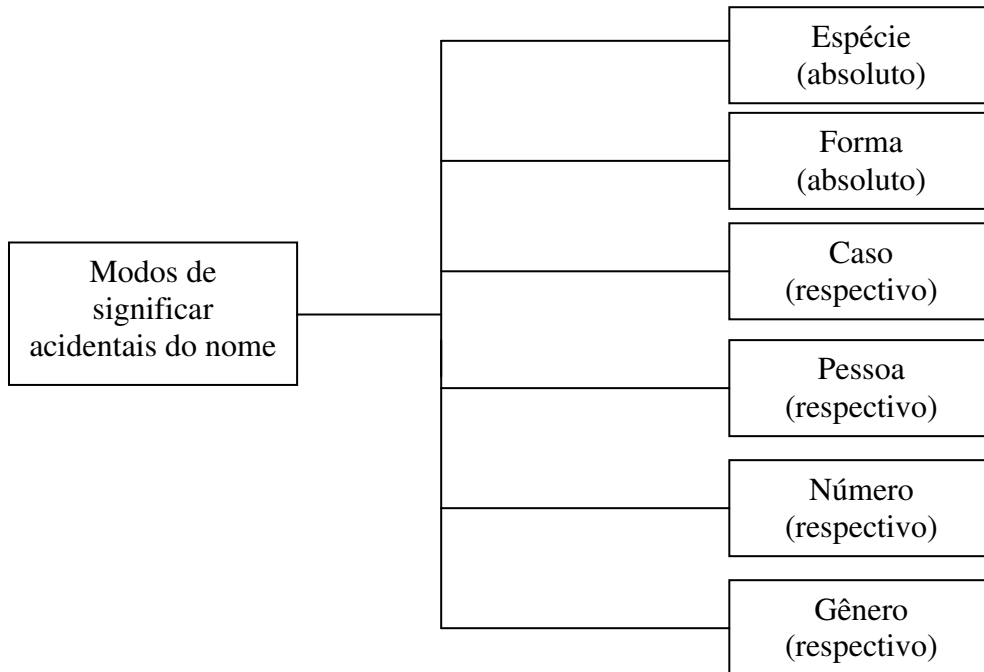


DIAGRAMA 9 – MODOS DE SIGNIFICAR ACIDENTAIS DO NOME

3.4 O PRONOME

Prisciano considerava os pronomes como palavras que designam a substância independentemente das suas qualidades, ou seja, para ele, os pronomes são formas puramente demonstrativas. Em consequência disso, esse gramático tardo-latino empregava a substância como critério de diferenciação entre o nome e o pronome. TE e os outros modistas seguem Prisciano em sua definição do pronome, mas, de uma maneira um pouco diferenciada, pois não recorrerem diretamente às noções de substância e qualidade. Para explicar a perda das qualidades substanciais no pronome, Prisciano introduziu o conceito de demonstração (*demonstratio*) e relação (*relatio*), que se referem à natureza dupla do pronome que lhe permite ter a substância presente (demonstração) ou ausente (relação) de sua forma pronominal. Donato, por sua vez, introduziu o conceito de qualidade (*qualitas*) para explicar essa mesma ambigüidade e, para isso, dividiu a classe dos pronomes em pronomes de

qualidade específica (o que corresponde à demonstração) e pronomes de qualidade não específica (o que é equivalente à idéia de relação). TE considerou as terminologias de Donato e Prisciano como equivalentes. O desenvolvimento que se percebe na teoria do pronome de TE em relação à de seus antecessores latinos é que, embora ele também use os termos *demonstratio* e *relatio*, considera-os parte dos modos subalternos essenciais do pronome. Isso significa que a demonstração e a relação são duas características gerais da natureza do pronome e não duas subespécies de pronome. Dessa forma, seus *pronomem demonstrativum* e *relativum* não são subclasses da classe dos pronomes, como pensava Prisciano. Em resumo, para TE, a demonstração e a relação representam dois aspectos da essência do pronome: eles demonstram a presença ou a ausência das características substanciais do nome e essa dualidade é o traço fundamental do pronome.

Pedro Helias foi gramático no início séc. XII e seu comentário sobre Prisciano o aponta como um dos precursores da modística. Fundamentado na metafísica corrente no início do séc. XII, Pedro Helias entendeu o termo substância de três maneiras: como matéria (*prima*) informe, como forma (simplesmente) e como um composto de matéria e forma (hilemorfia). Em termos gramaticais, o nome pode ser entendido como o último desses significados: um composto de matéria (sua expressão, seu som significativo) e uma certa forma (o significado que precede o som que é designado para veiculá-lo). Já o pronome identifica-se com o primeiro desses três significados: o de matéria informe. O nome e o pronome teriam a mesma matéria em comum (o som), mas só o nome possuiria substância, i.e., uma forma independente que adviria de seu modo de significar o estar-por-si-mesmo. Apesar de não ter significado próprio, o pronome é capaz de ser determinado pela forma do nome e, assim, o pronome possuiria uma forma determinada pelo nome. Ou seja, a forma (o modo de significar o estar-por-si-mesmo) do pronome é um elemento em potencial, presente ou ausente na matéria do pronome. Como os pronomes possuem apenas formas emprestadas dos nomes, não é possível derivar modos subalternos deles em sentido estrito. No caso do nome, os modos subalternos são derivados do modo essencial do nome e, em seguida, é feito um inventário dos diferentes tipos de nomes. No caso do pronome, ao invés disso, os modos subalternos simplesmente indicam valores diferentes para o mesmo pronome. Como resultado disso, a *demonstratio* e a *relatio* são dois valores diferentes que indicam a presença ou a ausência da forma substancial e, obviamente, nunca aparecem juntas no mesmo pronome.

Em sua análise do pronome, TE segue o mesmo padrão de sua descrição de todas as classes de palavras: ele dá a definição da classe de palavras com o modo geral e dá detalhes sobre o tipo de palavras a serem incluídas nessa classe com os modos subalterno e específico. Assim, na primeira parte de seu método descritivo, TE expõe a essência da classe no que ela tem de geral com todas as outras classes e, na segunda parte, o aspecto dessa classe que a faz única. Como mencionou-se acima, tal método é característico da descrição que TE faz de todas as classes de palavras.

TE classificou o pronome como a classe de palavras que significa por meio do modo de um ente (*modus entis*) e pelo modo da apreensão indeterminada. Isso quer dizer que o pronome é uma classe que só significa a substância enquanto especificada por meio de outra classe, que, nesse caso, é a classe dos nomes. Essa é exatamente a descrição do modo essencial geral do pronome ser significado. Em sua definição do pronome é provável que TE tenha tentado estabelecer um contraste simétrico com sua definição do nome. Ele contrasta o conhecimento definido, que é a propriedade principal do nome, com o conhecimento indeterminado, que é o aspecto central da definição do pronome. O conhecimento indeterminado é o membro não marcado desse contraste e serve para mostrar a capacidade de ser enformado do pronome. Em seu estudo do pronome, TE consegue demonstrar que o modo de significar da classe dos pronomes, apesar de significar a substância sem a qualidade, é um modo de ser positivo (real) porque também pode referir-se a uma propriedade do mundo.

Os modos subalternos essenciais do pronome derivam-se da segunda parte do seu modo essencial geral: o modo do conhecimento indeterminado. Eles são usados na listagem de todas as palavras que possuem a mesma essência do pronome e para que sejam distinguidas as suas características particulares. TE divide os modos subalternos em três grupos contrastantes: 1) demonstrativos e relativos; 2) primitivos e derivativos; 3) substantivos e adjetivos. Os modos primitivo e derivativo, de que se derivam o pronome primitivo e o pronome derivativo, vêm das mesmas propriedades que as espécies (*species*) primitivas e derivadas do nome. Todavia, enquanto no nome elas são modos acidentais, no pronome, por sua vez, são modos subalternos essenciais. Essa mudança ocorre porque, enquanto no nome, por um lado, esses dois modos representam modificações, mudanças acidentais, no tipo de nome, no pronome, por outro, essas mudanças dão origem a pronomes diferentes. Assim, enquanto *ego* é um pronome substantivo, *meus*, que é sua forma derivada, é um pronome adjetivo derivativo. Assim, TE usa a noção de espécie (*species*) para criar

subclasses do pronome. Como TE não podia contar com a idéia de qualidade como modo accidental na sua descrição das diferentes espécies de pronome, criou o dualismo substantivo-adjetivo em sua classificação.

Como se mostrou anteriormente, a demonstração expressa a propriedade da certeza e a relação a propriedade da incerteza. A primeira constitui o pronome demonstrativo e a segunda o pronome relativo. O pronome demonstrativo era entendido da perspectiva do grau de demonstração dos pronomes: *ego* representa a propriedade da demonstração em seu mais alto grau, em seguida, vem *tu*, num grau mais baixo, e assim por diante. Dessa maneira, na apresentação que TE faz dos pronomes, as relações de subjetividade e objetividade dos pronomes são expressas em termos estritamente semânticos.

Como se viu acima, no pronome, a *demonstratio* e a *relatio* representam aspectos da substância (da essência) do pronome e não podem ser entendidos como modos accidentais. Entretanto, como se observou acima, os pronomes não têm essência própria. Apesar disso, o pronome tem uma essência virtual (que pode ser emprestada do nome) e, por isso, a demonstração e a relação são vistas como modos essenciais subalternos. Entendidos como aspectos diferentes da mesma essência, os modos subalternos podem receber novos refinamentos que serão seus modos especiais. Derivado dos modos subalternos do pronome, o pronome adjetivo derivativo divide-se em dois modos especiais. O primeiro significa a posse e se constitui no tipo de pronome tradicionalmente descrito como o adjetivo pronominal, de que são exemplos os seguintes pronomes: *meus*, *tuus*, *suus*. O segundo modo especial é o pronome derivativo gentil, que significa por meio do modo de ser hereditariamente. Exemplos do pronome derivativo gentil são *nostras* e *vestras*.

Para Donato, o pronome tem seis acidentes: qualidade, gênero, número, forma, pessoa e caso. TE segue Donato à risca, com uma única exceção: ele coloca o aspecto da qualidade entre os modos essenciais subalternos. Com respeito aos outros cinco acidentes, tudo que TE declara sobre o nome aplica-se igualmente ao pronome. Nesse ponto, a diferença entre TE e Donato, como foi ressaltado acima, é que TE inclui a qualidade entre as propriedades essências subalternas. No caso do nome, os diferentes tipos de nome se originam dessas propriedades. Como foi apresentado acima, TE usou a comparação e a relação, que também eram considerados como acidentes por Donato, como aspectos substanciais (essenciais) do pronome.

A diferente atribuição da qualidade no nome e no pronome por TE gira em torno da diferença entre o que ele entende por acidente e modo accidental. Para TE, um acidente é um atributo derivado de uma classe de palavras e está em contraste com a propriedade peculiar dessa classe como parte de sua definição. Por exemplo, na classe dos nomes, os modos essenciais subalternos podem ser entendidos como accidentais em relação aos modos essenciais gerais. Os modos essenciais gerais relacionam-se às características mais gerais de uma classe de palavras. No caso do nome, as características mais gerais, por meio de que se define a classe dos nomes são representadas pelo modo de estar-por-si-mesmo e pelo modo do conhecimento determinado. Tudo o que excede esses dois modos gerais do nome pode ser considerado accidental ao nome. Para exemplificar: o fato de existirem nomes próprios e comuns é accidental com relação a essas duas características mais gerais do nome. Isso não significa que ser comum ou ser próprio esteja em contraste com a essência geral do nome—os modos próprio e comum são modos essenciais subalternos—, isso significa apenas que os nomes próprios e comuns têm características semânticas e morfológicas adicionais à definição mais geral do nome. Ou seja, o fato de um nome ser próprio ou comum não expressa nenhuma variação na essência do nome.

Um modo accidental, por sua vez, está em contraste com o modo essencial de uma classe de palavras e é, portanto, um aspecto que a classe de palavras recebe para expressar variações em sua essência, as quais se originam fora de sua essência. O número é um modo accidental porque expressa um entendimento que se adiciona à compreensão essencial de uma classe de palavra: “navios” acrescenta algo ao significado essencial de “navio”—a expressão no plural significa outra coisa em relação à expressão no singular.

Em resumo, Para TE, um acidente é um termo meramente formal de referência, enquanto um modo accidental é algo que precisa ser expresso em termos semânticos, mesmo que essa formulação baseie-se em critérios morfológicos (como no caso do número), os quais serão sempre considerados incidentais.

Como a qualidade, a comparação e a relação não podem ser expressas como modos accidentais do pronome, TE as utiliza como instrumentos formais de contraste entre as diferentes espécies de pronome.

O diagrama seguinte ilustra as relações entre os modos subalternos do pronome:

Substantivo		Adjetivo	
Demonstração	Relação	Demonstração	Relação
		Primitivo/derivativo	Primitivo/derivativo

DIAGRAMA 10 - OS MODOS SUBALTERNOS DO PRONOME

3.5 A SINTAXE DOS MODISTAS

Segundo ROBINS (1980, p.232) a sintaxe ocupava um lugar central na gramática da Alta Idade Média. Um texto do séc. XIII (THUROT (1868, p.213) apud ROBINS (1980, p.232)) contém a seguinte afirmação: *Studium grammaticorum praecipue circa constructionem versatur* (O estudo dos gramáticos é voltado, sobretudo, para a construção.). Os escolásticos criaram um conjunto básico de elementos sintáticos e de relações que não tinham ligação direta com a morfologia, mas sim com a semântica. Esse trabalho foi feito dentro dos parâmetros das interpretações medievais da filosofia aristotélica, especialmente aquela de Tomás de Aquino.

A sintaxe medieval limitou-se basicamente às sentenças declarativas. Embora houvesse diferenças teóricas entre os vários gramáticos (PINBORG, 1972, p.120-126; apud ROBINS, 1980, p. 233), de um modo geral, todos os modistas estavam de acordo em relação aos pontos principais de sua teoria sintática, por isso é possível utilizar a discussão desse assunto de acordo como ela é encontrada na *G.E.* de TE, principalmente por se tratar de uma gramática modista de um período relativamente tardio do movimento.

Eram reconhecidas duas estruturas básicas: SN V e SN V SN. A ordem desses elementos era considerada natural (*ordo naturalis*) e, portanto, o critério da ordem das palavras na sentença era utilizado na descrição. O primeiro SN era designado como suposto e o V como aposto. TE exemplifica esses termos com a sentença: *Socrates currit* (Sócrates corre) (ERFUT, 2006, cap. XLVIII , 95). TE também afirma que o suposto está na terminação do verbo quando a sentença é formada somente por um verbo, como em *Intelligo* (Entendo). Em construções copulativas como *(ego) sum albus* e *(ego) vocor Adrianus, albus* e *Adrianus* são descritos como *appositi determinatio* (determinação do aposto). Assim, segundo TE, toda sentença completa deveria ter um suposto (um núcleo nominal de SN) e um aposto (um núcleo verbal de SV).

A partir da estrutura básica SN V é formada uma *constructio intransitiva* (construção intransitiva), como *Socrates currit* (Sócrates corre) ou *Socratis interest* (A Sócrates interessa). A partir da estrutura básica SN V SN é formada uma construção transitiva, como *Socrates percutit Platonem* (Sócrates bate em Platão). O critério é saber se a sentença é formada por duas pessoas gramaticais distintas ou por dois SN's não correferenciais (os reflexivos são considerados um caso especial de construções transitivas, como *Socrates diligit se* (Sócrates gosta de si mesmo)). O mesmo critério é usado em sentenças mais complexas como: *Socrates albus currit bene* (O pálido Sócrates corre bem), em que *Socrates albus* e *currit bene* são duas construções intransitivas porque se referem somente a uma pessoa: Sócrates. Já frases nominais como *similis Socratis* (igual a Sócrates) e *filius Socratis* são consideradas transitivas porque envolvem dois SN's não correferenciais.

TE define a *constructio* (construção) como a relação entre duas palavras:

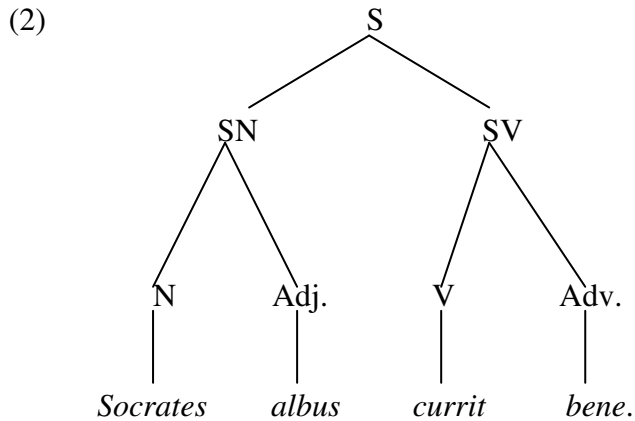
A construção (sintática) é a combinação dos construentes (*constructibilia*), que se origina dos modos de significar, cuja finalidade é expressar um conceito composto da mente (ERFURT, 2006, Cap. XLVI, 90). (...) os construentes de uma construção não são muitos, mas não mais que dois, porque, como ficará evidente, a construção é causada pela dependência de um construído no outro e essa dependência não vai além de dois (elementos), a saber: o dependente e o determinante. Portanto, em uma construção não existem mais que dois construídos principais, a saber: o dependente e o determinante (ERFURT, 2006, Cap. XLV, 89).

Ou seja, na *G.E.* não existe nada parecido com uma estrutura de constituinte: nenhuma relação jamais se refere a um grupo de palavras entendidas como uma unidade. Isso significa que as representações arbóreas utilizadas na análise de constituintes imediatos da gramática gerativa não podem ser aplicadas na representação da análise modista, uma vez que as representações gerativas transmitem não somente as relações sintagmáticas—as únicas que existem, de acordo com a sintaxe modista—, mas também representações de ordem.

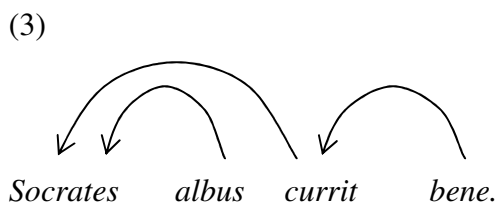
Por exemplo, uma sentença como:

(1) *Socrates albus currit bene.* (“O pálido Sócrates corre bem.”)

De acordo com a gramática gerativa, é representada assim:



Segundo a definição de TE, a última dessas ligações seria impossível, já que uma construção é sempre uma ligação entre duas palavras e nunca entre dois grupos de palavras. Ou seja, enquanto uma representação arbórea gerativa representa tanto a dominância quanto a precedência entre os elementos de uma sentença, a sintaxe modista contempla apenas as relações um-a-um entre as partes do discurso individualmente. Assim, na análise de TE, *Socrates* se liga diretamente a *currit*, numa relação entre um termo independente (a pessoa gramatical) e um termo dependente (o verbo), e, de um modo similar, *Socrates* se liga a *albus* e *currit* se liga a *bene*. Portanto, uma análise modista da sentença (1) geraria a seguinte representação



Com uma pequena alteração na ordem das palavras para deixar as relações de dependência entre os termos mais salientes, tem-se:

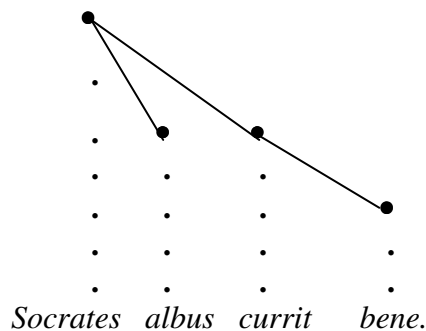


(As setas vão dos termos dependentes aos termos determinantes (independentes).)

Em (4) é possível observar que as setas convergem do adjetivo para o substantivo, do verbo para o substantivo e, finalmente, do advérbio para o verbo. Igualmente, a partir da observação de (4), fica clara a relação de dependência entre as classes de palavras, tal relação coloca o nome e o verbo como classes fundamentais da linguagem e as outras classes como modificadores dessas duas classes principais. Além disso, uma vez que a

gramática modista tem a interpretação medieval da metafísica aristotélica como base filosófica, os especulativos davam proeminência aos entes positivos do mundo e, portanto, consideravam o verbo como dependente do nome. Com mais precisão, pode-se dizer que o sujeito é sempre o determinador da sentença porque, em termos de ontologia aristotélica, a substância, que é co-significada pelo nome, é anterior à predicação que é co-significada pelo verbo. Ou seja, essa relação hierárquica entre os elementos constitutivos da frase tem sempre um primeiro (*primum*), que corresponde ao elemento independente ou determinante, que tem uma relação mais direta com a realidade, e um segundo (*secundum*), que corresponde ao elemento dependente e que tem uma relação menos direta com a realidade. COVINGTON (1984, p.39), utilizando as convenções diagramáticas da gramática de dependência, representa essa relação entre cada *primum* e cada *secundum* da sentença (4) da seguinte maneira:

(5)



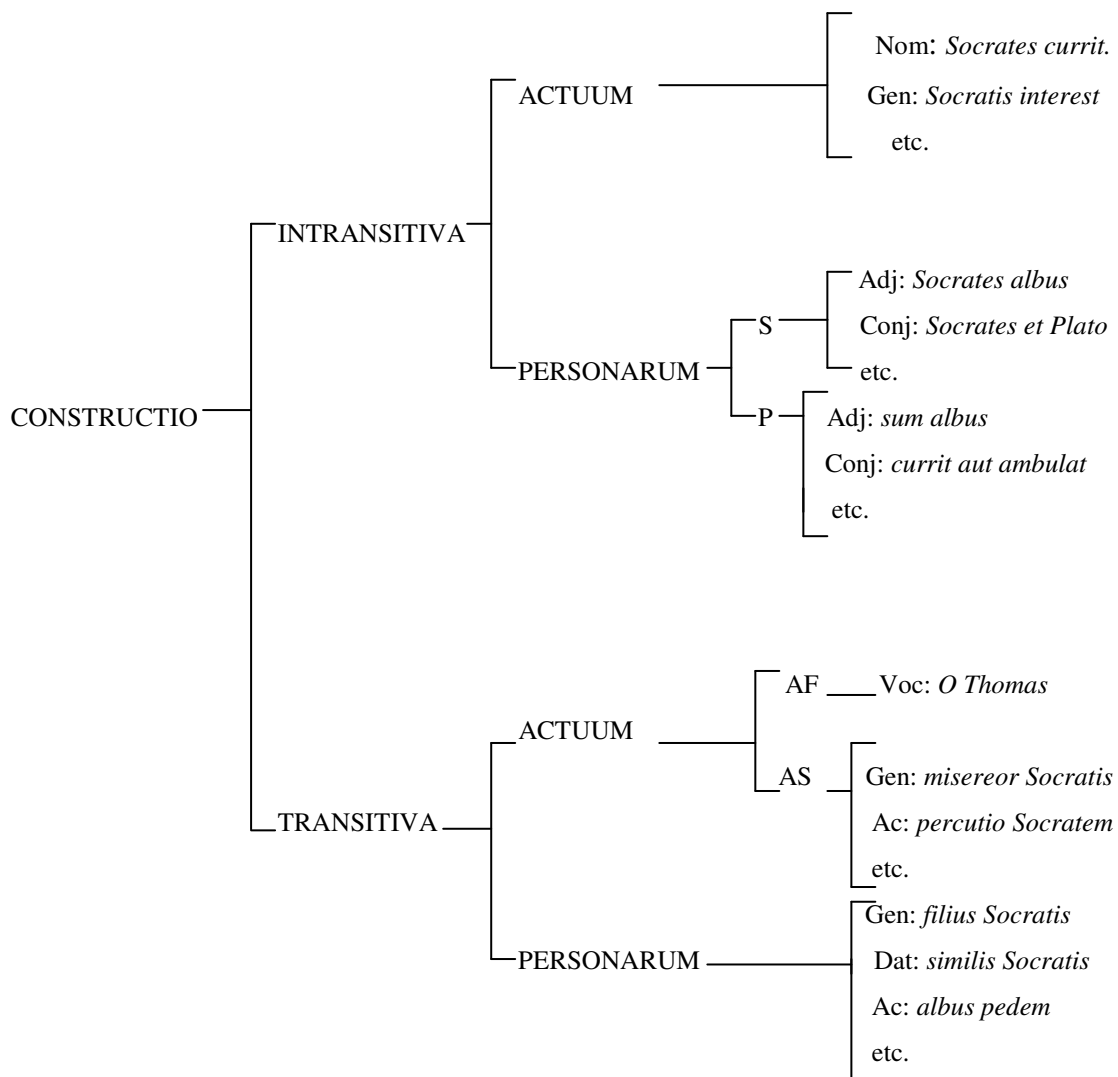
(As linhas ligam elementos menos substantiais (em posições mais baixas) a mais substantiais (em posições mais altas))

Fonte: COVINGTON, 1984, p. 39

Michael A. Covington (1984, p.36) cita Tesnière (1959), que, segundo ele, propõe, em sua gramática de dependência, essencialmente a mesma análise proposta pelos modistas, ao partilhar com eles do princípio segundo o qual relações sintáticas ligam palavras individualmente. E, nesse processo, palavras dependentes ligam-se a palavras independentes. A diferença entre a teoria de Tesnière e a de TE é simplesmente a classe de palavras predominante: enquanto para TE se trata do nome, por motivos de ordem filosófica, em Tesnière a predominância é dada ao verbo.

Como foi visto acima, cada construto de duas palavras é classificado como transitivo ou intransitivo dependendo na pertinência ou não das duas palavras a um mesmo referente no mundo real. Assim, *Socrates albus* (O pálido Sócrates) e *Socrates currit* (Sócrates corre) são construções intransitivas.

Além do critério da correferencialidade, Michael A Covington (1984, p. 37), em seu livro sobre a teoria sintática medieval ressalta que os modistas diferenciavam *constructiones personarum* (construções de pessoas), como *filius Socratis* (o filho de Sócrates) e *similis Socratis* (Igual a Sócrates) de *constructiones actuum* (construções de ações (verbos)), como *Socrates currit* (Sócrates corre) e *percutit Platonem* (bate em Platão), e, como foi visto acima, a correferencialidade era um critério aplicável nos dois tipos de construção: tanto construções verbais quanto não verbais poderiam ser consideradas transitivas ou intransitivas. Segundo Covington (1984), a distinção, que hoje é identificada como correfenciabilidade, era chamada de *transitio personarum* (literalmente, transição de pessoas, ou mudança de referente) pelos modistas. O termo *transitio personarum* remontaria a Prisciano. Além da mudança de referente, os gramáticos especulativos notaram que nas construções que envolviam um verbo principal e seu objeto havia também uma transferência de ação, isto é, uma *transitio actuum* (uma transição de atos). Por exemplo, em *videt Platonem* (vê Platão), a ação sai da pessoa que vê e chega a Platão. De maneira correspondente, na relação entre o verbo com seu sujeito, como em *Socrates videt* (Sócrates vê), não existe transferência de ação (*intransitio actuum*), ou seja, a pessoa que vê é a mesma significada pelo verbo (*videt*). Nas construções em que não há verbos (as *constructiones personarum*), como *filius Socratis* (O filio de Sócrates) e *similis Socratis* (Igual a Sócrates) só existe *transitio personarum* (mudança de referente) sem *transitio actuum* (transferência de ação). Finalmente, em construções de pessoa como *Socrates albus*, não existem nem *transitio personarum* (mudança de referente) nem *transitio actuum* (transferência de ação), mas apenas *intransitio* nos dois casos. Portanto uma construção pode ser de ações (*constructiones actuum*) ou de pessoas (*constructiones personarum*), que podem ser transitivas de ação (*transitivae actuum*) ou de pessoas (*transitivae personarum*) ou, ainda, intransitivas de ação (*intransitivae actuum*) ou de pessoas (*intransitivae personarum*). A classificação completa dos tipos de construção descritos por TE em sua gramática vem a seguir:



Legenda: S (Sujeito), P (Predicado), AF (Ato de Fala), AS (Ato de Significação)

Fonte: COVINGTON, 1984, p. 38

DIAGRAMA 11 - TIPOS DE CONSTRUÇÃO

Essa relação entre primeiro e segundo nas construções dos modistas vem da noção de movimento da física aristotélica. Segundo Aristóteles, todo objeto em movimento parte de um princípio, percorre uma distância e atinge um fim. É necessário salientar que “fim” para Aristóteles não significa apenas o ponto de chegada de um objeto material em movimento no espaço, mas, mais propriamente, o fim de um objeto é a finalidade da ação que o colocou em movimento. Os modistas aplicaram essa noção ao funcionamento das sentenças transitivas: numa sentença do tipo SN V SN, o princípio (*principium a quo*) é o primeiro SN, a distância (*distantia*) o V e o término (*terminus/principium ad quem*) é o SN posterior ao

verbo. Observe-se também que construções transitivas do tipo SN V SN são, na verdade, a combinação entre uma construção intransitiva, SN V, e outra transitiva, V SN.

Portanto, enquanto as relações de dependência, numa sentença de estrutura SN V SN, ocorrem da seguinte maneira:

(6) SN ← V → SN

(A setas vão do termo dependente aos termos determinantes.)

A relação princípio-término dá-se da seguinte forma:

(7) $\xrightarrow{\hspace{1.5cm}}$
SN V SN

(A seta indica a direção da relação princípio-término)

Para explicar com maiores detalhes a relação entre o primeiro e o segundo SN (os supostos) e o V (o aposto), TE emprega dois conceitos já consagrados nos estudos da linguagem do seu tempo: *compositio* (composição) e *significatio* (significação). Na composição se explicam as relações entre os traços semânticos (os modos de significar accidentais) do primeiro SN e o V de uma sentença do tipo SN V ou do tipo SN V SN. A *significatio* tem função simétrica com respeito à *compositio* e explica a relação entre o verbo e o segundo SN de construções transitivas do tipo SN V SN. Portanto, numa construção transitiva, a relação de composição pode ser representada, por parentização, assim:

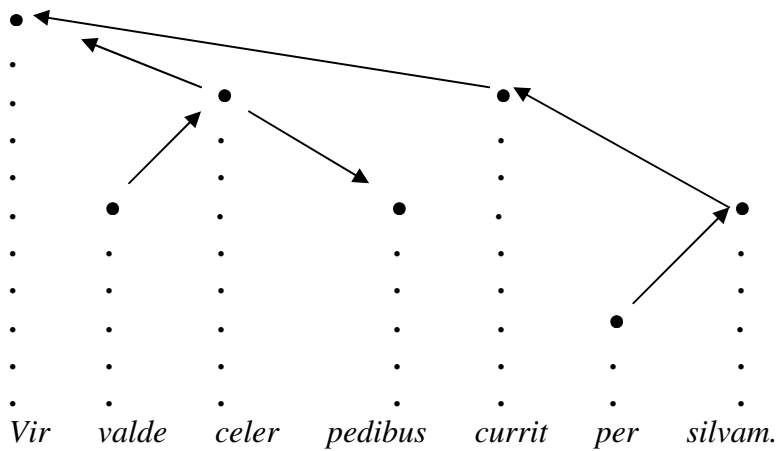
(8) ((SN V) SN)

De igual forma, a relação de significação pode ser representada assim:

(9) (SN (V SN))

No que se refere ao verbo, a composição é um termo genérico em que são enumerados tipos de relação de modo (indicativo, subjuntivo, etc.) entre o primeiro SN (o suposto) e o V (o aposto) de uma construção transitiva ou intransitiva. No caso da significação, enumeram-se os tipos de relação de voz (ativa, passiva, neutra, etc.) entre o V e o SN que o segue em construções transitivas. O diagrama de dependência dos elementos da sentença seguinte ilustra a relação entre os termos dependentes e independentes de uma sentença mais complexa:

(10)



(Um homem muito rápido com os pés corre pela floresta)

(As setas vão dos termos dependentes aos termos independentes das relações)

Fonte: COVINGTON, 1984, p. 40)

É necessário salientar que para que se entenda a sintaxe modista é necessário ter bem clara a diferença entre os pares determinante-dependente (*terminans-dependens*) e primeiro-segundo (*primum-secundum*). Enquanto o par determinante-dependente diz respeito à construções binárias da sintaxe modista (construções com não mais que dois elementos), o par primeiro-segundo, por sua vez, relaciona-se ao conjunto de construções de períodos complexos, como em (10), acima. Em ambos os casos, há o pressuposto metafísico de que existem coisas (inclusive classes de palavras) que tem uma relação de maior ou menor substancialidade entre si. Assim, em (10) *vir* (“homem”) é mais substancial que *currit* (“corre”) e, portanto, pode ser representado como ocupando uma localização mais alta no diagrama que representa a ocorrência (10). A relação entre *vir* (“homem”) e *currit* (“corre”) é uma relação de tipo determinante-dependente. Isso significa que *currit* (“corre”) depende do significado de *vir* (“homem”) para funcionar sintaticamente e não o contrário. Ou seja, *vir* (“homem”) é o elemento independente da combinação *vir currit* (“o homem corre” ou “o homem está correndo”). Como se mencionou anteriormente, a justificativa para a proeminência de *vir* (“homem”) sobre *currit* (“corre”) fundamenta-se no pressuposto metafísico de que a classe de palavras que significa a substância (*ens*) precede ontologicamente as outras classes, inclusive a do verbo (que significa a mudança de estado das substâncias(*esse*)).

Para completar sua discussão sobre sintaxe, TE empresta mais uma noção metafísica de Aristóteles: as quatro causas ou princípios das coisas que existem. Segundo Aristóteles, essas causas eram quatro: material, formal, eficiente, final. Por exemplo, ao esculpir uma estátua, um escultor necessitaria de uma quantidade de um determinado tipo de pedra (causa material), precisaria ter em mente um plano de execução para sua obra (causa formal), teria de, efetivamente, fazer seu trabalho (causa eficiente) e, por fim, precisaria ter uma motivação para produzir seu trabalho (causa final). TE utiliza o conceito desses quatro princípios na apresentação dos quatro estágios da construção de uma sentença congruente, que ele chama de *principia construendi* (princípios de construir) e que são os seguintes:

MATERIAL	<i>construtibilia</i> (construentes): as palavras com estatuto gramatical de partes da frase.
FORMAL	<i>unio constructibilium</i> (combinação dos construentes): é a relação dos modos de significar dos pares de partes da frase.
EFICIENTE	(a) INTERNA: em que atuam os modos de significar relevantes da classe de palavras (os modos de significar acidentais respectivos): o caso, o tempo, o gênero, o número, etc. (é a dimensão mecânica das relações). (b) EXTERNA: é a ação do intelecto humano que constrói as sentenças.
FINAL	é a enunciação de um julgamento: a expressão de um conceito composto da mente.

Fonte: ROBINS, 1980, p. 238

DIAGRAMA 12 – OS PRINCÍPIOS DA CONSTRUÇÃO

A apropriação da teoria causal de Aristóteles por parte de um lingüista, que, no caso de TE na *G.E.*, foi utilizada para explicar a combinação dos modos de significar das palavras em uma sentença, não é exclusividade de TE nem dos outros modistas do sécs. XIII e XIV. James Pustejovsky, em seu livro *The Generative Lexicon* (1998, p.76) denomina as quatro causas de Aristóteles como modos de explicação (*modes of explaining*) ou *quale* e chama seu conjunto de estrutura de *qualia*. Segundo Pustejovsky, essa estrutura especificaria

os quatro aspectos essenciais (de um ponto de vista intuitivo) dos significados de uma palavra, que seriam os seguintes:

CONSTITUTIVO	a relação entre um objeto e suas partes constitutivas (material, peso, partes e elementos compositivos)
FORMAL	o que distingue um objeto em um domínio maior (orientação, magnitude, forma, dimensão, cor, posição)
TÉLICO	o propósito e a função de um objeto (propósito do agente, funções pré-estabelecidas de um objeto)
AGENTIVO	os fatores que envolverem a origem ou o “acontecer” de um objeto (criador, artefato, espécie natural, cadeia causal). Cada um desses modos de expressão é chamado de um <i>quale</i> de um item lexical.

Fonte: PUSTEJOVSKY, 1998, p. 76 e p. 85-6)

DIAGRAMA 13 – OS MODOS DE EXPLICAÇÃO

A estrutura *qualia* faz parte da teoria de semântica lexical que James Pustejovsky cria para resolver o problema da multiplicidade dos sentidos das palavras. No início de seu livro, Pustejovsky faz a seguinte pergunta: como a partir de um número limitado de modos é possível que se gere um número ilimitado de sentidos? O ponto central da resposta que o autor sugere para essa pergunta é um princípio segundo o qual o léxico funcionaria gerativamente, i.e., os sentidos de uma palavra seriam gerados de acordo com um sistema computacional, um léxico gerativo, composto de quatro níveis (estruturas) de representação: estrutura de argumentos, estrutura de eventos, estrutura de *qualia* e estrutura de inerência léxica. Essas quatro estruturas funcionariam entre si e gerariam novos sentidos para as palavras com a ajuda de três mecanismos coercivos (mecanismos de transformação) que preservariam a boa formação das sentenças e ligariam os itens a novas denotações: coerção de

tipo, ligação seletiva e co-composição. Esses três mecanismos garantiriam que os novos sentidos não extrapolariam o espaço de suas possíveis interpretações em seu contexto de ocorrência (PUSTEJOVSKY, 1998, p. 60). James Pustejovsky emprega uma estrutura genérica que utiliza para representar qualquer *qualia*:

(11)

$$\left(\begin{array}{l} \alpha \\ \dots \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{CONST.} = \dots \\ \text{FORMAL} = \dots \\ \text{TÉLICO} = \dots \\ \text{AGENT.} = \dots \end{array} \right) \end{array} \right)$$

Fonte: PUSTEJOVSKY, 1998, p. 78

O mesmo autor utiliza a palavra “romance” como exemplo de uma maneira intuitiva de preencher essa estrutura de qualia:

(12)

$$\left(\begin{array}{l} \text{romance} \\ \dots \\ \text{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \text{CONST.} = \text{narrativa} \\ \text{FORMAL} = \text{livro} \\ \text{TÉLICO} = \text{ler} \\ \text{AGENT.} = \text{escrever} \end{array} \right) \end{array} \right)$$

Fonte: PUSTEJOVSKY, 1998, p. 78

James Pustejovsky chama (12) de uma representação incompleta e apenas intuitiva de uma estrutura de *qualia* porque, segundo ele, para que haja um léxico gerativo deve haver mecanismos que permitam a interação desses quatro modos entre si na produção de novos sentidos. Esses mecanismos seriam uma expressão do contexto frasal. Portanto, como se mencionou acima, além dos quatro modos de interpretação da estrutura de *qualia* haveria também mecanismos coercivos que fariam a ligação entre as palavras e suas novas

denotações, i.e., que alterariam o sentido das palavras. Como supramencionado, esses mecanismos seriam a coerção de tipo, a ligação seletiva e a co-composição. Desses três mecanismos, aqui será discutida apenas a co-composição em virtude de uma possível semelhança entre esse mecanismo e o modo co-significar dos modistas.

James Pustejovsky (1998, p. 86) chama as mudanças de denotação de uma palavra de transformações semânticas e demonstra que os três mecanismos coercivos supracitados mapeiam a expressão para os seus novos sentidos. No caso de (12), a denotação de “romance” é dado pelo modo formal “livro” e pelo modo télico “ler”, que, respectivamente, são entendidos como o argumento livro(x) e o predicado ler (y,x) e são representados da seguinte maneira em uma estrutura de *qualia*:

(13)

$$\left[\begin{array}{l} \mathbf{romance} \\ \dots \\ \mathbf{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \mathbf{FORMAL} = \mathbf{livro} (\mathbf{x}) \\ \mathbf{TÉLICO} = \mathbf{ler} (\mathbf{y},\mathbf{x}) \\ \dots \end{array} \right) \end{array} \right]$$

A λ -expressão equivalente de (13) é:

$$(14) \lambda x[\mathbf{romance}(x) \ \&\dots\mathbf{TÉLICO} = \lambda y[\mathbf{ler} (y,x)]\dots]$$

Assim como o nominal “romance”, o verbo “ler” também tem uma estrutura de *qualia*. O modo télico da estrutura de qualia de ler é:

(15)

$$\left[\begin{array}{l} \mathbf{ler} \\ \dots \\ \mathbf{QUALIA} = \left(\begin{array}{l} \mathbf{TÉLICO} = \mathbf{ler} (\mathbf{y},\mathbf{x}) \\ \dots \end{array} \right) \end{array} \right]$$

Isso significa que o modo télico “ler” da estrutura *qualia* do verbo “ler” é idêntico ao modo télico da estrutura *qualia* de “romance”—que tem “livro” como modo formal. Disso deduz-se que o modo télico da expressão (14) (TÉLICO = $\lambda y[ler(y,x)]$) é compartilhado entre o N “romance” e o V “ler”. A co-composição age a partir dessa coincidência de um mesmo modo de expressão entre duas partes do discurso. Tal coincidência gera uma nova denotação a um item lexical. No caso de (13), a expressão (14) indica que o sentido de “livro = romance” é dado pela coincidência dos modos télicos do N “livro” e do V “ler”.

É possível comparar as premissas que regem o funcionamento dos modos de explicação da estrutura de *qualia* da teoria de James Pustejovsky com os *principia construendi* da sintaxe de TE: o princípio material, o princípio eficiente externo e o princípio eficiente interno. Isso porque, em seu conjunto, os modos de expressão de Pustejovsky têm características que lembram, em particular, os princípios eficientes da sintaxe de TE.

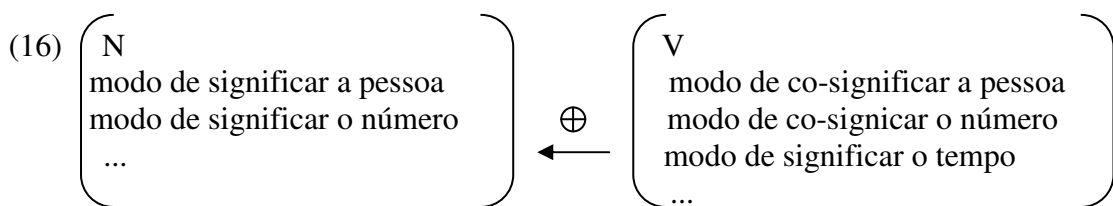
Segundo a *G.E.*, o princípio eficiente externo é a ação do intelecto sobre os modos respectivos das partes do discursos que se combinam sintaticamente. A ação do intelecto é vista pelos modistas como externa em relação à linguagem e os modos acidentais respectivos (o caso, a pessoa, o número e o gênero—no nome, por exemplo) permanecerão inertes na linguagem até que o intelecto os ative intencionalmente. Esse dado intencional também se encontra nos modos de explicação de James Pustejovsky. Segundo a definição desse autor, o modo agentivo, por exemplo, envolve os fatores que estão na origem da efetivação da mudança de sentido de um item lexical. Esses fatores seriam o criador, o artefato, a espécie natural e a cadeia causal—todos elementos que precisam ser entendidos em seu contexto intencional. Para James Pustejovsky, uma mudança sintática acontece simultaneamente a uma mudança de sentido: um item lexical assume um novo sentido a partir da combinação entre itens lexicais e entre itens lexicais e orações (PUSTEJOVSKY, 1998, p. 76). A intencionalidade dos modos de explicação se parece com a análise modista segundo a qual a ação externa do intelecto efetua as combinações entre os modos de co-significar das partes da frase—em ambos os casos, presume-se a existência de um sentido anterior à linguagem e que estaria embutido na conotação original dos itens lexicais e de seus modos de expressão (ou de significar).

A seguir, será feita uma breve comparação ilustrativa entre o funcionamento dos princípios eficiente interno e externo da sintaxe de TE e os modos de explicação da estrutura de *qualia* de James Pustejovsky.

Considere-se a sentença:

(15) Sócrates corre.

A interação entre os modos de significar e de co-significar de pessoa e número do SN e do SV de (15) podem ser representados assim:



(\oplus = modo da composição; a seta indica a relação entre o elemento dependente (V) e o elemento determinante (N) da construção)

Segundo os modistas, o que possibilita (16) é o fato de o verbo “corre” possuir os modos de co-significar a pessoa e o número e esses modos coincidirem e poderem ser combinados, por meio do modo da composição, com os modos de significar a pessoa e o número que compõem o sentido do nominal “Sócrates”.

Ao menos em uma análise superficial, a coincidência entre os modos de significar do N (“Sócrates”) e os modos de co-significar do V (“corre”) e sua combinação em (16) parece ocorrer de maneira similar à combinação entre os modos télicos, interpretados pela λ -expressão (14), em que o mesmo traço TÉLICO = $\lambda y[l_{er}(y,x)]$ coincide no N e no V, o que possibilita a ligação entre ambos. No caso de (13), essa coincidência de traços semânticos entre o N e o V permite uma determinada denotação para o item lexical “romance”. Em (16), na linguagem modista, os modos acidentais respectivos do V “corre” (modos da pessoa, do número, da mudança) co-significam os modos respectivos de N “Sócrates” (modos da pessoa, do número, da permanência). Como foi visto acima, James Pustejovsky chama o mecanismo coercivo que opera esse tipo de combinação de traços (modos) semânticos de co-composição. Curiosamente, em (16), o modo da composição parece ter exatamente essa função. Segundo TE, a composição é o modo que permite a ligação entre os traços semânticos do nome e do verbo e, como resultado disso, a produção de uma construção básica de tipo SN V. A partir

dessa comparação, é possível sugerir que o modo da composição de TE e o mecanismo da composição de James Pustejovsky tenham algo em comum.

Portanto, há pelo menos um elemento geral em comum entre as duas teorias: o recurso a uma intencionalidade externa na combinação dos elementos de uma sentença. Enquanto, na sintaxe modista, a ativação dos modos respectivos só ocorre com a intervenção do intelecto que os combina entre si e origina uma sentença, na estrutura *qualia*, por sua vez, a função intencional está intimamente ligada ao funcionamento dos seus modos de explicação. Assim, é possível sugerir que os modos de explicação da estrutura *qualia* e os princípios da sintaxe de TE possuam funções semelhantes na maneira como a semântica das sentenças é entendida nas duas teorias.

Certamente, uma discussão mais aprofundada seria muito esclarecedora quanto às semelhanças entre os pressupostos teóricos e as possíveis soluções que aproximariam a sintaxe de TE e a teoria lexical de James Pustejovsky. No entanto, tal discussão extrapolaria de longe os limites deste trabalho. Dessa forma, uma maior atenção será dada a esse assunto em outra oportunidade.

4 SOBRE ESTA TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DOS CAPÍTULOS REFERENTES À METALIGUAGEM, AO NOME E AO PRONOME DA GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE THOMAS DE ERFURT

Em seu livro sobre a teoria sintática medieval, Michael A. Covington (1984, p. 2) traduz trechos de gramáticas modistas e mantém os textos originais em colunas paralelas a suas traduções. De acordo com esse autor (COVINGTON, 1984, p. 2.), não existiria uma maneira consistente de se traduzirem certas frases e termos técnicos do jargão escolástico das gramáticas modistas, tais como *item*, “igualmente” e *dicendum est*, “deve-se dizer/declarar/responder”. Segundo o mesmo autor, isso aconteceria porque esses termos e frases não teriam significado próprio, mas funcionariam como marcadores das posições das sentenças em um discurso altamente formalizado. Por isso, Covington (id.) omite esses marcadores de suas traduções e opta por uma versão inglesa de caráter interpretativo dos textos originais, como no exemplo a seguir:

<p><i>Dicendum est ergo quod congruitas est incongruitas causantur ex conformitate vel disconformitate modorum significandi, quae per se sunt de consideratione grammatici.</i></p>	<p>Grammaticality and ungrammaticality are caused by the compatibility or incompatibility of modes of signifying, which are intrinsically the concern of the grammarian.</p>
---	--

Fonte: COVINGTON, 1984, p. 34

Além disso, Covington (1984, p. 2) também declara que optou por não traduzir para a terminologia da lingüística atual termos e frases que não teriam qualquer correspondente aproximado. Assim, por exemplo, ele não traduz algo como *partes orationes* por “componentes da frase”, mas ou a deixa em latim ou a traduz pela mais usual *parts of speech* (partes do discurso). Quanto às frases e termos que dificilmente encontram similares no jargão atual, Covington simplesmente os transpõe para o inglês em forma de neologismos, como em sua tradução de *constructibile* por *constructible* e *modus significandi* por *mode of signifying* (*id.*).

Nesta tradução dos capítulos sobre a metalinguagem, o nome e o pronome da *G.E.* de TE, optou-se por uma estratégia parecida em certos aspectos e diferente em outros das opções de tradução de Covington na obra supracitada. Como no trabalho de Covington, foi utilizada a nomenclatura que ainda é usualmente empregada na gramática tradicional e que é equivalente na *G.E.*, como “verbo”, “tempo”, “modo”, etc. para *verbum*, *tempus*, *modus*, etc. Além disso, assim como Covington, optou-se por traduzir termos específicos da *G.E.* por termos atuais com um sentido não-usual (por termos “calcados” no original). Por exemplo, traduziu-se *construtibile* por “contruente”.

A diferença desta tradução da *G.E.* de TE e do autor supracitado, em sua tradução de textos gramaticais medievais, reside no fato de que se traduziram termos e frases como *dicendum est* e *item*. A razão para isso é simples: na Idade Média não havia uma separação marcada entre o discurso acadêmico oral e o escrito. A produção de textos acadêmicos tinha pouco em comum com o trabalho solitário da redação de artigos, dissertações e teses dos dias de hoje. A imediatez entre o que se lia e se debatia nas escolas e o que se escrevia nas sumas e opúsculos didáticos fica evidente na leitura de qualquer um dos exemplares que chegaram aos tempos atuais. Assim, qualquer pessoa que se interesse pelos textos de filosofia medieval

ganha de brinde um encontro com o mundo acadêmico daquela época. Nas palavras de Alain de Libera: “As formas literárias com as quais os homens da Idade Média dão corpo ao seu pensamento refletem os diversos atos sociais de interpretação, cumpridos pelo intelectual no ambiente onde exerce sua atividade.” (1990, p.25). Ou seja, textos como a *G.E.* de TE parecem ser o resultado direto de uma atividade acadêmica. De fato, TE escreveu a *G.E.* quando de sua estadia como professor na Universidade de Erfurt.

Muitas das fórmulas que são utilizadas na transmissão das idéias sobre a linguagem contidas na *G.E.* refletem o ambiente acadêmico medieval—a linguagem da *G.E.*, como será visto a seguir, comprova sua natureza de manual escolástico. Assim, termos e frases como *dicendum est, item e videtur quod*, etc., que dão coerência ao discurso de TE, são também uma transposição para o registro escrito das fórmulas dos debates que constituíam a alma da vida acadêmica medieval. Por isso, quando se busca dar ao leitor da tradução dessa gramática uma janela para o ambiente universitário medieval, nada pode ser mais útil do que traduzir essas fórmulas. No caso da *G.E.* de TE, uma tradução puramente interpretativa se esqueceria de um dado fundamental para a compreensão dessa obra: a relação íntima entre a sua gênese e o meio em que foi produzida.

Segundo Gilson, o ensino universitário medieval divide-se em dois métodos principais: as lições (*lecturae*), de que se deriva o gênero dos comentários escritos; a disputa ou questão (*disputatio* ou *quaestio*), de que se derivam os livros de questões disputadas (1996, p. 492). O gênero das sumas, como a *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino e as sumas de gramática (a *Suma dos Modos de Significar ou Gramática Especulativa* de Thomas de Erfurt, por exemplo) têm elementos dos comentários escritos, mas sua estrutura deve muito mais aos livros de questões disputadas.

As lições (*lecturae*) se dividiam em duas partes principais: a divisão e explicação do texto e a exposição de respostas, antigas e modernas, às dificuldades levantadas na interpretação do texto (LIBERA, 1990, p. 26). As disputas (ou questões) eram verdadeiros torneios dialéticos cuja estrutura formal era uma alternância entre objeções, exposições e refutações. Havia dois tipos de disputa: as ordinárias, cujas questões eram pré-estabelecidos pelo professor, e as extraordinárias ou quodlibetais, cujas questões eram escolhidas a esmo, no início da aula, por qualquer um (*a quo libet*) da assistência (id., p. 28).

As sumas ou tratados gerais das diversas disciplinas (teologia, lógica, matemática, etc.) são o gênero por excelência da literatura pedagógica da Idade Média. Uma suma é o resultado de quatro fatores: 1) a necessidade de organização de um determinado

saber; 2) as técnicas de ensino da instituição universitária; 3) o resumo da pesquisa de uma universidade sobre um assunto; 4) uma tentativa autônoma e sistemática de organizar criticamente os dados de uma tradição. A unidade mínima de uma suma é o artigo. O formato de um artigo resulta do desenvolvimento da questão disputada ordinária. Com relação a seus títulos e subtítulos, um artigo se divide da seguinte forma:

<i>Utrum...</i>	“Se...(pergunta hipotética)”—título.
<i>Videtur quod...</i> <i>Videtur quod non...</i>	“Parece que...” “Parece que não...” (Série de argumentos e objeções a favor ou contra a idéia veiculada pela pergunta hipotética.)
<i>Sed contra...</i>	“Mas contra...” (Um ou vários contra-argumentos.)
<i>Respondeo dicendum...</i>	“Deve-se declarar que...” (Solução para o problema.)
<i>Responsio principalis</i> ou <i>Corpus articulis</i> ou <i>Solutio</i>	“Resposta principal” ou “Corpo do artigo” ou “Solução” (Fundamentação da verdadeira solução para o problema.)

Fonte: GRABMANN, 1949, p.40)

O gênero da grande suma tem seu ápice, naturalmente, nas grandes sumas de teologia. No entanto, nas outras artes, como na geometria e na lógica, esse gênero tomava corpo no formato de pequenas sumas (*sumulae*) ou tratados, como as *Summulae Logicales*, de Pedro Hispano (LIBERA, 1990, p. 30), que eram compêndios sobre questões disputadas. Embora modistas como Boécio da Dácia (por volta de 1275) e Martinho da Dácia (morto em 1304) tenham optado por um gênero de comentário com perguntas (*expositio per modum quaestionis*) para veicular suas idéias, outros, como o pré-modista Pedro Helias (por volta de 1140) e o próprio TE (por volta de 1310) optaram pelo formato de pequena suma ou tratado. Essa escolha fica clara a partir do título da *G.E.*: *Sobre os modos de significar ou gramática especulativa*.

Nesta tradução da *G.E.* de TE, no sentido de transmitir ao leitor o caráter estritamente pedagógico do ambiente das questões disputadas que transparecesse na *G.E.*, foram traduzidas as fórmulas que remetem à prática escolar. Essa prática sem dúvida antecedeu imediatamente ou foi contemporânea à composição da *G.E.* por TE. Um exemplo claro do

reflexo desse ambiente no texto da *G.E.* é a seqüência de termos e frases sublinhada do trecho a seguir:

<p><u>Quidam dicunt, quod pronomen de se et absolute nihil significat, sed tantum habet habilitatem ad significandum... <u>Ista opinio est erronea et falsa; quia</u></u> (...) <u>Ad auctoritatem, quam adducunt, <u>dicendum, quod</u></u> <u>pronomen(...)</u> <u>Alii dicunt, quod pronomen(...)</u> <u>Ista opinio similiter non valet(...)</u> <u>Ad aliud, quod adductum fuit ad confirmationem dicti</u> <u>sui, quod si pronomen significaret aliquid</u> <u>indeterminatum, eius significatum non posset intelligi.</u> <u>Dicendum quod...</u></p>	<p><u>Alguns afirmam que</u> o pronome, por si mesmo, não significa nada absolutamente, mas tem apenas o potencial de significar... <u>Essa opinião é errônea e falsa, porque</u> (...) <u>Deve-se responder</u> à autoridade a que eles recorrem que o pronome(...) <u>Outros afirmam que</u> o pronome(...) Esta opinião também não é válida(...) <u>Para qualquer outro argumento a que se recorra para confirmar a tese segundo a qual</u> o pronome seria ininteligível se significasse algo indeterminado, <u>deve-se responder que...</u></p>
---	--

Fonte: ERFURT, 2006, Cap. XXIV-V

As frases e termos sublinhados que aparecem na seqüência argumentativa do texto acima não são apenas marcadores das divisões dos assuntos discutidos nesses capítulos, mas também funcionam como mecanismos de transição no desenvolvimento das idéias que compõem o conjunto da sua argumentação. Nesse caso, o conjunto da argumentação que é exposta por meio dessas fórmulas gira em torno de uma questão disputada entre os gramáticos do séc. XIII: “o pronome significa algo indeterminado?” Poderia-se citar outros exemplos da tradução aqui executada, mas é provável que o texto acima seja suficiente para justificar a importância de dar uma tradução apropriada para os mecanismos coesivos que TE utilizou na *G.E.*

Em resumo: nesta tradução, manteve-se a nomenclatura que ainda é usualmente empregada na gramática tradicional e que é equivalente na *G.E.*; optou-se por traduzir termos específicos da *G.E.* por termos atuais com um sentido não-usual (“decalques”); recorreu-se à tradução interpretativa, quando isso foi necessário; traduziram-se termos e frases como *dicendum quod*, *notandum* e *item*.

Em último lugar, é necessário salientar que o objetivo dessa última opção não visa somente fazer com que a tradução transpareça a proximidade do debate acadêmico medieval e do gênero literário a que se filiam os capítulos da obra que se propôs traduzir, mas

também que, com a tradução dessas fórmulas, o texto seja mais compreensível em sua tradução para o português.

7 UMA TRADUÇÃO DOS CAPÍTULOS SOBRE A METALIGUAGEM, O NOME E O PRONOME DA GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE THOMAS DE ERFURT.

1 *Methodi ratio*. Quoniam quidem intelligere et scire contingit in omni scientia ex cognitione principiorum, ut scribitur I *Physicorum Text Comment 1*, nos ergo, volentes habere scientia Grammaticae notitiam, circa omnia eius principia, cuius modi sunt Modi significandi, per se primo oportet insistere. Sed antequam eorum inquiratur notitia in speciali, praemittenda sunt quaedam in generali, sine quibus plenarius ipsorum intellectus haberi non potest.

Quorum unum et primum est, quomodo modus significandi partitur, et describatur. Secundum est, a quo modus significandi radicaliter oriatur. Tertium est, a quo modus significandi immediate sumatur. Quartum est, quomodo modus significandi a modo intelligendi et a modo essendi distinguatur. Quintum est, in quo modus significandi tanquam in subiecto inveniatur. Sextum est, qualem ordinem habeant ad invicem isti termini, Signum, Dictio, Pars orationis, et Terminus.

CAPUT I

Quomodo modus significandi dividatur et describatur

1 *Disposição do método*. Visto que em toda ciência saber e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito no primeiro livro da *Física* de Aristóteles¹, é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são os modos de significar. Mas, antes de inquirirmos pelo seu conhecimento específico, é necessário nos remetermos a certas de suas noções gerais, sem as quais não se pode obter seu entendimento pleno².

Dessas noções, a primeira e principal é a maneira como o modo de significar se divide e é descrito; a segunda é de onde o modo de significar se origina primordialmente; a terceira é de onde o modo de significar é derivado imediatamente; a quarta é de que maneira o modo de entender distingue-se do modo de ser; a quinta é em que situação o modo de significar é encontrado em forma de sujeito; a sexta é a ordem que os seguintes termos têm entre si: signo, palavra, parte do discurso e vocalização³.

CAPÍTULO I

Como o modo de significar se divide e é descrito

2 Modus significandi duo importat: modus significandi activus et passivus. Circa primum est sciendum, quod modus significandi duo importat aequivoce. Dicitur enim de modo significandi activo et passivo. Modus significandi activus est modus, sive proprietas vocis, ab intellectu sibi concessa, mediante qua, vox proprietatem rei significat. Modus significandi passivus est modus, sive proprietas rei, prout est per vocem significata. Et quia significare et consignificare est quadammodo agere, et significari et consignificari est quadammodo pati, inde est, quod modus vel proprietas vocis, mediante qua vox proprietatem rei active significat, modus significandi activus nominatur; modus vero, vel proprietas rei, prout per voces passive significatur, modus significandi passivus nuncupatur.

3 Intellectus duplicem rationem voci tribuit. Iuxta quod notandum quod cum intellectus vocem ad significandum, et consignificandum imponit, duplicem ei rationem tribuit, scilicet, rationem significandi quae vocatur significatio, per quam efficitur signum, vel significans; et sic

*2 O modo de significar introduz dois outros: o modo de significar (ativo) e o modo de ser significado (passivo)*⁴. Acerca desse primeiro tópico⁵, deve-se saber que o modo de significar introduz dois modos de maneira equivalente (simétrica). Por isso, o modo de significar é chamado de ativo (modo de significar) e de passivo (modo de ser significado). O modo de significar é o modo ou a propriedade da vocalização que é recebido do intelecto, por meio do qual (a vocalização) significa a propriedade da coisa. O modo de ser significado é o modo ou a propriedade da coisa conforme ela é significada pela vocalização. E, como significar e co-significar é, de certa forma, agir, e ser significado e ser co-significado é, em certo sentido, sofrer uma ação, conclui-se que o modo ou a propriedade da vocalização, mediante o qual a vocalização significa uma propriedade, é chamado de modo de significar, mas o modo ou a propriedade da coisa, que é significada passivamente pelas vocalizações, é denominado modo de ser significado.

3 O intelecto atribui uma virtualidade dupla à vocalização. Deve-se observar também, junto ao que se discutiu até aqui, que no momento em que o intelecto impõe à vocalização os potenciais de significar e co-significar⁶, ele lhe atribui uma dupla potencialidade: o potencial de significar, que se denomina significação⁷, pelo

formaliter est dictio; et rationem consignificandi, quae vocatur modus significandi activus, per quam vox significans fit consignum, vel consignificans; et sic formaliter est pars orationis; ita quod pars est pars secundum se per hanc rationem consignificandi, seu modum significandi activum, tanquam per principium formale; sed est pars relata ad aliam per eandem rationem consignificandi activam, tanquam per principium efficiens intrinsecum.

Ex hoc patet, quod rationes consignificandi activae, seu modi significandi activi, per se et primo ad grammaticam pertinent, tanquam principia considerata in grammatica. Sed rationes consignificandi passivae, seu modi significandi passivi, ad grammaticam non pertinent, nisi per accidens, quia non sunt principium partis orationis, nec formale, nec efficiens, cum sint rerum proprietates, nisi quantum ad illud, quod est formale in eis, cum in hoc etiam forte a modis significandi activis non discrepent, ut infra patebit.

CAPUT II

A quo modus significandi radicaliter oritur.

qual a expressão é transformada em um signo ou significante e, assim, formalmente, em uma palavra; e o potencial de co-significar, que é denominado modo de significar, pelo qual a expressão significativa se transforma em um co-signo ou co-significante e, dessa maneira, torna-se formalmente uma parte do discurso. Assim, uma parte do discurso quando está isolada (de outras partes) tem uma disposição de co-significar ou modo de co-significar como que por meio de um princípio formal (potencial). Entretanto, em virtude dessa mesma disposição, uma parte relaciona-se com outra parte como que por um princípio eficiente intrínseco⁸.

Disso resulta claramente que as disposições de significar ou os modos de significar, em si mesmos e primeiramente, pertencem ao estudo da gramática—de acordo com os princípios considerados na gramática. Mas as disposições de ser significado ou os modos de ser significado não pertencem ao estudo da gramática, a não ser acidentalmente, porque não se constituem em princípio de parte de discurso, seja de maneira formal (potencial) ou eficiente, mas representam as propriedades das coisas. Todavia, podem ser considerados princípios de partes do discurso de um ponto de vista formal⁹ enquanto nisso não diverjam dos modos de significar, como abaixo ficará evidente.

CAPÍTULO II

De onde o modo de significar se origina fundamentalmente.

4 *Omnis modus significandi activus est ab aliqua rei proprietate.* Circa secundum notandum, quod cum huiusmodi rationes, sive modi significandi activi non sint figmenta, oportet omnem modum significandi activum ab aliqua rei proprietate radicaliter oriri. Quod sic patet: quia cum intellectus vocem ad significandum sub aliquo modo significandi activo imponit, ad ipsam rei proprietatem aspicit, a qua modum significandi activum originaliter trahit; quia intellectus cum sit virtus passiva, de se indeterminata, ad actum determinatum non vadit, nisi aliunde determinetur. Unde cum imponit vocem ad significandum sub determinato modo significandi activo, a determinata rei proprietate necessario movetur; ergo cuilibet modo significandi activo correspondet aliqua proprietas rei, seu modus essendi rei.

5 Sed contra hoc obiicitur: quia haec vox significativa, scilicet *deitas*, habet foemininum genus, quod est significandi passivus; tamen in re significata sibi proprietas non correspondet, quia est proprietas patientis, a quo sumitur foemininum genus. Item, privationes et figmenta sub nullis proprietatibus cadunt,

4 *Todo modo de ser significado é derivado de alguma propriedade da coisa.* Com respeito a esse tópico, deve-se observar que essas disposições ou modos de significar não são ficções¹⁰ e que, necessariamente, todo modo de significar deve originar-se fundamentalmente de alguma propriedade da coisa. Isso evidencia-se da seguinte forma: quando o intelecto designa uma vocalização para significar de acordo com algum modo de significar, ele considera na coisa a propriedade em si mesma da qual o modo de significar é originalmente derivado. Isso ocorre porque o intelecto, que é uma qualidade passiva e indeterminada por si mesma, não vai ao ato determinado a não ser que seja determinado por algo externo¹¹. Disso decorre que embora o intelecto designe uma vocalização para significar de acordo com determinado modo de significar, é necessário que ele seja movido por uma determinada propriedade da coisa. Portanto, para qualquer modo de significar corresponde alguma propriedade da coisa ou um modo de ser da coisa.

5 Todavia, contra isso objeta-se que a vocalização significativa “deidade” (*deitas*)¹² é de gênero feminino e que esse é um modo de ser significado (e, portanto, que corresponde a uma propriedade da coisa), embora a propriedade não se reflita na coisa significada, porque (o gênero feminino) é a propriedade do paciente, da qual se deriva o gênero feminino¹³.

cum non sint entia; et tamen vocês significativae privationum et figmentorum modos significandi activos habent, ut *caecitas, chimaera*, et similia.

Dicendum, quod non oportet, quod semper modus significandi activus dictionis trahatur a proprietate rei illius dictionis, cuius est modus significandi; sed potest accipi a proprietate rei alterius dictionis, et rei illius dictionis tribui, et sufficit quod ipsi non repugnet; et quia substantias separatas non intelligimus, nisi ex istis sensibilibus, ideo sub proprietatibus sensibilium eis nomina imponimus, et nominibus eorum modos significandi activos attribuimus. Unde licet in *Deo*, secundum veritatem, non sit proprietas passiva, tamen imaginamur ipsum tanquam patientem a nostris precibus.

Similiter privationes intelligimus ex suis habitibus, ideo sub proprietatibus habituum eis nomina imponimus, et nominibus eorum modos significandi activos attribuimus. Similiter in nominibus figmentorum sumuntur modi significandi activi ex proprietatibus partium, ex quibus imaginamur *chimaeram* componi, quam imaginamur ex *capite Leonis, cauda Draconis*; et sic de aliis.

6 Et si instetur: si modi significandi activi, in

Igualmente, as privações e as ficções¹⁴ não corresponderiam a nenhuma propriedade, já que não são entes. No entanto, as vocalizações significativas das privações e das ficções possuem modos de significar, como “cegueira” e “quimera” e coisas similares.

A essa objeção é necessário responder que não é obrigatório que o modo de significar de uma palavra sempre seja derivado da propriedade da coisa a que essa palavra se refere, mas pode ser derivado da propriedade da coisa a que se refere uma outra palavra e ser atribuída ao referente da primeira. Para que isso aconteça basta que essas palavras não sejam incompatíveis. E, pelo fato de não entendermos as substâncias separadas¹⁵ a não ser pelos sentidos, damos a elas os nomes de acordo com as propriedades das coisas sensíveis e atribuímos aos seus nomes os seus modos de significar. Disso advém que em Deus verdadeiramente não existe propriedade passiva, embora o imaginemos como paciente das nossas preces.

De maneira similar, entendemos as privações a partir das suas características circunstanciais e atribuímos modos de significar a seus nomes. De forma análoga, nos nomes das ficções, os modos de significar são derivados das propriedades das partes, com as quais, por exemplo, imaginamos ser composta a quimera, que imaginamos com cabeça de leão, cauda de dragão, etc., e assim com as outras ficções.

6 Mas é possível que alguém ainda insista que

nominationibus privationum, sumuntur a modis essendi habituum, tunc nomina essendi habitus, et non privationis designabunt; et hoc posito, nomina privationum per suos modos significandi activos erunt consignificative falsa.

Dicendum, quod non est verum; immo nomina privationum per suos modos significandi activos designant circa privationes modos intelligendi privationum, qui sunt eorum modi essendi. Iuxta quod sciendum, quod licet privationes non sint entia positiva extra animam, sunt tamen entia positiva in anima, ut patet IV *Met. Text 9*, et sunt entia secundum animam; et quia eorum intelligi est eorum esse, ideo eorum modi intelligendi erunt eorum modi essendi. Unde nomina privationum, per suos modos significandi activos, non erunt consignificativa falsa, quia cum modi intelligendi privationum reducuntur ad modos intelligendi habitus (nam privatio non cognoscitur nisi per habitum), ideo modi essendi privationum tandem ad modos essendi habitus reducuntur.

os modos de significar nos nomes das privações são derivados dos modos de ser de características circunstanciais e, portanto, seus nomes designam essas características circunstanciais existentes e não o ser da privação. Sob esse ponto de vista, os nomes das privações seriam co-significativamente falsos devido a seus modos de significar.

Deve-se responder que isso não é verdade. Pelo contrário: os nomes das privações, por meio de seus modos de significar, designam os modos de entender das privações, que são seus modos de ser¹⁶. Além disso, é necessário saber que embora as privações não sejam entes positivos fora da mente, são, todavia, entes positivos na mente. Isso fica evidente no vigésimo segundo capítulo do quarto livro da *Metafísica*. São, portanto, entes mentais, e uma vez que o seu modo de entender é o seu ser, o seu modo de entender será o seu modo de ser. Como resultado disso, os nomes das privações não serão co-significativamente falsos por meio de seus modos de significar, porque, como os modos de entender das privações se reduzem aos modos de entender de características circunstanciais, os modos de ser das privações, igualmente (pois as privações não se conhecem a não ser por meio de características circunstanciais), serão reduzidos aos modos de ser dessas características circunstanciais.

A quo modus significandi immediate sumatur.

7 Modus significandi et intelligendi duplex.

Circa tertium notandum, quod modi significandi activi immediate a modis intelligendi passives sumuntur. Iuxta quod sciendum est, quod, sicut duplex est modus significandi, scilicet activus et passives, ita duplex est modus intelligendi, scilicet activus et passivus. Modus intelligendi activus est ratio concipiendi, qua mediante, intellectus rei proprietates significat, concipit vel apprehendit. Modus autem intelligendi passivus est proprietas rei, prout ab intellectu apprehensa.

A quibus proprietatibus sumantur modi significandi activi. Dicatur ergo, quod modi significandi activi sumuntur immediate a modis intelligendi passivis; quia modi significandi activi non sumuntur a modis essendi, nisi ut hi modi essendi ab intellectu apprehenduntur: modi autem essendi, prout ab intellectu apprehensi, dicuntur modi intelligendi passivi; ergo modi significandi activi sumuntur a modis essendi, mediantibus modis intelligendi passivis; et ideo immediate modi significandi activi a modis intelligendi passivis sumuntur.

CAPUT IV

De onde o modo de significar é imediatamente derivado.

7 O modo de significar e de entender são duplos.

Acerca do terceiro tópico, deve-se observar que os modos de significar são imediatamente derivados dos modos de ser entendido. Junto a isso, deve-se saber que assim como o modo de significar é duplo, a saber, ativo e passivo, da mesma forma o modo de entender é duplo, a saber, ativo e passivo. O modo de entender é a disposição de entender pela qual o intelecto significa, entende ou apreende a propriedade da coisa. O modo de ser entendido é a propriedade da coisa conforme é apreendida pela mente¹⁷.

De que propriedades os modos de significar são derivados. Portanto, os modos de significar são derivados dos modos de ser entendido imediatamente, porque os modos de significar não são derivados dos modos de ser antes dos modos de ser terem sido apreendidos pelo intelecto. De fato, os modos de ser, enquanto apreensões do intelecto, são chamados de modos de ser entendido. Portanto, os modos de significar são derivados dos modos de ser com a intermediação dos modos de ser entendido. Logo, os modos de significar são derivados imediatamente dos modos de ser entendido.

CAPÍTULO IV

Quomodo modus significandi a modo intelligendi et a modo essendi distinguatur.

8 *In quo convenient et in quo differant modus essendi, intelligendi passivus et significandi passivus.* Circa quartum, notandum, quod modi essendi, et modi intelligendi passivi, et modi significandi passivi, sunt idem materialiter et realiter, sed differunt formaliter; quia modus essendi est rei proprietates absolute; modus intelligendi passivus est ipsa proprietates rei, prout ab intellectu apprehensa; modus significandi passivus est eiusdem rei proprietates, prout ab intellectu apprehensa; modus significandi passivus est eiusdem rei proprietates, prout per vocem consignificatur. Et sunt eadem materialiter et realiter, quia quod dicit modus essendi absolute, dicit modus intelligendi passivus, prout refertur ab intellectu; et quod dicit modus intelligendi passivus, dicit modus significandi passivus, prout refertur ad vocem; ergo sunt eadem materialiter. Sed differunt formaliter; quod sic patet: quia qui dicit modum essendi, dicit proprietatem rei absolute, sive sub ratione essentiae; sed qui dicit modum intelligendi passivum, dicit eandem rei proprietatem, ut materiale, et rationem intelligendi, sive concipiendi, ut formale; sed qui dicit modum significandi passivum, dicit

Como o modo de significar se distingue do modo de ser.

8 *Em que coincidem e em que diferem o modo de ser, o de ser entendido e o de ser significado.* Acerca desse quarto t3pico, deve-se observar que os modos de ser, os modos de ser entendido e os modos de ser significado s3o id3nticos materialmente e realmente, mas diferem formalmente, porque o modo de ser 3 a propriedade da coisa em sentido absoluto, o modo de ser entendido 3 essa propriedade enquanto apreendida pelo intelecto, e o modo de ser significado 3 essa mesma propriedade enquanto co-significada pela express3o. E eles s3o iguais material e realmente porque por “modo de ser em sentido absoluto” entende-se o “modo de ser entendido” enquanto se refere ao intelecto. Igualmente, ao se dizer “modo de ser entendido” entende-se o “modo de ser significado” no que se refere 3 express3o e, portanto, s3o materialmente a mesma coisa, embora sejam diferentes formalmente, como ficar3 evidente a seguir¹⁸. Porque, se, por um lado, algu3m fala em “modo de ser”, refere-se 3 propriedade da coisa em sentido absoluto, ou na sua disposi3o¹⁹ de existir. Por outro lado, quando fala em “modo de ser entendido” refere-se a essa mesma propriedade como material e em sua disposi3o de ser entendida ou concebida formalmente. Mas quem fala em “modo de ser significado”, refere-se tanto 3 propriedade da coisa, como material,

eamdem rei proprietatem ut materiale, et dicit rationem consignificandi, ut formale. Et cum alia sit ratio essendi, alia intelligendi, alia significandi, differunt secundum formales rationes.

Conveniunt autem realiter; nam modus essendi dicit absolute proprietatem rei; et modus intelligendi passivus dicit proprietatem rei sub modo intelligendi; et modus significandi passivus dicit proprietatem rei sub ratione consignificandi. Sed eadem est proprietas rei, ut absolute accipitur, et sub modo intelligendi, et sub modo consignificandi.

In quo differant modi essendi, intelligendi activus et significandi activus, Item sciendum, quod modus essendi, et modus intelligendi activus, et modus significandi activus differunt formaliter et materialiter; quia modus essendi dicit proprietatem rei absolute, sive sub ratione existentiae [essentiae], ut dictum est supra; sed modus intelligendi activus dicit proprietatem intellectus, quae est ratio intelligendi, sive concipiendi; modus significandi activus dicit proprietatem vocis, quae est ratio consignificandi: sed alia est proprietas rei ad extra animam, et alia intellectus, et alia vocis; ita alia est ratio essendi, alia intelligendi, alia consignificandi; ergo modus essendi et modus intelligendi activus et modus significandi activus

quanto a sua disposição de ser significada, como formal. E, como uma é a disposição de ser, outra a de entender e outra a de significar, esses modos diferem de acordo com suas disposições formais. Todavia, eles coincidem em termos de materialidade, pois o modo de ser é dito da propriedade da coisa em sentido absoluto, o modo de ser entendido é dito dessa mesma propriedade por meio do modo de entender e o modo de ser significado é dito dessa mesma propriedade com relação a sua disposição de co-significar. A propriedade da coisa entendida em sentido básico, todavia, é a mesma, seja por meio do modo de entender ou de significar.

Em que diferem o modo de ser, o modo de entender e o modo de significar. É necessário saber também que o modo de ser, o modo de entender e o modo de significar diferem material e formalmente, porque se considera o modo de ser como a propriedade da coisa por meio da qual essa propriedade tem sua disposição de existir, como foi dito acima, mas se considera o modo de entender como a propriedade do intelecto que é sua disposição de entender ou conceber, e se considera o modo de significar como a propriedade da expressão que é sua disposição de co-significar. No entanto, uma é a propriedade da coisa fora da mente, outra a do intelecto e outra a da expressão. Dessa forma, o modo de ser, o modo de entender e o modo de significar diferem mutuamente.

differunt in utroque.

In quo differant et in quo convenient modi intelligendi activus et passivus. Item sciendum, quod modus intelligendi activus, et modus intelligendi passives differunt materialiter, et conveniunt formaliter. Nam modus intelligendi passives dicit rei proprietatem sub ratione intelligendi passiva; sed modus intelligendi activus dicit proprietatem intellectus, quae est ratio intelligendi activa: sed eadem est ratio intelligendi, per quam intellectus proprietatem rei intelligit active, et per quam rei proprietatem intelligitur passive; ergo proprietates sunt diversae, et ratio est eadem; ergo materialiter differunt, et sunt formaliter idem.

In quo different et in quo convenient modi significandi activus et passivus. Item sciendum, quod modus significandi activus et passives differunt materialiter, et sunt idem formaliter; quia modus significandi passives dicit proprietatem rei sub ratione consignificandi passiva; sed modus significandi activus dicit proprietatem vocis, quae est ratio consignificandi activa: sed eadem est ratio, per quam vox est significans active, et per quam proprietatem rei significatur passive; ergo materialiter sunt differentes, sed sunt idem formaliter.

Em que diferem e em que coincidem os modos de entender e de ser entendido. Deve-se observar, igualmente, que o modo de entender e o modo de ser entendido diferem materialmente e coincidem formalmente. Porque se diz modo de ser entendido da propriedade da coisa em sua disposição de ser entendida, mas se diz modo de entender da propriedade do intelecto que é sua disposição de entender. Todavia, a disposição de entender por meio de que o intelecto entende a propriedade da coisa e a disposição da coisa por meio de que ela é entendida são a mesma. Logo, esses modos diferem materialmente e são idênticos formalmente.

Em que diferem e em que coincidem os modos de significar e de ser significado. Igualmente, deve-se saber que o modo de significar e o modo de ser significado diferem materialmente e são iguais formalmente, uma vez que se diz modo de ser significado da propriedade da coisa na sua disposição de ser significada, mas se diz modo de significar da propriedade da expressão que é sua disposição de co-significar; todavia, a potencialidade é a mesma, seja por meio da qual a expressão significa, de modo ativo, seja por meio da qual a propriedade da coisa é significada, de modo passivo. Portanto, esses modos são diferentes materialmente, mas são iguais formalmente (potencialmente).

CAPUT V

In quo modus significandi tanquam in subiecto inveniatur.

9 *In quo inveniatur modus significandi passivus.* Circa quintum est notandum, quod modus significandi passivus materialiter est in re, ut in subiecto; quia materialiter est proprietas rei; rei autem proprietas est in eo, cuius est, ut in subiecto. Formaliter autem est in eo subiecto, in quo est modus significandi activus, quia formaliter a modo significandi activo non discrepat.

10 *In quo inveniatur modus significandi activus.* Modus autem significandi activus, cum sit proprietas vocis significativae, materialiter est in voce significativa, ut in subiecto; in proprietate autem rei sicut causatum in causa efficiendi radicali et remota; et in intellectu sicut causatum in causa efficiendi próxima; et in constructione ut causa efficiens in suo effectu proprio.

CAPUT VI

Qualem ordinem habeant ad invicem isti termini: signum, dictio, pars orationis et

CAPÍTULO V

De que forma o modo de significar é encontrado como sujeito.

9 *Onde é encontrado o modo de ser significado.* Acerca desse quinto tópico, deve-se observar que o modo de ser significado está na coisa materialmente, como em seu sujeito, porque, materialmente, é a propriedade da coisa. De fato, a propriedade da coisa está naquilo a que pertence como em seu sujeito²⁰. Mas o modo de ser significado está apenas formalmente no mesmo sujeito em que se encontra o modo de significar, porque não difere formalmente do modo de significar.

10 *Onde é encontrado o modo de significar.* O modo de significar, sendo uma propriedade da vocalização significativa, encontra-se: materialmente na vocalização significativa, como em um sujeito; na propriedade da coisa, como um efeito encontra-se em sua causa eficiente, que lhe é original e distante; no intelecto, como o efeito em uma causa eficiente próxima; na construção, como a causa eficiente no ato de seu próprio efeito²¹.

CAPÍTULO VI

Que ordem têm estes termos reciprocamente: o signo, a palavra, a parte do discurso e o termo.

terminus.

11 *Signum, dictio, pars orationis, terminus.* Circa dicta est notandum, quod signum, dictio, pars orationis et terminus convenient, et differunt. Conveniunt enim in subiecto, et in obiecto; quia in eodem subiecto reperiri possunt, sicut signum et signatum. Differunt tamen penes rationes; quia dicitur signum per rationem signandi, vel repraesentandi aliquid absolute; sed dicitur dictio formaliter per rationem signandi voci superadditam, quia dictio est vox significativa; sed pars orationis formaliter est per modum significandi activum, dictioni superadditum, quia pars orationis est dictio, ut habet modum significandi activum. Terminus vero dicitur rationem terminandi resolutionis syllogismi, quia Dialecticus resolvit syllogismum in propositiones, et propositiones in subiectum et praedicatum, quae dicuntur termini secundum logicum.

12 *Vox.* Item sciendum est, quod vox, in quantum vox, non consideratur a grammatico, sed in quantum signum, quia grammatica est de signis rerum; et quia vox

11 *O signo, a palavra, a parte do discurso e o termo.* Acerca do que já foi dito, é necessário observar que o signo, a palavra, a parte do discurso e o termo coincidem e diferem entre si. Coincidem no sujeito e no objeto (denotado pelo sujeito), porque podem ser encontrados no mesmo sujeito, como na relação entre signo e designado. Diferem, entretanto, em suas disposições, porque o signo é assim denominado por sua disposição de assinalar ou de representar de forma direta, mas a palavra é assim denominada formalmente em virtude de ter recebido uma disposição de significar que é adicionada à vocalização, porque a palavra é a vocalização significativa. A parte do discurso, por sua vez, existe formalmente por meio de um modo de significar que é adicionado à palavra, porque a parte do discurso é a palavra enquanto possui um modo de co-significar. O termo, na verdade, diz respeito ao uso de termos na resolução do silogismo, uma vez que o dialético divide o silogismo em proposições e estas em sujeito e predicado, que são chamados de termos, segundo os lógicos.

12 *Vocalização.* Igualmente, é necessário saber que a vocalização, enquanto som, não é levada em consideração pelo gramático, mas somente enquanto signo, porque a gramática versa sobre

est habilissimum signum inter alia signia, ideo vox in quantum signum prius consideratur a grammatico, quam alia signa rerum. Sed quia esse signum accidit voci, ideo grammaticus considerans vocem, considerat eam per accidens.

CAPUT VII

De modis significandi activis in speciali.

13 *Modus essentialis et accidentalis.* His visis, dicendum est de modis significandi activis in speciali. Iuxta quod notandum est, quod modus significandi activus, qui est principium in grammatica, dividitur in modum significandi essentialem et accidentalem. Modus significandi essentialis est, per quem pars orationis habet simpliciter esse, vel secundum genus, vel secundum speciem. Modus significandi accidentalis est, qui advenit parti post eius esse completum, non dans esse simpliciter parti, nec secundum genus, nec secundum speciem.

Modi essendi subdivisio. Modus significandi essentialis subdividitur in modum significandi essentialem generalissimum, subalternum, et specialissimum. Modus significandi essentialis generalissimus est, qui est de essentia partis orationis et cuiuslibet

os signos das coisas. E, uma vez que a vocalização é o signo mais funcional dentre todos os outros signos²², o gramático dá prioridade ao tratamento da vocalização significativa antes de todos os outros signos das coisas. Todavia, uma vez que o signo é acidental à vocalização, o gramático a considera acidentalmente.

CAPÍTULO VII

Sobre os modos de significar em particular.

13 *Modos essenciais e accidentais.* Após o que se viu acima, é necessário agora discutir os modos de significar de forma particular. Assim, junto ao que já foi apresentado, deve-se observar também que o modo de significar, que é o princípio da gramática²³, divide-se em essencial e acidental. O modo de significar essencial é aquele pelo qual a parte do discurso tem existência básica, seja segundo seu gênero, seja segundo sua espécie. O modo de significar acidental é o que advém à parte do discurso além do limite de sua existência básica²⁴, que não se limita ao ser simples da parte, nem segundo o seu gênero, nem segundo a sua espécie²⁵.

Subdivisão do modo essencial. O modo de significar essencial se divide em modo de significar essencial mais geral, subalterno e mais especial²⁶. O modo de significar essencial mais geral participa da essência da parte do discurso e de qualquer suposto²⁷ contido nela. O modo de significar essencial especial participa da essência

suppositi sub se contenti. Modus significandi essentialis specialissimus est, qui est de essentia quorundam suppositorum illius partis. Modus significandi essentialis subalternus est, qui est de essentia suppositorum illius partis, nec generalissime, nec specialissime, sed medio modo se habens.

Et possumus imaginari in istis modis significandi essentialibus coordinationem similem coordinationi praedicamentali. Nam sicut in línea praedicamentali est dare genus generalissimum, cuius praedicatio generalissime se extendit ad omnia, quae sunt illius coordinationis; et specialissimum, cuius praedicatio specialissime se extendit ad res illius coordinationis; et subalternum, cuius praedicatio medio modo se habet; sic est in istis modis significandi essentialibus. Est enim dare quemdam modum generalissimum, cuius natura generalissime participatur ab omnibus suppositis illius partis; et modum specialissimum, cuius natura specialissime et parcissime participatur a suppositis illius partis; et quemdam subalternum, cuius natura medio modo participatur.

14 *Modi significandi accidentales, absolutus, et respectivus.* Item modus significandi accidentalis dividitur in

de certos supostos dessa parte do discurso. O modo de significar essencial subalterno não participa da essência dos supostos da parte do discurso nem geral nem especialmente, mas se comporta de modo intermediário²⁸.

E podemos imaginar nesses modos de significar essenciais uma coordenação semelhante à coordenação predicamental²⁹. Assim como, em termos predicamentais, ocorre um gênero geral, cujo predicado geral se estende a todas as coisas que pertencem a sua coordenação, e um especial, cujo predicado especial se estende a alguns elementos de sua extensão, e um subalterno, cujo predicado comporta-se de modo intermediário, acontece o mesmo com os modos de significar essenciais. Por isso, atribui-se um modo geral, cuja natureza é partilhada igualmente por todos os supostos da parte do discurso; um modo especial, em que essa natureza é partilhada, de maneira específica e econômica, pelos supostos da parte do discurso; e um modo subalterno, em que essa natureza é partilhada de modo intermediário.

14 *Modos de significar accidentais: absoluto e respectivo.* Igualmente, o modo de significar accidental se divide em modo de significar accidental absoluto e respectivo³⁰. O modo de significar accidental absoluto é dito daquilo por meio de que uma parte de uma construção não se relaciona com outra, mas apenas com a propriedade da coisa. O modo de significar accidental respectivo é aquele por meio de que

modum significandi accidentalem absolutum et respectivum. Modus significandi accidentalis absolutus dicitur ille, per quem unum constructibile non habet respectum ad alterum, sed solum ad rei proprietatem. Modus significandi accidentalis respectivus est, per quem unum constructibile habet respectum non solum ad rei proprietatem, sed etiam per quem unum constructibile habet respectum ad alterum; et hoc dupliciter: vel tanquam ad ipsum dependens, vel tanquam ad eius dependentiam terminans.

De his ergo modis omnibus videamus; et primo prout sunt principium formale partis orationis absolute, secundum quem modum pertinent ad Etymologiam; deinde prout sunt principium intrinsecum constructionis unius partis cum alia, secundum quem pertinent ad Diasyntheticam.

Determinantes autem de his prout sunt forma partis, primo videamus de modo significandi Nominis, secundo de modo significandi Pronomis; et sic de caeteris secundum ordinem Donati.

CAPUT VIII

De modo significandi essentiali generalissimo nominis.

15 *Modus significandi essentialis generalissimus nominis.* Modus significandi essentialis generalissimus

uma parte de uma construção não somente se relaciona com a propriedade da coisa, mas também com outra parte da construção, e o faz de duas maneiras: como dependente da outra parte da construção ou como determinadora da dependência da outra³¹.

Consideraremos, portanto, todos esses modos de significar: em primeiro lugar, como princípios formais da parte do discurso em sentido absoluto; em segundo lugar, de que maneira pertencem ao estudo das classes de palavras. Em seguida, apresentaremos os modos enquanto princípio intrínseco da construção de uma parte com outra, de acordo com o estudo da sintaxe. Além disso, visando determinar esses modos enquanto formas da parte do discurso, primeiramente consideraremos o nome, em seguida o pronome e assim sucessivamente com as outras partes, de acordo com Donato³².

CAPÍTULO VIII

Sobre o modo de significar essencial mais geral do nome.

15 *O modo de significar essencial mais geral do nome.* O modo de significar essencial mais geral do nome é o modo de significar pelo modo de um

nominis est modus significandi per modum entis, et determinatae apprehensionis. Iuxta quod notandum est, quod licet uterque istorum modorum significandi sit forma nominis absolute sumpti, tamen comparando nomen ad alias partes orationis, modus entis habet rationem materiae, quae est facere convenire, facit enim nomen convenire cum pronome; sed modus determinatae apprehensionis habet rationem formae, quia facit nomen ab aliis partibus orationis differre; et ideo copulando hos modos significandi ad invicem, ex utroque unus resultat modus per viam compositionis.

Modus entis et modus esse. Et ut sciamus, a qua rei proprietate iste modus significandi sumatur, notandum est, quod in rebus invenimus quasdam proprietates communissimas, sive modos essendi communissimos, scilicet modum entis, et modum esse. Modus entis est modus habitus et permanentis, rei inhaerens, ex hoc quod habet esse. Modus esse est modus fluxus et successionis, rei inhaerens, ex hoc quod habet fieri.

Tunc dico, quod modus significandi activus per modum entis, qui est modus generalissimus nominis, trahitur a modo essendi entis, qui est modus habitus et permanentis. Sed modus significandi

ente e pelo modo da apreensão determinada³³. Deve-se observar que, considera-se a forma do nome como derivada, de maneira absoluta, de cada um de seus modos de significar. Porém, quando o nome é comparado com as outras partes do discurso, seu modo de um ente possui um princípio material que o faz ser igual ao pronome e seu modo da apreensão determinada um princípio formal que o faz diferir das outras partes do discurso.

Modo de um ente e modo de ser. E para que saibamos de que propriedade da coisa esse modo de significar é derivado, deve-se observar que encontramos nas coisas algumas propriedades ou modos de existir muito comuns, a saber, o modo de um ente e o modo de ser. O modo de um ente (*ens*) é o modo do estado e da permanência, que é inerente na coisa, com base no qual ela existe. O modo do ser é o modo da mudança e da sucessão³⁴ inerente na coisa, a partir de que ela tem o vir a ser isto ou aquilo (*esse*).

Portanto, afirmo que o modo de significar por meio do modo de um ente, que é o modo mais geral do nome, é derivado do modo de existir de um ente, que é o modo do estado e da permanência. Mas o modo de significar por meio do modo do ser, que é o modo essencial mais geral do verbo, é derivado do modo de existir do próprio vir a ser, que é o modo da mudança e da sucessão, como ficará claro a seguir.

Era essa a intenção de Avicena, no Capítulo XIV do Livro IV de sua *Física*, ao dizer que há dois

activus per modum esse, qui est modus essentialis generalissimus verbi, trahitur a modo essendi ipsius esse, qui est modus fluxus et successionis, ut postea patebit.

Ad hanc intentionem *Commentator IV Phys. Cap. 14*, dicit quod duo sunt modi principales entium, scilicet modus entis, et modus esse, a quibus sumpserunt grammatici duas partes orationis principales, scilicet nomen et verbum, sub nomine comprehenditur pronomen, sub verbo participium.

Item modus determinata apprehensionis accipitur a proprietate formae, et qualitatis, quae est proprietas determinantis, quoniam forma determinat et distinguit.

16 *Nomen*. Hos modos significandi expresserunt grammatici antiqui in definitione nominis, cum dixerunt, nomen significare substantiam cum qualitate, dantes intelligere per significare substantiam, modum substantiae, qui est modus entis sumptus a proprietate rei, quae est proprietas habitus et permanentis, quae primo et principaliter in substantia reperitur; per qualitatem vero, modum qualitatis, qui est modus determinatae apprehensionis, sumptus a proprietate formae et qualitatis, qui est modus determinationis. Nomen ergo est pars orationis significans per modum entis, vel

modos principais nos entes, a saber, o modo de um ente e o modo do ser, e que era deles que os gramáticos derivaram as duas principais partes do discurso, a saber, o nome e o verbo, sendo que o pronome está compreendido no nome, e o participio no verbo.

Igualmente, o modo da apreensão determinada é percebido a partir da propriedade da forma, que é uma propriedade determinante, já que a forma determina e distingue.

16 *O nome*. Os gramáticos antigos (Donato e Prisciano), em sua definição do nome, expressaram esses modos de significar (o modo de um ente e o modo da apreensão determinada), ao declararem que o nome significa (denota) a substância com qualidade. Por “significar a substância”, eles dão a entender que o nome significa por meio do “modo de significar a substância”, que é derivado da propriedade da coisa. Esta é a propriedade do estado e da permanência. A propriedade do estado e da permanência é encontrada primordialmente na substância. Por “com qualidade” os gramáticos antigos dão a entender o modo da apreensão determinada, que é o modo da determinação. O nome é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de um ente e da apreensão determinada.

E se alguém disser que existem muitos nomes que significam privações, como “nada” e “cegueira”,

determinatae apprehensionis.

Et si dicat aliquis: multa sunt nomina, quae privationis significant, ut nihil, caecitas, et huiusmodi; cum ergo omnes privationes et negationes non sint entia, videtur quod sub proprietate stare non possint, et ideo modus significandi activus per modum entis in talibus a proprietate rei significatae oriri non postest. Dicendum, et dictum est prius, quod licet privationes et negationes non sint entia positiva extra animam posita; sunt tamen entia positiva secundum animam, ut patet ex intentione Philosophi IV *Met. Text 9*, ubi dicit quod opiniones contradictoriorum sunt contrariae, hoc est, duo contradictoria extra animam sunt duo contraria secundum animam; et quia privationes et negationes et figmenta sunt entia secundum animam, ideo cadunt sub proprietate entis, quae est proprietas habitus et permanentis; a qua proprietate trahitur modus significandi generalissimus nominis.

CAPUT IX

De modis significandi essentialibus subalternis generalibus nominis.

17 Sub hoc autem modo essentiali generalíssimo nominis ad modos significandi subalternos descendamus. Sunt autem duo modi significandi, qui immediate sub hoc modo continentur,

e outros desse tipo, apesar de que todas as privações e negações não sejam entes e pareça que não possam estar sob o domínio de nenhuma propriedade e, conseqüentemente, o modo de existir em tais casos não possa se originar da propriedade de uma coisa significada (denotada), deve-se responder, como foi feito previamente, que mesmo que as privações e negações não sejam entes positivos localizados fora da mente, são, todavia, entes positivos segundo a mente. Isso fica evidente no capítulo nono do quinto livro da *Metafísica* de Aristóteles, em que ele diz que as opiniões contraditórias são pares de opostos, isto é, duas coisas contraditórias fora da mente são duas coisas contrárias na mente³⁵. E porque as privações, as negações e as ficções são entes de acordo com a mente, elas se incluem no domínio da propriedade de um ente, que é a propriedade do estado e do permanente, de que é derivado o modo de significar geral do nome.

CAPÍTULO IX

Sobre os modos de significar subalternos gerais do nome.

17 Do modo essencial geral do nome passemos aos modos de significar subalternos. Ora, existem dois modos de significar que imediatamente estão contidos sob o modo essencial geral, a saber, o modo comum e o modo

scilicet modus communis, et modus appropriati; quia sunt modi speciales respectu generalissimi, et sunt generales respectu aliorum modorum, de quibus postea determinabitur.

Modus significandi per modum communis.

Modus significandi per modum communis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas divisibilis in plura supposita, vel communicabilis pluribus suppositis, a qua proprietatem, secundum logicum, sumitur intentio universalis; et hic modus constituit nomen commune et appellativum; et hunc modum vocat Donatus appellativam qualitatem. Nomen ergo commune vel appellativum significat per modum communicabilis pluribus suppositis, ut *urbs, flumen*, etc.

Modus significandi per modum appropriati.

Modus significandi per modum appropriati sumitur a proprietate rei, quae est proprietas indivisibilis per plura supposita, a qua etiam sumitur apud logicum intentio individuationis; et hic modus facit nomen proprium; et hunc modum Donatus vocat propriam qualitatem. Nomen ergo proprium significat rem per modum indivisibilis per plura supposita, ut sub proprietatibus individuationis, quae sunt esse in loco

próprio, que são modos especiais com respeito ao modo geral e são gerais com respeito aos outros modos, os quais posteriormente serão definidos.

O modo de significar por meio do modo comum.

O modo de significar comum é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade do que é divisível em uma pluralidade de supostos ou do comunicável a muitos supostos, da qual, segundo os lógicos, é derivada a intenção universal³⁶. E é esse modo que constitui o nome comum ou apelativo e que Donato chama de qualidade apelativa. Portanto, o nome comum ou apelativo significa por meio do modo do comunicável a muitos supostos, como “cidade”, “rio”, etc.

O modo de ser significado por meio do modo próprio.

O modo de ser significado por meio do modo próprio é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade do que é indivisível em muitos supostos, que também é derivada pelos lógicos da intenção de individuação³⁷, e esse modo dá origem ao nome próprio. Donato chama esse modo de qualidade própria. Portanto, o nome próprio significa a coisa por meio do modo do indivisível em uma pluralidade de supostos, da mesma forma que as propriedades da individuação correspondem a estar em um tempo

determinato, vel in tempore determinato, ut *hic, nunc, Romae, Bononiae*.

CAPUT X

De modis significandi subalternis minus generalibus nominis communis.

18 Deinde, sub his modis descendamus ad alios modos significandi subalternos minus generales istis; et primo sub modo significandi per modum communis; secundo sub modo significandi per modum appropriati.

Modus per se stantis. Circa primum notandum, quod modus significandi per modum communis habet duos modos sub se, qui sunt minus generales eo, scilicet modum per se stantis, et modum adjacentis. Modus significandi per modum per se stantis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas essentiae determinatae. Sicut enim modus significandi generalissimus nominis sumitur a proprietate essentiae absolutae, sic modus significandi per modum per se stantis sumitur a proprietate ipsius essentiae determinatae; et hic modus constituit nomen substantivum. Nomen ergo substantivum significat per modum determinati secundum essentiam, ut: *albedo, lapis*, etc.

e em lugar determinado, como em “aqui”, “agora”, “em Roma”, “em Bolonha”.

CAPÍTULO X

Sobre os modos de significar subalternos menos gerais do nome.

18 Em seguida, passemos aos modos de significar subalternos menos gerais: em primeiro lugar, aos modos subalternos do modo de significar por meio do modo comum; em segundo lugar, aos modos subalternos do modo de significar por meio do modo próprio.

O modo de estar por si mesmo. Sobre o primeiro, deve-se notar que ao modo de significar por meio do modo comum submetem-se dois outros modos, que são menos gerais que ele, a saber, o modo de estar por si mesmo e o modo de aderir. O modo de estar por si mesmo é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade da essência determinada. Assim como o modo geral do nome é derivado da propriedade da essência absoluta, da mesma forma o modo de significar por meio do modo de estar por si mesmo é derivado dessa mesma essência de maneira determinada, e esse modo constitui o nome substantivo. Portanto, o nome substantivo significa por meio do modo de determinar de acordo com uma essência, como “brancura”, “pedra”, etc.

Modus adiacentis. Modus significandi per modum adiacentis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas alteri adhaerentis secundum esse. Sicut enim modus generalissimus verbi sumitur a proprietate ipsius esse absolute, ut postea patebit, sic modus adiacentis in nomine sumitur a proprietate ipsius esse inhaerentis alteri secundum esse; et hic modus constituit nomen adiectivum. Nomen ergo adiectivum significat per modum inhaerentis alteri secundum esse, ut: *albus*, *lapideus*, etc.

19 Et si instetur: nomina differentiarum in genere substantiae, sicut *corporeum* et *animatum*, *sensibile*, *rationale*, adiectiva quidem sunt, congrue enim substantivis adiunguntur, dicendo *corpus animatum*, *animal rationale*; et tamen non significant per modum inhaerentis alteri secundum esse, quia significant substantiam, quae secundum esse alteri non inhaeret. Dicendum, quod huiusmodi, nomina sunt substantiva, quia significant substantiam. Et probatur: nam idem significat rationale quod homo, et animatum quod animal. Et cum dicitur, quod congrue cum substantivis coniunguntur, dicendo *animal rationale*, *corpus animatum*; dicendum, quod ibi est constructio appositionis, et est incongrua de se; tamen per appositionem admissiva, hoc

O modo de aderir. O modo de significandi per modo de aderir é derivado da propriedade real que é a propriedade da aderência a outro segundo o ser³⁸. Assim como o modo geral do verbo é derivado da propriedade do próprio ser de forma absoluta, como ficará claro posteriormente, também o modo de aderir no nome é derivado da propriedade desse mesmo nome em ser aderente a outro conforme o ser (do outro), e esse modo constitui o nome adjetivo. Portanto, o nome adjetivo significa por meio do modo de aderir a outro segundo o ser do outro, como “branco”, “pétreo”, etc³⁹.

19 Pode-se argumentar que os nomes das diferenças no gênero da substância, como “corpóreo”, “animado”, “sensível”, “racional”, são na verdade adjetivos, pois podem ser juntados congruentemente aos substantivos, como quando se diz “corpo animado” e “corpo racional”, embora não signifiquem por meio do modo de aderir a outro segundo o ser, uma vez que significam a substância, que não adere a outro segundo o ser. A esse argumento deve-se responder que os nomes substantivos são aqueles que significam uma substância. E isso se prova assim: “racional” significa o mesmo que “homem” e “animado” significa o mesmo que “animal”. E quando se disser que eles se juntam congruentemente aos substantivos ao se dizer “animal racional” e “corpo animado”, deve-se responder que em cada um desses dois casos a

est, propter specificationem specificandam.

CAPUT XI

De modis specialissimis, qui continentur sub modo 'per se stantis'.

20 *Quinque modi significandi per se stantis.* Ulterius, sub modo per se stantis, et alteri adiacentis, ad modos specialissimos descendamus; et primo sub modo per se stantis, et deinde sub modo adiacentis. Modus significandi per modum per se stantis continet sub se quinque modos nominis specialissimos.

Primus. Quorum primus est modus significandi per modum generalis, sumptus a proprietate rei qui est communicabilis pluribus suppositis specie differentibus; sicut enim a proprietate rei, quae est communicabilis pluribus absolute, sumitur modus significandi per modum communis absolute, sic ab eadem proprietate strictius sumpta, scilicet a proprietate communicabili pluribus specie differentibus, sumitur modus generalis. Ab hac autem proprietate apud logicum sumitur secunda intentio generis; et sic iste modus constituit nomen substantivum generale, ut *animal*, *color*, et sic de aliis

construção é apositiva e que, embora seja incongruente por si, é admissível por aposição, por uma especificação que se especifica⁴⁰.

CAPÍTULO XI

Sobre os modos mais especiais que estão contidos sob o modo de estar por si mesmo.

20 *Cinco modos de significar de estar por si mesmo.* Dos modos de estar por si mesmo e de aderir a outro, dirijamo-nos aos seus modos especiais: primeiramente, a partir do modo de estar por si mesmo e, em seguida, a partir do modo de aderir. O modo de significar pelo modo de estar por si mesmo contém cinco modos mais especiais do nome.

O Primeiro. O primeiro deles é o modo de significar por meio do modo geral, que é tomado da propriedade da coisa comunicável a muitos supostos diferentes em espécie. Da mesma forma que a propriedade da coisa é comunicada a muitos de maneira absoluta, deriva-se o modo de significar de maneira absoluta por meio do modo comum. Assim, o modo geral é derivado dessa mesma propriedade, a saber, da propriedade comunicável a muitos de espécies diferentes, de maneira estrita. Além disso, segundo os lógicos, dessa propriedade é derivada a segunda intenção de gênero⁴¹. Consequentemente, esse modo constitui o nome substantivo geral, como “animal”, “cor”, e de igual maneira com relação

generibus. Nomen ergo substantivum generale est, quod significat per modum communicabilis pluribus, non solum numero, sed specie differentibus.

Secundus. Secundus modus per se stantis est modus significandi per modum specificabilis, sumptus a proprietate rei, quae est proprietas communicabilis pluribus, non absolute, sed solum numero differentibus.

Tertius. Tertius modus per se stantis est modus significandi per modum descendens ab altero, ut ab avo, vel a patre; et hic modus constituit nomen substantivum patronymicum, ut *Priamides*. Et quia nomen patronymicum a propriis nominibus patrum vel avorum derivatur, ideo mérito patronymicum nomen nuncupatur. Nomen ergo patronymicum est, quod a propriis nominibus patrum vel avorum derivatur, significans per modum descendens ab altero, ut a patre vel avo.

Quartus. Quartus modus per se stantis est modus significandi per modum diminuti ab alio, sumptus a proprietate diminutionis in re; et hic modus constituit nomen substantivum diminutivum, ut *flosculus*, *lapillus*. Nomen ergo substantivum

aos outros gêneros. Portanto, o nome substantivo geral é aquele que significa por meio do modo de comunicar a muitos que diferem entre si não somente em número, mas também em espécie.

O Segundo. O segundo modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo específico, tirado da propriedade da coisa que é a propriedade comunicável a muitos que não diferem uns dos outros de maneira absoluta, mas somente em número.

O Terceiro. O terceiro modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo de descender de outro, como do avô ou do pai, e esse modo constitui o nome substantivo patronímico, como *Priamides*. E, uma vez que o nome patronímico se deriva do nome próprio dos pais ou dos avós, é chamado corretamente de nome patronímico. Portanto, o nome patronímico é aquele que se deriva dos nomes próprios dos pais ou dos avós e que significa por meio do modo do descender de outro, como do pai ou do avô.

Quarto. O quarto modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo do diminuído de outro que é derivado da propriedade da diminuição da coisa. E esse modo constitui o nome substantivo diminutivo, como “florzinha”, “pedrinha”. Portanto, o nome substantivo diminutivo é aquele que é derivado de uma

diminutivum est, quod a voce primitiva derivatur, significans per modum diminuti ab altero.

Quintus. Quintus modus per se stantis est modus significandi per modum collectionis plurium in uno loco, sumptus a proprietate collectionis in re; et hic modus constituit nomen substantivum collectivum, ut *populus, gens, turba*. Nomen ergo substantivum collectivum est, quod significat per modum collectionis plurium, secundum unum locum.

CAPUT XII

De modis specialissimis qui continentur sub modo adiacentis.

21 *Viginti quatuor modi specialissimi adiacentis.* Deinde sub modo adiacentis alteri ad modos specialissimos descendamus, qui continet sub se viginti quatuor modos.

Adiectivum denominativum. Quorum primus est modus significandi per modum adiacentis alteri, seu dominantis ipsum simpliciter et absolute, speciali ratione non superaddita; hic modus constituit nomen adiectivum denominativum, ut *albus, niger, croceus*. Nomen ergo adiectivum denominativum significat per modum

expressão primitiva⁴² e significa por meio do modo do diminuído de outro.

O Quinto. O quinto modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo da coleção de muitos em um mesmo lugar, que é derivado da propriedade da coleção na coisa, e esse modo constitui o nome substantivo coletivo, como “povo”, “nação”, “turba”. Portanto, o nome substantivo coletivo é aquele que significa por meio do modo da coleção dos muitos no mesmo lugar.

CAPÍTULO XII

Sobre os modos mais especiais que estão contidos sob o modo de aderir.

21 *Os vinte e quatro modos mais especiais de aderir.* Em seguida, dirijamo-nos aos modos mais especiais do modo de aderir a outro, que contém vinte e quatro modos.

O adjetivo demonstrativo. O primeiro (desses modos mais especiais de aderir) é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro ou de denominar outro de maneira simples e absoluta⁴³, sem adição de nenhuma disposição especial⁴⁴. E esse modo constitui o nome adjetivo denominativo, como “branco”, “negro”, “amarelo”. E esse é o modo mais geral de todos

adiacentis alteri, sive denominantis alterum simpliciter et absolute. Et iste modus est generalior omnibus modis sequentibus, qui dicuntur modi adiacentis alteri, sive denominantis alterum, superaddita ratione speciali, ut postea patebit.

Adiectivum generale. Secundus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum, sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus; et iste modus constituit nomen adiectivum generale, significans sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus, ut *coloratus*. Nomen ergo adiectivum generale est, quod significat per modum denominantis sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus.

Adiectivum speciale. Tertius modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione communicabilis pluribus solo numero differentibus; et hic modus constituit nomen adiectivum speciale, ut *humanus, albus, niger*. Nomen ergo adiectivum speciale significat per modum denominantis alterum sub ratione communicabilis pluribus solo numero differentibus.

Nec prohibet aliquid, eadem nomina sub

os modos seguintes, os quais são chamados de modos de aderir a outro, ou de denominar outro, com a adição de uma disposição especial, como ficará claro a seguir.

O adjetivo geral. O segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar outro de acordo com o que é comum a muitos (indivíduos) de espécies diferentes. E esse modo constitui o nome adjetivo geral que significa de acordo com o comum a muitos (indivíduos) diferentes em espécie, como em “colorido”. Portanto, o nome adjetivo geral é aquele que significa por meio do modo de denominar de acordo com o comum a muitos (indivíduos) diferentes em espécie.

O adjetivo especial. O terceiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com o comum a muitos (indivíduos) que só são diferentes em número. E esse modo constitui o nome adjetivo especial, como “humano”, “branco”, “negro”. Portanto, o nome adjetivo especial significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com o que é comum a muitos que só diferem em número.

E nada impede que os mesmos nomes sejam colocados sob diversas espécies em razão de seus

diversis speciebus nominis collocari, propter modos significandi differentes. Nam si consideretur in his nominibus scilicet, *albus*, *humanus*, *coloratus*, et huiusmodi, modi significandi denominantis alterum simpliciter, ratione speciali non superaddita, sic sunt sub nomine adiectivo denominativo. Si autem considerentur secundum quod eis competit modus denominantis alterum, sub ratione communicabilis pluribus, specie vel numero differentibus, sic sunt sub nomine adiectivo generali, vel speciali.

Adiectivum possessivum. Quartus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione possidentis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum possessivum, ut *aureus*, *lapideus*. Nomen ergo adiectivum possessivum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione possidentis ipsum.

Adiectivum diminutivum. Quintus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione diminuti ab alio; et hic modus constituit nomen adiectivum diminutivum, ut *novellus*, *parvulus*. Nomen ergo adiectivum diminutivum est, quod significat per modum dominantis alterum

diferentes modos de significar. Uma vez que “branco”, “humano”, “colorido”, e outros nomes desse tipo, são considerados do ponto de vista dos seus modos de denominar o outro de maneira simples, sem a adição de nenhuma disposição especial, esses nomes ficam, como resultado disso, sob o domínio do adjetivo denominativo. Se, no entanto, esses nomes forem considerados segundo o que lhes compete o modo de denominar o outro de acordo com o que é comum a muitos (indivíduos) de espécie ou de número diferentes, eles ficam sob o domínio ou do adjetivo geral ou do especial.

O adjetivo possessivo. O quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua posse (de uma qualidade). E esse modo constitui o nome adjetivo possessivo como “áureo”, “lapídeo”. Portanto, o nome adjetivo possessivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua posse (de uma qualidade).

O adjetivo diminutivo. O quinto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a diminuição, como “potrinho”, “criancinha”. Portanto, o adjetivo diminutivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a diminuição.

sub ratine diminuti ab alio.

Adiectivum collectivum. Sextus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione collectionis plurium suppositorum secundum locum; et hic modus constituit nomen adiectivum collectivum, ut *gentilis, urbanus, popularis*. Nomen ergo adiectivum collectivum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione collectionis plurium suppositorum secundum locum.

Adiectivum divisivum. Septimus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione dividendi ipsum in partes; et hic modus constituit nomen adiectivum divisivum, ut *omnis, totus*. Nomen ergo adiectivum divisivum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione dividendi ipsum in partes.

Adiectivum gentile. Octavus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione gentis, vel patriae; et hic modus constituit nomen adiectivum gentile, ut *Graecus, Italus, Barbarus*. Nomen ergo adiectivum gentile est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione gentis, vel patriae.

O adjectivo coletivo. O sexto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a colocação dos seus muitos supostos em um mesmo lugar. E esse modo constitui o adjetivo coletivo, como “gentil”, “urbano”, “popular”. Portanto, o nome adjetivo coletivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a colocação de muitos supostos em um (mesmo) lugar.

O adjectivo divisivo. O sétimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua disposição de ser dividido em partes. E esse modo constitui o nome adjetivo divisivo, como “todo”, “inteiro”. Portanto, o adjetivo divisivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua disposição de ser dividido em partes.

O adjectivo gentílico. O oitavo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua nação ou a sua pátria. E esse modo constitui o nome adjetivo gentílico, como “grego”, “romano”, “bárbaro”. Portanto, o adjetivo gentílico é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua nação ou a sua pátria.

Adiectivum patrium. Nonus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione civitatis, vel oppidi; et hic modus constituit nomen adiectivum patrium, ut *Paduanus*, *Bononiensis*, *Parisiensis*. Nomen ergo adiectivum patrium est, quod derivatur a propriis nominibus civitatum, vel oppidorum, significans per modum dominantis alterum sub ratione civitatis, vel oppidi.

Adiectivum interrogativum. Decimus modus adiacentis est modus significandi per modum nominatis alterum sub ratione interrogationis de ipso; hic modus constituit nomen adiectivum interrogativum, ut *quid*, *qualis*, *quantus*. Nomen ergo adiectivum interrogativum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione interrogationis de ipso.

Adiectivum responsivum. Undecimus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione respondentis ad interrogativum; et hic modus constituit nomen adiectivum responsivum, ut *tot*, *talis*, *tantus*. Nomen ergo adiectivum responsivum est quod significat per modum dominantis alterum sub ratione responsionis de ipso.

O adjectivo pátrio. O nono modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua cidade ou vila. E esse modo constitui o nome adjectivo pátrio, como “bolonhês”, “parisiense”. Portanto, o adjectivo pátrio é aquele que é derivado dos nomes próprios das cidades ou vilas e que significa por meio do modo de denominar outro de acordo com a sua cidade ou vila.

O adjectivo interrogativo. O décimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a interrogação sobre ele. E esse modo constitui o nome adjectivo interrogativo, como “que”, “qual”, “quanto”. Portanto, o adjectivo interrogativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a interrogação sobre ele.

O adjectivo responsivo. O décimo primeiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a resposta ao adjectivo interrogativo. E esse modo constitui o nome adjectivo responsivo, como “tanto”, “tal”, “tão”⁴⁵. Portanto, o nome adjectivo responsivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a resposta sobre ele.

Adiectivum infinitum. Duodecimus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum indeterminate et indefinite; et hic modus constituit nomen adiectivum infinitum, ut *quicumque, qualiscumque*. Nomen ergo adiectivum infinitum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione infinitatis, et indeterminationis.

Adiectivum negativum. Decimus tertius modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum, sub ratione negantis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum negativum, ut *nullus, nemo*. Nomen ergo adiectivum negativum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione negantis ipsum.

Adiectivum demonstrativum. Decimus quartus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione demonstrantis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum demonstrativum. Nomen ergo adiectivum demonstrativum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione demonstrantis ipsum.

Adiectivum relativum. Decimus quintus modus adiacentis est modus significandi

O adjectivo infinito. O décimo segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro indeterminada e indefinidamente. E esse modo constitui o nome adjectivo infinito, como “qualquer”, “quaisquer”. Portanto, o nome adjectivo infinito é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a infinidade e a indeterminação.

O adjectivo negativo. O décimo terceiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua negação. Portanto, o adjectivo negativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a negação. Esse modo se constitui no nome adjectivo negativo, como “nenhum”, “ninguém”.

O adjectivo demonstrativo. O décimo quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com sua demonstração. E esse modo constitui o nome adjectivo demonstrativo. Portanto, o adjectivo demonstrativo é aquele que significa por meio do modo de demonstrar o outro de acordo com sua demonstração.

O adjectivo relativo. O décimo quinto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo

per modum denominantis alterum stans sub prima notitia, referendo et reiterando ipsum sub secunda notitia; et hic modus constituit nomen relativum, ut *qui*, *qualis*, *quantus*. Nomen ergo adiectivum relativum est, quod significat per modum denominantis alterum stans sub prima notitia, referendo et reiterando ipsum sub secunda notitia.

Adiectivum positivum. Decimus sextus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum simpliciter, sine excessu in termino; et hic modus constituit nomen adiectivum positivum, ut *albus*, *niger*. Nomen ergo adiectivum positivum est, quod significat per modum adiacentis alteri, vel denominantis alterum simpliciter, sine excessu in termino.

Adiectivum comparativum. Decimus septimus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione comparantis ipsum, secundum excessum citra terminum; et iste modus constituit nomen adiectivum comparativum, ut *albior*, *nigrior*. Nomen ergo adiectivum comparativum est, quod significat per modum adiacentis alteri, vel denominantis alterum, sub ratione comparantis cum excessu citra terminum.

de denominar o outro que aparece uma primeira vez, repetindo e referindo-se a ele uma segunda vez. E esse modo constitui o nome relativo, como “que”, “o qual”, “quanto”. Portanto, o adjetivo relativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro que aparece uma primeira vez ao repetir e referir-se a ele uma segunda vez.

O adjetivo positivo. O décimo sexto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de maneira simples, sem exceder o termo⁴⁶. E esse modo constitui o nome adjetivo positivo, como “branco” e “negro”. Portanto, o nome adjetivo positivo é aquele que significa por meio do modo de aderir a outro, ou de denominar outro de maneira simples, sem exceder o termo.

O adjetivo comparativo. O décimo sétimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com sua comparação segundo o excesso intrínseco⁴⁷ de um termo. E esse modo constitui o nome adjetivo comparativo, como “mais branco” e “mais negro”. Portanto, o adjetivo comparativo é aquele que significa por meio do modo de aderir a outro, ou de denominar outro, de acordo com sua comparação, com um excesso intrínseco.

Adiectivum superlativum. Decimus octavus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione comparantis ipsum secundum excessum in termino; et hic modus constituit nomen adiectivum superlativum, ut *albissimus*. Nomen ergo adiectivum superlativum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione comparantis ipsum, secundum excessum in termino.

Adiectivum ad aliquid. Decimus nonus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione referentis ipsum ad terminum; et hic modus constituit nomen adiectivum ad aliquid, secundum logicum nuncupatum, ut *pater, filius, aequalis, similis*, et similia, quae relationem important in concreto. Nomen ergo adiectivum ad aliquid dictum est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione referentis ipsum ad terminum.

Adiectivum verbale. Vigésimus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione actus in habitum transmutati; et hic modus constituit nomen adiectivum verbale, ut *amabilis, amandus*. Nomen ergo adiectivum verbale est, quod descendit a

O adjetivo superlativo. O décimo oitavo modo de aderir é o modo de significar por meio de denominar o outro sob o aspecto de sua comparação segundo um excesso no termo⁴⁸. Esse modo constitui um nome adjetivo superlativo, como “branquíssimo”. Portanto, o nome adjetivo superlativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua comparação, segundo um excesso em seu limite.

O adjetivo relacional. O décimo nono modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua referência a um (outro) termo⁴⁹. Esse modo constitui o nome adjetivo relacional, segundo é chamado pelos lógicos, como “pai”, “filho”, “igual”, “parecido” e outros semelhantes que concretizam relações⁵⁰. Portanto, o nome adjetivo relacional é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua referência a um (outro) termo.

O adjetivo verbal. O vigésimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de um ato transformado em um estado⁵¹. Esse modo constitui o nome adjetivo verbal, como “amável” (*amabilis*), “para ser amado” (*amandus*). Portanto, o nome adjetivo verbal é aquele que se

voce verbi, significans per modum dominantis alterum sub ratione actus transmutati in habitum. Et notandum, quod nomen adiectivum participiale, ut *amans*, et huiusmodi sub voce participii, eundem modum significandi activum habet; et ideo specificè a nomine verbali discrepare non potest, et ideo sub divisione generali collocatur.

Adiectivum temporale. Vigésimus primus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione temporis; et hic modus constituit nomen adiectivum temporale, ut *diurnus*, *nocturnus*, *annuus*. Nomen ergo adiectivum temporale est, quod significat per modum dominantis alterum sub ratione temporis. Et quia quaedam huiusmodi nomina ab adverbis secundum vocem derivantur, ut *hodiernus*, *crastinus*, ideo adverbialia nuncupatur.

Adiectivum locale. Vigésimus secundus modus adiacentis est modus significandi per modum dominantis alterum sub ratione loci; et hic modus constituit nomen adiectivum locale, ut *vicinus*, *propinquus*, *proximus*. Nomen ergo adiectivum locale est, quod significat per modum

origina da expressão verbal e que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de um ato transformado em estado. Todavia, deve-se notar que os nomes adjetivos participiais, como “amando”, “aquele que ama”, “amante” (*amans*), e outros desse tipo, estão sob o domínio do participio e tem o mesmo modo de significar que este. Portanto, o nome adjetivo participio não difere em espécie do nome verbal⁵² e, dessa forma, é colocado sob a mesma divisão geral do verbo.

O adjetivo temporal. O vigésimo primeiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do tempo. Esse modo constitui o nome adjetivo temporal, como “diurno”, “noturno”, “anual”. Portanto, o nome adjetivo temporal é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do tempo. Como alguns nomes desse tipo se derivam de advérbios, com relação à sua expressão, como em “hodierno” e “futuro”, são chamados de adverbiais⁵³.

O adjetivo local. O vigésimo segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do local. Esse modo constitui o nome adjetivo local, como “vizinho”, “achegado”, “próximo”. Portanto, o nome adjetivo local é aquele que significa por meio de denominar o outro sob o aspecto da

denominantis alterum sub ratione loci.

Adiectivum numerale. Vigésimo tertius modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione numeri; et hic modus constituit nomen adiectivum numerale, ut *unus*, *duo*, *binarius*, *ternarius*. Nomen ergo adiectivum numerale est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione numeri.

Adiectivum ordinale. Vigésimo quartus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione ordinis; et hic modus constituit nomen adiectivum ordinale, ut *primus*, *secundus*, *tertius*. Nomen ergo adiectivum ordinale est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione ordinis.

Et sic patet modi significandi communis per se stantis, et adiacentis, qui sunt, et quot sunt. Si autem sunt alii modi significandi per modum communis per se stantis et adiacentis ab his diversi, qui tamen sint magis usitati, sunt hi primitus recitati.

CAPUT XIII

localização.

O adjetivo numeral. O vigésimo terceiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do número. Esse modo constitui o nome adjetivo numeral, como “um”, “dois”, “binário”, “ternário”. Portanto, o adjetivo numeral é aquele que significa por meio do modo de denominar um outro sob o aspecto do número.

O adjetivo ordinal. O vigésimo quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro por meio da ordem e esse modo constitui o adjetivo ordinal, como “primeiro”, “segundo”, “terceiro”. Portanto, o adjetivo ordinal é aquele que significa por meio do modo de denominar (o outro) por meio da ordem.

E assim ficam expostos os modos de significar comuns de estar por si mesmo e de aderir, quais são e quantos são. Se, todavia, existirem outros modos de significar por meio do modo comum de estar por si mesmo ou de aderir diferentes desses, que são os mais usados, esses (listados aqui) são os que devem ser mencionados primeiramente.

CAPÍTULO XIII

De modis specialissimis, qui continentur sub modo appropriati.

22 Divisio appropriati in quatuor modos.

Consequenter sub modo appropriati, qui ex opposito dividebatur contra modum significandi communem, ad modos specialissimos descendamus.

Nomen proprium. Quorum primus est modus propriae denominationis, sumptus a proprietate individuationis absolute; et hic modus constituit nomen proprium individui, et absolute impositum, ut *Socrates, Plato*. Nomen ergo proprie proprium est, quod significat rem sub proprietatibus individuationis absolute.

Praenomen. Secundus modus appropriati est modus significandi per modum praenominationis, sumptus a proprietate differentiae, quae est facere differre; et hic modus constituit nomen proprium praenomen, ut *Marcus, Tullius*. Nomen ergo proprium praenomen est, quod impositum est rei individuae sub ratione differentiae.

Cognomen. Tertius modus appropriati est modus significandi per modum cognominis, vel cognominis, vel cognationis, sumptus a proprietate

Sobre os modos especiais contidos no modo próprio.

22 Divisão do modo próprio em quatro modos. A seguir, do modo próprio, que será dividido em oposição ao modo de significar comum, nos dirigiremos aos modos especiais.

O nome próprio. O primeiro desses (quatro modos) é o modo da denominação própria derivado da propriedade da individuação de maneira absoluta⁵⁴. Esse modo constitui o nome próprio do indivíduo, que se aplica a ele de maneira absoluta, como “Sócrates”, “Platão”. Portanto, o nome próprio é propriamente aquele que significa a coisa de maneira absoluta por meio das propriedades que a individualizam.

O prenome. O segundo modo próprio é o modo de significar por meio do modo de nomear com primeiro nome, tirado da propriedade da diferença, que é fazer diferir. E esse modo constitui o nome próprio prenome, como “Marcos”, “Túlio”. Portanto, o nome próprio prenome é imposto à coisa individual em virtude da diferença⁵⁵.

O cognome. O terceiro modo próprio é o modo de significar por meio do modo do cognome ou da consangüinidade⁵⁶, que é derivado da propriedade do parentesco, em que existe um

parentali, quae est unum nomen pluribus commune; et hic modus constituit nomen proprium cognomen, ut omnes de parentela Romuli dicuntur Romuli; et dicitur cognomen, quia pluribus est nomen commune. Nomen ergo proprium cognomen est, quod impositum est rei individuae sub proprietate parentali.

Agnomen. Quartus modus appropriati est modus significandi per modum agnomis, sumptus a proprietate eventus; et hic modus constituit nomen proprium agnomen, ut *Scipio Africanus* nominatus est, quia ex eventu devicit Africam. Nomen ergo proprium agnomen est, quod impositum est rei individuae sub proprietate eventus.

Patet ergo, qui, et quot sunt modi significandi nominis essentielles, generalissimi, specialissimi, et subalterni; et quae, et quot sunt species nominis per eosdem modos constitutae.

23 Et notandum, quod sicut modus generalissimus nominis, qui est modus entis, dividitur in modos speciales, descendendo ad modos specialissimos, sic nomen simpliciter sumptum in sua prima divisione dividitur in nomen commune et nomen proprium. Nomen vero commune vel

nome comum a muitos. Esse modo constitui o nome próprio cognome, como todos os da família de Rômulo (*Romulus*) são chamados de Rômulos (*Romuli*). É chamado de cognome, uma vez que é um nome comum a muitos. Portanto, o nome próprio cognome é aquele que é imposto à propriedade da coisa de acordo com a propriedade do parentesco.

O agnome. O quarto modo próprio é o modo de significar por meio do modo do agnome, que é derivado da propriedade de um fato. Esse modo constitui um nome próprio agnome, como Cipião Africano, que foi assim chamado pelo fato de ter conquistado a África. Portanto, o agnome é aplicado à coisa individual de acordo com a propriedade do fato.

Ficam, assim, expostos quais e quantos são os modos de significar essenciais, mais gerais, mais especiais e sublaternos, e, também, quais e quantas são as espécies de nomes que são constituídas por esses mesmos modos.

23 E deve-se notar que assim como o modo geral do nome, que é o modo de um ente, divide-se em modos especiais e, destes, em modos mais especiais, da mesma forma, o nome, entendido simplesmente em sua primeira divisão, divide-se em nome comum e em nome próprio. Quanto ao nome comum ou apelativo, divide-se em adjetivo

appellativum dividitur in adiectivum et substantivum. Nomen substantivum dividitur in nomen substantivum generale, et in nomen speciale, patronymicum, collectivum, et diminutivum. Nomen adiectivum dividitur in adiectivum denominativum, generale, speciale, collectivum, possessivum, diminutivum, divisivum, gentile, patrium, interrogativum, responsivum, infinitum, negativum, demonstrativum, relativum, positivum, comparativum, superlativum, ad aliquid dictum, temporale, verbale, locale, numerale, ordinale. Item proprium dividitur in nomen proprie proprium, praenomen et agnomen.

Et est sciendum, quod praeter nomina, de quorum modis significandi determinatum est, sunt et alia plura nomina usitata, quae differentiam specialem non habent secundum modos significandi, discrepantes magis secundum diversitatem vocis, quam significati. Ideo sub specialibus modis significandi non cadunt; sed comprehenduntur sub modis significandi supradictis, sicut univocum, analogum, aequivocum, synonymicum, absolutum, fictum, et his similia, quorum quaedam sunt sub nominibus substantivis, quaedam vero sub nominibus adiectivis comprehenduntur.

CAPUT XIV

e substantivo. O nome substantivo se divide em nome substantivo geral, especial, patronímico, coletivo e diminutivo. O nome adjetivo se divide em adjetivo demonstrativo, geral, especial, coletivo, possessivo, diminutivo, divisivo, gentílico, pátrio, interrogativo, responsivo, infinitivo, negativo, demonstrativo, relativo, positivo, comparativo, superlativo, relacional, temporal, verbal, local, numeral, ordinal. Identicamente, o nome próprio se divide em nome próprio prenome, cognome e agnome.

Finalmente, é necessário saber que, além desses nomes, dos quais foram determinados os modos de significar, existem também muitos outros nomes usados que não têm diferença segundo seus modos de significar, mas que se diferenciam mais pela diversidade da vocalização do que pelo significado. Portanto, esses nomes não são classificados de acordo com os modos especiais, mas estão compreendidos nos modos de significar supracitados, sejam eles unívocos, análogos, equívocos, sinônimos, absolutos, fictícios, e similares, dos quais alguns se incluem no número dos nomes substantivos, outros, por sua vez, estão compreendidos na lista dos nomes adjetivos⁵⁷.

CAPÍTULO XIV

De modis accidentalibus nominis in communi.

24 *Modi nominis accidentales sex.* Determinato de modis significandi essentialibus nominis, consequenter de modis significandi accidentalibus eius videamus. Iuxta quod est notandum, quod qualitas, quam assignat Donatus pro accidente nominis, dividens eam in qualitatem propriam et appellativam, nominat duos modos essentialis nominis subalternos, scilicet modum communis, et appropriati, ut patet ex praedictis: quae dicuntur accidere nomini, qui sunt praeter intellectum essentialis nominis simpliciter et absolute sumpti.

25 *Comparatio.* Item comparatio, quam Donatus dividit in tres gradus, nominat tres modos significandi constituentes positivum, comparativum, et superlativum, de quibus dictum est. Et quia sub his tribus modis significandi fit comparatio rerum, ideo gradus comparativus nominatur. Et dicitur comparisonem accidere nomini, quia hi tres modi sunt extra intellectum nominis absolute sumpti. Et sic universaliter omnis modus significandi partis, qui non est modus essentialis generalissimus, potest dici accidens nominis absolute. Et licet sit modus accidentalis partis simpliciter sumptae, poterit tamen esse essentialis secundum

Sobre os modos accidentais do nome em geral.

24 *Os seis modos accidentais do nome.* Como já foram determinados os modos de significar essenciais do nome, agora veremos seus modos accidentais. Com esse intuito, deve-se notar que a qualidade, que Donato atribui ao nome como acidente e que divide em qualidade própria e apelativa, denomina dois modos essenciais subalternos do nome, a saber: o modo próprio e o modo comum, e isso fica evidente com base no que foi discutido anteriormente. Esses dois modos são considerados accidentais ao nome porque (seus significados) estão além do entendimento essencial com que o nome é entendido de maneira simples e básica⁵⁸.

25 *A comparação.* Igualmente, a comparação, que Donato divide em três graus⁵⁹, denomina os três modos de significar que se constituem no positivo, no comparativo e no superlativo, sobre os quais já se discutiu. E o comparativo é assim denominado porque é por meio dos seus três modos de significar que se faz a comparação entre as coisas. E a comparação é dita accidental ao nome porque esses três modos são derivados depois do entendimento básico de um nome⁶⁰. Geralmente, todo modo de significar dessa parte do discurso, que não seja o seu modo essencial mais geral, pode ser considerado como accidental ao nome. Todavia, embora um modo seja accidental com relação ao significado básico de uma parte do discurso, ele poderá, apesar disso,

aliquam eius speciem.

Dicamus ergo de modis pure accidentalibus nominis, et sunt sex secundum grammaticos, scilicet: species, genus, numerus, figura, persona, et casus. De his ergo dicamus, et primo de specie.

CAPUT XV

De specie accidentali nominis.

26 *Species non a voce sumitur.* Iuxta dicta, notandum est, quod species, secundum quod est modus significandi accidentalis nominis, non attenditur ex parte vocis, ut quidam dicunt, ita quod illud nomen sit primitivae speciei, cuius vox est primo ad significandum imposita; et illud derivativae speciei, cuius vox est secundario imposita, a voce primitiva descendens, ut *albus* descendit ab *albedine*; quia iam modus significandi activus a voce traheretur, et non a proprietate rei; quod est contra positum. Dicendum est ergo, quod species sumitur a proprietate rei, quae est modus existendi primarie, vel secundarie. Et voco modum significandi primarie, modum existendi absolute; et modum significandi secundarie, modum existendi comparate.

Species nominis. Species ergo est modus significandi accidentalis nominis, mediante

ser considerado essencial com respeito a alguma de suas espécies.

Descrevamos, pois, os modos puramente acidentais do nome, os quais, segundo os gramáticos, são seis: a espécie, o gênero, o número, a figura, a pessoa e o caso. Desses, primeiramente, descreveremos a espécie.

CAPÍTULO XV

Sobre a espécie acidental do nome.

26 *A espécie não é derivada da expressão.* Junto ao que foi discutido até aqui, é necessário observar que a espécie, enquanto é um modo de significar acidental do nome, não se encontra na expressão, como alguns afirmam⁶¹. Por isso, o nome primitivo da espécie é aquele cuja expressão é designada para significar de maneira principal e o nome da espécie derivada é aquele cuja expressão é designada para significar de maneira secundária, proveniente da expressão primitiva, como “branco” provém de “brancura”. Do contrário, o modo de significar seria derivado da expressão e da propriedade da coisa, o que seria um contra-senso. Portanto, deve-se afirmar que a espécie é derivada da propriedade da coisa que é seu modo de existir primário ou secundário. Chamo de modo de significar primário ao modo de existir de maneira básica e modo de significar secundário ao modo de existir de maneira comparativa.

A espécie do nome. Portanto, a espécie é um modo de significar acidental do nome, mediante o

quo modum significandi primum vel secundarium significat. Et dividitur in speciem primitivam et derivativam. Species primitiva est modus significandi rem sub esse primario, vel ut est essentia prima. Species derivativa est modus significandi rem sub esse secundario, vel ut essentia secundaria. Unde *mons* primitivae speciei est, quia significat rem sub essentia primaria, quae est essentia absoluta; sed *montanus* derivativae speciei est, quia significat rem sub esse secundario sive sub essentia secundaria, quae est essentia comparata. Nam *montanus* non significat montem absolute, sed in comparatione ad habitantem *montis*. Et sic in aliis, quae sunt primitivae, aut derivativae speciei.

CAPUT XVI

De genere accidentali nominis.

27 *Genus nominis.* Dicto de specie, dicendum est de genere. Iuxta quod notandum est, quod in rebus inveniuntur duae proprietates generales, scilicet proprietas agentis, et proprietas patientis, quae licet in omnibus rebus ex matéria et forma compositis inveniantur, tamen in rebus separatis magis prompte et distincte videntur inesse; quorum unum et determinate generans, et alterum

qual ele significa o modo primário ou o modo secundário. Divide-se em espécie primitiva e derivativa. A espécie primitiva é o modo de significar a coisa sob o aspecto do ser primário. A espécie derivativa é o modo de significar a coisa sob o aspecto do ser secundário ou como essência secundária. Daí que “monte” é de espécie primitiva, porque significa a coisa sob o aspecto de sua essência primária, que é sua essência absoluta, mas “montês” é de espécie derivativa, porque significa a coisa sob o aspecto do seu ser secundário ou do ponto de vista de sua essência secundária, que é uma essência comparada. Porque “montês” não significa “monte” de maneira absoluta, mas apenas em relação a um habitante de um monte. E é assim com os outros nomes que são ou de espécie primitiva ou derivativa.

CAPÍTULO XVI

Sobre o gênero accidental do nome.

27 *O gênero do nome.* Depois de descrever a espécie, devemos agora discutir o gênero. Em que é necessário observar que se encontram duas propriedades gerais nas coisas, a saber, a propriedade do agente e a propriedade do paciente. Essas propriedades são encontradas em todas as coisas compostas de matéria e forma, embora sejam encontradas mais pronta e distintivamente nas coisas separadas, em que umas agem de maneira determinada e outras

determinate patiens; aliis autem rebus insunt sub quadam indifferentia, et indistincte, sive indeterminate. Et hoc antiqui attendentes, definierunt genus, dicentes: genus est discretio sexus, hoc est, genus est modus significandi nominis, sumptus a proprietate activa, vel passiva, quae in rebus separatis magis prompte et determinate invenitur. Ab huiusmodi enim proprietatibus trahitur genus in nominibus, ut dictum est. Unde genus simpliciter est modus significandi activus, quo mediante, nomen proprietatem agentis, vel patientis, vel utrumque significat. Et secundum diversitatem harum proprietatum diversificatur genus in nomine, per masculinum, foemininum, neutrum, commune, etc.

Masculinum, foemininum, commune, neutrum. Genus masculinum est modus significandi rem sub proprietate agentis, ut *vir, lapis*. Genus foemininum est modus significandi rem sub proprietate patientis, ut *petra, mulier*. Genus commune est modus significandi rem sub utraque proprietate determinate, ut *homo, virgo*. Aliter dicitur, et melius, quod genus commune est, quod nec differt a masculino, nec a foeminino. Genus neutrum est modus significandi rem sub proprietate neutra, quae est indeterminata, et

sofrem ações de maneira determinada⁶². Todavia, essas propriedades também encontram-se em certas coisas de maneira indiferente, quer indistinta quer indeterminadamente. E os antigos⁶³, ao atentarem para isso, definiram o gênero como a diferenciação entre os sexos, ou seja, o gênero é o modo de significar do nome que é derivado ou da propriedade ativa ou da propriedade passiva, que, de maneira mais pronta e determinada, encontram-se nas coisas separadas. Dessas propriedades se deriva o gênero dos nomes, como acabou de ser descrito. Daí que o gênero, em sentido simples, é o modo de significar mediante o qual o nome significa a propriedade do agente, do paciente ou dos dois. E, segundo a diversidade dessas propriedades, o gênero do nome diferencia-se em masculino, feminino, neutro, comum, etc.

O masculino, o feminino, o comum e o neutro. O gênero masculino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do agente, como “homem”, “rochedo”. O gênero feminino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do paciente, como “rocha”, “mulher”. O gênero comum é o modo de significar a coisa de acordo com qualquer uma das (duas) propriedades determinadas, como “humano” e “virgem”. Dito de outro e melhor modo, o gênero comum é aquele que não sinaliza a distinção entre o masculino e o feminino. O gênero neutro é o modo de significar a coisa de

indifferenter ad utrumque, ut *animal*, *lignum*.

Quidam tamen dicunt, quod neutrum genus sit modus significandi rem sub privatione utriusque proprietatis. Quo posito, vel genus neutrum non erit modus significandi, sed figmentum; vel a privatione accipietur, quae nullius est causa; quae ambo sunt inconvenientia; nisi tunc intelligatur, quaedam nomina esse sub privatione utriusque proprietatis imposita, ut sic ipsa esset neutrius generis; et hoc est bene possibile, sicut aliqua sunt verba, quae possunt imponit ad significandum privationem generis, personae, vel alterius accidentis, quam generis, quod tamen imponitur aliquod nomen ad significandum sub proprietate omnis generis. Et sic posset esse omnis generis. Hoc tantum convenit adiectivis, quae genus non habent ex proprietate suae rei subiectae, sed ex proprietate rei substantivi nominis.

Adiectivum omnis generis. Unde dicitur adiectivum esse omnis generis, quia potest attribui substantivo masculino generis, foeminini, vel neutrius, ut *felix*.

Genus epicoenum. Item illud nomen

acordo com a propriedade neutra, que é indeterminada e cuja aplicação é indiferente em ambos os casos, como “animal” e “madeiro”.

Alguns dizem que o gênero neutro é o modo de significar a coisa de acordo com a privação de qualquer uma das duas propriedades. Se isso for afirmado, todavia, ou o gênero neutro não seria um modo de significar e sim uma ficção ou seria derivado de uma propriedade que não é a causa de nada. As duas opções são inapropriadas, a não ser que se entenda que certos nomes são colocados sob a privação dessas propriedades e são, assim, de gênero neutro. E isso é bem possível, como no caso de algumas palavras que podem ser designadas para significar a privação de gênero, de pessoa ou de outros acidentes além do gênero. Isso é possível porque um nome pode ser designado para significar de acordo com as propriedades de todos os gêneros e, dessa forma, pode ser de todos os gêneros. É o que acontece com os adjetivos, que não possuem o gênero de maneira autônoma, mas (participam) da propriedade (do gênero) da coisa do nome substantivo⁶⁴.

O adjetivo é de todos os gêneros. Portanto, pode-se afirmar que o adjetivo é de todos os gêneros, uma vez que ele pode ser atribuído a um substantivo de gênero masculino, feminino ou neutro, como “feliz”.

O gênero epiceno. O nome que é considerado de

dicitur epicoeni generis, quod habet masculinum et foemininum genus sub uno articulo designatum, ut *hic passer*, et *haec aquila*.

Dubium genus. Item illud nomen dicitur dubii generis, quod nulla causa cogente poëtae sub utroque genere protulerunt, quandoque sub masculino, quandoque sub foeminino, ut *hic vel haec dies*, *hic vel haec cortex*.

CAPUT XVII

De numero accidentali nominis.

28 *Numerus essentialium.* Habito de genere, consequenter dicendum est de numero. Iuxta quod notandum, quod numerus in rebus extra animam, secundum Boethium, est multitudo ex unitatibus aggregata, et profusa. Sed duplex est unitas: quaedam est indivisa rei entitas, a qua ens dicitur unum, id est, indivisum. Ab ista unitate multoties iterata profunditur multitudo, quae est unum de transcendentibus, ut *ens*, et *unum*. Et quia cum ente convertitur huiusmodi multitudo, vocatur numerus essentialium, et secundum istum numerum essentialium, species rerum numerantur.

gênero epiceno é aquele que tem os gêneros masculino e feminino sob a mesma designação, como “esse pássaro” e “essa águia”.

O gênero dúbio. Um nome que é considerado de gênero dúbio é aquele que, por nenhuma causa convincente, os poetas (latinos) enunciaram sob a forma de ambos os gêneros: às vezes sob o masculino, outras sob o feminino, como “este dia” (*hic/haec dies*), “esta casca” (*hic/haec cortex*).

CAPÍTULO XVII

Sobre o número accidental do nome.

28 *O número das essências.* Depois de ter descrito o gênero, deve-se discutir o número. É necessário observar que o número, nas coisas fora da mente, segundo Boécio, é a multidão agregada ou profusa das unidades⁶⁵. Mas a unidade é dupla⁶⁶: uma é a entidade indivisa da coisa, da qual o ser é dito uno, isto é, indiviso, e é dessa unidade muitas vezes repetida que a multidão é produzida. Por meio dessa definição de número, a unidade é identificada com um dos transcendentais, a saber: com “o ente” ou “o uno”. E como o ente (o uno) converte-se em uma multidão, esse tipo de número é chamada de número de essências (número essencial) e as espécies das coisas são enumeradas de acordo com esse número.

Numerus materialis. Alia est unitas, quae est rei indivisa continuitas, a qua continuum dicitur unum, id est, indivisum; et ab ista unitate multoties reiterata profunditur multitudo, quae numerus materialis vocatur, id est individuorum secundum differentiam materialem differentium. Iste etiam numerus dicitur accidentalis, quia per hunc numerum numerantur individua, quae per accidens tantum differunt.

Numeri proprietates. Est sciendum, quod in utroque numero duae proprietates inveniuntur, scilicet proprietas indivisibilitatis, quae est in re ratione unitatis; et proprietas divisibilitatis, quae est in re ratione multitudinis, quae ab unitatis replicatione profunditur; et ex his proprietatibus iam dictis sumitur numerus in nomine, qui est modus accidentalis significandi nominis.

29 *Definitio numeri.* Numerus ergo est modus significandi accidentaliter nominis, mediante quo nomen proprietatem indivisibilitatis, quae est proprietatis unius, vel proprietatem divisibilitatis, quae est proprietatis multitudinis, significat. Et dividitur in singularem et pluralem. Numerus singularis est modus significandi rem sub proprietate indivisi, quae est proprietas unius, ut *animal*, *homo*.

O número material. Existe outra unidade: a continuidade da coisa indivisa, da qual o contínuo é considerado um, isto é, indiviso. E desta unidade muitas vezes reiterada se produz uma multidão que é formada de indivíduos diferentes de acordo com as diferenças materiais entre eles. Esse número é considerado accidental, porque, por meio dele, são enumerados indivíduos que diferem entre si apenas acidentalmente⁶⁷.

As propriedades do número. Deve-se saber que nos dois tipos de número encontram-se duas propriedades, a saber, a propriedade da indivisibilidade, que está na coisa em razão de sua unidade, e a propriedade da divisibilidade, que está na coisa em razão da sua multiplicidade e que se produz com a replicação da unidade. Dessas propriedades se deriva o número do nome, que é um modo accidental de significar do nome.

29 *A definição de número.* O número é, portanto, um modo de significar accidental do nome, mediante o qual o nome significa a propriedade da indivisibilidade, que é a propriedade do uno, ou a propriedade da divisibilidade, que é a propriedade da multidão. E ele se divide em singular e plural. O número singular é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do indivisível, que é a propriedade do uno, como “animal”, “homem”. O número plural é o modo

Numerus pluralis est modus significandi rem sub proprietate divisi, quae est proprietas multitudinis, ut *homines*, *animalia*, etc.

CAPUT XVIII

De figura accidentalī seu grammaticali nominis.

30 *Figura sumitur a proprietate rei non vocis.* Dicto de numero, dicendum est de figura. Iuxta quod notandum est, quod figura, prout est modus significandi nominis, non accipitur a proprietate vocis, ut quidam dicunt, ita quod illud nomen sit simplicis figurae, cuius vox est simplex, ut *doctus*; et illud compositae figurae, cuius vox est composita, ut *indoctus*; illud vero decompositae, cuius vox est decomposita, ut *inexpugnabilis*; quia hoc posito, modi significandi trahentur a voce, et non a rei proprietate, quod est contra dicta.

Sed dicendum est, quod figura sumitur a proprietate rei. Iuxta quod notandum, quod in rebus inveniuntur tres proprietates communes, scilicet proprietas simplicis, proprietas compositi, et proprietas decompositi. Et voco proprietatem decompositi proprietatem collectionis ex pluribus, quam duobus. Ab his tribus proprietatibus rerum sumitur figura, quae est modus significandi nominis.

de significar uma coisa de acordo com a propriedade do divisível, que é a propriedade da multidão, como “homens”, “animais”, etc.

CAPÍTULO XVIII

Sobre a forma accidental ou gramatical do nome.

30 *A forma é derivada da propriedade da coisa e não da expressão.* Depois de descrever o número, deve-se discutir a forma. Em que se observa que a forma, enquanto é um modo de significar do nome, não é derivada da propriedade da expressão. Se fosse assim, os nomes de forma simples seriam aqueles cujas expressões fossem simples, como “douto”, os nomes de forma composta seriam aqueles cujas expressões fossem compostas, como “indouto”, e, igualmente, os nomes de forma complexa seriam aqueles cujas expressões fossem complexas, como “inexpugnável”. No entanto, se assim fosse, os modos de significar seriam derivados da expressão e não da propriedade da coisa, o que é uma contradição.

Portanto, deve-se afirmar que a forma é derivada da propriedade da coisa. Além disso, deve-se observar que são encontradas três propriedades comuns nas coisas, a saber, a propriedade do simples, a propriedade do composto e a propriedade do complexo. Chamo de propriedade do complexo à propriedade que permite o

Ab his etiam proprietatibus imponit logicus tres voces ad significandum, scilicet terminum, propositionem, et syllogismum; licet aliter sumatur simplicitas, compositio, et decompositio in nomine figurae simplicis, compositae et decompositae, quam in termino, propositione, et syllogismo. In propositione enim et syllogismo sumitur compositio secundum distantiam circa diversa significata diversarum vocum cadens. Sed in nomine compositae et decompositae figurae sumitur compositio secundum distantiam vocum circa idem significatum eiusdem dictionis cadens. Similiter in termino sumitur simplicitas prout opponitur compositioni, secundum distantiam circa diversa significata diversarum dictionum cadens; sed in definitione simplicis figurae sumitur simplicitas prout opponitur compositioni, quae est secundum distantiam circa idem significatum eiusdem dictionis cadens.

31 *Definitio figurae.* Figura ergo est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo, nomen proprietatem simplicis, compositi, vel decompositi significat. Et secundum hanc triplicem

agrupamento de mais de dois (indivíduos). A forma, que é um modo de significar do nome, é derivada dessas três propriedades das coisas.

A partir dessas propriedades, o lógico designa três expressões para significar o termo, a proposição e o silogismo. Todavia, a simplicidade, a composição e a complexidade dos nomes de forma simples, composta e complexa são derivadas de maneira diferente da derivação do termo, da proposição e do silogismo. De fato, na proposição e no silogismo, a composição é estabelecida de acordo com a diferença que existe entre os significados diferentes das diversas expressões. Diferentemente, nos nomes de forma composta e complexa, a composição é estabelecida de acordo com a diferença que existe entre as expressões distintas do significado idêntico (básico) da mesma palavra⁶⁸. De maneira similar, a simplicidade, enquanto se opõe à composição, estabelece-se no termo de acordo com a diferença que ocorre entre os diversos significados das diferentes palavras. Mas, na definição da forma simples, a simplicidade, enquanto se opõe à composição, é estabelecida segundo a diferença que ocorre com relação ao significado idêntico (básico) da mesma palavra .

31 *A definição da forma.* A forma, portanto, é um modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome significa a propriedade ou do simples ou do composto ou do complexo. E, de acordo com essa tríplice propriedade da

proprietatem rei, variatur figura per triplicem differentiam, quae est figura simplex, compósita, et decomposita.

Figura simplex, composita, et decomposita.

Figura simplex est modus significandi rem sub proprietate simplicis, ut *dives*, *pauper*. Figura composita est modus significandi sub proprietate compositi, ut *praedives*, *praeclarus*. Decomposita est modus significandi sub proprietate decompositi, id est, sub proprietate collectionis, ut *inexpugnabilis*.

Et hoc est, quod solet dici, quod illa dictio est simplicis figura, quae est imposita a simplici conceptu ad significandum; et illa est compositae figurae, quae est imposita ad significandum a conceptu composito; illa autem est figurae decompositae, quae est imposita a pluribus conceptibus ad significandum, quam ex duobus aggregatis. Licet hoc verum sit, tamen quia huiusmodi conceptus non sunt ficti, oportet correspondere ipsis proprietates in re; et hae proprietates sunt hae, quae dictae sunt, quas nomen, conceptibus memoratis mediantibus, significat.

CAPUT XIX

De casu grammaticali nominis.

32 *Casus*. Consequenter de casu dicamus.

coisa, varia-se a forma por meio de uma tríplice diferença: a forma simples, a composta e a complexa.

A forma simples, a composta e a complexa. A forma simples é o modo de significar a coisa que existe sob a propriedade do simples (básico), como “rico” (*dives*), “pobre” (*pauper*). A forma composta é o modo de significar a propriedade do composto como “milionário” (*praedives*), “brilhante” (*praeclarus*). A forma complexa é o modo de significar a propriedade do complexo, isto é, a propriedade da coleção, como “invencível” (*inexpugnabilis*).

A forma que se costuma descrever como forma simples é aquela que é designada para significar a partir de um conceito simples. A forma composta é aquela que é designada para significar a partir de um conceito composto. A forma complexa é aquela que é designada para significar a partir de muitos—acima de dois—conceitos. Embora isso seja verdadeiro, já que conceitos desse tipo não são ficções, é necessário que as propriedades realmente correspondam a eles. E essas propriedades são aquelas anteriormente mencionadas, que o nome significa mediante conceitos recordados.

CAPÍTULO XIX

Sobre o caso gramatical do nome.

32 *O caso*⁶⁹. Em seguida damos uma descrição

Iuxta quod notandum, quod in rebus inveniuntur quaedam proprietates communes, scilicet proprietas principii, et proprietas termini. Item, inveniuntur quaedam proprietates generales in rebus, scilicet proprietas, ut quod est aliquid in se, vel quod est alterum; et proprietas cuius est aliud; et proprietas, ut cui est, et cui aliquid datur; et sic de consimilibus, quae repraesentatur per inflexionem huius nominis *quod, cuius, et cui*, etc., et a primis proprietatibus oritur casus, qui est modus significandi nominis. Sed a secundis proprietatibus superadditis primis oriuntur differentiae casus, vel casuum. Casus igitur est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo, nomen proprietatem principii, vel termini consignificat. Et secundum harum proprietatum diversitatem, cum aliis proprietatibus superadditis, casus in sex species partitur, scilicet nominativum, genitivum, dativum, accusativum, vocativum, et ablativum.

Nominativus. Nominativus casus est modus significandi in ratione principii, illa proprietate rei, ut quod est alterum, superaddita, ut dicendo *Socrates currit*, vel *amat*. Iste nominativus *Socrates* significat in ratione principii, respectu huius actus *amare* sub proprietate, ut quod est alterum, id est, sub proprietate ut quod est aliquid in

do caso. Em que se deve observar que nas coisas separadas⁷⁰ encontram-se certas propriedades comuns, a saber: a propriedade do princípio e a propriedade do termo. Igualmente, são encontradas certas propriedades gerais nas coisas, a saber: a propriedade (*ut quod*) de ser independente ou de ser o outro do verbo⁷¹, a propriedade (*ut cuius*) de algo ser de outro, a propriedade (*ut cui*) de algo ser dado a outro, e assim das outras propriedades semelhantes a essas, que são representadas pelo paradigma do pronome “que” (*quod, cuius, cui, etc.*). Embora o caso origine-se das primeiras propriedades, é da adição das segundas propriedades sobre as primeiras que se originam as diferenças entre os casos. Portanto, o caso é o modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome co-significa a propriedade do princípio ou a propriedade do termo e, de acordo com a diferença entre essas propriedades e as outras propriedades adicionais, o caso é dividido em seis espécies, a saber, em nominativo, em genitivo, em dativo, em acusativo, em vocativo e em ablativo.

O nominativo. O caso nominativo é o modo de significar de acordo com a propriedade de principiar a ação do verbo e de acordo com a propriedade adicional de ser independente ou (*vel*)⁷² de ser o outro do verbo, como quando se diz “Sócrates corre” ou “Sócrates ama”. Esse nominativo “Sócrates” significa de acordo com a propriedade de principiar a ação com respeito a

se, alterum actum verbi sibi adhaerentis principians active. Similiter dicendo, *Socrates amatur*, *Socrates* significat sub proprietate ut quod est aliquid in se alterum principians passive: utrobique enim stat sub proprietate principii, respectu verbi dependentis, proprietate ut quod est alterum supperaddita.

Ex hoc patet error dicentium, nominativum esse modum de quo est alterum enuntiabile, vel modum in quo est alterum, ut in subiecto; licet enim res nominativi, respectu verbi, possit substare proprietati, ut de quo, vel proprietati, ut in quo, et sic de aliis; tamen vox nominativi non significat res sub proprietate, ut de quo, vel in quo; quia tunc nominativus non esset casus ab aliquo distinctus. Item, si constructio nominativi cum verbo fieret mediante praepositione, de quo, vel in quo, tunc praepositio deserviret nominativo, quod est falsum.

Nominativus ergo est modus significandi, ut quod est alterum; et hoc probatur ratione, et auctoritate. Ratione sic: ille modus est modus significandi nominativi, per quem nominativus ab omnibus aliis distinguitur: sed per modum, ut quod est alterum, est distinctus ab aliis; ergo nominativus est modus significandi, ut quod est alterum. Probatur etiam auctoritate Petri Heliae, qui vult quod

“ama” de duas maneiras: como “um elemento independente” (*ut quod*) ou (*vel*) como “o outro do verbo” (*ut quod est alterum*), isto é, significa a propriedade de ser independente (*quod*) e de principiar ativamente, como princípio da ação, o ato do verbo (*est alterum*)⁷³. De modo similar, quando se diz “Sócrates é amado”, “Sócrates” significa a propriedade de ser independente e de principiar a ação do verbo de maneira passiva. Nos dois casos, o nominativo mantém-se na propriedade de principiar uma ação, no que se refere ao verbo dependente, com a propriedade adicional de ser independente (*quod*) ou de ser o outro do verbo (*est alterum*).

Em consequência disso, fica claro o erro dos que afirmam que o nominativo é o modo “sobre que” (*de quo*) alguma coisa é enunciável, ou o modo “em que” (*in quo*) o outro subsiste como sujeito. Porque, embora a relação do nominativo com o verbo possa incluir as propriedades “sobre que” (*de quo*) ou “em que” (*in quo*) e outras assim, a expressão (principal) do nominativo, no entanto, não significa a coisa na propriedade “sobre que” ou “em que”, porque, nesse caso, o nominativo não seria diferente de outro caso distinto dele (i.e., do ablativo)⁷⁴. Igualmente, se a construção do nominativo com o verbo se desse por meio de preposições, como “sobre” ou “em”, o nominativo dependeria da preposição, o que é falso.

O nominativo, portanto, é o modo de significar a propriedade (*ut quod est alterum*) de ser

species, sive modi casuum, sumantur penes inflexionem huius nominis *quod*, *cuius*, *cui*, etc. Si ergo genitivus est modus significandi, ut cuius est alterum, dativus est modus significandi, ut cui est alterum, vel cui acquiritur, vel datur alterum, nominativus erit modus significandi, ut quod est alterum. Et dicitur iste modus significandi nominativus, quia sub isto modo nomina rebus imponimus. Et huic modo proportionatur in verbo modus, ut ipsum est alterum, scilicet principiatum, et causatum a re nominativi active, vel passive.

Genitivus. Genitivus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita; ut dicendo,

independente ou de ser o outro do verbo. E isso se prova racionalmente e por autoridade. Racionalmente, assim: é por meio de um modo de significar que o nominativo distingue-se de todos os outros casos: o modo de ser independente ou de ser o outro do verbo, o que o distingue dos demais casos; logo, o nominativo é o modo de significar aquilo que é independente ou que é o outro do verbo. E isso também se prova pela autoridade de Pedro Helias, que quis dizer que a espécie ou os modos dos casos são derivados de acordo com a inflexão do nome *quod* (que): *cuius* (de que/-m), *cui* (a/para que/-m), etc. Se, portanto, o genitivo é o modo de significar como “de que/-m” (*cuius*) indica que uma coisa pertence a outra coisa, e o dativo é o modo de significar como “para que” (*cui*) indica que algo é adquirido ou dado para outro, da mesma forma, o nominativo é o modo de significar “como algo que é (independente)” e “é o outro (do verbo)” (*ut quod est alterum*). E chama-se esse modo de nominativo, porque é por meio desse modo que damos nomes às coisas. Há também no verbo um modo proporcional a esse modo (nominativo): o modo do outro determinar a ação do verbo (*ipsum est alterum*), e o verbo é principiado e movido por esta propriedade do nominativo de maneira ativa ou passiva.

O genitivo. O genitivo é o modo de significar de acordo com o princípio ou o término de uma ação, indiferentemente, com a adição da propriedade de ser de outro. Por exemplo, ao se

Socratis interest; iste genitivus *Socratis* significat rem in ratione principii, respectu huius verbi *interest*, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita. Similiter dicendo, *misereor Socratis*, vel, *filius Socratis est*, iste genitivus *Socratis* significat rem in ratione termini, respectu huius verbi *misereor*, vel huius nominis *filius*, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita. Dicitur genitivus, quasi primo a voce nominativi genitus. Et huic modo proportionatur in verbo modus ut ipsum est alterius.

Dativus. Dativus casus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate ut cui alterum acquiritur superaddita; ut dicendo, *Socrati accidit*; in hac constructione, iste dativus, *Socrati*, significat per modum principii, superaddito sibi modo, ut cui alterum acquiritur. Similiter dicendo, *faveo Socrati*, vel *similis Socrati*; in hac constructione iste dativus, *Socrati*, significat rem in ratione termini, proprietate, ut cui alterum acquiritur, vel datur, superaddita. Et dicitur iste modus

dizer “É do interesse de Sócrates” (*Socratis interest*), esse genitivo “de Sócrates” (*Socratis*) significa a coisa de acordo com a propriedade de principiar a ação (*ut cuius est alterum*) com respeito à locução verbal “ser do interesse de” (*interest*), com a adição da propriedade de algo ser de outro (*ut cuius*). De forma similar, ao se dizer “Tenho pena de Sócrates” (*misereor Socratis*) ou “Existe um filho de Sócrates” (*filius Socratis est*), o genitivo, tanto com respeito à locução “ter pena de” (*misereor*), quanto com respeito ao nome “filho” (*filius*), significa a coisa de acordo com a propriedade de terminar uma ação, e a propriedade de ser de outro (*cuius*) é acrescentada a essa propriedade. O genitivo (*genitivus*) recebe esse nome porque se origina do nominativo. Há também no verbo um modo proporcional a esse modo: o modo do possuidor determinar a ação do verbo (*ipsum est alterius*).⁷⁵

O dativo. O dativo é o modo de significar de acordo com o princípio ou o término de uma ação, indiferentemente, com a adição da propriedade de ser dado ou recebido a/por outro (*cui*)⁷⁶. Por exemplo, quando se diz: “Aconteceu a Sócrates” (*Socrati accidit*), o dativo co-significa nessa construção por meio do modo de principiar a ação do verbo, com a adição da propriedade de dar ou receber. Semelhantemente, quando se diz: “Sou favorável a Sócrates” (*faveo Socrati*) ou “igual a Sócrates” (*similis Socrati*), o dativo “a Sócrates” (*Socrati*) significa a propriedade de terminar a ação do verbo, com a propriedade

significandi dativus, quia est modus significandi, ut cui alterum acquiritur, vel datur. Et huic modo proportionatur in verbo modus ut ipsum est, quod alteri datur.

Accusativus. Accusativus casus, secundum dictam inflexionem, est modus significandi rem in ratione termini, proprietate ut quem, superaddita, ut dicendo, *amo Deum*, iste accusativus, *Deum*, significat sub proprietate terminandi actum, et dependentiam huius verbi, *amo*, proprietate, ut quem, superaddita. Et huic modo proportionatur in verbo modus dependentis, sub modo ad alterum. Aliquando tamen accusativus casus est modus significandi rem, sub ratione principii simpliciter, id est, proprietate speciali non superaddita, scilicet quando actus construitur intrinsece cum infinitivo, vel cum verbo impersonali, ut dicendo, *me legere*, *me oportet*; hic significat accusativus rem, sub ratione principii a nulla proprietate speciali contracta, nec contrahibili, cui proportionatur modus verbi simpliciter. Et hic modus non videtur sibi accidere, nisi tunc ponatur quod actus sit modus significandi aequivocus, ad significandum sub ratione termini, ut quem; et ad modum sub ratione principii simpliciter.

adicional de dar ou receber⁷⁷. Esse modo é chamado de dativo porque é o modo de significar a propriedade de dar ou receber. E existe no verbo um modo proporcional a esse modo que significa a propriedade de ser dado a outro.⁷⁸

O acusativo. O acusativo, segundo a definição que já foi estabelecida⁷⁹, é o modo de significar a coisa do ponto de vista do término da ação do verbo, com a adição da propriedade de direcionar a ação do verbo (*ut quem*). Assim, quando se diz “Amo Deus” (*amo Deum*), esse acusativo “Deus” (*Deum*) significa por meio da propriedade de terminar a ação do verbo e, simultaneamente, o acusativo determina a dependência desse verbo com a adição da propriedade de direcionar essa ação. E esse caso é chamado de acusativo porque é o término da ação do verbo. Para esse modo (de direcionar) existe um modo proporcional no verbo: o modo de ser direcionado para outro (*ad alterum*). Algumas vezes, porém, o caso acusativo é o modo de significar a coisa na forma de princípio da ação, simplesmente, sem o acréscimo da propriedade adicional de direcionar. Isso acontece quando a ação é construída intrinsecamente com um infinitivo ou com um verbo impessoal, como quando se diz “(ouviu-) me ler” (*(audit) me legere*) ou “me convém” (*me oportet*). Nesse caso, o acusativo significa a propriedade de principiar a ação do verbo sem nenhuma propriedade específica (adicional)⁸⁰ que se combine ou possa ser combinada, de maneira simples, com um modo proporcional do verbo.

Et est sciendum, quod ratio termini, ut quem, aliquando sumitur simpliciter, id est non contracte, ut dicendo, *lego librum*; aliquando contracte, ut quando contrahitur per praepositionem accusativo deservientem, ut dicendo, *vado ad plateam, curro ad campum*; et sic modus sibi correspondens simpliciter est contrahendus.

Vocativus. Vocativus casus est modus significandi rem sub ratione termini dependentis, actus dependentis, actus exerciti, vel exercitati, nulla differentia dictarum proprietatum superaddita, ut dicendo, *o Henrice*: iste vocativus havet in se rem in ratione termini, tantum in ratione dependentis illius actus exerciti, vel exercitati. Unde notandum est, quod duplex est actus, scilicet: signatus, et exercitus. Actus signatus est, qui per verbum, vel participium importatur, ut *lego, legens*. Actus exercitus est, qui prolationem huius adverbii, *o*, exercitatur,

Esse tipo de acusativo não parece ocorrer a não ser que se considere que a ação seja significada por meio de um modo de significar equívoco, isto é, que signifique a propriedade de direcionar e terminar a ação do verbo e (ao mesmo tempo) signifique somente a propriedade de principiar a ação do verbo.

Além disso, deve-se saber que, às vezes, o acusativo, na sua capacidade de terminar a ação do verbo, liga-se diretamente ao verbo, como em “Leio o livro” (*lego librum*)⁸¹, outras vezes, o acusativo se liga ao verbo por meio de uma preposição que (o acusativo) rege, como em “Vou à praça” (*vado ad plateam*) e “Corro ao campo” (*curro ad campum*). Dessa forma, o modo correspondente no verbo se liga ao acusativo de maneira simples⁸².

O vocativo. O caso vocativo é o modo de significar de acordo com a propriedade do término da ação que depende do ato de estimular ou impelir, sem o acréscimo de nenhuma das propriedades adicionais mencionadas acima. Isso significa que, por exemplo, ao se dizer “Ó, Henrique!” (*o Hernrique*), esse vocativo só tem a propriedade de terminar a ação enquanto é dependente dessa ação estimulante ou impelidora. Com base nisso, é necessário observar que há dois tipos de ato: o ato significativo e o ato de fala⁸³. O ato significativo surge por meio do participio ou do verbo, como em “leio”, “lendo” (*lego, legens*). O ato de fala surge pela pronúncia

quasi in eius modum significandi cadens, et huius proprius terminus est vocativus; ideo iste modus significandi vocativus nominatur, quia est proprius terminus vocationis, seu actus vocandi. Et huic modo significandi vocativi, vel exercitati proportionatur in adverbio, *o*, modus significandi per modum vocantis, vel exercitantis.

Ablativus. Ablativus casus est modus significandi rem, in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate, ut quo, superaddita, ut dicendo, *utor pane*; iste ablativus significat in ratione termini proprietate, ut quo, superaddita; et huic modo proportionatur modus dependentis sub modo ut altero. Similiter dicendo, a *Socrate legitur*, iste ablativus significat in ratione principii, proprietate, ut quo, superaddita. Et dicitur iste modus ablativus, quia est modus significandi, ut a quo aliquid auferimus.

Et est sciendum, quod ratio termini, vel principii ut quo, aliquando sumitur non contracte, ut dicendo, *utor pane*; aliquando contracte praepositivibus adiectis, ut

da interjeição “ó”, que ativa um modo de significar. O vocativo é o término apropriado dessa ação. É por isso que se dá o nome de modo de significar vocativo para esse modo: porque ele é o término apropriado de um chamamento ou de um ato de chamar. E, para esse modo vocativo, que é o modo de ser chamado ou de ser estimulado, corresponde um modo proporcional de estimular ou de chamar na interjeição “ó”.

O ablativo. O ablativo é um modo de significar de acordo com o princípio ou o término, indiferentemente, com a adição da propriedade de se localizar, ou de se originar, ou de ser a causa ou o agente de uma ação (*ut quo*). Por exemplo, quando se diz “Faço uso do pão” (*utor pane*), o ablativo significa a propriedade de terminar a ação, com a adição da propriedade de ser a origem material da ação. Para esse modo existe no verbo um modo proporcional: o modo de ter sua ação originada no outro. De maneira similar, ao se dizer “Lido por Sócrates” (*a Socrate legitur*), o ablativo significa a propriedade do princípio com a propriedade adicional de ser agente de uma ação. Esse modo recebe o nome de ablativo porque significa a maneira como retiramos (*ab-ferimus*) algo de alguém.

Deve-se também observar que, tanto de acordo com o princípio quanto com o término da ação, algumas vezes o ablativo não é preposicionado, como em *utor pane* (“Faço uso do pão”), outras

dicendo, *a Socrate legitur* in Ecclesia, vel *in domo*, et sic modus significandi sibi correspondens et proportionabilis est contrahendus.

33 Ex istis patet sufficientia istorum sex casuum, per hunc modum: omnis casus aut est modus significandi principii tantum, vel termini tantum, vel utriusque indifferenter. Si casus sit modus significandi in ratione principii tantum, modo ut quod est alterum superaddito, sic est nominativus casus. Si tantum in ratione termini, nulla speciali proprietate superaddita, sic est vocativus casus. Si autem sit modus significandi rem sub ratione utriusque indifferenter, vel hoc est modo superaddito *ut cuius*, et sic genitivus casus; vel modo *ut cui*, et sic est dativus casus; vel modo *ut quem*, et sic est accusativus casus; vel modo *a quo*, et sic est ablativus casus. Et est sciendum, quod sicut species et differentiae casuum attenduntur penes inflexionem huius nominis *quod, cuius, cui*, etc., sic modi in verbo, proportionabiliter casibus, attenduntur penes inflexionem huius nominis *alter, alterius, alteri*, etc.

vezes, é ligado a uma preposição adjetiva, como quando se diz “Lido por Sócrates na igreja” (*a Socrate legitur in Ecclesia*) ou “em casa” (*in domo*), e, da mesma forma, em outros casos. E esse modo de significar tem modos correspondentes proporcionais na preposição que se liga a ele.

33 E, conforme tudo o que foi dito até aqui, esses seis casos foram suficientemente discutidos e podem ser resumidos assim: todo caso é um modo de significar apenas o princípio de uma ação ou apenas o seu término, ou ambas as coisas. Se um caso significar apenas o princípio, com a adição da propriedade de ser independente ou de ser o outro do verbo (*ut quod*), esse caso será o nominativo. Se significar apenas na forma de término, sem a adição de nenhuma propriedade, esse será o caso vocativo. Se, porém, significar tanto a propriedade de principiar quanto a propriedade de terminar a ação do verbo, indiferentemente, ou receberá a adição do modo de ser de outro, e será o caso genitivo (*ut cuius*), ou receberá a adição do modo de direcionar a ação do verbo (*ut quem*), e será o caso acusativo, ou receberá a adição do modo de localizar, ou de originar materialmente, ou de ser a origem ou a causa de um efeito (*ut quo*), e será o caso ablativo. Deve-se observar também que os tipos de casos e as suas diferenças podem ser percebidos no paradigma do nome *quod* (que): *quod, cuius, cui*, etc. (quem, cujo, para quem, etc.) e que existem, nos modos de significar do

CAPUT XX*De persona et declinatione grammaticali.*

34 *Persona*. Habito de casu, dicendum est de persona. Iuxta quod notandum est, quod in rebus rationabilibus reperitur quaedam proprietas casus, scilicet proprietas loquendi a quo trahitur persona, quae est accidens nominis. Est ergo persona modus significandi nominis, mediante quo nomen proprietatem loquendi consignificat. Et secundum diversitatem loquendi, de se, ad alium, vel de alio, variatur persona per triplicem differentiam, scilicet, primam, secundam et tertiam.

Prima persona est modus significandi rem sub proprietate loquendi de se, ut de se. *Secunda persona* est modus significandi rem sub proprietate loquendi ad alium, ut ad alium. *Tertia persona* est modus significandi rem sub proprietate loquendi de alio, ut de alio. Et quia modus loquendi de se non est sine modo significandi de se, ideo ipse modus dicitur persona, a per se sonando nominata.

verbo, tipos e distinções proporcionais às dos casos, que podem ser percebidos no paradigma do nome *alter* (o outro): *alter, alterius, alteri, etc.* (o outro, do outro, para o outro, etc.).

CAPÍTULO XX*Sobre a pessoa e a declinação gramtical.*

34 *A Pessoa*. Depois de tratar o caso, deve-se agora discutir a pessoa. E, quanto a isso, deve-se observar que nas entidades racionais verifica-se uma determinada propriedade casual, a saber, a propriedade de falar, da qual se deriva a pessoa, que é um acidente do nome⁸⁴. Portanto, a pessoa é o modo de significar do nome mediante o qual ele co-significa a propriedade do falar. E, segundo a diversidade do falar—de si, a outro, ou de outro—a pessoa se constitui por meio de uma tríplice diferenciação, a saber, em primeira, segunda e terceira.

A primeira pessoa é o modo de significar a propriedade do falar de si (*ut de se*). *A segunda pessoa* é o modo de significar a propriedade do falar a outro (*ut ad alium*). *A terceira pessoa* é o modo de significar a propriedade do falar de outro (*ut de alio*). E, como o modo de significar a propriedade do falar de si não existe sem o modo de significar a propriedade do ser em si, é por isso que o modo do falar de si é chamado do modo da pessoa, porque a pessoa de “per si soa” (*persona*).

35 *Declinatio*. Notandum, quod declinatio, quam Donatus sub casu comprehendit, a proprietate casuum oritur. Declinatio ergo est modus significandi rem nominis, per quem inflectitur. Et variatur per diversas casuum proprietates, de quibus dictum est. Et quia ad istam inflexionem proprietatum sequitur in pluribus inflexio vocum, ideo quidam dixerunt declinationem esse vocis in vocem inflexionem. Quod autem aliquod nomen sit primae, secundae, tertiae, quartae, vel consequentis, vel inconsequentis, haec ratio a parte vocis attenditur. Et sic patet qui, et quot sunt modi significandi nominis, tam essentielles quam accidentales.

CAPUT XXI

De modo significandi essentiali generalissimo pronominis.

36 *Pronomen*. Modus significandi essentialis generalissimus pronominis est modus significandi per modum entis et indeterminatae apprehensionis. A qua vero proprietate modus significandi per modum entis sumitur, prius dictum est, nam in hoc modo pronomen a nomine non distinguitur,

35 *A declinação*. Deve-se notar que a declinação, que Donato colocou sob a abrangência do caso⁸⁵, origina-se das propriedades dos casos. A declinação é, portanto, o modo de significar a propriedade do nome por intermédio de que ele sofre inflexão. E ela varia de acordo com as diferentes propriedades de cada caso, que foram discutidas anteriormente (no capítulo anterior). E como essas variações de propriedades são seguidas de inflexões em muitas expressões, alguns afirmaram que a declinação é equivalente à derivação de uma expressão a partir de outra. No entanto, é porque um nome é capaz de estar ou na primeira ou na segunda ou na terceira ou na quarta declinação, que o sistema declinacional é, de maneira própria ou imprópria, derivado da expressão.

Ficam assim esclarecidos quantos e quais são os modos de significar do nome, tanto os essenciais quanto os acidentais.

CAPÍTULO XXI

Sobre o modo de significar essencial geral do pronome.

36 *O pronome*. O modo de significar essencial geral do pronome é o modo de significar por meio do modo de um ente e por meio do modo da apreensão indeterminada⁸⁶. Na verdade, já se discutiu (nos capítulos sobre o nome) de que propriedade se deriva o modo de um ente e, como se mencionou anteriormente, o pronome não se

ut dictum est.

Modus vero indeterminatae apprehensionis oritur a proprietate, seu modo essendi materiae primae. Materia enim prima in se, extra indeterminata est, respectu cuiuslibet formae naturalis, quae inest de se, ita quod nec includit nec excludit formam nec determinationem formae. Ab ista ergo proprietate materiae primae, quae est proprietas de se indeterminata, determinabilis tamen per formam, sumitur modus significandi per modum indeterminatae, qui est modus significandi essentialis generalissimus pronominis; non quod pronomen materiam primam significet tantum, sed ex modo essendi reperto in materia prima, intellectus movetur ad considerandum aliquam essentiam sic indeterminatam, et ad imponendum sibi vocem sub modo significandi per modum indeterminati. Et hunc modum generalissimum essentialem pronominis grammatici expresserunt dicentes, pronomen significare substantiam meram, vel substantiam sine qualitate; dantes intelligi per substantiam modum entis, qui in substantia principaliter reperitur, ut dictum est; per meram, vel sine qualitate, modum indeterminatae apprehensionis.

37 Sed si obiicatur sic: modus significandi partis debet esse positivus, et non

distingue do nome no que diz respeito a esse modo.

O modo da apreensão indeterminada se origina da propriedade ou do modo de ser da matéria prima. Com efeito, a matéria prima em si é indeterminada com relação a qualquer forma natural em que se encontre. Por isso, a matéria prima não inclui nem exclui a forma ou sua indeterminação. Dessa propriedade da matéria prima—que é a propriedade de ser indeterminável em si, porém determinado por uma forma—, deriva-se o modo de significar por meio do modo da indeterminação, que é o modo de significar essencial geral do pronome. Não que o pronome signifique (denote) diretamente a matéria prima, mas é com base no modo de existir da matéria prima que o intelecto pode perceber a existência de uma essência indeterminada e, em seguida, atribuir a essa essência uma expressão (o pronome) que a significa por meio do modo da indeterminação. Os gramáticos (antigos) expressaram esse modo essencial geral do pronome ao dizer que o pronome significa uma “mera substância”, ou seja, uma substância sem qualidade. Ao fazer isso, eles deram a entender que “substância” equivale ao modo de um ente—que é encontrado principalmente na substância, como foi dito acima—, e dão a entender que “mera”, ou seja, sem qualidade, equivale ao modo da apreensão indeterminada⁸⁷.

37 No entanto, é possível que haja a seguinte objeção: um modo de significar de uma parte do

privativus, sicut pars est quid positivum: sed modus indeterminatae apprehensionis est modus privativus; ergo non potest esse modus significandi pronominis.

Dicendum, quod illud, quod est ita indeterminatum, quod excludat formam, et formae determinationem, est privativum; tamen illud, quod sic est indeterminatum, quod non excludit, nec includit formam, nec formae determinationem, non est privativum; et sic se habet modus significandi pronomis, qui est modus indeterminati de se, determinabilis tamen. Vel dicendum, quod per modum istum privativum grammatici circumloquuntur modum significandi positivum, qui est modus significandi communis simpliciter.

Et si dicatur, quod iste modus significandi communis simpliciter invenitur in hoc nomine *ens*; vel ergo *ens* est pronomen, vel pronomen non erit distinctum a nomine. Dicendum, quod licet hoc nomen *ens* habeat modum significandi communem, respectu significatorum specialium, scilicet, *substantiae* vel *accidentis*, *hominis* vel *leonis*; tamen eius significatum non est commune respectu aliorum transcendentium, quae sunt *unum*, *res*, et *aliquid*, et respectu privationum, et negationum, ut *nihil* est non *ens*; ergo non habet modum significandi communis simpliciter; sed pronomen habet modum

discurso deve necessariamente ser positivo, e não privativo, para que a parte do discurso signifique algo que realmente existe. Portanto, um modo de significar privativo não pode ser um modo de significar do pronome⁸⁸.

A resposta a essa objeção é a seguinte: algo indeterminado que exclua tanto a forma quanto a indeterminação da forma é privativo, mas algo indeterminado que não exclua nem inclua a forma, ou a indeterminação da forma, não é privativo. E é assim que se comporta o modo de significar do pronome, que, embora seja indeterminado por si, é determinável (por outro). Além disso, pode-se responder que os gramáticos, por meio desse modo privativo, referem-se indiretamente a um modo de significar positivo: o modo de significar o comum de maneira simples⁸⁹.

Contra isso, é possível argumentar que o nome “ente” encontra-se nesse modo de significar o comum de maneira simples e que, portanto, ou o pronome é um ente ou a classe dos nomes não se distingue da classe dos pronomes. Ao que se deve responder: embora o nome “ente” signifique por meio do modo comum de maneira restrita—ou seja, com respeito a certas espécies de coisas, a saber: “substância”, “homem”, “leão”, etc. —, seu significado não é comum com respeito a outros transcendentais, como “uno”, “coisa”, “aquilo que existe”, nem com respeito às privações, como “nada”, que não fazem referência a nenhum ente. Logo, (em seu sentido

significandi communis simpliciter, respectu omnium significatorum specialium, et transcendentium, privationum, et negationum, teste Prisciano, qui dicit, quod pronomen ad omne suppositum pertinet, id est, ad omne significatum se extendit; ergo instantia nulla.

Iuxta quod est notandum, quod omnis pars orationis est ens secundum animam. Item sciendum est, quod omnes privationes et negationes in se sunt entia positiva in anima, ut dictum est prius. Dicendum est ergo, quod licet modus indeterminati non sit positivus realiter, est tamen positivus in anima; et hoc sufficit ad distinctionem partium orationis, quae sunt entia secundum animam. Pronomen ergo est pars orationis significans per modum entis, et indeterminatae apprehensionis.

CAPUT XXII

De modis significandi essentialibus pronominis, tam subalternis, quam specialissimis.

38 *Modi essentialis subalterni et speciales sex.* Sub hoc autem generalissimo modo

estrito) o nome “ente” não é significado por meio do modo de significar o comum de maneira o mais simples (abrangente) possível. O pronome, no entanto, significa por meio do modo de significar de maneira o mais simples possível com respeito a todos os significados de todas as espécies, tanto das transcendentais quanto das privativas e negativas. E isso atesta Prisciano⁹⁰ ao afirmar que o pronome pertence a todo suposto, isto é, que se estende a qualquer significado. Portanto, essa objeção é inconseqüente.

Junto a isso, deve-se observar também que toda parte do discurso é um ente mental. E, da mesma forma, deve-se observar que todas as privações e negações têm existência real na mente, como se discutiui acima. Logo, deve-se afirmar que o modo do indeterminado, embora não seja uma realidade física, é uma realidade mental, e que isso já é o suficiente na distinção entre as classes de palavras, que são entes mentais. Portanto, o pronome é uma parte do discurso que significa por meio do modo de um ente e por meio do modo da apreensão indeterminada.

CAPÍTULO XXII

Sobre os modos de significar essenciais do pronome, tanto o subalterno quanto o especial.

38 *Os modos essenciais subalternos são seis.* Depois de discutir o modo de significar geral do

significandi pronomis ad modos essentielles, et subalternos, et specialissimos descendamus, qui sunt modi relationis, et demonstrationis; modus primitivi, et modus derivativi; modus substantialis vel substantivi, et modus adiectivi.

39 *Demonstratio et relatio.*

Demonstratio. Modus ergo significandi, qui vocatur demonstratio, sumitur a proprietate rei, quae est proprietas certitudinis, et praesentiae, seu notitiae primae intellectus; et hunc modum Donatus vocat qualitatem finitam; et hic modus constituit pronomen demonstrativum.

Pronomen demonstrativum. Pronomen ergo demonstrativum significat rem sub ratione vel proprietate praesentiae seu notitiae primae. Semper enim pronomi sex demonstrationes correspondent praesentiae, sive sit ad sensum, sive ad intellectum; differenter tamen. Quia pronomen demonstrativum ad sensum hoc, quod demonstrat, significant, ut: *ille currit*. Sed pronomen demonstrativum ad intellectum hoc, quod demonstrat, non significant, sed aliud, ut si dicam de herba demonstrata in manu mea: *haec herba crescit in horto meo*, hic unum

pronome, dirijamo-nos agora aos seus modos essenciais, tanto subalternos quanto especiais, que são os seguintes: o modo da relação e da demonstração, o modo do primitivo e do derivado, o modo substancial, ou do substantivo, e o modo do adjetivo.

39 *A demonstração e a relação*⁹¹.

Demonstração. O modo de significar que é chamado de demonstração é derivado da propriedade da certeza e da presença ou da primeira percepção. Donato chama esse modo de qualidade finita. Esse modo constitui o pronome demonstrativo.

O pronome demonstrativo. O pronome demonstrativo significa a coisa de acordo com a primeira percepção que se tem dela. Com efeito, o pronome demonstrativo se divide em seis pronomes de presença (de demonstração), de duas maneiras: em relação aos sentidos e em relação ao intelecto⁹². O pronome demonstrativo, em relação aos sentidos, significa ao mesmo tempo em que demonstra, como em “Ele corre” (*ille currit*), mas, em relação ao intelecto, não significa o que demonstra, como quando digo da hortaliça que mostro em minha mão: “Esse vegetal cresce em minha horta” (*haec herba crescit in horto meo*), em que uma coisa é

demonstratur, et aliud significatur. Et hunc modum demonstrandi habent propria nomina, ut si dicam demonstrato Ioanne; *iste fuit Ioannes*, hic unum demonstratur, et aliud in numero significatur. Et sic contigit dare diversos modos certitudinis, et praesentiae; et secundum hoc erunt diversi modi demonstrationum; et ex consequenti diversa pronomina demonstrativa. Contigit enim rem esse praesentem et certam, et maxime certam vel praesentem, et sic demonstratur per hoc pronomen *ego*; vel non maxime esse certam et praesentem, et sic demonstratur per hoc pronomen *tu*, et alia similia.

Relatio. Modus significandi qui vocatur relatio, sumitur a proprietate rei, quae est proprietas absentiae, et incertitudinis, seu notitiae secundae, unde Donatus appellat istum modum qualitatem pronominis infinitam; et hic modus constituit pronomen relativum.

Pronomen relativum. Pronomen ergo relativum significat rem sub proprietate absentiae, et incertitudinis, seu notitiae secundae. Semper enim pronomen relativum, vi relationis, repraesentat rem, ut est absens, et incerta, sive sit res praesens, sive absens, quae refertur, ut dicendo, *Socrates currit*, et *ille disputat*, hoc

demonstrada e outra é significada. Os nomes próprios têm o primeiro desses modos de demonstração. Por exemplo, quando aponto para João e digo: “Esse é João” (*iste fuit Ioannes*), o indivíduo é demonstrado e, além disso, significado numericamente⁹³. Assim, existem modalidades diferentes de certeza e presença. Como resultado disso, há diversos modos de demonstração e, conseqüentemente, diversos pronomes demonstrativos. Por exemplo, quando a presença do indivíduo é maximamente certa, o pronome “eu” (*ego*) é utilizado na demonstração; quando o indivíduo não está máxima e certamente presente, o pronome “tu” (*tu*) é utilizado na demonstração; e assim por diante.

Relação. O modo de significar que é chamado de relação é tomado da propriedade da ausência e da incerteza ou do reconhecimento. Por isso, Donato chama esse modo de qualidade infinita⁹⁴. Esse modo constitui o pronome relativo.

O pronome relativo. O pronome relativo significa a propriedade da ausência e da incerteza ou do reconhecimento. De fato, o pronome relativo, por sua capacidade de relação, representa a coisa como estando ausente e incerta, esteja a coisa a que se refere ausente ou presente. Por exemplo, quando se diz “Sócrates corre” (*Socrates currit*) e “Ele debate” (*ille disputat*), o

relativum *ille* refert hoc antecedens *Socrates* stans sub actu primo, seu sub notitia prima reiterando ipsum sub actu secundo, sive sub notitia secunda; et sic notificat ipsum tamquam incertum, et absens, faciens recordationem de ipsum sub actu secundo. Recordatio enim semper est praeteritorum et absentium. Recordatio enim nihil aliud est, quam cognitio secunda, ut si aliquid sit primo cognitum, postea oblitum, et iterum ad memoriam reductum; unde dicitur relatio, quasi antelatae rei recordatio. Et sicut contigit dare diversos gradus absentiae, secundum hoc sunt diversi modi relationis; et ex consequenti diversa pronomina relativa, quia ad diversitatem in causa sequitur diversitas in effectum.

40 *Primitivum et derivativum.* Modus significandi, qui est primitivus, et derivativus, sumitur ab eadem proprietate in pronome, a quo sumitur species primitiva, et derivativa in nomine; sunt enim iidem modi significandi hic, et ibi; nam primitio in pronome idem est quod species primitiva in nomine; et derivatio in pronome idem est quod species derivativa in nomine. Sed habent se differenter, quia primitivo et derivativo constituunt diversas species in pronome,

relativo “Ele” (*ille*) refere-se ao antecedente “Sócrates”, que está na forma de conhecimento imediato, reiterando-o na forma de conhecimento secundário⁹⁵. Assim, em sua reiteração, o pronome “Ele” faz menção a “Sócrates” de uma maneira incerta e ausente, na forma de um conhecimento secundário. Com efeito, a reiteração é sempre de coisas passadas ou ausentes, porque a reiteração não é mais que um conhecimento secundário, como quando algo é primeiro conhecido, depois esquecido e, mais tarde, seu conhecimento é de novo ativado pela memória. É por isso que se afirma que a relação é como que a recordação de uma coisa que se foi. E como existem diversos graus de ausência, há também diversos modos de relação e, conseqüentemente, diversos pronomes relativos, porque para a diversidade das causas corresponde a diversidade dos efeitos.

40 *O primitivo e o derivativo.* O modo de significar primitivo e derivativo (do pronome) é derivado da mesma propriedade de que é derivada a espécie primitiva e derivativa do nome⁹⁶. Esses modos de significar são, portanto, iguais nos dois casos, uma vez que o estado primitivo do pronome é igual à espécie primitiva do nome e a derivação no pronome é igual à espécie derivativa no nome. Porém, esses modos se comportam de maneiras diferentes (no nome e no pronome), porque, enquanto o estado primitivo e a derivação dão origem a espécies diferentes de

scilicet pronomen primitivum, et derivativum; sed in nomine, species primitiva et derivativa modi significandi accidentales nominis nominantur.

Substantivum. Item modus adjacentis et per se stantis ab eisdem proprietatibus sumitur, a quibus sumebatur in nomine, scilicet, modus per se stantis a proprietate essentiae distinctae; et modus adjacentis a proprietate inhaerentis alteri secundum esse. Et est sciendum, quod a grammaticis ponuntur tria pronomina substantiva, scilicet, *ego*, *tu*, *sui*, quia huiusmodi usi sunt Poëtae vitute demonstrationis et relationis in sermone perfecto, sine adiunctione alterius substantivi; aliis autem usi sunt adiective; ideo grammatici omnia alia pronomina adiectiva posuerunt.

Possessivum et gentile. Sub modo significandi, qui est modus derivativi, ad modos specialissimos descendamus. Continet autem sub se duos modos. Primus est modus significandi per modum adjacentis alteri, sub ratione possidentis ipsum; et hic modus constituit pronomen derivativum possessivum. Pronomen ergo derivativum possessivum est, quod significat per modum adjacentis alteri per

pronome, a saber: o pronome primitivo e o derivativo, as espécies primitiva e derivativa do nome são modos accidentais.

O substantivo. Como no caso acima, os modos de aderir e de ser independente (no pronome) são derivados das mesmas propriedades de que são derivados no nome, que são as seguintes: o modo de ser independente, que é derivado da propriedade da essência independente, e o modo de aderir, que é derivado da propriedade de compartilhar o ser de outro. Deve-se saber que os gramáticos estabeleceram três pronomes substantivos—“eu” (*ego*), “tu” (*tu*), “sua pessoa” (*sui*)⁹⁷—porque eles têm sido usados pelos poetas com o valor de demonstração e de relação no discurso perfeito⁹⁸, sem estarem ligados a um substantivo, enquanto os outros pronomes são usados adjectivamente. Por isso, os gramáticos consideraram todos os outros pronomes como adjectivos.

O possessivo e o gentílico. Dirijamo-nos agora aos modos mais específicos do modo derivativo. O modo derivativo abrange dois modos especiais: o primeiro é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro, enquanto possuidor do outro. Esse modo constitui o pronome derivativo possessivo. Portanto, o pronome possessivo significa por meio do modo de aderir a outro, como possuidor desse outro, como em “meu” (*meus*), “teu” (*tuus*), “seu” (*suus*), etc. O segundo

modum possidentis ipsum, ut *meus, tuus, suus*, etc. Secundus modus derivativus est modus significandi per modum adiacentis alteri, sub ratione gentis, vel patriae; et hic modus constituit pronomen derivativum gentile. Pronomen ergo derivativum gentile est, quod significat per modum adiacentis alteri, sub ratione gentis, vel patriae, ut *nostras, vestras*.

Sic ergo patet, quod modus significandi generalissimus pronominis dividitur in modos specialissimos, et subalternos, sic: pronomen simpliciter sumptum prima sui divisione dividitur in pronomen demonstrativum, et relativum, primitivum, derivativum, substantivum, et adiectivum. Item pronomen adiectivum derivativum dividitur in pronomen derivativum possessivum, et in derivativum gentile. Et haec de modis essentialibus pronominis dicta sufficiant.

CAPUT XXIII

De modis significandi accidentalibus pronominis.

41 *Accidentia pronominis.* Dicto de modis essentialibus significandi, dicendum est de modis significandis accidentalibus. Iuxta quod notandum est, quod Donatus assignat pronomini sex accidentia, scilicet, qualitatem, genus, numerum, figuram, personam, et casum.

modo derivativo (especial) é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro em razão da raça ou da pátria. Esse modo constitui o pronome derivativo gentílico. Portanto, o pronome derivativo gentílico significa por meio do modo de aderir a outro em razão da raça ou da pátria, como em “nossas” (*nostras*), “vossas” (*vestras*).

Assim, fica claro que o modo de significar geral do pronome divide-se em modos subalternos e especiais, da seguinte forma: o pronome, entendido de maneira simples em sua primeira divisão, divide-se em demonstrativo, relativo, primitivo, derivativo, substantivo e adjetivo. Em seguida, o pronome derivativo adjetivo se divide em derivativo possessivo e derivativo gentílico. O que foi discutido até aqui é suficiente na apresentação dos modos essenciais do pronome.

CAPÍTULO XXIII

Sobre os modos accidentais do pronome.

41 *Os acidentes do pronome.* Concluída a descrição dos modos de significar essenciais do pronome, é necessário agora descrever seus modos de significar accidentais. Para isso, deve-se observar que Donato atribui seis acidentes ao pronome, a saber, a qualidade, o gênero, o número, a forma, a pessoa e o caso⁹⁹.

Notandum, quod qualitatem, quam Donatus assignat pro accidente pronominis, dividit in qualitatem finitam et infinitam; et vocat illos duos modos significandi essentielles speciales pronominis, scilicet, demonstrationem, et relationem, de quibus dictum est; ita quod per qualitatem finitam dat intelligere demonstrationem, quae rem finitam et certam significat et repraesentat, scilicet, sub accidentibus realibus, quae oculis conspici possunt. Per qualitatem vero infinitam dat intelligere relationem, quae rem incertam et infinitam repraesentat, scilicet, sub notitia secunda per recordationem, quae est incerta respectu notitiae primae, ut dictum est. De genere autem, et numero, persona, figura, et casu in pronomine idem intelligatur, quod de ipsis dictum est de nomine; nam ista accidentia eadem sunt hic, et ibi, et ab iisdem proprietatibus sumuntur.

CAPUT XXIV

De consignificatione proprie pronominis.

42 *Opinio aliorum.* Habito de modis significandi pronominis, consequenter de eius significatione videamus. Quidam dicunt, quod pronomen de se et absolute nihil significat, sed tantum habet habilitatem ad significandum, et talis

Deve-se observar que a qualidade, que Donato atribui ao pronome como acidente, é dividida por ele em qualidade finita e infinita e que ele chama esses dois modos de significar de demonstração e de relação, como já foi discutido acima. Dessa forma, ele dá a entender por qualidade finita a demonstração, que representa as coisas finitas e certas, como o que ocorre nos acidentes (nas propriedades) das coisas reais, que podem ser vistos pelos olhos. Por qualidade infinita, ele dá a entender a relação, que representa as coisas incertas e infinitas, como o que ocorre na recordação ou no reconhecimento, que são incertos em relação à primeira apreensão, como foi visto anteriormente.

Sobre os demais acidentes do pronome—gênero, número, pessoa, forma e caso—, entende-se o mesmo que foi discutido sobre eles na apresentação do nome, pois esses acidentes são os mesmos lá e aqui e são derivados das mesmas propriedades.

CAPÍTULO XXIV

Sobre a co-significação própria do pronome

42 *A opinião de outros.* Tendo tratado dos modos de significar do pronome, na seqüência, trataremos de sua significação. Alguns afirmam que o pronome, por si mesmo, não significa nada absolutamente, mas tem apenas o potencial de significar e que tal potencial é ativado por meio

habilitas reducitur ad actum per demonstrationem, et relationem, quod persuadent per Priscianum, qui dicit, pronomen sine demonstratione et relatione cassum esse et vanum. Ista opinio est erronea et falsa; quia modus significandi supponit significatum, sicut proprietas rei praesupponit ipsam rem; sed pronomen habet modum significandi; ergo necessario habet significatum.

Ad auctoritatem, quam adducunt, descendum, quod pronomen sine demonstratione et relatione non est cassum et vanum, quia, ut dicitur II *Phys. Text 62*, illud est cassum et vanum, quod est ordinatum in aliquem finem, et illud non attingit: sed pronomen simpliciter ordinatum est ad significandum essentiam indeterminatam sub modo indeterminate, et ulterius ad constructionem, et hunc finem sine demonstratione aut relatione potest attingere; ergo non est frustra. Notandum ergo est, quod aliquid dupliciter dicitur cassum est vanum; uno modo quod nihil significat; alio modo, quia nihil determinate significat. Pronomen significat aliquid, licet non aliquid determinate; et sic attingit finem, et sic non est frustra.

Alii dicunt, quod pronomen significat conceptum entis determinatum, applicabilem unicuique enti, tam in anima, quam extra animam, sicut intentiones

da demonstração e da relação. E se convencem disso com base em Prisciano, que disse que o pronome sem a demonstração e a relação é vão e vazio¹⁰⁰. Essa opinião é errônea e falsa, porque o modo de significar supõe o significado, assim como a propriedade da coisa supõe essa mesma coisa. Uma vez que o pronome tem um modo de significar, ele terá, necessariamente, um significado.

Deve-se responder à autoridade a que eles recorrem que o pronome sem a demonstração e a relação não é vazio nem vão, porque, como se afirma no capítulo VI do livro II da *Física*¹⁰¹, vazio e vão é aquilo que é ordenado para algum fim e não o atinge. Mas o pronome é ordenado de maneira simples a significar a essência indeterminada com o modo do indeterminado e, além disso, é ordenado à construção. Ele pode atingir esses fins sem a demonstração ou a relação, portanto, não é vão. Deve-se levar em conta que algo pode ser considerado vazio e vão por dois motivos: ou porque não significa nada ou porque não significa nada de maneira determinada. O pronome significa algo, embora não de maneira determinada. Dessa forma, ele atinge o fim a que é ordenado. Portanto, não é vão.

Outros afirmam que o pronome significa o conceito de um ente determinado, aplicável a qualquer ente, tanto na mente quanto fora da mente, da mesma forma que se aplicam às abstrações secundárias, como o gênero e a

secundae, ut genus, species, subiectum, praedicatum, et quae significant conceptum determinatum applicabilem cuicumque enti; quorum motivum est, quia si pronomen significaret aliquid indeterminatum, tunc eius significatum non esset intelligibile.

Ista opinio similiter non valet, est enim erronea; quia si pronomen significaret conceptum entis, nunquam praedicatum reale posset verificari de pronome, et sic haec esset falsa: *ego sum homo*, quia praedicatum de eo verificatur, quod per subiectum intelligitur et significatur; unde sicut haec est falsa: *conceptus hominis est animal*, sic haec erit falsa: *ego sum animal*, quod est inconveniens.

43 *Modus intelligendi materiam.* Ad aliud, quod adductum fuit ad confirmationem dicti sui, quod si pronomen significaret aliquid indeterminatum, eius significatum non posset intelligi. Dicendum quod, sicut videmus in re, quod totum compositum intelligitur per formam, et postea per analogiam ad formam cognoscitur material, quae est in potentia ad formam, ut dicitur I *Phys. Text 69*, et deinceps; sic intellectus postest prius aliquam essentiam intelligere indeterminatam, et postea considerare et respicere essentiam aliam in respectu ad illam, vel aliam indeterminatam, tamen per

espécie, o sujeito e o predicado, os quais significam um determinado conceito aplicável a qualquer ente¹⁰². Seu argumento é: se o pronome significasse algo indeterminado seu significado não seria inteligível.

Esta opinião também não é válida. De fato, ela é errônea, porque, se o pronome significasse o conceito de um ente, um predicamento real jamais poderia ser verificado a partir do pronome e, dessa forma, a sentença “Eu sou homem” (*ego sum homo*) seria falsa, porque é a partir da predicação do pronome que se entende e se significa o sujeito. Se isso procedesse, a sentença “Eu sou animal” (*ego sum animal*) seria tão falsa quanto a sentença “O conceito (de homem) é um animal” (*conceptus hominis est animal*), que é (um raciocínio) impróprio.

43 *O modo de entender a matéria.* Para qualquer outro argumento a que se recorra para confirmar a tese segundo a qual o pronome seria ininteligível se significasse algo indeterminado, deve-se responder que tudo que se percebe no composto é entendido por meio de sua forma e, por analogia, a matéria se conhece pela forma—porque a matéria está em estado de potência com relação à forma, como se afirma no capítulo VII do livro I da *Física*, a partir do parágrafo 69¹⁰³. De igual modo, o intelecto é capaz, num primeiro momento, de entender alguma essência de maneira indeterminada, e, depois, ao observar e examinar uma outra essência determinada, de

aliquod determinabile; et illud est significatum pronominis, scilicet essentiam de se indeterminatum, determinabilem tamen. Et sic patet, quod pronomen significat essentiam, licet indeterminatam; significatum enim pronominis non solum se extendit ad significata specialia, sed etiam ad significata transcendentia privationum et negationum, ut patet ex dictis. Quod enim pronomen significat in generali, illud refert et demonstrat in speciali: sed pronomen in speciali demonstrare et referre potest quod est ens, sive sit in anima, sive extra animam; sive fictum, sive verum; sive ens in actu, sive ens in potentia; et sic in uno sunt duo contraria, scilicet ens, et non ens; tamen non ens refert et demonstrat prout est aliquod ens secundum animam; quia contradictoria extra animam sunt contraria secundum animam, ut patet IV *Metaph. Text 9*.

referir a primeira à segunda, ou de referir outra essência indeterminada à primeira. Dessa forma, o pronome tem significado, pois, apesar de ser indeterminado, é determinável¹⁰⁴. Assim, fica claro que o pronome significa a essência enquanto indeterminada. De fato, o significado do pronome pode abranger não somente significados restritos, mas também significados transcendentais como os significados das privações e das negações, como foi discutido anteriormente. Isso é possível porque o pronome pode significar de maneira geral aquilo a que ele se refere e demonstra de maneira particular. E pode demonstrar e se referir, de maneira particular, tanto às entidades que existem na mente quanto fora da mente, sejam elas fictícias ou verdadeiras, atuais ou potenciais. E se dois contrários se aplicarem a um mesmo ente, como “ente” e “não ente”, o pronome pode, todavia, demonstrar e se referir ao “não ente”, uma vez que as coisas que são contraditórias fora da mente são contrárias na mente¹⁰⁵, como está claro na *Metafísica* (capítulo II do livro IV, texto 9).¹⁰⁶

¹ ARISTÓTELES, *Física*, I, 1-5

²A seguir, na apresentação dessas noções, Thomas de Erfurt, doravante TE, lista seis tópicos que serão discutidos e utilizados como roteiro na apresentação de sua metalinguagem.

³TE dedica os primeiros sete capítulos da *Gramática Especulativa* à apresentação de sua metalinguagem, que é dividida da seguinte forma: 1) os cinco primeiros capítulos são uma exposição teórica das seis noções gerais apresentadas na Introdução do Autor; 2) no Capítulo VI, é feita a correlação entre os elementos da metalinguagem e os da linguagem, ou seja, entre os modos de

significar e o signo, a palavra e a parte do discurso; 3) no Capítulo VII, são apresentados os modos essenciais e acidentais do modo de significar.

⁴TE aplica a distinção ato-potência na diferenciação entre modos ativos e passivos. Dessa forma, ele distingue entre as maneiras (modos ativos) pelos quais as palavras atualmente significam as coisas e a disposições (modos passivos) dessas coisas serem significadas virtualmente de várias maneiras. Ou seja, as propriedades reais das coisas são capazes de serem significadas em sua diversidade pelos diferentes modos de significar, por meio dos quais as palavras significam essas propriedades. Logo, numa expressão qualquer, há menos modos de significar em uma expressão do que modos de ser significado nas coisas a que uma expressão se referem. Nesse sentido, existem tantas propriedades quanto modos para expressar essas propriedades. Por exemplo, na sentença “O pálido Sócrates corre”, é óbvio que há muitas outras informações a respeito de Sócrates que não estão presentes nessa sentença, como o fato de Sócrates ser grego ou de ser filósofo; esses fatos omitidos na sentença são os modos (virtuais/ as disposições) de Sócrates ser significado e as duas informações a seu respeito, “pálido” e “corre”, são expressões que significam duas de suas propriedades por meio de dois de seus modos (atuais) de significar: o modo de aderir (no caso de “pálido”) e o modo da mudança ou sucessão no tempo (no caso de “correr”)

⁵Aqui o autor discute a primeira noção acerca da divisão do modo de significar em ativo e passivo, que propusera no preâmbulo de sua gramática.

⁶Como se disse anteriormente, a propriedade se dá à expressão para que ela a signifique, entretanto, a significação só se cumpre por intermédio de um terceiro elemento: a disposição de significar equivale tanto à possibilidade de uma propriedade ser significada (i.e., sua disposição (ou capacidade) de **ser significada**, seu *ratio significandi passivus*) quanto à disposição da mente em significar essa propriedade (i.e., sua disposição (ou capacidade) de **significar**, seu *ratio significandi activus*).

⁷Ver item “significação” no Glossário.

⁸Ao usar o conceito aristotélico de causa ou princípio eficiente, TE entende que o princípio ou causa meramente formal da palavra, por si mesmo, i.e., a palavra como forma lexical, não explica seu funcionamento na sentença e que tal função deve ser atribuída a uma causa ou princípio semântico intrínseco. Esse princípio é a expressão do conjunto dos modos de significar elementos que se relacionam, por exemplo, nas construções básicas da gramática modista de tipo SN V.

⁹Os modos de ser entendido e de ser significado são equivalentes às propriedades das coisas. As propriedades das coisas não entram diretamente no campo de estudos da gramática, porque são domínio da filosofia (da física). Como esses dois modos passivos são formalizações das propriedades do mundo, não podem ser princípios lingüísticos das partes do discurso, “a não ser formalmente”.

¹⁰Um modo de ser significado (um modo passivo) corresponde a uma propriedade real do mundo e representa um significado em potencial (uma disposição de significar) contido nessa propriedade.

¹¹A filosofia medieval distingue dois tipos de intelecto: agente (universal) e paciente (particular). O intelecto agente, detentor dos universais (a cadeira, o homem, o cavalo, etc.), é o intermediário entre o intelecto do indivíduo e os dados dos sentidos. Todavia, se, por um lado, as coisas só se tornam inteligíveis ao intelecto paciente por intermédio do intelecto agente, que lhe oferece os conceitos por meio de que são classificadas as substâncias que se lhe apresentam aos sentidos, por outro lado, o intelecto paciente só é capaz de gerar esses conceitos a partir dos dados dos sentidos. Logo, o intelecto individual é duplamente passivo: porque é movido pelos dados dos sentidos e porque não reage a esses dados a não ser por meio do intelecto universal.

¹²*Deitas* é do gênero feminino em latim e sua tradução literal para o português “deidade” também é do gênero feminino, por isso traduziu-se o termo latino para o português. Como se verá no seguimento dessa tradução, na maioria dos casos, os termos e frases que TE usa como exemplos de suas discussões serão traduzidos entre aspas e, em seguida, os originais latinos aparecerão entre parênteses e em itálico.

¹³Segundo TE, o gênero masculino se deriva da propriedade da ação ou do agente e o gênero feminino da propriedade do que sofre uma ação ou do paciente. Deus é ato puro, por isso, não sofre nenhuma ação. Portanto, o fato do nome “Deus” ser do gênero masculino está de acordo com sua essência.

¹⁴A filosofia medieval não entende as privações como entidades e sim como ausências: a cegueira não é um ente, é a ausência de um ente: a visão. ARISTÓTELES (*Metafísica*, Livro V, Capítulo XXI), expõe os diversos sentidos da palavra “privação” e explica sua existência como realidade na alma.

¹⁵Deus, os anjos e as almas são substâncias separadas, i.e., imateriais.

¹⁶As privações são criaturas da mente que servem para demarcar um espaço vazio, uma ausência de ser. Tomás de Aquino define a privação (*privatio*) como a falta de uma qualidade que é própria à natureza de um ser e que, portanto é definidora da identidade desse ser (AQUINO, 2003, p.95). Por exemplo, enquanto não ter asas é uma simples negação (*negatio*) para o homem, para a águia, esse fato representa uma privação (*id.*). As ficções são aglomerações de propriedades de diferentes entidades reais, distintas entre si e armazenadas na memória. Portanto, só se conhecem as privações por meio daquilo que lhes é circunstancial e só se conhecem as ficções por meio das coisas do mundo real que se juntam para formar entidades fictícias mentais. Na Idade Média, um exemplo muito usado de privação é a cegueira, cuja característica circunstancial é a falta de visão. TE entende que, no caso das privações, e também das ficções, os modos de entender e os modos de ser são equivalentes, uma vez que se tratam de realidades meramente mentais.

¹⁷O modo de entender é uma atividade do aparato mental que entende uma propriedade do mundo. O modo de ser entendido é o aspecto formal dessa propriedade enquanto submetida ao entendimento. Ou seja, o modo de ser entendido equivale a uma propriedade do mundo enquanto conceito, i.e., apreensão da mente.

¹⁸O modo de ser, o modo de ser entendido e o modo de ser significado equivalem à mesma coisa: uma propriedade real. Assim, TE considera esses modos iguais materialmente.

¹⁹Traduziu-se *sub ratione* + gerúndio pela paráfrase “na disposição de” ao invés da mais literal “na razão de” com a intenção de buscar o sentido de “quantidade, potencialidade e organização” de *ratio* que não fica transparente em “razão”.

²⁰O modo de ser significado, que é equivalente à propriedade da coisa, funciona como um predicado cujo sujeito é a própria coisa.

²¹Aristóteles distingue quatro causas principais para tudo que existe: a causa eficiente, a causa material, a causa formal e a causa final. Por exemplo, a causa eficiente de uma cadeira é o marceneiro, os materiais que a constituem são sua causa material, a idéia e o método de sua fabricação são sua causa formal e a motivação para que seja fabricada é sua causa final. Além disso, a causa eficiente pode ser dividida em três subcausas: causa eficiente particular, causa eficiente imediata, causa eficiente distante. Para ilustrar essas três subcausas, basta pensar numa tacada de uma partida de bilhar em que duas bolas se choquem sucessivamente depois da primeira delas ter recebido a tacada: a segunda, e última, bola a ser atingida ilustra o efeito de uma causa original e distante; a primeira demonstra o efeito de uma causa imediata; o taco, impulsionado pela mão, representa o efeito de uma

causa eficiente no ato de seu próprio efeito. TE faz uma analogia da relação entre o modo de significar, o intelecto e a propriedade da coisa e entre essas subcausas eficientes: a propriedade da coisa está para o modo de significar como o efeito está para a causa eficiente original e distante, o intelecto está para o modo de significar como o efeito está para a causa imediata, e a construção sintática é o “efeito em ato” do modo de significar.

²²Para TE, o conjunto das vocalizações significativas está incluído no conjunto maior dos signos lingüísticos.

²³A gramática especulativa é essencialmente semântica e por isso se interessa pela maneira como a linguagem reflete a realidade e não pela realidade ou pelo intelecto. Interessa-se, portanto, prioritariamente, pelos modos de significar e co-significar e apenas acidentalmente pelos modos de ser, de ser entendido e de ser significado.

²⁴De acordo com o realismo a que TE adere, os termos universais, como “homem”, “cadeira”, “árvore”, etc., são unidades ontológicas indivisíveis e esse fato se reflete na linguagem. Quando, por exemplo, ouve-se a palavra “cadeira”, no singular, tem-se a idéia completa do que seja tal objeto, ou seja, o nome “cadeira” subsiste por si mesmo como unidade sem que seja necessário fazer menção de sua enumerabilidade. Em oposição a isso, quando se ouve “cadeiras”, no plural, o conjunto de elementos que essa expressão evoca só pode ser entendido quando se faz referência as unidades que o compõem. Disso se conclui que a unidade pode existir (pode ter o ser, na linguagem da metafísica medieval) independentemente do número. Concordes com essa maneira de pensar, os gramáticos especulativos consideravam o número como um acidente do nome. Para TE, isso significa que todos os acidentes, i.e., o número, a espécie, a forma, etc., são acréscimos tanto à essência do nome quanto às essências das outras partes do discurso.

²⁵Na teoria de TE, os acidentes, que se constituem nos modos acidentais, não definem a que gênero (classe de palavras) ou a que espécie (subgrupo em que uma palavra se inscreve dentro de uma classe) uma palavra pertence; tais distinções são levadas a efeito respectivamente pelo modo de significar geral e por seus modos subalternos e específicos.

²⁶No original latino, TE divide o modo essencial em *generalissimus*, *subalternus* e *specialissimus*; o uso do superlativo em *generalissimus* e *specialissimus* serve respectivamente para distinguir entre o caráter mais genérico da descrição das classes de palavras e o caráter mais específico da descrição das palavras que entram no inventário das diferentes espécies de uma mesma classe; o aspecto intermediário da descrição dos subconjuntos de uma mesma classe de palavras corresponde ao modo subalterno; ou seja, o modo subalterno é, ao mesmo tempo, o modo essencial menos genérico e menos específico de uma parte do discurso. Em termos do pensamento aristotélico medieval, o modo essencial geral expressa um gênero, o modo subalterno expressa a diferenciação do gênero em espécies (a diferenciação no interior desse gênero) e o modo especial expressa as diferenças entre as espécies de uma mesma classe.

²⁷Já no início do século XIII Pedro Hispano e Guilherme de Sherwood distinguem três tipos de suposição (denotação) para as palavras: a suposição material (como em “‘homem’ é um dissílabo”), a suposição simples, (como em “homem é uma espécie”, em que “homem” denota seu conceito simples) e a suposição pessoal determinada (com em “o homem corre”, em que “homem” pode se referir tanto a um só individuo quanto a um grupos de indivíduos (COVINGTON, 1984, p. 12). Na *G.E.*, o sentido geral de suposto é o de suposição pessoal determinada, i.e., um tipo de denotação em que uma palavra refere-se ou a um ser em particular ou à totalidade dos seres passados, presentes e futuros que essa palavra pode representar. Por exemplo, na *G.E.*, o termo “mesa” denota todas as mesas passadas, presentes e futuras. Portanto, “mesa” e todos os outros supostos desse gênero (como “homem”, “cadeira”, etc.), que se referem a um ser ou a uma totalidade de seres, podem ser classificados como

pertencentes à classe dos nomes. Essa maneira de entender a referência dos termos resulta da adoção do conceito extensional do significado das palavras—um dos pressupostos teóricos da modística. Ao aplicar o conceito de suposição pessoal determinada em sua classificação das palavras, para TE, uma palavra qualquer é equivalente a um suposto pessoal determinado e, assim, pode denotar tanto uma palavra isolada com sentido completo (uma *dictio*) quanto uma classe de palavras (uma *pars orationis*). Assim, linguisticamente, “mesa” tanto denota um termo singular do gênero feminino, quanto um elemento da classe dos nomes. Todavia, na sua classificação das palavras, além do uso desse critério lógico da suposição pessoal determinada, TE também utiliza um critério semântico: os modos de significar. Segundo a *G.E.*, para que “mesa” pertença à classe dos nomes é necessário que seu modo essencial de significar seja aquele da classe dos nomes. De acordo com TE, a classe dos nomes tem diversos modos de significar as propriedades (meta-)físicas do mundo e o principal deles, o modo da permanência, divide-se em dois sub-modos: o modo da apreensão determinada e o modo de estar por si mesmo. Em resumo, na *G.E.* de TE, a classe de palavras do termo “mesa” é determinada de duas maneiras: por meio da lógica, através da teoria da suposição, e por meio da ontologia, através da distinção entre as palavras que significam a propriedade (meta-)física da mudança (os verbos) e as palavras que significam a propriedade (meta-)física da permanência e do estar-por-si-mesmo (os nomes). Uma vez que a palavra “mesa” denota por meio da suposição pessoal determinada e significa por meio dos submodos do modo essencial da permanência, ela pode ser classificada como pertencente à classe dos nomes.

²⁸O modo essencial geral é o conjunto que engloba todas as palavras que pertencem ao mesmo gênero ou classe de palavras; nele estão contidos dois outros conjuntos: o modo essencial subalterno e o modo essencial específico. No modo geral estão incluídas as características essenciais das expressões significativas. Nos modos subalterno e mais específico se faz o inventário de todas as palavras pertencentes à classe. O modo específico é um refinamento classificatório do modo subalterno.

²⁹TE faz uma analogia entre seu método de classificação das palavras e a distinção entre gênero e espécie da lógica aristotélica; “coordenação” nesse trecho é sinônimo de “classificação”.

³⁰Por meio de sua explicação dos modos absoluto e respectivo, TE dá um tratamento teórico aos fenômenos da derivação e do funcionamento sintático.

³¹As construções sintáticas dos modistas são sempre de pares de elementos; assim em “O pálido Sócrates corre” há duas construções: uma entre “O pálido” e “Sócrates” e outra entre “Sócrates” e “corre”; nessas construções de apenas dois elementos, o dependente é sempre o elemento que possui menor grau de existência, no sentido metafísico do termo; por exemplo, “pálido” é um acidente de “Sócrates”, depende dele para existir, e é, portanto, a parte dependente (*dependens*) da construção, enquanto “Sócrates” é o determinante, i.e., elemento dominante (*terminus*).

³² Em sua gramática, Donato enumera as partes do discurso e as ordena da seguinte forma: “Existem oito partes da oração: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Duas delas são as principais: o nome e o verbo.” (DONATUS, 1961, p. 372)

³³TE faz a distinção entre o modo de um ente e o modo da apreensão determinada do nome por meio da aplicação da dicotomia matéria-forma: do ponto de vista material, o nome significa a propriedade real por meio do modo de um ente que também está presente em outras classes de palavras, como na classe dos pronomes, por exemplo, e esse é o seu modo essencial mais geral; todavia, em seu aspecto formal, o nome difere de todas as outras classes por ser a única classe que significa pelo modo da apreensão determinada, sendo que esse é seu modo essencial específico; particularmente, com respeito à aplicação dessa distinção à diferença entre o nome e o pronome, pode-se afirmar que o nome, por um lado, tem a qualidade de marcar um ser real de maneira definitiva, enquanto que o pronome só o faz como que pelo empréstimo desse modo específico do nome; ou seja, o pronome é materialmente

(modo de um ente) igual ao nome, mas precisa emprestar a forma (o modo da apreensão determinada) do nome; assim, o pronome é considerado, semanticamente, como uma categoria preenchível.

³⁴Traduziu-se *fluxus* por “mudança” e não por “fluir”, porque o primeiro termo parece transmitir melhor a idéia do fenômeno da alteração da realidade no tempo contida em *fluxus*.

³⁵Pares de opostos como “tudo” e “nada”, “cegueira” e “visão” têm existência simultânea na mente, embora não existam simultaneamente fora da mente.

³⁶Os supostos são substitutos mentais das coisas do mundo; uma pluralidade de supostos que têm a mesma propriedade formam um conjunto de entidades do mesmo tipo que é significado pelo mesmo nome comum. Os lógicos medievais chamavam um conjunto como esse de “uma intenção universal”.

³⁷Assim com há uma propriedade nas coisas que faz com que elas sejam reconhecidas como pertencentes a conjuntos de coisas (gêneros e espécies) e, portanto, façam referência a um universal, há também uma propriedade que distingue os indivíduos de uma mesma classe entre si. Os lógicos medievais chamavam essa propriedade de “intenção de individuação”.

³⁸Os nomes adjetivos, constituídos a partir do modo de aderir, não têm existência própria porque emprestam a existência do nome que definem.

³⁹Por exemplo, em uma pedra branca, o branco da pedra participa da essência “brancura” que está na pedra; logo, o adjetivo “branca” de “pedra branca” (a brancura parcial da pedra), além de não participar plenamente de “brancura”(sua essência), também não pode existir isoladamente e precisa ligar-se a um ente positivo, a pedra; portanto, o nome adjetivo “branca”, em “pedra branca”, não significa por meio do modo de estar por si mesmo, mas recebe sua significação tanto de um universal (a brancura) quanto de um outro ser e segundo a essência desse outro ser (a pedra). Claramente, essa é uma explicação retirada da metafísica medieval para explicar a existência do adjetivo.

⁴⁰Para TE, as definições “animal racional” e “corpo animado” são, na verdade, redundâncias, uma vez que a espécie “racional” está contida no gênero “animal” e a espécie “animado” está contida em “corpo”. Assim, a aposição de “racional” a “animal” e de “animado” a “corpo” serve meramente para esclarecer o que se entende por “racional” e “animado” e não há uma necessidade lógica que autorize a congruência gramatical nesse par de construções. Portanto, “racional” e “animal” não significam por meio do modo de aderir e não são adjetivos. Por meio desses dois contra-exemplos, TE oferece uma explicação para o funcionamento dos adjetivos nos construtos do tipo “nome substantivo + nome adjetivo” que seja consoante com a lógica medieval.

⁴¹A “segunda intenção do gênero” é a classificação dos indivíduos como pertencentes a uma mesma espécie ou a espécies diferentes de acordo com a definição dos seus atributos. A classificação de um indivíduo em um determinado gênero é a sua “primeira intenção do gênero”.

⁴²As expressões primitivas são aquelas que significam por meio do modo geral de estar por si mesmo (o primeiro desta lista), como “flor” e “pedra”.

⁴³O adjetivo demonstrativo é o nome do adjetivo em sua definição, no sentido de suposto material, como na sentença: “A palavra ‘branco’ é um nome adjetivo”.

⁴⁴O número é entendido como um traço acidental que não está presente no adjetivo entendido de maneira simples e absoluta: a expressão “cavalos brancos” depende das definições de “cavalo” e de “branco”, no singular, como unidades essenciais, para ser entendida. O contrário não acontece: o entendimento de “cavalo” e de “branco” subsiste sem o entendimento de “cavalos” e de “brancos”. Na

G.E., essa é uma aplicação da distinção metafísica entre a substância e o acidente ao estudo dos tipos de nome adjetivo.

⁴⁵De acordo com uma classificação mais recente (TORRINHA, F., *Dicionário Latino-Português*), *tot*, “tanto”, classifica-se como pronome, *talis*, “tal”, como adjetivo ou pronome demonstrativo, e *tantus*, “tão”, como adjetivo.

⁴⁶Exceder o termo é atribuir a uma palavra um significado que vai além do seu sentido básico. Do ponto de vista morfossemântico das gramáticas especulativas, isso se dá pelo acréscimo de um sentido que corresponda a uma alteração na forma básica da palavra. Por exemplo, *albior*, “mais branco”, e *albissimus*, “o mais branco”, excedem o sentido simples de *albus*, “branco”, ao lhe acrescentarem os graus comparativo e superlativo, que vão além do seu sentido básico e, como resultado dessas mudanças de sentido, ocorrem essas alterações na sua forma simples.

⁴⁷ O excesso que o grau comparativo denota no adjetivo é intrínseco (interno) porque não ultrapassa o limite da essência que o adjetivo transmite aos nomes que qualifica. No caso de “branco”, por exemplo, essa essência é a “brancura”. A brancura pode se manifestar em diferentes graus: uma coisa pode ser mais ou menos branca que outra. Todavia, para TE, a referência do campo semântico (os modos de significar) de “branco” restringe-se apenas ao conjunto de todas as coisas reais que são brancas e podem ser comparadas entre si. Por isso, o superlativo “branquíssimo” excede o limite do conjunto em que estão englobados todos os elementos que, em graus diferentes, participam da “brancura”. Logo, “o branquíssimo” pode ser entendido como um elemento, de um conjunto de um só elemento, que transcende o conjunto do grau comparativo de participação de todas as coisas brancas que participam da essência da brancura.. Dessa forma, sem recorrer a uma explicação morfológica, TE trata a diferença entre os graus comparativo e superlativo dos adjetivos de uma maneira semântica e coerente com os pressupostos teóricos que, em grande parte, mantém ao longo da *G.E.*

⁴⁸ A palavra “termo”, como é aqui usada por TE, tem dois sentidos: o termo é, primeiramente, a palavra, a expressão verbal, o elemento irreduzível da sentença. Em segundo lugar, o termo é o limite até o qual ou a partir de que se estende o significado de um vocábulo (AQUINO, 2003, p.101). Assim, enquanto o grau comparativo (mais/menos + adjetivo) estende (excede “intrinsecamente”) a significação de um adjetivo até o seu limite básico, o grau superlativo faz com que a significação transcenda infinitamente esse limite.

⁴⁹ Esse modo deve ser entendido como a delimitação do campo semântico de um termo em relação a outro termo. No caso do adjetivo relacional, esses limites são as significações denotadas por adjetivos que indicam relações de semelhança ou parentesco.

⁵⁰O adjetivo relacional denota relações como “*x ser filho de y*”, como em “João é filho de Pedro”.

⁵¹Para a maioria dos modistas (exceção feita a Siger de Courtrai) existem dois aspectos gerais da realidade que a língua representa: a permanência, representada pelos nomes e pronomes, e a mudança, representada pelos verbos e participios. Os adjetivos são nomes e por isso significam a propriedade geral da permanência. TE considera que os adjetivos como “amável” e “afável” e os gerundivos latinos, como *amandus* (capaz de ser amado), seriam nominalizações de verbos. Ou seja, eles seriam a formal “congelada” (nominal) da natureza fluída dos verbos. Os adjetivos verbais, que são as palavras de tipo “x-vel” e os gerundivos, podem ser empregados como adjetivos atributivos (como em “homem louvável” (*vir laudandus*) ou como adjetivos predicativos, como em “som audível” (*vox audienda*) (BETTS, 1992, p. 125). Portanto, os adjetivos verbais se comportam semanticamente como nomes: eles têm flexão casual e, inclusive, são frequentemente usados no nominativo. Dessa forma, TE concede o estatuto de nomes a esses adjetivos verbais e os inclui na sua lista de adjetivos.

⁵²TE não considera o gerúndio e o particípio presente como nomes adjetivos. Faz isso a partir da constatação de seu comportamento ambíguo: comportam-se como nomes (têm flexão casual), mas, por exemplo, podem ser modificados por um advérbio. Portanto, o gerúndio e o particípio presente não se incluem na classe dos nomes, uma vez que TE entende que seu comportamento semântico (seu modo de significar geral) é mais de natureza verbal do que nominal.

⁵³ A expressão ou palavra é a vocalização significativa. Os modistas distinguiam entre som e significado, mas, para eles, essa distinção era meramente formal, porque o som e o significado eram inseparáveis na vocalização significativa. Além disso, o significado era a parte determinante da expressão e o som era meramente o veículo material que se dispunha à transmissão de um significado. Por causa dessa forte ligação entre significado e significante e da maior importância dada ao significado, para os modistas, a alteração do aspecto formal de uma palavra sempre é atribuída a uma alteração de seu significado. Como a doutrina da predicação dos modistas era baseada nos princípios intuitivos que eles haviam herdado da Antiguidade, os significados derivados eram vistos como oriundos de significados primitivos. Assim, “brancura”, um nome abstrato, tem um significado primitivo e “branco”, um nome adjetivo, tem um significado derivado que se deriva do significado primitivo de “brancura”. Dessa forma, ao afirmar que alguns adjetivos temporais se derivam de advérbios no que se refere à expressão, TE quer dizer que as expressões (as vocalizações significativas) de que se derivam esses adjetivos são detentoras de seus significados mais primitivos.

⁵⁴ Na vigésima nona questão do quarto artigo da *Suma Teológica*, Tomás de Aquino afirma que o indivíduo é a substância enquanto “indivisa em si e distinta de qualquer outra” (AQUINO, 2001). Em *O Ente e a Essência*, Tomás de Aquino declara que “a designação do indivíduo a respeito da espécie é pela matéria determinada pelas dimensões; a designação, porém, da espécie a respeito do gênero é pela diferença constitutiva, que é derivada a forma da coisa” (AQUINO, 1995, p.20). Os grupos lógicos aristotélicos que os escolásticos usavam em suas classificações das coisas do mundo eram três: o gênero, a espécie e a diferença específica. Um gênero qualquer se dividia em espécies subalternas através da diferença específica (a diferenciação entre suas espécies). As espécies, por sua vez, se dividem em indivíduos. Como se lê na segunda citação acima, há uma distinção formal (de forma) entre os gêneros e suas espécies e uma distinção material (de matéria) entre as espécies e os indivíduos que ela comporta. Ou seja, enquanto o que difere uma espécie de outra de um mesmo gênero—por exemplo, o que difere uma águia de um falcão—são suas especificidades dentro de um mesmo gênero—o dos pássaros—, o que difere dois indivíduos de uma mesma espécie—dois falcões—, é unicamente a quantidade de matéria que cada um possui. Tomás de Aquino chama isso de matéria determinada. Em linhas gerais, TE adota a maneira tomista de pensar o indivíduo. Como resultado disso, para TE, a propriedade da individuação é a determinação (a quantidade de matéria) exclusiva que pertence a cada um dos indivíduos de uma espécie. Essa determinação é uma propriedade do universo e, portanto, pode ter uma maneira (um modo) de ser significada. Tal modo é o modo da apreensão determinada, que é um modo essencial do nome e que corresponde a essa propriedade da determinação ou individuação. Portanto, o nome próprio significa por meio do modo de significar da propriedade da individuação.

⁵⁵ A enumeração dos nomes próprios de TE é uma transposição da classificação de Prisciano: “os nomes próprios são classificados em quatro espécies: prenome, nome, cognome, agnome.” (PRISCIANUS, 1961, p. 57). No entanto, as justificativas de TE para essa classificação são diferentes das usadas por Prisciano: TE atribui essa divisão às propriedades reais que esses nomes significam, enquanto Prisciano aponta para as motivações históricas que teriam originado essa divisão em quatro espécies.

⁵⁶ O co-gnome é um nome próprio compartilhado.

⁵⁷ TE conclui sua discussão dos vários tipos de nomes com essa alusão aos nomes que não foram classificados de maneira específica em seu inventário dos nomes adjetivos e substantivos que se incluem sob o domínio dos vários modos especiais do nome. Esses adjetivos, que não são classificados de acordo com modos especiais, são tidos por ele como passíveis de serem incluídos em alguma das vinte e quatro espécies de adjetivos ou nas quatro de nomes próprios. TE explica que há adjetivos que possuem certas diferenças tão mínimas de forma (expressão) ou significado que tais diferenças não justificariam a criação de um número ainda maior de espécies. É o caso dos adjetivos sinônimos, por exemplo, cujos significados são muito próximos, apesar da diferença em expressão. Geoffrey L. Bursill-Hall (1971, p.145) interpreta essa medida econômica como a constatação, da parte de TE, da limitação do critério da exaustividade classificatória adotada no seu inventário das várias espécies do nome.

⁵⁸ Donato considerava a qualidade como um acidente do nome: “A qualidade do nome é bipartida: ou os nomes são próprios ou apelativos.” (DONATUS, 1961, p.373). TE, por sua vez, considera a qualidade como um modo de significar essencial subalterno do nome. Donato descrevera a qualidade como a característica acidental que o nome tem de denominar e individualizar um elemento. Segundo TE, a qualidade é uma propriedade essencial, porque a disposição (a capacidade) de denominar (modo próprio) e de individualizar (modo apelativo) são propriedades básicas do nome. Ou seja, a qualidade, diferentemente do número e do gênero, faz parte da essência do nome e, enquanto é possível entender o nome sem o número ou o gênero, é impossível entendê-lo sem suas disposições (suas capacidades) de denominar e de individualizar. TE adiciona a essa justificativa o fato de uma espécie de nome se derivar da disposição básica de denominar: o nome próprio. Na lógica aristotélica, os gêneros se diferenciam em espécies. O nome próprio se deriva de uma das propriedades da qualidade (a de denominar). A qualidade é classificada como um gênero. Na metalinguagem de TE, os gêneros são interpretados como modos essenciais das classes de palavras e, por isso, a qualidade é classificada como um modo essencial do nome. TE denomina os modos que correspondem às disposições (às capacidades) de denominar e de individualizar de modo próprio e de modo apelativo. Esses modos são classificados como modos essenciais subalternos do nome.

⁵⁹ “São três os graus de comparação: positivo, comparativo, superlativo; positivo, como ‘forte’, comparativo, como ‘mais forte’, superlativo, como ‘fortíssimo’.”(DONATUS, 1961, p. 374). O grau “positivo” seria a forma básica ou grau zero de comparação de um adjetivo.

⁶⁰ O entendimento básico do nome corresponde à forma básica do nome. Por exemplo, a forma básica do nome adjetivo “forte” seria algo como “fort-”. Entretanto, o critério de análise das palavras dos modistas é semântico e, portanto, não recorre a uma análise morfológica do tipo da que se acabou de fazer. Ao invés disso, os modistas emprestam um conceito da metafísica aristotélica e identificam o entendimento absoluto de um nome com a palavra que significa a substância mais simples que possa ser denotada por esse nome: no caso de “forte”, essa substância é a fortaleza. Nesse sentido, os adjetivos “mais forte” (*fortior*) e “fortíssimo” (*fortissimus*) têm significados adicionais que extrapolam a relação simples (absoluta) entre “fort-” (*fort-is*) e a sua substância, a fortaleza (*fortitudo*). Ao discutir a derivação dos nomes, TE retomará essa distinção aristotélica entre o termo absoluto (simples) e o termo derivado (composto) e identificará o termo primitivo com o termo absoluto.

⁶¹ Na época de TE, ao que parece, existia um grupo de gramáticos que defendiam uma explicação formal para a derivação das palavras. Assim, por exemplo, o nome “branco” daria origem ao nome “brancura”. Como se viu em nota anterior, com base na metafísica de sua época, TE postula exatamente o contrário: “branco” se deriva de “brancura” porque esta se refere à substância de que as coisas brancas participam. Uma derivação meramente formal não faz qualquer sentido em uma interpretação como essa.

⁶² O adjetivo “separadas”, que TE usa para caracterizar um certo conjunto de coisas, poderia ser traduzido por “compostas” ou “complexas”. De acordo com a ontologia de Tomás de Aquino (AQUINO, 1995, p. 16), as coisas compostas (ou separadas) formam o conjunto de todas as coisas que são constituídas de forma e de matéria. Com exceção de Deus e, em certas interpretações, das inteligências, dos anjos e das almas, os demais seres fariam parte desse conjunto de entes compostos. O próprio Tomás de Aquino diz o seguinte em seu opúsculo *O Ente e a Essência*: “(...) nas substâncias compostas nota-se a forma e a matéria, como no homem a alma e o corpo.” (*id.*). Como não é fácil afirmar quais sejam as distinções entre agente e paciente de ações no que se refere aos seres imateriais, TE identifica essa distinção “de maneira mais pronta e determinada” nas substâncias compostas.

⁶³ Donato utilizou-se de um critério formal para definir os gêneros das palavras: a possibilidade da anteposição de pronome ou artigo antes de um nome: “Os gêneros dos nomes são quatro: masculino, feminino, neutro e comum. O nome masculino é aquele a que se antepõe o pronome ou o artigo de número singular e de caso nominativo, como em “esse/o mestre” (*hic magister*). O nome feminino é aquele a que se antepõe o pronome ou o artigo de número singular e de caso nominativo, “essa/a musa” (*haec Musa*)...O nome comum é aquele que pode significar tanto o masculino quanto o feminino, como em “esse/essa policial” (policial é exemplo meu, o exemplo de Donato, que não tem tradução direta para o português, é *hic et haec sacerdos*).

⁶⁴ Os nomes adjetivos podem significar mais de um gênero porque sua significação depende da significação do nome substantivo que qualificam e têm o mesmo gênero desse nome. Para TE, isso demonstra a dependência do nome adjetivo na substância do nome substantivo a que adere.

⁶⁵ Ao discutir o problema do número na Trindade, *De Trinitate (Sobre a Trindade)*, Boécio afirma o seguinte: “(...) Pai, Filho e Espírito Santo são um só Deus, não três deuses. A razão dessa comunhão é a in-diferença (entre Eles) (...) De fato, o princípio da pluralidade é a alteridade, pois, sem a alteridade a pluralidade é ininteligível.” (BOETHIUS, 1997, 3.10-13). Nessa aplicação da definição da alteridade para explicar a Trindade, Boécio demonstra que as três Pessoas da Trindade não são nem um agregado (agrupamento) nem uma profusão de três unidades, porque não existe a diferenciação e a conseqüente alteridade entre as Pessoas da Trindade. Nos demais seres—nos indivíduos classificados de acordo com seu gênero e sua espécie—essa diferença é o princípio das distinções numéricas. A definição boeciana do número, que tem a alteridade (a diferença) como a ponto central, terá forte influência sobre o pensamento medieval posterior.

⁶⁶ A noção de número que TE tinha em mente não tem nada haver com a noção do caráter quantitativo da matéria na física posterior ao renascimento do séc. XVI. O número, para os antigos e medievais, não é um contínuo infinito. Pelo contrário, o uno, a díade, a tríade, etc., são determinações e não quantidades: entre eles não há um intervalo infinito, mas sim oposições qualitativas. A unidade é igual ao ente, porque todo ser é essencialmente uno. A dualidade equivale à alteridade, porque a existência do uno é delimitada pela existência do outro (MARZOA, 1984, p.81). TE define o número como unidade numérica baseado na definição de número de Aristóteles. Segundo essa definição, “o número é a pluralidade medida pela unidade” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, livro X., cap. vi, 1056b33). A partir dessa definição, TE entende a unidade numérica de duas maneiras: como o uno (*unitate*), uma entidade transcendental, e como a segmentação (*unitate mensurata*) de um contínuo. Assim, para TE, a repetição da manifestação do uno transcendental é o que possibilita perceber, em um conjunto de entidades, as espécies como distintas umas das outras. TE chama de número de essências ou número de espécies a essa aplicação do conceito metafísico do uno transcendental para explicar o fenômeno da multiplicação da unidade em espécies diferentes.

⁶⁷ Enquanto o número de essências ou espécies diz respeito a conjuntos de indivíduos, por exemplo, “o homem”, “a mesa”, etc., o número material se refere à diferenciação entre os indivíduos que compõem

uma mesma espécie. A noção de manifestação multiplicativa do uno transcendental apresentada na nota anterior, que se aplica ao número de essências, é aplicada igualmente ao número material.

⁶⁸ A diferença entre as expressões distintas (compostas) e o significado original (básico) de uma palavra é o que TE chama de *distantia*. Ou seja, TE entende que as palavras compostas “distanciam-se” de seu significado original por meio da composição.

⁶⁹ Há comentários sobre o caso nas seções *Introdução* e *Glossário*.

⁷⁰ As coisas compostas fazem parte do conjunto das substancias que se constituem de forma e matéria prima (as substancias materiais).

⁷¹ O nominativo tem duas propriedades: a propriedade de ser independente, que é característico do suposto (do sujeito) da sentença, e a propriedade de ser o outro do verbo, que é a disposição que o suposto tem de dar início à ação do verbo, ou seja, de ativar os modos de co-significar do verbo. TE considera o nominativo como um princípio ativador da predicação verbal: essa influência do nominativo sobre o verbo é o que ele chama de “o outro”, *alterum*, que “está” no verbo como efeito dessa influência.

⁷² Adicionei *vel* entre parênteses para salientar que aqui se trata do “ou” (*vel*) alternativo e não da seqüência *vel...vel* ou *aut* em latim, que denotam a exclusão de um dos termos, como o faz a seqüência “ou...ou” em português. Isso significa que a propriedade de ser independente, i.e., de ser por si mesmo e a propriedade de ser o outro do verbo são equivalentes. Traduzi a propriedade *ut quod* por “propriedade de ser independente” e não “propriedade de ser por si mesmo” porque, na sintaxe modista, na relação nome-verbo, o verbo é sempre o termo dependente da oração.

⁷³ Como “outro” do verbo, o nome, por meio do modo nominativo, aciona os modos de co-significar o modo da composição no verbo, o que dá origem a uma construção sintática.

⁷⁴ O nominativo é o modo acidental do nome significar a propriedade de principiar. Essa propriedade recebe a adição das propriedades secundárias de “ser independente” (*quod*) ou de “ser o outro do verbo” (*ut quod est alterum*) e não a das propriedades de subsistir (*in quo*) ou de ser enunciável (*de quo*), que são propriedades significadas pelo ablativo e não pelo nominativo. As preposições *de* e *in* dependem do pronome e não o oposto.

⁷⁵ Da mesma forma que se observou no nominativo, em que “o outro” do verbo é o nome, o genitivo também tem a propriedade de ser o outro do verbo e, portanto, de principiar ou determinar a ação do verbo. Além da propriedade de ser o outro do verbo, o genitivo também significa a propriedade de marcar a pertença de algo ao elemento nominal de um SN. Por exemplo, na sentença “Tenho pena de Sócrates”, “pena” é “algo” que pertence ao “outro” da relação verbo-nome.

⁷⁶ Como no nominativo e no genitivo, o dativo tem uma propriedade geral, i.e., de ser o “outro” com relação ao verbo (o outro elemento da construção “nome(dativo)-verbo”) e, como nos outros casos, tem uma característica adicional que o especifica: o modo de significar a propriedade do outro dar ou receber.

⁷⁷ TE utiliza esses dois exemplos para demonstrar o funcionamento do modo dativo em frases intransitivas (*Socratis accidit*) e transitivas (*faveo Socrati* e *similis Socrati*). Nas frases intransitivas, o modo dativo significa a propriedade de principiar a ação do verbo (*ut cui alterum acquiritur vel datur*) e, simultaneamente, significa a propriedade de dar ou receber (*cui*). Nas frases transitivas (que não precisam ser verbais, mas em que as pessoas gramaticais são necessariamente distintas (i.e., não

correferenciais)), o modo dativo significa a propriedade de finalizar a ação do verbo e, simultaneamente, significa a propriedade de dar ou receber.

⁷⁸ Na tradução do trecho traduzido acima, optou-se que a propriedade de dar ou receber, com referência ao nome, fosse vertida para o português na voz ativa como “dar ou receber” e que essa mesma propriedade enquanto se refere ao verbo, fosse traduzida na voz passiva, como “ser dado ou ser recebido”. Nisso tentou-se transmitir o princípio da sintaxe modista segundo o qual a atividade descrita na frase pode começar ou terminar no nome, mas não no verbo.

⁷⁹ Essa definição é a seguinte: os modos acidentais principais (gerais) dos casos significam ou a propriedade do princípio ou a do término da ação, ou ambas.

⁸⁰ Nessas construções, de tipo “acusativo + verbo no infinitivo”, o nome acusativo não significaria a propriedade de direcionar a ação do verbo. Nesse contexto, o acusativo não possui, por exemplo, a propriedade de direcionar a ação do verbo que possui nas sentenças de ordem natural, de tipo SVO. De fato, nesse tipo de construção, o acusativo possui apenas a propriedade geral de principiar a ação do verbo da mesma forma que o nominativo a possui.

⁸¹ Segundo a gramática tradicional, esse acusativo corresponde ao objeto direto não preposicionado.

⁸² Na construção latina em que o acusativo corresponde ao objeto direto preposicionado em português, o significado da preposição e o significado do verbo se ligam diretamente ao significado do nome acusativo. Isso quer dizer que o significado do verbo não se liga ao significado do acusativo por intermédio do significado da preposição, uma vez que a preposição não pode determinar o significado do verbo, porque o nome determina todas as outras classes de palavras na frase. Essa relação de dependência da preposição e do verbo nesse tipo de construção de acusativo pode ser representada assim: *ad* → *campum* ← *curro* (Ao campo corro), em que as setas apontam dos termos dependentes ao determinante.

⁸³ Uma construção pode ser transitiva de ato de fala, como na construção de vocativo “Ó, Henrique!” (*o Henrice*) ou pode ser transitiva de ato significado, como na construção de genitivo “Tenho pena de Sócrates” (*misereor Socratis*). Essas construções são ambas de ações: no primeiro exemplo, a interjeição “o” assume o lugar do verbo e, por meio de seus modos de significar, significa a propriedade de estimular ou impelir; no segundo exemplo, o verbo *misereor* (ter pena de) significa a ação do sujeito agente. A diferença entre os dois pode ser exemplificada nesses mesmos exemplos: enquanto, no primeiro exemplo, o vocativo “*Henrice*” não é capaz de finalizar a ação a não ser como termo dependente da interjeição “o”, que assume o lugar do verbo, no segundo exemplo, o genitivo *Socratis*, por sua vez, finaliza a ação do verbo dependente como termo independente da construção. Outra diferença mais óbvia é que enquanto a interjeição “o” não significa nada fora da construção de vocativo, o verbo *misereor* tem significado isoladamente.

⁸⁴ Aqui a palavra “caso” deve ser entendida genericamente no sentido de propriedade casual (acidental) que aparece nas palavras sob a forma de algum tipo de inflexão que não se restringe somente aos casos das cinco declinações do nome, i.e., não só como o nominativo, o genitivo, etc., mas também como as flexões de número (o singular e o plural) e de pessoa (a primeira, a segunda e a terceira pessoas).

⁸⁵ DONATO, 1961, p. 356.

⁸⁶ O pronome compartilha o modo de um ente com o nome, mas difere do nome por possuir o modo da apreensão indeterminada no lugar do modo da apreensão determinada do nome.

⁸⁷TE, que faz uso constante da sistemática das gramáticas de Donato e Prisciano, muitas vezes cita esses gramáticos de maneira interpretativa para corroborar suas opiniões em assuntos mais polêmicos. Como se verá logo a seguir, a idéia modista segundo a qual o pronome significa de maneira indeterminada era contestada por outros gramáticos.

⁸⁸Segundo a metafísica medieval, as privações são as ausências das propriedades positivas do ser, como, por exemplo, a cegueira é a ausência ou privação da visão. Essa noção metafísica é adotada por TE, assim como por todos os outros modistas, e ele a aplica ao estudo do pronome, considerando-o capaz de significar entidades privativas. Essa visão de TE sobre essa disposição, ou capacidade, do pronome pode ser resumida da seguinte maneira: como as propriedades reais devem ser sempre os pontos de partida na derivação dos modos de significar das palavras, um modo de significar privativo, aparentemente, não deveria possuir nenhum correlato real. Todavia, o pronome significa as privações, como a “cegueira”, por exemplo. Dessa forma, o pronome significaria “significados não reais”, o que, de acordo com o realismo de TE, é impossível. Os modistas postulavam que as privações são entidades reais na mente, apesar de não o serem fora da mente, i.e., na esfera dos entes acessíveis aos sentidos. Como resultado disso, TE afirma que o pronome não significa “não significados” uma vez que é capaz de significar qualquer entidade de maneira irrestrita, seja essa entidade tangível, mental ou fantástica. Ainda segundo TE, as privações são entidades reais na mente, logo, são entes mentais positivos. Assim, as privações são entidades reais e os pronomes assumem seus significados de maneira irrestrita. Portanto, ao significarem as privações, os pronomes não significam “não significados”.

⁸⁹Segundo TE há dois modos de significar para as entidades genéricas: 1) o modo de significar o que há em comum entre as espécies de coisas acessíveis aos sentidos (tangíveis), como “cadeiras”, “mesas”, “cavalos”, etc.; 2) o modo de significar o que há em comum entre todas as espécies de tudo o que existe e que comporta tanto as entidades acessíveis aos sentidos quanto as privações e até mesmo as fantasias (hipogrifos, unicórnios, quimeras, etc). Esse segundo modo de significar é o modo de significar o comum de maneira o mais simples (i.e., abrangente) possível, e, nesse caso, não há restrições quanto ao que pode ser significado como nome genérico. Como se viu na nota 66, TE afirma que o modo da apreensão indeterminada dos pronomes significa até mesmo os espaços aparentemente vazios de significado, ou seja, as privações, e que tais espaços são preenchíveis pelos significados privativos do modo de significar o comum de maneira simples. Portanto, a definição do modo de significar o indeterminado depende da definição do modo de significar o comum de maneira simples. Nesse sentido, como o modo de significar a apreensão indeterminada se refere ao modo de significar o comum de maneira simples, o pronome significa não só os entes tangíveis, mas também todos os entes privativos e fantásticos.

⁹⁰“O pronome é uma parte da frase que substitui o nome próprio e também pessoas infinitivas.” (PRISCIANUS, 1961, p. 577)

⁹¹A distinção que TE fará entre pronomes demonstrativos e relativos, em linhas gerais, é da seguinte forma: a demonstração (*demonstratio*) refere-se à presença de uma substância no pronome, como quando se diz (apontando-se na direção de alguém): “Pedro comprou **este** cavalo há um mês”; a relação (*relatio*) se refere à ausência dessa substância, como quando se acrescenta a essa sentença uma segunda: “**Ele** (Pedro) o vendeu ontem”. Essa distinção também se baseia na noção de primeira e segunda percepção: na primeira sentença, “este” é considerado como elemento de primeira percepção; na segunda sentença, “Ele” é tido como um elemento de segunda percepção, uma vez que faz referência a uma substância ausente (Pedro).

⁹²Há, na verdade, uma hierarquia na demonstração: o pronome “eu” (*ego*), que demonstra mais diretamente aos sentidos, é considerado o mais imediato; o pronome “tu” (*tu*) que demonstra menos diretamente que “eu”, em relação aos sentidos, e é considerado menos imediato que este, e “ele” é

menos imediato que “tu”. Ao mesmo tempo, se, por um lado, “tu” e “ele” recorrem ao intelecto (à memória) para significar, “eu”, por sua vez, recorre apenas aos sentidos. Portanto, o pronome mais demonstrativo é o pronome pessoal “eu”, sendo “tu” e “ele”, respectivamente, o segundo e o terceiro nessa hierarquia da demonstração.

⁹³No ato de apontar para João e de dizer “Este é João”, TE identifica uma demonstração de caráter duplo: 1) a demonstração direta do indivíduo designado (a demonstração *ad sensum*); 2) a informação adicional de que se trata de um referente singular de terceira pessoa .

⁹⁴O que Donato chamou de qualidade infinita é reinterpretado por TE como se referindo ao pronome. O pronome não é limitado a um significado específico. Isso significa que, na verdade, o pronome é neutro e, por isso, pode remeter aos significados de diferentes nomes, ou de outros pronomes, sem se limitar a um único significado.

⁹⁵O indivíduo “Sócrates” é apreendido diretamente no ato em que esse nome é pronunciado na primeira sentença. Na segunda sentença, porém, a apreensão de “Sócrates” se dá indiretamente por intermédio do pronome relativo “Ele”.

⁹⁶Segundo Bursill-Hall, os modos de significar primitivo e derivativo do pronome se originam das mesmas propriedades que a espécie primitiva e a derivada do nome. No entanto, enquanto a espécie é um modo accidental do nome, o derivativo e o primitivo são modos subalternos do pronome. Isso significa que, enquanto as espécies primitiva e derivada causam modificações accidentais no mesmo tipo de nome, os modos accidental e derivativo representam tipos diferentes de pronome (BURSILL-HALL, 1971, pp. 66-67).

⁹⁷*mei, tui, sui, nostri, vestri*, embora sejam classificados como possessivos neutros, têm significado reflexivo: “de meu ser” ou “minha pessoa”, “de teu ser” ou “tua pessoa”, etc. (CARL, A.; GRIMAL, P.; LAMAISSON, J.; NOIVILLE, R., 1986, p.33)

⁹⁸O discurso perfeito é a terceira e última das três condições para que se observe a boa formação de uma sentença. A primeira é a construção (*constructio*), que é o conjunto das ligações corretas entre os modos de co-significar das palavras de uma construção. A segunda é a congruência (*congruitas*), que é a condição de boa formação semântica de uma construção ou sentença. Por exemplo, a sentença “A taça bebeu o vinho” é aceitável do ponto de vista de sua construção e inaceitável do ponto de vista de sua congruência. Na perfeição (*perfectio*), que é a terceira e última etapa do processo, faz-se a checagem das duas condições precedentes, ou seja, é nessa fase final que uma sentença ou construção é estabelecida ou não como coerente e congruente. TE dá o nome de *passionis sermonis* (fases da formação do discurso) a esses três aspectos da boa formação de uma sentença (COVINGTON, 1984, pp. 35-36).

⁹⁹A definição de Donato para os acidentes do pronome é a seguinte: “O pronome é uma parte da oração que é colocado no lugar do nome e que significa quase a mesma coisa que este. O pronome tem seis acidentes: qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso.” (DONATUS, 1961, p. 379)

¹⁰⁰PRISCIANUS, *Gramática*, Livro XII, Capítulo I, 933 em diante.

¹⁰¹Nesse capítulo da *Física*, Aristóteles expõe sua teoria sobre o vácuo (ARISTÓTELES, *Física*, Livro II, Capítulo VI).

¹⁰²*secundae intentiones* foram traduzidas como “abstrações secundárias” com base na seguinte citação de MERCIER, *Tratado Elemental de Filosofia, Lógica*, 1927, p.130 apud FARRÉ, *Gramática Especulativa*, 1947, p.90: “Las relaciones que esta disciplina (Lógica) filosófica considera no son las

realciones ontológicas sobre las cuales recae directamente la atención del espíritu, *primae intentiones*, objetos de una primera abstracción, sino las relaciones lógicas que nacen de la razón reflexiva, *secundae intentiones*, objeto de segunda abstracción.”

¹⁰³ ARISTÓTELES, *Física*, Livro I, Cap. VII, 69

¹⁰⁴ Nessa passagem, TE utiliza a distinção matéria-forma da física aristotélica para explicar o funcionamento semântico do pronome. Segundo Aristóteles, todas as coisas são compostas de partes divisíveis em partes simples. Essas partes, por sua vez, são compostas de uma forma específica (essência) e de matéria prima. A forma específica é o que difere uma parte simples de outra e a matéria prima é o que todas têm em comum. Todavia, a matéria prima é desprovida de qualquer forma e, portanto, incongnicível. Mas, apesar da matéria prima ser indeterminada, ela é determinável por uma forma, e, portanto, pode ser conhecida a partir de suas formas. Ao utilizar essa teoria física como parâmetro, TE afirma que assim como a matéria prima é capaz de ser entendida por meio de sua forma, o pronome que não tem significado próprio (i.e., é informe), é capaz de receber o significado (a forma) de um nome. Portanto, o pronome, apesar de não significar diretamente uma essência determinada, significa-a indiretamente por meio da significação que recebe de um nome.

¹⁰⁵ Segundo o realismo, todas as coisas que possam ser pensadas como existentes têm algum tipo de existência, seja na mente ou fora dela. Para Duns Scot, uma das figuras principais do realismo do início do séc. XIV, até mesmo o ser (o fato das coisas serem ao invés de não serem) é uma substância (SCOT, 1989, p.102). Em oposição aos realistas, os nominalistas postulavam que as idéias só existem na mente como nomes e, portanto, não têm existência alguma nas coisas. Na verdade, a principal diferença entre o realismo e o nominalismo são as opiniões distintas que os membros dessas escolas tinham a respeito da distinção semântica entre o comum e o individual. Para Duns Scot, por exemplo, o indivíduo contrairia o comum em sua individualidade. Ele chama essa contração de haecidade. Para Ockham, pelo contrário, essa mistura entre individual e comum era inaceitável e só o indivíduo era visto como existente. No nominalismo de Ockham, o comum é simplesmente a coleção das semelhanças entre os indivíduos que os levam a serem percebidos como pertencentes a um mesmo gênero. Essa coleção não é um ser, mas meramente uma coleção de impressões armazenadas pela memória e que corresponde à classificação de um gênero de ser que realmente existe (OCKAM, p. 124). TE, assim como os outros modistas, vinculam-se à ala moderada do realismo e entendem as entidades como o “não ente”, o “gênero”, a “espécie”, etc. como seres reais existentes apenas na mente humana. Essa tese é contestada pelo nominalismo estrito que só considera as coisas tangíveis, fora da mente, como entes propriamente ditos.

Nesse trecho, a distinção contrário-contraditório, que TE faz em sua discussão da realidade do pronome, vem da lógica de Aristóteles, que, na tradução inglesa de Harold P. Cooke do *Da Interpretação*, declara: “For contraries belong to those things that within the same class differ.” (ARISTÓTELES, 1986, p. 175 (23b22)). Para Aristóteles uma contradição é sempre uma afirmação equivocada sobre algo no mundo real, como quando se diz, ao mesmo tempo, que “Sócrates é justo” e “Sócrates não é justo”. Essas sentenças, se ditas ao mesmo tempo, ferem a lei da não-contradição—um dos princípios da lógica aristotélica. Os contrários, por sua vez, são espécies diferentes de um mesmo gênero: “things that within the same class differ”(id.). Por exemplo, “homem” e “não homem” são espécies de um mesmo gênero: animal. Essas espécies são contrárias, mas isso não as impede de co-existirem na mente: a sentença “Sócrates e Totó são animais” é possível. Ou seja, embora Totó seja um “não homem” isso não quer dizer que ele não exista, mas apenas que ele pertence a uma espécie do gênero animal que se diferencia da espécie “homem”, que pertence a esse mesmo gênero (ALLAN, 2003, p. 331). Quando TE afirma, no trecho acima, que “se dois contrários se aplicarem a um mesmo ente, como “ente” e “não ente”, o pronome pode, todavia, demonstrar e se referir ao “não ente”, uma vez que as coisas que são contraditórias fora da mente são contrárias na mente” ele quer dizer que o pronome pode se referir a duas espécies de um mesmo gênero: tanto a uma espécie como “homem” (que se aplica a Sócrates) quanto a uma espécie como “não homem” (que se aplica a Totó).

¹⁰⁶ARISTÓTELES, *Metafísica*, Livro IV, Capítulo II, 14-21

6 CONCLUSÃO

A proposta inicial desta dissertação era a produção de um trabalho que abordasse o tratamento dos nomes e pronomes na *G.E.* de TE. Essa proposta de abordagem de um texto medieval ainda não traduzido para o português se dividiria em três partes: um estudo introdutório à teoria e ao texto da gramática de TE; uma tradução para o português dos capítulos referentes à metalinguagem, ao nome e ao pronome dessa gramática; o acréscimo de notas explicativas que acompanhariam essa tradução. No decorrer da execução do trabalho houve duas alterações principais na proposta inicial: o estudo introdutório foi ampliado para incluir os antecedentes remotos (gregos) e recentes (medievais) dos modistas; ao invés de um grande número de notas explicativas, optou-se pela produção de um glossário que incluísse os principais termos do emaranhado terminológico modista. A primeira dessas alterações visou uma melhor contextualização do movimento modista na história do pensamento sobre a linguagem até o séc. XIII. A segunda modificação objetivou uma melhor compreensão da parte do leitor da terminologia peculiar das gramáticas especulativas em geral e da *G.E.* de TE em particular.

A tradução e o estudo dos capítulos referentes à metalinguagem, ao nome e ao pronome da *G.E.* de TE foram vitais para a compreensão não só da obra traduzida como do movimento modista como um todo. Para os modistas, o nome é a classe de palavras por excelência e, por isso, não se pode entender a teoria modista sem uma atenção especial a essa classe de palavras. O estudo e tradução do capítulo introdutório da *G.E.* de TE foi igualmente importante, pois é nesse capítulo que se apresenta todo o instrumental teórico e os pressupostos filosóficos que TE utiliza no conjunto de sua gramática. Nesse sentido, o tempo aplicado na tradução e estudo desses capítulos resultou em um contato profundo com uma importante faceta do pensamento medieval sobre a linguagem.

Uma conclusão geral que se pode tirar desse trabalho é que ainda há muito que se pesquisar sobre a influência do aristotelismo no desenvolvimento dos estudos da linguagem desde os modistas. Como se viu no capítulo introdutório deste trabalho, a apropriação da teoria causal de Aristóteles por parte de um lingüista, que, no caso de TE na *G.E.*, foi amplamente utilizada, inclusive para explicar a combinação dos modos de significar das palavras em uma sentença, não é exclusividade de gramáticos medievais como TE, já que um pesquisador da ciência da computação como James Pustejovsky, em

seu livro *The Generative Lexicon* (1998, p.76), faz uso dos quatro princípios da teoria causal de Aristóteles, cada um dos quais rebatiza com o nome de modo de explicação (*mode of explaining*) ou *quale*, cujo conjunto denomina estrutura de *qualia*.

Particularmente, tem-se a impressão de que o uso da lógica aristotélica como ferramenta de trabalho para operar as diversas distinções que TE faz em sua gramática merece um estudo mais aprofundado. Além disso, como os modistas fundamentam sua compreensão da relação tripartite linguagem-mente-mundo nos princípios da metafísica aristotélica, é fundamental um aprofundamento no conhecimento da relação entre esses princípios e a maneira como são empregados não só na *G.E.*, mas também nas outras gramáticas modistas. Assim, um maior aprofundamento na pesquisa das gramáticas modistas inclui duas frentes de trabalho: por um lado, um estudo das aplicações que os modistas fazem da lógica aristotélica e, por outro, uma pesquisa da sua utilização de determinadas noções da metafísica medieval, como, por exemplo, de distinções do tipo matéria-forma, ato-potência, substância-acidente, etc. Para efetuar esses estudos, nada melhor do que uma pesquisa comparativa entre as gramáticas modistas atualmente editadas.

Uma conclusão específica que a que se pode chegar no final desse trabalho é que a complexidade da teórica do sistema modista chega a tal ponto que sua adequação explanatória se vê minada por seu excesso explanatório. Isso é facilmente observável no número extremamente grande de modos de significar, que, aparentemente, tendem *ad infinitum*. Esse ímpeto explicativo talvez seja o ponto negativo mais claramente identificável na *G.E.*

Outra provável desvantagem da abordagem modista de TE é o seu uso exclusivo do latim como fonte de exemplos para suas discussões dos problemas universais da linguagem. Isso se deve ao fato de TE, assim como os outros gramáticos modistas, pensarem que a gramática latina (assim como a grega) estivesse mais próxima da gramática universal do que as línguas vulgares. Portanto, o latim seria um modelo mais fiel aos princípios da gramática universal do que o francês antigo, por exemplo. Infelizmente, isso pode fazer com que as particularidades do latim sejam confundidas com os fatos comuns a todas as línguas.

Como trabalho futuro pretende-se traduzir o restante da *G.E.* de TE, bem como escrever um estudo introdutório que contemple mais a fundo as outras seis partes do discurso (o verbo, o particípio, o advérbio, a preposição, a interjeição e a conjunção) e a sintaxe dos modistas. Neste trabalho, a sintaxe e as outras partes do discurso foram

tratadas superficialmente e apenas em sua relação com a classe dos nomes. Para um estudo que faça jus a uma tradução do texto integral da *G.E.*, será necessária a leitura de uma quantidade maior de obras especializadas, uma melhor familiaridade com as soluções que TE e os outros modistas propõem para as questões lingüísticas que abordam e um aprofundamento nas teorias atuais que buscam dar respostas para esses mesmos problemas.

GLOSSÁRIO

Neste glossário são comentadas as definições dos modos e dos termos técnicos que são extraídos do texto traduzido da *Gramática Especulativa (G.E.)* de Thomas de Erfurt (TE).

ADVÉRPIO: “O advérbio é a parte do discurso que significa por meio do modo de determinar ou aderir às partes do discurso (i.e., o verbo ou o particípio) que significam pelo modo de ser”. (ERFURT, cap. XXXVI). Os modistas definem o advérbio como uma parte indeclinável do discurso que especifica a ação do verbo. Essa definição, traduzida em termos da metalinguagem da teoria modista, afirma que o advérbio significa por meio do modo de especificar um movimento (intra ou extra-mental). Portanto, tal modo liga-se ao modo da mudança, que é o modo essencial geral do verbo. Essa ligação ocorre porque o advérbio, em virtude de seu modo essencial de significar (a modalização de um movimento), não pode ser o elemento independente de uma construção. Isso significa que o advérbio depende da essência do verbo (do movimento). Por esse motivo, TE define o advérbio como a parte do discurso que adere à outra parte por meio de seu modo de determinar ou “aderir”. O modo de aderir a outro também é um modo do nome adjetivo. Da mesma forma que o advérbio, o nome adjetivo adere à essência de um outro elemento da sentença (o nome próprio ou comum), que é o elemento independente da construção “adjetivo + nome”. Assim, da mesma maneira que o adjetivo compartilha da substância do nome, o advérbio participa da essência do verbo. Portanto, o advérbio funciona como um adjetivo do verbo (*adiectivum verbi*) (BURSILL-HALL, 1971, p. 258).

CASO (Nome): “O caso é um modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome co-significa a propriedade do princípio ou do término” (ERFURT, cap. XIX). Na física aristotélica, considera-se que um objeto em movimento parte de um princípio (*principium a quo*), atualmente está percorrendo uma quantidade de espaço (*distantia*) e, eventualmente, chegará ao termo ou término de seu trajeto (*principium ad quem*). Os modistas transpunham esse modelo físico para as sentenças de tipo SN V SN, em que o SN inicial é entendido como o princípio da sentença, o V como a ação que se diferencia do agente e o SN final como o término (o fim/a finalidade) da ação. O caso pode

significar o princípio ou o término de uma ação. Ou seja, TE correlaciona cada caso de acordo com a posição que ocupa na sentença que pode ser de princípio ou de término. Por exemplo, o nominativo significa somente no princípio da sentença, porque, de acordo como a *ordo naturalis* (ordem natural das palavras na sentença), o nome que assume a forma de nominativo está sempre antes do verbo, no início da sentença. O acusativo, por sua vez, pode estar tanto no princípio, como em *me oportet* (me é devido), quanto no término da sentença, como em *scis me* (conheces-me). TE chama o critério das posições dos casos na sentença de propriedade primária do caso. TE complementa sua teoria do caso com a descrição das propriedades que são significadas por cada caso particular, i.e., as propriedades de existência individual e de sujeito que agrega atos verbais a si (nominativo), a propriedade de pertencer (genitivo), a propriedade de dar ou receber (dativo), etc. Essas são chamadas de propriedades secundárias: ser independente e ser o outro do verbo (nominativo) , pertencer (genitivo), dar ou receber (dativo), etc. Finalmente, TE aplica um terceiro e último critério descritivo do funcionamento do sistema de casos latino: cada um dos casos, com suas propriedades primárias (critério da ordem das palavras) e secundárias (significados/funções particulares), é correlacionado com um dos elementos do paradigma do pronome *quod* (*quod, cuius, cui, quem*, etc). A finalidade desse recurso é correlacionar cada elemento do paradigma casual de *quod* com cada um dos casos e com os conjuntos de propriedades primárias e secundárias que eles agregam. Os elementos do paradigma de *quod* também são tratados como expoentes da relação sintática entre o elemento verbal (o V) e o “outro” elemento (o SN) da sentença, ou seja, o paradigma de *quod* é utilizado como critério de marcação das relações entre o termo dependente e o termo independente das construções que os modistas reconheciam como estruturas sintáticas básicas: SN V e V SN.

CASO (Preposição): “(...) a preposição foi inventada com a finalidade de auxiliar o caso, entretanto, não qualquer caso, mas o acusativo e o ablativo. Pois, como foi dito do nome, que o acusativo é o modo de significar *ut quem* , que é limitado pelos modos *ad quem, in quem, prope quem, iuxta quem*, etc, e, da mesma forma, o ablativo é o modo de significar por meio do modo *ut quo*, que é limitado por *a quo, in quo* e *sine quo*, e outros desse tipo, dessa maneira se faz a limitação ao caso acusativo ou ablativo por meio de preposições que são regidas por eles; portanto, a preposição foi inventada, em primeiro lugar, para limitar e ligar o modo do caso e, em segundo lugar, para reconduzir o significado do caso de volta ao ato do verbo” (ERFURT, cap. XLI, 80). Os modistas entendiam a preposição

como uma maneira de expressar ou delimitar a relação entre os seres e as ações. Nesse sentido, a preposição expressa ou delimita o efeito de uma ação sobre um ser. Por exemplo, a preposição *in*, na combinação *in* + acusativo, expressa e determina a ação de um verbo de movimento sobre um elemento nominal com flexão de acusativo. Portanto, segundo os modistas, a preposição era usada com o acusativo, e também com o ablativo, para expressar a relação entre a forma nominal e a forma verbal, ou seja, se preposição = p, a relação entre o SN e o V, das estruturas de tipo básico SN V, será VpSN (BURSILL-HALL, 1972, p. 91).

COMPARAÇÃO: “A comparação, que Donato divide em três graus, denomina os três modos de significar que constituem o positivo, o comparativo e o superlativo,(...) E, porque é por meio desses três modos de significar que se faz a comparação das coisas, por isso o grau comparativo é assim denominado. E se diz que a comparação é acidental ao nome porque esses três modos são derivados além do entendimento absoluto do nome” (ERFURT, Cap. XIV, 25). TE divide o grau de comparação dos adjetivos em três tipos: positivo, comparativo e superlativo. Essa divisão é herdada da divisão do grau de comparação que Donato havia efetuado em sua gramática. Para TE, o grau positivo é um termo não marcado: um adjetivo de grau zero. Isso ocorre porque o adjetivo que está no grau positivo de comparação não necessita de um outro nome como suporte para o seu funcionamento sintático. Por exemplo, na sentença “ela é inteligente”, o adjetivo “inteligente” funciona de maneira independente. Já em “ela é mais inteligente do que seu marido”, o adjetivo “inteligente” não funciona sem o suporte do nome “marido” como termo de comparação. O grau comparativo, conseqüentemente, é um grau que expressa a dependência do adjetivo para com um nome que o suporte. Siger de Courtrai (CORTRACO, s.a., p.99) afirma que a comparação nunca se refere a nomes comuns e a nomes próprios como, por exemplo, “mesa” e “Pedro”. Isso é fácil de testar, basta que se cite sentenças como “Pedro é **mais Pedro que** João.” ou “A mesa da cozinha é **mais mesa que** a mesa da copa.” Portanto, Siger conclui que somente os adjetivos podem ter grau comparativo. O grau superlativo é considerado pelos modistas como uma espécie de genitivo partitivo. Por exemplo, em “luz claríssima”, o superlativo “claríssima” é entendido como referindo-se à somatória da claridade de todas as luzes, ou seja, é o que está acima de todas as luzes e de que todas as luzes participam. O superlativo também pode ser entendido como o excesso de uma natureza simples (de uma essência), no caso de “claríssima”, do exemplo anterior, o adjetivo expressa um excesso da substância

“claridade”, que “claro” significa de maneira simples (básica) (BURSILL-HALL, 1971, p. 161-62).

COMPOSIÇÃO: “(...) o verbo tem um certo modo de significar que é chamado de composição, sobre o qual os antigos gramáticos não fizeram menção expressa, ao qual, porém, os modernos atribuem ao verbo, motivados pelo que foi dito pelo Filósofo no *Da Interpretação*, livro I, cap. 3, em que ele diz que “é” significa uma certa composição que não pode ser entendida sem um termo, e, ainda, que esse “é” está incluído virtualmente no radical de todos (os verbos). Portanto, a composição (*compositio*) é inerente a todo verbo e é por meio dela que o verbo pode distar do suposto e tender principalmente ao suposto. (...) A composição, portanto, é o modo de significar accidental do verbo mediante o qual o verbo co-significa a propriedade do inerente de acordo com o ser e mediante o qual o verbo, que dista do suposto, inclina-se, primeira e principalmente, ao suposto” (ERFURT, Cap. XXVII, 52). Na discussão do verbete referente ao caso nominal, mencionou-se que na física aristotélica considera-se que um objeto em movimento parte de um princípio (*principium a quo*), percorre uma quantidade de espaço (*distantia*) e, eventualmente, chega ao termo ou término de seu trajeto (*principium ad quem*). Como se viu anteriormente, os modistas transpuseram esse modelo físico para as sentenças de tipo SN V SN, em que o SN inicial (o primeiro suposto) é entendido como o princípio da sentença, o V como a ação que se diferencia do SN (agente) inicial. O SN final (o segundo suposto) é entendido como o término (o fim/a finalidade) da ação. Portanto, quando TE afirma que o verbo “dista” do suposto (elemento nominal), ele utiliza a transposição desse conceito físico para representar a relação entre os elementos verbais e nominais da sentença. Assim, a distância (*distantia*) explicaria a diferença de significado entre o elemento nominal e o elemento verbal de uma construção. O que ocasiona essa diferenciação são, basicamente, os diferentes modos essenciais de significar que distinguem verbos de nomes: o modo da mudança dos verbos e o modo de um ente do nome. TE, assim como os outros modistas, chamam esse distanciamento de composição. A composição, segundo a citação acima, está virtualmente em todos os verbos. Isso é facilmente verificável ao traduzirem-se os verbos de ação como “cantar” como “ser cantor”, “nadar” como “ser nadador”, etc. Dessa forma, as ações são interpretadas como diferenciações (distanciamentos) da substância simples do indivíduo. A capacidade de se produzirem tais diferenciações seria uma característica inerente ao nome. Como essas diferenciações também podem ser entendidas como accidentais ao nome, TE afirma que

existe modo de significar accidental do verbo por meio de que o verbo co-significa a propriedade da diferenciação que é inerente ao nome. TE chama esse modo de composição.

CONGRUÊNCIA: “A congruência nada mais é que a devida combinação das partes do discurso, conforme os modos de significar requeridos por alguma espécie de construção dada” (ERFURT, Cap. LIII, 114). “(...) assim como a construção (*constructio*) requer a combinação dos construentes de maneira absoluta, assim também a congruência requer a combinação dos construentes, não de qualquer maneira, mas da maneira devida. E essa devida combinação pode acontecer de duas formas. A primeira acontece pelo acordo entre os significados especiais. Caso esse acordo não aconteça, ocorre uma combinação indevida, que se dá pela repugnância entre os significados. A segunda só pode acontecer a partir da conformidade dos modos de significar. Caso isso não aconteça, ocorre a discrepância dos modos de significar” (ERFURT, Cap. LIII, 111). Em primeiro lugar, é bom esclarecer o que TE quer dizer por “construção” e por “construente”. Na *G.E.*, a construção é a combinação entre um elemento nominal e um elemento verbal (SN V ou V SN). Além desse tipo básico, há também a construção derivada de tipo SN V SN, que, na verdade, é uma combinação dos tipos básicos: (SN V) + (V SN). O construente é o elemento que entra em uma construção básica e pode ser nominal (SN) ou verbal (V). A congruência é um dos elementos que TE identifica para explicar a maneira como os construentes se combinam para formar construções aceitáveis do ponto de vista de seu significado. Para que as combinações entre construentes sejam congruentes é necessário que se cumpram três pré-requisitos básicos: 1) a combinação entre os modos de significar dos elementos nominal e verbal; 2) a determinação da colocação dos construentes na construção a partir do contexto de uso da construção; 3) a verificação dos traços de concordância e regência que devem existir entre os construentes (BURSILL-HALL, 1972, p. 102). Em resumo, a congruência é a combinação perfeita entre os modos de significar dos construentes. Além da congruência, TE identifica outros dois elementos ou critérios na sintaxe sentencial: a construção (*constructio*), que vem antes da congruência (*congruitas*) e a perfeição (*perfectio*), que é o estágio final exigido para a boa formação de uma sentença. No primeiro estágio, na construção (*constructio*), combinam-se as unidades elementares; em seguida, na congruência (*congruitas*) ocorre (ou não) a concordância entre os modos de co-significar dessas unidades; finalmente, com a

combinação perfeita dos modos de co-significar, ocorre a fase culminante da formação de uma sentença: a perfeição (*perfectio*) (BURSILL-HALL, 1971, p. 302).

CONJUGAÇÃO: “A conjugação é o modo de significar a coisa do verbo enquanto flexionado para significar as diferentes propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas” (ERFURT, Cap. XXIX, 57). TE compara a conjugação do verbo com o caso do nome. Portanto, ele considera a conjugação como uma propriedade accidental do verbo. Todavia, na *G.E.*, a conjugação nunca é classificada como um modo accidental. Isso se deve ao fato de a conjugação representar um conjunto de acidentes nominais (gênero, número, modo, pessoa). Um dos critérios para o estabelecimento de um modo accidental é que ele corresponda a um único acidente. Apesar de parecer reconhecer esse comportamento heterodoxo da conjugação, TE não dá maiores explicações quanto ao estatuto da conjugação em sua teoria (BURSILL-HALL, 1972, p. 76).

CONJUNÇÃO: “O modo de significar essencial mais geral da conjunção é o modo de significar por meio do modo de juntar dois extremos. Esse modo de significar é tomado da propriedade de juntar e unir encontrada nas coisas da realidade. Portanto, a conjunção é a parte do discurso que significa por meio do modo de juntar dois extremos” (ERFURT, Cap. XXXIX, 76). Segundo TE, uma conjunção une dois elementos de duas maneiras: pelo significado ou pela relação entre os dois elementos de uma sentença. No primeiro caso, a conjunção une os dois elementos sem que exista a necessidade de uma consequência lógica entre eles—o que conta é o significado de sua união em relação ao significado de um terceiro elemento, como acontece nas seguintes sentenças: “Sócrates e Platão correm.” e “Sócrates ou Platão correm.”. No segundo caso, a conjunção une dois elementos em virtude de uma relação de consequência lógica entre eles. Isso acontece ou pela relação que se deriva do primeiro elemento e se transfere para o segundo, como em “Sócrates corre, portanto, move-se.”; ou pela relação que advém do segundo para o primeiro elemento: “A terra se interpõe entre o sol e sua luz, portanto, a lua é eclipsada.” (BURSILL-HALL, 1972, p. 90).

CO-SIGNIFICAR: “(...) a parte do discurso vem a ser uma parte do discurso em si mesma por meio de sua capacidade de significar ou modo de significar (ativo), enquanto esse modo (ou capacidade) é seu princípio formal, mas é uma parte do discurso que se

relaciona com outra parte do discurso por meio dessa mesma capacidade (ativa) de co-significar. Essa capacidade é um princípio eficiente intrínseco” (ERFURT, Cap. I, 3). O modo de significar expressa apenas a capacidade que a vocalização significativa tem de transmitir significados isolados (dicionarizados). Todavia, além desses significados separados do contexto frasal, a expressão também co-significa com outras partes do discurso, o que possibilita a co-atuação entre as palavras que resulta no jogo sintático. TE aponta para um princípio eficiente intrínseco na expressão isolada a que ele atribui o potencial sintático do modo de co-significar. Isso significa que uma palavra, mesmo isoladamente, possuiria um potencial para co-funcionar com outras palavras em uma sentença.

CONSTRUÇÃO: “A construção é a combinação dos construentes (*constructibilia*), que se originam dos modos de significar, cuja finalidade é expressar um conceito composto da mente” (ERFURT, Cap. XLVI, 90). TE isola dois tipos de construentes básicos: SN V e V SN. Os construentes são os Vs e os SNs que compõem essas combinações ou construentes básicos. As construções de tipo SN V SN são, na verdade, combinações dos construentes básicos: ((SN V) SN) ou (SN (V SN)). Portanto, as construções sintáticas de TE têm a peculiaridade de serem constituídas por não mais que dois elementos, ou seja, por serem construções binárias.

DECLINAÇÃO: “A declinação é o modo de significar a propriedade do nome por meio do qual ele sofre inflexão (de caso)” (ERFURT, Cap. XX, 35). Como a declinação é resultado da inflexão de caso, TE a classifica como um modo accidental das classes de palavras que possuem inflexão de caso (BURSILL-HALL, 1972, p. 76).

ESPÉCIE: “(...) A espécie, enquanto é um modo de significar accidental do nome, não é pensada a partir da expressão (...) e é por isso que o nome primitivo da espécie é aquele cuja expressão é designada para significar de maneira principal e o nome da espécie derivada é aquele cuja expressão é designada (para significar) de maneira secundária, que é proveniente da expressão primitiva, como “branco” provém de “brancura”. Do contrário, o modo de significar seria derivado da expressão e não da propriedade da coisa, o que seria um contra senso” (ERFURT, Cap. XV, 26). TE tenta dar explicações estritamente semânticas para todos os fenômenos da língua latina. No caso das derivações, as modificações formais das palavras (como no caso de “branco” e

“brancura”) são explicadas como resultado de mudanças de significado. Assim, “brancura” significa uma essência primitiva e “branco” significa um elemento que participa dessa essência. Dessa maneira, não há necessidade de se recorrer a uma explicação morfológica para a derivação e o fenômeno é explicado semanticamente.

FORMA ((Nome) *Figura*): “A forma é o modo de significar acidental do nome mediante o qual o nome significa a propriedade do simples, do composto ou do complexo” (ERFURT, Cap. XVIII, 30). TE utilizou os modos acidentais da espécie (*species*) e da forma (*figura*) para explicar os traços derivacionais do nome. Ele dividiu a espécie (*species*) em espécie primária e espécie secundária para demonstrar como um significado secundário deriva-se de um significado primário. Por exemplo, em “monte” (*mons*) e “montês” (*montanus*) há o significado secundário (montês) que se derivava de um significado primário (monte). Existe uma motivação metafísica para esse tipo de classificação: palavras com significados próximos fariam referência a coisas que compartilhariam de essências comuns. O acidente da forma (*figura*) serve para criar uma nova forma dentro de uma classe de palavras. Essa alteração se reflete no formato de uma palavra. Assim, enquanto o acidente da espécie é responsável pela derivação semântica da palavra, a forma incorpora essa mudança semântica no seu formato. Portanto, a forma é o aspecto visível do significado de uma palavra e esse aspecto pode se referir a seus formatos simples ou derivados (BURSILL-HALL, 1972, p. 58). É bom salientar, no entanto, que os modistas tinham um entendimento peculiar da derivação. Para eles, as palavras simples (não compostas) são substantivos abstratos do tipo “palidez”, “brancura”, “felicidade”, as palavras compostas, por sua vez, são adjetivos do tipo “pálido”, “branco”, “feliz”. Essa classificação, como se discutiu acima, deve-se ao fato dos modistas adotarem um ponto de vista filosófico que vê as essências como anteriores às substâncias. Portanto, as palavras que se referem às essências (como “brancura” e “felicidade”) recebem modos de significar primários e é a partir delas que se procede a derivação.

FORMA (Verbo): “A forma, que é um acidente do verbo, é idêntica à espécie do nome e é tomada da mesma propriedade, a saber, do modo de ser primário ou secundário. (...) Por forma perfeita deve-se entender a espécie primitiva, porque as formas perfeitas são as espécies primitivas, uma vez que significam a coisa do verbo em sentido absoluto, como *lego*, *sorbeo*, *volo* e *sum*. Mas as que são de forma incoativa, e, igualmente as outras

(formas secundárias), são de espécie derivada, as quais não significam a coisa do verbo em sentido absoluto, mas com uma certa adição, a saber: com acréscimo de incoação, de freqüência, etc., como em *fervesco*, *lecturio*, *patrisso*, *sorbillo*, etc.” (ERFURT, Cap. XXVIII, 56). Da mesma maneira que os nomes primitivos—como “brancura”, “humanidade”, “justiça”, etc.—denotam essências e os nomes derivados—como “branco”, “homem”, “justo”, etc.—denotam seres que participam do significado dessas essências, igualmente, os verbos que sofrem acréscimos de significado, na verdade, fundamentam-se nos significados simples de verbos essenciais. Por isso, TE define esses verbos simples como sendo absolutos quanto ao seu sentido, uma vez que eles não sofrem nenhum tipo de acréscimo ao seu sentido básico. Como no caso da derivação dos nomes, as mudanças entre os verbos de uma mesma “família” semântica é explicada estritamente em termos de significado e nunca de acordo com diferenças morfológicas.

GÊNERO (Nome): “O gênero é o modo de significar do nome, derivado ou da propriedade ativa ou da propriedade passiva que de maneira mais pronta e determinada são encontradas nas coisas separadas” (ERFURT, Cap. XVI, 27). TE distingue o gênero accidental do nome em termos da diferença entre as propriedades da atividade (exercer uma força) ou da passividade (ser paciente de uma força). Ele o diferencia em cinco gêneros: masculino, feminino, neutro, comum e epiceno. O masculino é o modo de significar por meio da propriedade do agente e o feminino por meio da propriedade do paciente. O neutro é o modo da propriedade do indeterminado e, portanto, não se refere nem ao masculino nem ao feminino. Isso não quer dizer que o neutro tenha ausência de significado: ele significa por si mesmo, é um terceiro gênero. O comum e o epiceno não são gêneros propriamente ditos, mas sim variáveis que podem ser preenchidas tanto pelo masculino quanto pelo feminino.

GÊNERO (Verbo): “O gênero no verbo é tomado da propriedade da coisa do verbo que é a propriedade da dependência da coisa do verbo no oblíquo que a sucede e que não funciona como termo contraído, mas sim contraível” (ERFURT, Cap. XXX, 59). TE identifica dois tipos de construções sintáticas básicas no latim: transitivas e intransitivas (SN V e SN V SN, respectivamente). Na Idade média, o SN (sujeito) é chamado de suposto e o V de aposto. Os modistas chamam a relação entre o suposto e o aposto (SN e V) de composição (*compositio*). A composição ocorre tanto nas sentenças transitivas quanto nas intransitivas. Os diferentes tipos de composição são classificados de acordo

com os modos do verbo: os modos indicativo, imperativo e subjuntivo. Na sentença, a significação (*significatio*) é a contra-parte da composição: enquanto a composição ocorre entre o suposto e o aposto (SN e V), a significação se dá entre o aposto e o oblíquo (entre o verbo e o objeto direto). A significação é, portanto, a relação entre o V e o SN. Isso quer dizer que a significação acontece somente em construções transitivas (SN V SN). Por exemplo, a significação ocorre em uma sentença do tipo: “Pedro comeu o bolo”. TE faz uma lista de diferentes tipos de significação: de voz ativa, de voz passiva, de voz neutra, etc. No entanto, ao invés de chamar esse traço de “voz do verbo”, como o faz a gramática normativa atual, TE o chama de “gênero do verbo”. (ROBINS, 1980, p. 234-37).

INTERJEIÇÃO: “O modo de significar essencial mais geral da interjeição é o modo de significar por meio do modo de determinar outro, que pode ser o verbo ou o particípio, representando as emoções da mente. De fato, quando a mente é afetada pelo movimento da dor, da alegria, do medo e coisas desse tipo, exprime isso por meio de interjeições. De que se deduz que a interjeição não determina o verbo ou o particípio de maneira simples, mas em relação direta com a mente, exprimindo suas emoções. (...) A interjeição, portanto, é a parte do discurso que significa por meio do modo de determinar outro, que pode ser o verbo ou o particípio, ao representar a emoção ou o movimento da mente” (ERFURT, Cap. XLII, 84). Para TE, uma oração completa sempre contém um elemento nominal (SN) e um verbal (V). Os dois elementos estão presentes mesmo em sentenças elípticas como: “(Ele) corre” e “(o) homem (é) feliz”. Os advérbios e as interjeições serviriam para modificar (especificar) a ação expressa pelo elemento verbal. Ambos expressariam a aderência de uma especificação a um movimento. A diferença entre os dois é que enquanto o advérbio expressa um modo de enunciação que não se restringe a um verbo em particular e expressa movimentos dentro e fora da mente, cada interjeição, por sua vez, liga-se somente a um conceito verbal e expressa apenas a realidade subjetiva. Por exemplo, *atat* e *heu* demonstram o medo ou a dor e ligam-se ao verbo *doleo* (sinto dor, sofro) (KELLY, 1984, p. 133-42). Além disso, os conceitos verbais apontados pelas interjeições não chegam a informar expressões ou vocalizações, i.e., não são propriamente palavras. Dessa forma, as interjeições co-significam conceitos verbais não-enunciados e, portanto, funcionam com um tipo de co-significação especial que difere da co-significação das outras classes de palavras. Segundo Geoffrey L. Bursill Hall (1972, p. 94), a descrição da interjeição é a parte mais superficial de qualquer gramática modista.

Isso se deve ao fato de os modistas rejeitarem outros critérios que não o semântico. Uma vez que a descrição puramente semântica da interjeição impossibilitaria uma abordagem fonológica, por exemplo, o estudo da interjeição se tornaria um dos pontos mais vulneráveis da teoria modista. Em outras palavras, as interjeições, isoladamente, podem ser pensadas como sons não significativos, ou seja, sons desprovidos de um modo de significar e os modistas não teriam dado uma explicação semântica satisfatória quanto ao funcionamento desses sons em uma sentença, ou seja, quanto aos seus modos de co-significar.

MODO (Verbo): “O modo, que é um acidente do verbo, é tomado da propriedade da qualificação no verbo, i.e, da disposição e da inclinação do verbo à suposição, que significa a qualidade da indicação, do império, do voto, da dúvida ou do indefinido. Portanto, nada mais é que o modo de significar accidental do verbo mediante o qual a propriedade do verbo—por meio do modo de indicar, de imperar, de votar, de duvidar ou estar indefinido—co-significa a dependência do verbo em um suposto” (ERFURT, Cap. XXVIII, 55). TE identifica dois tipos de construções sintáticas básicas no latim: transitivas e intransitivas (SN V e SN V SN, respectivamente). Na Idade média, o SN (sujeito) é chamado de suposto e o V de aposto. Os modistas chamam a relação entre o suposto e o aposto (SN e V) de composição (*compositio*). A composição ocorre tanto nas sentenças transitivas quanto nas intransitivas. Os diferentes tipos de composição são classificados de acordo com os modos do verbo: os modos indicativo, imperativo e subjuntivo. Portanto, o modo do verbo, que deve ser diferenciado do “modo” de “modo de significar”, é um traço verbal que TE identifica como responsável pela concatenação entre o SN (sujeito) e o V de uma construção básica de tipo SN V (ROBINS, 1980, p. 234-37).

MODO DE UM ENTE (*Modus entis*): “O modo de um ente é o modo do estado e do permanente inerente na coisa, a partir do qual ela tem o ser” (ERFURT, Cap. VIII, 15). Prisciano definira o nome como sendo a classe de palavras que significa uma substância e uma qualidade: “É próprio do nome significar a substância e a qualidade” (PRISCIANUS (Menor), 1961, p. 55). No séc. XII, os gramáticos ainda continuavam a aceitar essa definição de Prisciano, com uma idéia adicional: a substância denotaria a coisa individual e a qualidade a natureza (forma) individual que o nome significaria. A substância era identificada como o sujeito do discurso (*aquilo de que* uma sentença trata.). Ou seja, o

ente individual significado pelo nome é equivalente à substância. No séc. XIII, os gramáticos sentiram a necessidade de esclarecer a diferença entre o verbo e o nome. Essa preocupação se deu pela falta de uma distinção clara entre existência e substância. Ou seja, se ter substância e existir são equivalentes e os verbos e os entes existem e têm substância, então o que os diferenciaria? Por causa disso, criou-se a distinção entre permanência, atribuída ao nome, e mudança, atribuída ao verbo. A noção de qualidade ou forma do nome foi substituída pela apreensão determinada. Além disso, os gramáticos do séc. XIII substituíram a ação e a paixão, que Prisciano apontara como principais características (acidentes) do verbo, pela idéia da mudança. Os gramáticos modistas, no final do séc. XIII, aceitaram essas alterações que seus antecessores imediatos efetuaram na definição de Prisciano. Ao usarem uma abordagem e metalinguagem próprias, os modistas dividiram o modo de significar essencial do nome em dois sub-modos: o modo de significar de um ente (i.e., o modo do permanente) e o modo de significar a compreensão determinada (i.e., o modo da forma específica do nome). Portanto, o modo de um ente é um dos dois sub-modos em que o modo de significar essencial do nome é dividido na *G.E.* de TE (BURSILL-HALL, 1971, p. 133-34).

MODO DE SER (*Modus esse*): “O modo de ser é o modo da mudança e da sucessão inerente na coisa, do qual ela tem o vir-a-ser” (ERFURT, Cap.VIII, 15). Em consonância com as noções metafísicas mais em voga em sua época, os modistas identificavam duas propriedades gerais na realidade: a propriedade da permanência e a da mudança. Como as classes de palavras dão significado às propriedades da realidade, existiriam duas classes que significariam essas duas propriedades gerais. Essas classes seriam o nome (permanência) e o verbo (mudança). No entanto, a relação entre as classes de palavras e as propriedades do mundo não é direta, mas sim intermediada por modos (maneiras) de entender e de significar essas propriedades. O modo de ser (*modus esse*) é o modo (a maneira) mais geral com que o verbo significa a propriedade da mudança e o modo de um ente (*modus entis*) é o modo (a maneira) de significar mais geral com que o nome significa a propriedade da permanência (veja o verbete anterior para maiores esclarecimentos sobre o desenvolvimento histórico do entendimento das semânticas do nome e do verbo na Idade Média).

MODO DE EXISTIR (*Modus essendi*): “O modo de existir é a propriedade da coisa em sentido absoluto” (ERFURT, Cap. IV, 8). O modo de existir em sentido absoluto de uma coisa é a própria coisa e suas propriedades, conforme são percebidos pela mente. O modo de existir de uma cadeira, por exemplo, é a substância de uma cadeira singular e a soma de seus acidentes (suas propriedades), que se apresenta imediatamente aos sentidos. Essa definição segue de perto a definição das dez categorias do entendimento idealizada por Aristóteles em seu *As Categorias* (ARISTOTLE, 1996, p. 17-8).

MODO DE ENTENDER (*Modus intelligendi activus*): “O modo de entender é a capacidade de conceber pela qual o intelecto significa, concebe ou apreende a propriedade da coisa” (ERFURT, Cap. III, 7). O modo de entender é a atividade do aparato mental (do intelecto) que apreende e concebe a propriedade da coisa. Assim, o modo de entender é o entendimento (o intelecto) que age na medida de sua capacidade de entender uma propriedade da coisa.

MODO DE SER ENTENDIDO (*Modus intelligendi passivus*): “O modo de ser entendido é a propriedade da coisa conforme é apreendida pela mente” (ERFURT, Cap. III, 7). O modo de ser entendido é uma certa propriedade da coisa que permite (possibilita) que ela se submeta à atividade perceptiva do aparato mental. O modo de ser entendido é a propriedade da coisa na medida de sua capacidade de se submeter a esse aparato mental (o intelecto). Ou seja, os modos de entender e de ser entendido são, respectivamente, as maneiras como a mente “entende” a coisa e como a coisa “se faz entender” pela mente. Portanto, o modo de entender e ser entendido são modos simétricos que se encaixam perfeitamente no conceito extensional do significado que os modistas adotam em sua teoria.

MODO DE SIGNIFICAR (*Modus significandi activus*): “O modo de significar é o modo ou a propriedade da expressão que é recebido do intelecto, por meio do qual ela significa a propriedade da coisa” (ERFURT, cap. I, 2). O ponto de partida para a criação da idéia de modo de significar é o conceito aristotélico segundo o qual as palavras são os sons que representam simbolicamente as impressões mentais. As impressões mentais, por sua vez, seriam imagens da realidade (ARISTOTLE, 1996, p.115). Os modistas deram um passo a frente dessa definição ao declarar que, na língua, a função desempenhada pelo som depende de modos (de maneiras) possíveis das coisas serem significadas pela língua.

Assim, o estudo da gramática, segundo os modistas, deve focalizar os significados (as essências) e não os sons (a matéria) das palavras. De fato, TE (cap. VII, 12) afirma que uma gramática especulativa deve dizer respeito aos sinais (aos significados) das coisas. Na *G.E.* são apresentados dois tipos gerais de modos de significar: os modos ativos e os modos passivos. O modo de significar (*modus significandi activus*) é a determinação pela qual um dado som da língua significa a propriedade de uma coisa (HARRIS, R.; TAYLOR, T. J., s.a , p.79).

MODO DE SER SIGNIFICADO (*Modus significandi passivus*): “O modo de ser significado é o modo ou a propriedade da coisa conforme ela é significada pela vocalização” (ERFURT, Cap. I, 2). O modo de ser significado (*modus significandi passivus*) é o modo como a propriedade de uma coisa é significada por um som da língua. (Veja o verbete anterior para obter informações mais gerais sobre o “modo de significar”).

MODO DE SIGNIFICAR ESSENCIAL (*Modus significandi essentialis*): “O modo de significar essencial é aquele pelo qual a parte do discurso tem existência básica, seja segundo seu gênero, seja segundo sua espécie” (ERFURT, Cap. VII, 13). Na metalinguagem da *G.E.*, o modo de significar essencial é a expressão da essência de uma classe de palavras: aquilo que um nome, um pronome, um verbo, etc. precisam ter para serem considerados nome, pronomes, verbos, etc. Depois da descrição que corresponde ao modo essencial, TE descreve os sub-modos do modo essencial (geral, subalterno e especial), em que são descritos os tipos mais gerais (modo geral), intermediários (modo subalterno) e específicos dos tipos de palavras que pertencem a classe descrita no modo essencial. Dessa forma, TE utiliza o modo essencial como aparato descritivo das oito classes de palavras. Ele completa essa descrição com a descrição dos modos acidentais de uma determinada classe. Os modos acidentais se distinguem dos modos essências porque não são necessários para a compreensão geral de uma classe de palavras. Os modos acidentais se dividem em absoluto (que explica a derivação da palavra) e respectivo (que explica o funcionamento sintático da palavra). Deve-se salientar que TE, bem como os outros modistas, nunca tentaram determinar um número ou estabelecer uma nomenclatura para as classes de palavras. O que eles tentaram fazer foi dar uma justificativa teórica para essas classes tradicionalmente aceitas. Obviamente, isso não significa que, em seu trabalho de justificação das classes tradicionalmente aceitas, os

modistas muitas vezes não se deparassem com problemas classificatórios e chegassem a propor soluções originais.

MODO DE SIGNIFICAR ESSENCIAL MAIS GERAL (*Modus significandi essentialis generalissimus*): “O modo de significar essencial mais geral participa da essência da parte do discurso e de qualquer suposto contido nela” (ERFURT, Cap. VII, 13). As palavras possuidoras das características mais gerais de uma determinada classe de palavras são incluídas no modo de significar essencial geral. Na definição acima, TE emprega o termo “suposto”. Nesse contexto, esse termo significa simplesmente a palavra que pertence a uma determinada classe e que denota uma propriedade ou coisa.

MODO DE SIGNIFICAR ESSENCIAL SUBALTERNO (*Modus significandi essentialis subalternus*): “O modo de significar essencial subalterno não participa da essência dos supostos da parte do discurso nem geral nem especialmente, mas se comporta de modo intermediário” (ERFURT, Cap. VII, 13). O modo de significar subalterno é um gênero (uma sub-classe) de palavras que apresentam um número muito próximo de características gerais, comuns a todas as palavras da classe, e de traços específicos. Por meio do modo de significar essencial subalterno isolam-se os tipos de palavras que não são nem gerais o suficiente para serem incluídas nos modos gerais, nem específicas o suficiente para serem incluídas nos modos especiais.

MODO DE SIGNIFICAR ESSENCIAL ESPECIAL (*Modus significandi essentialis specialissimus*): “O modo de significar essencial especial participa da essência de certos supostos dessa parte do discurso” (ERFURT, Cap. VII, 13). Esse modo não se refere a palavras que tenham um grande número de traços em comum com outras espécies de palavras da mesma classe. Por isso, o modo de significar essencial especial se refere às espécies de palavras que possuem um maior número de características particulares e, em razão disso, constituem diferentes espécies de uma mesma classe de palavras.

MODO DE SIGNIFICAR ACIDENTAL (*Modus significandi accidentalis*): “O modo de significar acidental é o que advém à parte do discurso além do limite de sua existência básica, que não se limita ao ser simples da parte, nem segundo o seu gênero, nem segundo a sua espécie” (ERFURT, Cap. VII, 13). Para TE, isso significa que os acidentes (o número, a espécie, a forma, etc.) são acréscimos à essência das partes do discurso.

Portanto, enquanto os modos de significar essenciais são os modos por meio dos quais a parte do discurso pode significar sua existência básica, os modos acidentais são sobrepostos à essência simples da parte. É possível traçar um paralelo entre os modos essenciais e acidentais das classes de palavras e a divisão que Aristóteles cria entre a substância (o sujeito de uma declaração) e seus acidentes. Entretanto, essa correlação não é direta. O nome é a classe com o maior número de acidentes, porém, seus acidentes não correspondem diretamente aos acidentes da substância listados por Aristóteles. Da mesma forma, a substância de Aristóteles não é um equivalente direto do modo essencial do nome. Isso porque o modo essencial se divide em três sub-modos: geral, subalterno e especial. Os acidentes do nome, por sua vez, são em número de seis: espécie, forma, gênero (que são modos acidentais derivacionais) e pessoa, número, caso (que são modos acidentais respectivos). Como no caso dos modos essenciais, os modos acidentais do nome, assim como o das outras oito classes de palavras, não têm uma relação direta com os nove acidentes das *Categorias* de Aristóteles. Ao usar a classe dos nomes como exemplo, o diagrama seguinte ilustra a correspondência indireta feita por TE entre as categorias aristotélicas e os modos essenciais e acidentais:

Categorias de Aristóteles	Modos de significar do nome
<i>Substância</i>	<i>Modo Essencial:</i> 1) Geral (subdivisões: modo de um ente e modo da apreensão determinada) 2) Modos subalternos 3) Modos especiais
<i>Acidentes:</i>	<i>Modos Acidentais do Nome:</i>
Quantidade	Número
Qualidade	Espécie, Forma, Gênero
Relação	Caso, Pessoa, Número
Lugar	Caso
Tempo	
Posição	Caso
Estado	Caso
Ação	Gênero
Paixão	Gênero

Como o nome não expressa o tempo, não há nenhum tipo de correspondência entre esse acidente e qualquer dos modos de significar do nome.

MODO DE SIGNIFICAR ABSOLUTO (*Modus significandi absolutus*): “O modo de significar acidental absoluto é dito daquilo por meio de que uma parte de um construto não se relaciona com outra, mas apenas com a propriedade da coisa” (ERFURT, Cap. VII, 14). O modo de significar acidental absoluto diz respeito somente ao elemento derivacional da expressão significativa e não a considera como uma parte do discurso sintaticamente funcional.

MODO DE SIGNIFICAR RESPECTIVO (*Modus significandi respectivus*): “O modo de significar acidental respectivo é aquele por meio de que uma parte de uma construção não somente se relaciona com a propriedade da coisa, mas também com uma outra parte da construção, e o faz de duas maneiras: como dependente da outra parte da construção ou como determinadora da dependência da outra” (ERFURT, Cap. VII, 14). O modo de significar acidental respectivo diz respeito tanto ao elemento derivacional quanto ao funcionamento sintático de uma parte do discurso. A relação de dependência entre um termo e outro do construto sintático é essencial na compreensão da sintaxe modista: essas construções são sempre binárias (entre não mais que dois elementos), há sempre uma relação de dependência em que o termo dependente é sempre o elemento que possui menor grau de existência, no sentido metafísico do termo; por exemplo, em uma sentença do tipo “O pálido Sócrates corre”, “pálido” é um acidente e “corre” é uma ação de “Sócrates” que dependem dele para existir, e, portanto, constituem a parte dependente (*dependens*) de duas construções diferentes (“O pálido Sócrates” e “Sócrates corre”). Em ambos os casos, “Sócrates” é o determinante (*terminus*), i.e., o elemento independente dessas construções binárias.

NOME: “O nome é (...) a parte do discurso que significa por meio do modo de um ente ou da apreensão determinada” (ERFURT, Cap. VIII, 16). O nome desfruta de uma posição especial tanto na gramática modista quanto em outras gramáticas medievais. Em sua gramática, TE concentra a maior parte de seus esforços na descrição do nome. Para se ter uma idéia da dimensão desse esforço é o bastante mencionar que dos cinquenta e quatro capítulos da *G.E.* vinte e dois são dedicados exclusivamente ao estudo do nome. Essa preocupação tem raízes metafísicas, já que o nome é visto como a classe de palavras que tem relação mais direta com os entes do mundo acessíveis aos sentidos. Dessa forma, o nome seria a classe com o maior número de propriedades e, portanto, descreveria melhor a interação entre o mundo, a mente e a linguagem. Um exemplo das discussões

teóricas que envolvem o nome na *G.E.* é a distinção entre nomes e pronomes que TE apresenta em sua exposição dos modos essenciais do nome. Como pode ser visto no diagrama que ilustra o verbete sobre o modo accidental do nome deste glossário, TE dividiu o sub-modo essencial geral do nome em dois outros sub-modos: o modo de um ente e o modo da apreensão determinada. O modo de um ente é apresentado brevemente no verbete que lhe é dedicado neste glossário. O modo da apreensão determinada é o recurso que TE emprega para distinguir o nome do pronome: enquanto o nome denota uma entidade que pode ser apreendida como algo determinado, i.e., estável (uma mesa, um falcão, etc.), o pronome não possui determinação própria e precisa receber a determinação de um nome. Em outras palavras, um pronome sempre se refere a um nome e depende dele para sua significação. Como o pronome não significa por conta própria, TE lhe atribui o modo da apreensão indeterminada. Para efetuar essa diferenciação entre nome e pronome, TE emprega a distinção aristotélica forma-matéria. Enquanto o nome e o pronome teriam uma matéria em comum (o modo de um ente), os modos da apreensão determinada e indeterminada, por sua vez, seriam as duas formas distintas que produziriam a diferença essencial entre nomes e pronomes (BURSILL-HALL, 1971, p. 137-38).

NOME SUBSTANTIVO: “O nome substantivo significa por meio do modo do determinado de acordo com sua essência, como ‘branco’, ‘pedra’, etc ” (ERFURT, Cap. X, 18). Na *G.E.*, a divisão das classes de palavras em modos e sub-modos é utilizada para se fazer um inventário o mais exaustivo possível das palavras que podem ser classificadas como sendo de uma determinada parte do discurso. A nota anterior apresenta a divisão do modo essencial do nome em três sub-modos: geral, subalterno e especial. Destes, o modo subalterno divide-se em dois sub-modos: o modo comum e o modo próprio. O modo comum deriva-se da propriedade da divisibilidade em partes subordinadas. Isso significa que as palavras que significam por meio desse modo abrangem em sua referência um grande número de indivíduos. Por exemplo, a palavra “casa” refere-se a todas as casas possíveis. O modo próprio, por sua vez, deriva-se da propriedade da não divisibilidade em partes subordinadas. Assim, o nome Pedro, por exemplo, fará referência aos indivíduos que atendem por esse nome, independentemente de suas características comuns. Para completar o seu inventário do nome, TE opera mais um refinamento em sua classificação do nome comum e o divide em dois submodos: o modo de aderir e o modo de estar por si mesmo. Enquanto o nome adjetivo é derivado por meio

do modo de aderir, o nome substantivo, por sua vez, é derivado por meio do modo de estar por si mesmo (BURSILL-HALL, 1972, p. 54).

NOME ADJETIVO: “O nome adjetivo significa por meio do modo de aderir a outro segundo o ser do outro, como é o caso de ‘branco’, ‘pétreo’, etc.” (ERFURT, Cap. X, 18). TE deriva o modo de aderir da propriedade de aderir. A propriedade de aderir é significada pelo nome adjetivo da seguinte forma: em “cavalo branco”, por exemplo, o adjetivo “branco” não teria significado nenhum isoladamente, mas dependeria do nome “cavalo” para poder adquirir um significado. Logo, TE conclui que os adjetivos não têm um significado (uma substância) próprio, mas, de certa forma, emprestam seu significado do nome que acompanham. Em seu modo essencial especial, TE enumera e discute vinte e quatro espécies de adjetivos (BURSILL-HALL, 1972, p. 54).

NÚMERO: “O número é (...) um modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome significa a propriedade da indivisibilidade, que é a propriedade do uno, ou a propriedade da divisibilidade, que é a propriedade da multidão” (ERFURT, Cap. XVII, 29). Na *G.E.*, a propriedade do número é expressa nas inflexões do nome em termos de quantidade. TE definiu o número como o modo accidental que significa ou a propriedade da divisibilidade ou da indivisibilidade. Ele se baseia em Boécio (BOETHIUS, 1997, 1, 13) e argumenta que os números existem fora da mente na multidão das unidades agrupadas e distintas entre si. Essas unidades têm uma dupla representação: 1) a unidade da coisa em si, i.e., distinta das outras coisas; 2) a manifestação contínua dessa mesma coisa como espécie, como o que ocorre entre “homem” e “humanidade”. A coisa em si, em termos gramaticais, refere-se aos diferentes tipos de nome, espécies de nome, e a continuidade se refere aos diferentes tipos de nomes que se derivam (ou estão sob a classificação) de cada tipo de nome. Duas propriedades se encontram nessa dupla representação do nome: a indivisibilidade, encontrada na coisa em virtude de sua unidade e a divisibilidade encontrada na coisa em virtude da multidão revelada pela repetição da unidade. O número é derivado dessas propriedades e é um modo accidental que significa a propriedade da indivisibilidade (a singularidade) e a da divisibilidade (a pluralidade) (KELLY, 1984, p. 87).

ORDEM: “(...) a ordem na conjunção é um modo de significar mediante o qual a conjunção co-significa a ordem dos extremos (da construção)” (ERFURT, Cap. XL, 79).

De acordo com a epistemologia modista, assim como as coisas do mundo podem ligar-se entre si, da mesma forma, na língua, as palavras e sentenças espelhariam essa propriedade e se ligariam entre si. Segundo TE, o modo accidental da ordem possibilita a co-significação da ordem dos elementos que são ligados por uma conjunção. Em virtude desse modo accidental, a conjunção é anteposta ou posposta aos elementos por ela ligados. Porque define a ordem das palavras em uma sentença, a ordem (*ordo*) é um modo de co-significar (um modo sintático) da conjunção (BURSILL-HALL, 1972, p. 91).

PALAVRA (*Dictio*): “A palavra é assim denominada formalmente em virtude de ter recebido uma capacidade de significar que é adicionada a uma vocalização, porque a palavra é a vocalização significativa” (ERFURT, Cap. VI, 11). De acordo com a metafísica corrente em sua época, os modistas concluem que as coisas possuem várias propriedades ou modos de ser. A mente percebe essas propriedades por meio de seus modos de entender respectivos a cada uma delas. Através desse processo, as propriedades das coisas se transformam nas qualidades das coisas de acordo com as maneiras (os modos) como a mente as apreende. Em seguida, a mente seleciona uma vocalização e lhe impõe o significado de uma dessas apreensões. Dessa forma, a palavra é uma vocalização preenchida por um significado: uma expressão significativa (BURSILL-HALL, 1981, p. 39).

PARTE DO DISCURSO: “A parte do discurso, por sua vez, existe formalmente por meio de um modo de co-significar que é adicionado à palavra, porque a parte do discurso é a palavra enquanto possui um modo de co-significar” (ERFURT, cap. VI, 11). A expressão significativa resulta da combinação de um significado e de uma vocalização (*vox*). Por isso, pode-se dizer que a matéria da palavra é seu som e que sua significação determina sua forma. A palavra isoladamente funciona como um item do dicionário e não desenvolve nenhum papel sintático. No entanto, uma vez em contato com outras palavras, os modos de co-significar da palavra são ativados e, portanto, a palavra passa a ser uma parte do discurso. Portanto, a parte do discurso é a palavra que desempenha seu papel sintático na frase por meio de seus modos de significar específicos.

PARTICÍPIO: “O particípio (...) é a parte da oração que significa por meio do modo de não ser distinto da substância, ou do modo de ser igual à substância, o que é a mesma coisa” (ERFURT, Cap. XXXIII, 65). Na *G.E.*, o particípio é apresentado como tendo

características tanto do verbo quanto do nome. Assim, TE considera o particípio como derivado tanto do nome quanto do verbo. O particípio, portanto, é uma parte da oração que significa por meio do modo da mudança (verbo) e do modo de não ser distinto da substância (nome). Dessa forma, embora o particípio tenha a mesma “matéria” do verbo (o modo da mudança), ele tem como diferença específica (com relação ao verbo) o modo de ser indistinto da substância. Igualmente, o particípio se distingue do nome substantivo porque seu significado essencial não é independente, mas dependente do significado de um nome substantivo. Ou seja, o adjetivo significa por meio do modo de aderir a outro e não por meio do modo de ser por si mesmo. Como resultado da soma de seus modos de significar, o particípio equivale a um nome adjetivo (BURSILL-HALL, 1972, p. 78).

PERFEIÇÃO (*Perfectio*): “(...) a perfeição nada mais é que a terceira e última fase do discurso (perfeito), resultante da devida combinação dos construtivos, suficiente para exprimir o conceito composto da mente segundo a distância e gerar uma sentença perfeita na mente do ouvinte” (ERFURT, Cap. LIV, 118). A formação de uma sentença que expressa conceitos compostos de dois termos (SN SV ou SV SN) é dividida por TE em três fases: 1) a combinação de duas palavras quaisquer cujos modos de significar sejam compatíveis: a construção (*constructio*); 2) o estabelecimento de ligações entre os modos de co-significar das palavras: a congruência (*congruitas*); 3) a aplicação de condições de boa formação que verifica se essas ligações formam uma sentença completa e coerente. Da mesma forma que na gramática gerativa, a separação e ordenação dessas três etapas da formação de uma sentença aceitável não necessariamente especifica a maneira real em que essas operações são levadas a cabo na mente do falante, mas servem para que sejam estabelecidas generalizações sobre a estrutura da linguagem (COVINGTON, 1984, p. 36-7). Portanto, a perfeição (*perfectio*) é a terceira fase do processo da formação de uma sentença semanticamente aceitável.

PESSOA (Nome): “A pessoa é o modo de significar do nome mediante o qual o nome co-significa a propriedade do falar. E, de acordo com a diversidade do falar – de si, a outro, ou de outro – a pessoa é modificada por meio de uma tríplice diferença, a saber, em primeira, segunda e terceira” (ERFURT, Cap. XX, 34). TE foi o primeiro a introduzir a pessoa como um modo acidental do nome. Para TE, o falar é uma propriedade típica das coisas racionais. Portanto, é da propriedade do falar que ele deriva a pessoa como modo acidental do nome. A propriedade do falar varia de acordo com a

situação da fala: o falante pode falar de si (*de se*); falar a outro (*ad alium*) ou de outro (*de alio*). A pessoa varia de acordo com essas situações de fala e pode ser de primeira (falar de si), segunda (falar a outro) ou terceira (falar de outro) pessoa. A pessoa é, portanto, o modo de significar do nome por meio de que o nome significa a propriedade do falar. E, em virtude de sua tríplice variação, a primeira pessoa é o modo de significar por meio da propriedade de falar de si, a segunda pessoa é o modo de significar por meio da propriedade de falar a outro, e, finalmente, a terceira pessoa é o modo de significar por meio da propriedade de falar de outro (BURSILL-HALL, 1972, p. 62).

PESSOA (Verbo): “(...) a pessoa é o modo de significar mediante o qual o verbo não co-significa a propriedade de falar como inerente a si mesma, mas na maneira como a coisa do verbo é aplicável à coisa do suposto subsistente por si mesmo segundo as propriedades de falar” (ERFURT, Cap. XXXI, 61). Segundo TE, no verbo, a pessoa é um modo accidental de significar por meio de que o verbo co-significa a propriedade do falar. Todavia, a propriedade do falar pertence ao elemento nominal do SN da sentença e não é inerente ao verbo. Assim, enquanto no verbo a propriedade do falar é apenas um potencial de conexão com o elemento nominal do SN, o elemento nominal, por sua vez, possui essa propriedade de maneira ativa. Portanto, apesar da marca formal de pessoa ser mais nítida no verbo que no elemento nominal, o modo accidental da pessoa no verbo representa a ligação com a pessoa do SN, que é o elemento determinante da construção básica SN V. Dessa forma, a pessoa é uma propriedade do verbo na medida em que o verbo tem a capacidade de se ligar ao elemento nominal de acordo com os diferentes predicados que esse elemento possa ter. Como consequência disso, a pessoa do verbo depende da pessoa do elemento nominal com que estiver conectada. Por exemplo, essa pessoa será a primeira pessoa se seu elemento nominal expressar a propriedade do falar de si mesmo, será a segunda pessoa, se esse elemento expressar a propriedade do falar a outro, etc. (BURSILL-HALL, 1971, p. 238).

PODER (*Potestas*): “(...) O poder na conjunção consiste em um modo (essencial) especial de juntar (dois extremos). E esse modo se divide nos modos de juntar pelo sentido e pela ordem” (ERFURT, Cap. XXXIX, 77). Esses dois sub-modos são os dois modos subalternos (o modo de juntar pelo sentido e o modo de juntar pela ordem) do modo essencial do poder. No primeiro caso (no modo de juntar pelo sentido), dois elementos são juntados de duas maneiras: 1) em termos de sentido, com relação a um

terceiro membro da construção, por ex.: *Socrates et Plato currunt* (Sócrates e Platão correm); 2) em termos de sentido, com relação à distinção entre esses dois extremos e um terceiro membro como em *Socrates vel Plato currit* (Sócrates ou Platão corre.) No segundo caso (no modo de juntar pela ordem), a conjunção junta os elementos em virtude da relação entre eles, também de duas maneiras: 1) a relação é declarada como originada no primeiro elemento e transferida para o segundo: *Socrates currit; ergo movetur* (Sócrates corre, então ele se move.); 2) a relação é declarada como originada no segundo elemento e transferida para o primeiro: *Terra interponitur inter solem et lumen; ergo luna eclipsatur* (A terra se interpõe entre o sol e o lume; logo, a lua é eclipsada).

PREPOSIÇÃO: “A preposição é a parte do discurso que significa por meio do modo de aderir a outro casual, ligando-o e reconduzindo-o ao ato (do verbo)” (ERFURT, Cap. XLII, 82). A preposição tem duas funções: 1) limitar o campo semântico da palavra que significa pelos modos dos casos acusativo ou ablativo, como em *in via* (ando pela rua), *de marmore* (de mármore), *a regina* (pela rainha); 2) ligar o significado do caso ao do verbo, como em *in via ambulo* (ando pela rua), *mensa de marmore emi* (comprei uma mesa de mármore), *bella a regina gesta sunt* (a rainha liderou guerras).

PRINCÍPIO EFICIENTE EXTRÍNSECO: “(...) o princípio eficiente extrínseco representa o intelecto que combina, em ato, os construentes, (que estão) dispostos e preparados, na construção e no discurso (para essa combinação). De fato, no que diz respeito aos construentes, de qualquer forma que estejam maximamente dispostos para a combinação por meio de seus modos de significar, um construído nunca se une a outro em ato a não ser que isso seja feito pelo intelecto (...). E o intelecto é chamado de princípio extrínseco porque, de certa maneira, ele situa-se fora dos construídos” (ERFURT, Cap. XLV, 89). TE empresta a noção das quatro causas (ou princípios) da física aristotélica e a aplica a sua descrição dos princípios (ou causas) das estruturas sintáticas. Esses princípios de construção (*principia construendi*) seriam em número de quatro: material, formal, eficiente (extrínseca e intrínseca) e final. O princípio eficiente extrínseco nada mais é que a atividade do intelecto humano que combina as partes do discurso na formação de uma sentença. Essa atividade é extrínseca (externa) porque o intelecto, que estaria “fora” da linguagem, acionaria os modos de co-significar que existiriam potencialmente no “interior” das partes do discurso (ROBINS, 1980, 237-8).

PRINCÍPIO EFICIENTE INTRÍNSECO: “(...) os modos de significar respectivos, que constituem o princípio eficiente intrínseco, por meio dos quais um construtivo depende ou determina a dependência de outro. Desses modos de significar respectivos se abstraem dois modos de significar gerais, a saber, o modo de depender, em um dos construentes, e o modo de determinar a dependência, no outro construído. E se diz desses modos de significar que eles preparam a construção, na medida em que preparam e dispõem os construídos para a combinação efetiva que é feita pelo intelecto. Certos modos fazem isso de maneira mais remota e outros de maneira mais próxima, como ficará evidente nas discussões subseqüentes. E esses modos de significar são chamados de princípio intrínseco porque, de certa maneira, eles se localizam entre os construídos” (ERFURT, Cap. XLV, 89). Na causa eficiente intrínseca (ou interna), os modos de co-significar relevantes de uma classe de palavras ou parte do discurso cooperam com os modos de significar de outra classe para formar uma construção binária, como SN V, V SN, SN conjunção, conjunção SN, SN SN, etc. Ou seja, para que seja formada uma construção binária, é preciso que os modos acidentais respectivos de uma parte do discurso sejam compatíveis com os modos acidentais respectivos de uma outra parte do discurso. Esses modos acidentais podem ser os modos do caso, do gênero, do número, etc. É importante salientar que a compatibilidade entre os modos de significar de duas partes do discurso não significa que elas venham a co-significar em uma sentença, porque a combinação entre as partes do discurso só ocorre com a atividade do intelecto humano que combina as partes do discurso na formação de uma sentença (ROBINS, 1980, 237-8). Essa atividade do intelecto humano se constitui no princípio (ou causa) eficiente extrínseca, que é discutida no verbete anterior.

PRINCÍPIO FINAL: “O princípio final é a expressão do conceito composto da mente. Porque, como está escrito no Livro V da *Metafísica*, 21, é com vistas a um fim que algo se faz, e a construção é feita de partes do discurso com vistas à expressão de um conceito composto da mente, logo, a expressão de um conceito composto da mente é a finalidade da construção. E é por isso que o Filósofo diz no Livro I, Cap 1, *Da Interpretação*, que essas coisas que existem na vocalização, i.e., as vocalizações significativas em uma declaração, tal qual acontece em orações gramaticais, são os sinais das emoções que estão na alma, a saber: signos de um conceito da mente ou da alma. De fato, se a existência final do signo se deve ao significado, a existência final da construção ou do discurso na gramática se deve à expressão de um conceito da mente” (ERFURT, Cap. XLV, 89). No

pensamento aristotélico, o fim é entendido como “finalidade”. Logo, na sintaxe de uma sentença, enquanto os outros três princípios (ou causas) da formação de uma sentença são etapas e condições formais para o estabelecimento de uma sentença, a atividade da mente (o julgamento), por sua vez, é o elemento intencional que utiliza a linguagem para expressar seus conceitos compostos. Esses conceitos são chamados de compostos porque são formados de conceitos unitários que podem ser combinados pela mente. Portanto, os conceitos compostos da mente são os correspondentes mentais das sentenças bem formadas da linguagem e o objetivo final dessas sentenças é a expressão desses conceitos.

PRINCÍPIO FORMAL: “O princípio formal da construção é a combinação dos construentes; de fato, essa é forma da coisa, através de que a coisa recebe sua essência, pois o construto recebe sua essência através da combinação dos construentes, conseqüentemente, a combinação dos construentes é a forma da construção” (ERFURT, Cap. XLV, 89). O princípio formal é colocado logo depois do material porque ele representa a efetivação do princípio material. Enquanto o princípio material se refere aos construentes isoladamente—por exemplo, ao SN e ao V de uma construção básica de tipo SN V—, o princípio formal se refere à combinação final desses construentes: à construção SN V em si. Ou seja, por meio do princípio formal se estabelece a forma que os construentes tomam uma vez combinados em uma sentença. Na terminologia aristotélica dos modistas, os construentes são a matéria e a construção a forma de uma sentença (BURSILL-HALL, 1972, p. 100). Deve-se lembrar que essa combinação se dá por meio dos modos de co-significar de cada construyente que se equivalem e possibilitam sua combinação.

PRINCÍPIO MATERIAL: “Os construentes são o princípio material de construir, porque assim como o sujeito está para os acidentes, da mesma forma os construentes estão para a construção. E como o sujeito é a matéria dos acidentes, uma vez que o acidente não tem matéria *ex qua* (“de que” (i.e., matéria extrínseca (independente de um (-a) sujeito/substância))), mas *in qua* (“em que” (i.e., matéria intrínseca (dependente de um (-a) sujeito/substância))), logo, os construentes são a matéria da construção. Além disso, os construentes de uma construção não são muitos, mas não mais que dois, porque, como ficará evidente, o construyente é causado pela dependência de um construyente no outro e essa dependência não vai além de dois (elementos), a saber: o dependente e o determinante. Portanto, em uma construção não existem mais que dois construentes

principais, a saber: o dependente e o determinante” (ERFURT, Cap. XLV, 89). O princípio material equivale às partes significativas mínimas de uma sentença. Para TE, essas partes mínimas são as partes do discurso que, em termos sintáticos, são os construtores (em número de dois) que se combinam para formar construções binárias: sentença básicas do tipo SN V, V SN, conjunção SN, SN SN, etc. Assim, de acordo com o jargão aristotélico dos modistas, as partes do discurso são a matéria de uma sentença. Os dois construtivos de que consiste uma sentença normalmente serão do tipo S (sujeito) e P (predicado) e formarão uma sentença de tipo Sujeito + Predicado. Nessa sentença S + P, haverá uma relação de dependência do elemento P em relação ao elemento S. Em outras palavras, P será o elemento dependente e S o elemento determinante da construção. Essa relação de dependência ocorre porque a ação, representada pelo elemento verbal de P, é sempre vista como derivada ou diferenciada da substância do elemento nominal de S (BURSILL-HALL, 1972 p. 98).

PRONOME: “O modo de significar essencial geral do pronome é um modo de significar por meio do modo de um ente e do modo da apreensão indeterminada” (ERFURT, Cap. XXI, 36). TE segue o mesmo padrão de análise para todas as classes de palavras declináveis: o modo essencial geral é usado na definição da classe e o inventário das palavras que lhe pertencem é feito detalhadamente nos modos subalterno e especial. Além disso, o modo essencial geral é dividido em duas partes: 1) a descrição da(-s) característica(-s) essencial(-ais) da classe de palavras que ela pode ter em comum com outras classes; 2) a descrição da(-s) característica(-s) essencial(-ais) da classe de palavras que lhe são específicas e que a difere de todas as outras classes. TE definiu o pronome como a classe de palavras que significa por meio do modo essencial geral que é dividido no modo de um ente e no modo da apreensão indeterminada. O modo de um ente é um modo que o pronome tem em comum com o nome. Isso significa, em termos modistas, que o pronome tem a mesma essência do nome. O modo da apreensão indeterminada é o modo essencial que distingue o pronome de todas as outras classes de palavras, em especial da classe dos nomes, cujo modo essencial específico é o modo da apreensão determinada. Ao afirmar que o pronome significa por meio do modo da apreensão indeterminada, TE indica que o pronome tem o potencial de receber uma forma (um significado), mas que, em si mesmo, ele não tem uma forma própria. Essa ausência de forma do pronome é preenchida pelo significado do nome a que ele se refere. Portanto, o pronome possui a mesma essência do nome, por meio do modo de um ente, e a

capacidade de receber a forma de um nome, por meio do modo da apreensão indeterminada (BURSILL-HALL, 1972, p. 66).

PRONOME DEMONSTRATIVO: “O modo de significar que é chamado de demonstração (*demonstratio*) é tomado da propriedade da certeza e da presença, que é o modo da primeira apreensão do intelecto (...) esse modo constitui o pronome demonstrativo (...) O pronome demonstrativo significa a coisa na medida ou propriedade da primeira apreensão” (ERFURT, Cap. XXIII, 39). Em seu tratado sobre o pensamento humano, que está contido no livro I, questões 85-7 da Suma Teológica, Tomás de Aquino utiliza o termo intenção (*intentio*) para designar a orientação, por parte da mente, em direção aos seres cognoscíveis. Tomás de Aquino divide a intenção em intenção primeira (*intentio prima*) e intenção segunda (*intentio secunda*). A intenção primeira representaria a primeira apreensão (o primeiro contato) do intelecto frente ao ser cognoscível. Essa primeira apreensão é armazenada na memória de acordo com o repertório de conceitos (generalizações) nela contidos. Depois de ser devidamente categorizada e armazenada no intelecto, a intenção primeira deixa de ser uma apreensão imediata de uma entidade fora do mente e passa a ser um objeto do intelecto. Como consequência disso, o conceito resultante do processo de abstração e armazenamento mental de uma intenção (apreensão) primeira passa a ser chamado de intenção (apreensão) segunda (AQUINO, 2001, p. 86). Em sua definição do pronome demonstrativo, TE afirma que esse tipo de pronome significa uma coisa por meio da propriedade da apreensão primeira. Dessa forma, para TE, da mesma maneira que a intenção primeira, no intelecto, indica um ser do mundo de forma imediata, o pronome demonstrativo, na linguagem, indicaria diretamente um nome.

PRONOME RELATIVO: “O modo de significar chamado de relação (*relatio*) é tomado da propriedade da coisa que é a propriedade da ausência e da incerteza ou da apreensão segunda (...) O pronome relativo significa a coisa sob a propriedade da ausência e da incerteza ou da apreensão segunda” (ERFURT, Cap. XXIII, 39). TE define o pronome relativo como a parte do discurso que tem significado por meio da propriedade da apreensão segunda. Dessa forma, para TE, da mesma maneira que a intenção segunda, no intelecto, representa um conceito mental que se refere a um ser do mundo de maneira indireta (no tempo e no espaço), o pronome relativo, na linguagem, refere-se indiretamente a um nome. Por exemplo, no período “Sócrates disputou e ele venceu.”, “ele”, na segunda oração, subsiste sob a forma de um ato de significação secundário, que

equivale a uma apreensão segunda e que tem significado por meio de sua referência ao nome “Sócrates”, na primeira sentença. Já o nome “Sócrates”, na primeira sentença, subsiste sob a forma de um ato de significação primário que é o equivalente lingüístico de uma apreensão primeira. Portanto, enquanto um pronome demonstrativo apresenta algo ou alguém aos sentidos (*ad sensum*), no momento presente, o pronome relativo recorda ao intelecto (*ad intellectum*) algo ou alguém que foi mencionado anteriormente no discurso. Os modistas consideram, de um modo geral, que os pronomes de primeira e segunda pessoa são demonstrativos e que os pronomes de terceira pessoa são relativos (anafóricos).

QUALIDADE (Verbo, Nome, Pronome): “(...) por qualidade Donato entende e dá a entender dois modos acidentais do verbo, a saber, o modo e a forma; da mesma maneira que no nome dá a entender por qualidade dois modos de significar, a saber, o apelativo e o próprio, e, no pronome, dá a entender por qualidade a demonstração e a relação” (ERFURT, Cap. XXVIII, 53). Tanto para os latinos tardios quanto para os medievais, a qualidade era a categoria lingüística que permitia com que o nome demarcasse seu referente como um membro de uma classe ou como um indivíduo. Assim, uma definição medieval bastante ampla desse termo, enquanto aplicada ao nome, afirmaria o seguinte: a qualidade é aquilo que um nome representa de comum entre vários indivíduos ou aquilo que é próprio e, portanto, atribuível a um único indivíduo. É dessa definição que se explica a distinção entre nomes próprios e comuns. Na Idade Média, o adjetivo é considerado um nome comum, por isso, a função de sua qualidade é a mesma dos nomes comuns: significar conjuntos de indivíduos que compartilham traços comuns. No entanto, os pronomes, diferentemente dos nomes comuns, significam os acidentes comuns (as características secundárias) das substâncias e não as substâncias em si, que são significadas apenas pelos nomes substantivos. A qualidade é também uma das propriedades do pronome. Prisciano atribuiu dois tipos de qualidade ao pronome: finita e infinita. O pronome finito é aquilo que os modistas chamariam de pronome demonstrativo e o pronome infinito é o que eles chamariam de pronome relativo (pronome anafórico) (KELLY, 1984, p. 79). Em seu estudo do verbo, na *G.E.*, TE afirma que o modo do verbo (indicativo, imperativo ou subjuntivo) é a qualidade da ligação entre o SN e o V de uma construção básica de tipo SN V. TE chama essa ligação de composição e atribui ao modo do verbo (que não deve ser confundido com modo em “modo de significar”) a qualidade (que deve ser entendida aqui como “função”) de

possibilitar a concatenação entre os elementos SN e V desse tipo de construção (BURSILL-HALL, 1971, p. 221). Deve-se salientar que, na definição da *G.E.*, citada na primeira parte deste verbete, TE faz menção a dois fenômenos diferentes que são denominados com o mesmo termo: a qualidade dos nomes e pronomes, que está ligada ao tipo de referente denotado por essas classes de palavras, e a qualidade dos verbos, que qualifica o tipo de relação entre o elemento nominal e o elemento verbal de uma estrutura sintática básica de tipo SN V.

SIGNIFICAÇÃO (Advérbio): “A significação no advérbio é o modo de significar mediante o qual o advérbio representa um modo especial de determinar o verbo ou o particípio, ou por meio de seu significado ou por meio do modo de significar (do verbo ou do particípio)” (ERFURT, Cap. XXXVII, 71). Em primeiro lugar é preciso deixar claro que o termo “significação”, nessa definição de TE, equivale a “denotação”. TE distingue dois modos essenciais subalternos do modo essencial do advérbio: 1) o modo dos advérbios que determinam o verbo ou o particípio por meio da denotação da coisa de que se predica o verbo ou o particípio; 2) o modo dos advérbios que determinam o verbo ou o particípio por meio dos modos de significar do verbo ou do particípio. O primeiro modo subalterno se divide em quatro modos especiais que se constitui de quatro das sete espécies de advérbio inventariadas por TE: de lugar, de qualidade, de quantidade e de apelação. Um exemplo de advérbio de lugar é a palavra “onde”, que pode ser empregada de maneira afirmativa ou interrogativa. Ao perguntar, por exemplo, “Onde está Pedro?”, o advérbio “onde” denotaria o elemento denotado pela ação do verbo “estar” sem fazer referência aos modos de significar desse verbo. Os advérbios que determinam o verbo ou o particípio por meio de seus modos de significar, que pertencem ao segundo dos dois modos subalternos do modo essencial do advérbio, constituem as outras três das sete espécies de advérbio listadas na *G.E.* : os advérbios de causa, de tempo e de desejo. Como se declarou acima, os advérbios do segundo modo subalterno determinam o verbo ou o particípio por meio dos modos de significar do verbo ou do advérbio. Isso ocorre porque os modos de significar desses três tipos de advérbio são, na verdade, equivalentes aos três modos acidentais do verbo: o modo da composição (voz), do tempo e do modo. Por isso, para TE, o significado desses advérbios é “emprestado” dos modos acidentais do verbo e do particípio. Ou seja, o que esses advérbios fazem é explicitar o significado dos verbos ou particípios nas sentenças, como acontece com “não” na sentença: “Ele não corre”. Nessa sentença, “não”, que não significa nada isoladamente, denota a relação de

composição entre o SN e o V e, portanto, expressa o modo acidental da composição do verbo “correr” (BURSILL-HALL, 1972, p. 86).

SIGNIFICAÇÃO (Interjeição): “(...) a significação na interjeição consiste em um modo especial de determinar que representa um movimento na alma” (ERFURT, Cap. XLIV, 85). Em primeiro lugar é preciso deixar claro que, nessa definição de TE, o termo “significação” equivale a “denotação”. Segundo TE, as diferentes interjeições denotam emoções diferentes, que podem ser classificadas em quatro espécies gerais: dor, prazer, admiração e medo. Cada uma dessas quatro espécies equivale a um modo especial de significar da interjeição. Como a significação da interjeição está ligada ao estado mental ou à emoção suscitada por alguma ação interna ou externa ao indivíduo, TE considera a interjeição como um determinador da ação verbal e, portanto, como uma classe de palavras com características adverbiais (BURSILL-HALL, 1972 p. 94).

SIGNIFICAÇÃO (Verbo): “A significação (...) acidental é o modo de significar acidental do verbo mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência a algum oblíquo que o suceda. Da mesma forma que a composição é o modo de significar mediante o qual o verbo primeira e principalmente depende de qualquer suposto que o anteceda, assim também a significação é o modo de significar mediante o qual o verbo depende de algum oblíquo que o suceda” (ERFURT, Cap. XXIX, 58). Na gramática especulativa, o elemento verbal é sempre dependente do elemento nominal. Essa dependência se aplica tanto a estruturas de tipo SN V quanto às de tipo V SN. A significação seria o modo de significar a relação entre o elemento nominal do SN e o elemento verbal V dos construtos sintáticos básicos de tipo V SN. De maneira similar, a composição seria o modo de significar a relação entre o SN e o V dos construtos de tipo SN V. TE chama de sujeito o SN que antecede o V e de oblíquo o SN que o sucede.

TEMPO: “O tempo (...), como acidente do verbo, é um modo de significar acidental do verbo mediante o qual o verbo co-significa o modo do tempo além da (sua) propriedade (essencial)” (ERFURT, Cap. XXXII, 62). O verbo tem dois modos essenciais: um geral, o modo da mudança e da sucessão, e um específico, o modo de ser distante da substância. O modo acidental do tempo é derivado da propriedade da mudança e da sucessão, que corresponde ao modo essencial geral do verbo. Os modistas vêem os tempos verbais como condicionamentos (restrições) do estado de fluxo constante que representa o

aspecto mais geral da natureza essencial que o verbo significa. Portanto, a relação entre os tempos verbais e a natureza geral do verbo pode ser comparada à relação espacial entre medida e medido, *sicut mensura mensuratum*” (ERFURT, Cap. XXXII, 62). Como os tempos verbais não significam as propriedades essenciais do verbo, nem com o modo essencial geral nem com o modo essencial específico, pode-se afirmar, como o faz Boécio da Dácia, que “significar a coisa do verbo pelo modo de significar essencial geral e pelo modo de significar específico do verbo não é significar a coisa do verbo pelo modo de significar que é o tempo” (BOETHIUS DACUS, Questão 84, p. 169). Boécio da Dácia também observa que enquanto a menção de uma palavra isoladamente (*vox*) sempre remete a um objeto que se torna “presente”, “a coisa do verbo pode ser entendida em si mesma para além do que se entende por sua presencialidade (i.e., sua restrição (modo) de tempo presente)” (BOETHIUS DACUS, Questão 84, p. 169). Portanto, para os modistas, o tempo, por seu aspecto accidental, pode ser omitido da idéia essencial de verbo, i.e., a natureza do verbo seria essencialmente atemporal. Em terminologia atual, poderia-se dizer que o verbo tem uma estrutura profunda atemporal e várias modalidades temporais que se manifestam como estruturas de superfície de acordo com o contexto frasal em que o verbo se encontre. Para os modistas, o tempo verbal não é um modo respectivo que co-significa com os modos respectivos do suposto (elemento nominal do SN do Sujeito de uma sentença de tipo “Sujeito + Predicado”) ou do oblíquo (elemento nominal do SN do Predicado de uma sentença de tipo “Sujeito + Predicado”), ou seja, não é um princípio de construção das construções binárias da sintaxe modista. Isso ocorre porque o tempo verbal não altera a congruência de uma sentença, exceto com relação ao advérbio. (Sobre o modo accidental do tempo não ser um modo respectivo ver BOETHIUS DACUS, Questão 84, p. 169 e ERFURT, Cap. XXXII, 63)

VERBO: “(...) o modo de significar mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo do ser e da distância da substância. (...) ao comparar o verbo ao particípio, o modo do ser tem a função de matéria, com relação ao verbo, porque faz o verbo coincidir (materialmente) com o particípio e essa coincidência é uma propriedade material; além disso, o modo da distância tem a função de forma porque faz com que o verbo diste e difira de todas as outras (classes de palavras). Uma vez que uma é a medida da matéria e outra a da forma, logo, ao combinar uma com a outra, das duas resulta um único modo pela própria natureza da composição. (...) O verbo, portanto, é uma parte da oração que significa por meio do modo de ser distante da substância” (ERFURT, Cap.

XXV, 44 e 48). Com base na física aristotélica e numa interpretação intuitiva dos dados da realidade, os modistas reconheciam dois aspectos gerais do mundo apresentar-se aos sentidos: a mudança e a permanência de estado. A linguagem seria capaz de captar esses aspectos gerais. Nesse sentido, TE definiu o verbo como a parte do discurso que significa o ser (*esse*) ou a mudança de estado em contraste com o nome, que significa o ente (*ens*) ou a permanência em um mesmo estado. Isso significa que o verbo e o nome são essencialmente diferentes. Na citação acima, TE utiliza o contraste entre matéria e forma para distinguir o verbo tanto do nome quanto do particípio. A “matéria” do verbo e o seu modo de significar a mudança (*esse*), tal matéria o distingue completamente do nome, cuja matéria é o modo de significar a permanência (*ens*). No caso da diferença entre o verbo e o particípio, a distinção advém de essas classes de palavras possuírem matéria idêntica—porque o particípio também pode significar a mudança, como em *homo currens*, “o homem que corre” — e forma diferente, já que o particípio não pode ser o elemento Predicado de uma sentença de tipo “Sujeito + Predicado”. Assim, enquanto o nome e o verbo têm matérias (essências) diferentes, o particípio compartilha algumas das características do verbo, i.e., tem a mesma matéria que este, embora não a mesma forma, já que não pode ser o segundo elemento de uma construção de tipo SN V. Igualmente, o particípio compartilha de características do nome, uma vez que pode significar a permanência em determinado estado, como em “*currens*”, “o corredor”. Ao pensar de acordo com a metafísica de sua época, TE considera o verbo como a segunda classe de palavras mais importante e considera o nome como a mais importante das oito. Isso se dá porque o realismo é um dos pressupostos da teoria modista: as coisas são antes de virem a ser. Isso significa que o ente é o que primeiramente deve ser considerado e não seus atributos. Por exemplo, *homo* pode receber diversos atributos: *currens*, *laudans*, *ludens*, *manducans*, etc., todavia, é a existência de *homo* que permite que esses atributos façam qualquer sentido. Portanto, para os modistas, a permanência (*ens*) vem antes de qualquer mudança (*esse*) (BURSILL-HALL, 1972, p. 68-70). Nesse sentido, a mudança é um distanciamento do ente i-móvel. Nesse ponto, para explicar a diferença entre o verbo e o nome, TE faz uso de um expediente muito comum na Idade Média: combina recursos de duas ciências diferentes para resolver um problema de uma terceira: uma teoria da física e outra da metafísica são usadas para explicar a diferença entre nome e verbo na gramática. Isso é feito ao serem combinadas a teoria do móvel da física aristotélica com a teoria metafísica segundo a qual o ente (*ens*) precede o ser (*esse*): o verbo significa um distanciamento do ente de sua posição original (*terminus a quo*) até uma nova posição

(*terminus ad quem*). A teoria do móvel pode ser ilustrada pelo seguinte exemplo: uma bola de bilhar, ao ser posta em movimento, desloca-se de um ponto A até um ponto B na mesa de bilhar. Na linguagem, o verbo representa essa relação de deslocamento (*distantia*) (COVINGTON, 1984, p. 76). O ente, que, originalmente está em estado de imobilidade (pois o *ens* precede o *esse*) é movido por uma causa externa e passa para um estado de movimento, de mudança. Assim, fiel aos pressupostos supramencionados, TE define o verbo como a classe de palavras que significa a mudança e a distância do nome.

VOCALIZAÇÃO (*Vox*): “A vocalização, enquanto som, não é considerada pelo gramático, mas somente enquanto signo, porque a gramática versa sobre os signos das coisas. E uma vez que a vocalização é o signo mais funcional dentre todos os outros signos, o gramático dá prioridade ao tratamento da vocalização significativa antes de todos os outros signos das coisas. Todavia, uma vez que o signo é acidental à vocalização, o gramático a considera acidentalmente” (ERFURT, Cap.VI, 12). Os modistas excluíram o estudo dos sons por si mesmos de sua teoria e, por isso, a fonética não encontra lugar na *G.E.* de TE. A teoria modista é uma teoria semântica e a forma “física” de um item significativo é visto como o resultado de seus significados. Assim a palavra “montês” é derivada da palavra “monte” não porque exista semelhança formal entre elas, mas porque a existência do significado de “montês” depende do significado de “monte” e não o contrário. Assim, os sons nunca são estudados como fenômenos independentes, mas sempre em sua relação com os significados com que se combinam para formar palavras (*dictiones*) e partes do discurso (*partes orationis*) (BURSILL-HALL, 1972, p. 37). Outro motivo apontado por Bursill-Hall (1971, p. 73) para o descaso dos modistas para com a fonética poderia ser o fato de que, embora fosse a língua oficial da Igreja e das escolas, o latim não possuísse uma pronúncia padrão na Idade Média, mas fosse pronunciado de acordo com a língua vernácula local. Não é impossível que esse também fosse um dos motivos do pouco interesse pela língua falada demonstrado pelos modistas.

REFERÊNCIAS

- ANSELMO, Sto. ; ABELARDO, Pedro. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1979.
- ARISTÓTELES. *Metafísica de Aristóteles*. Madrid: Gredos, 1970.
- _____. *Sobre la interpretación*. Madrid: Gredos, 1995.
- ARISTOTLE. *Categories, On interpretation, Prior analytics*. London: Harvard University Press, 1986.
- AVICENA. *Philosophia prima*. Veneza: [s.n.], 1508.
- ALFARABI. *Catálogo de las ciencias*. Madrid: Estanislao Maestre, 1932.
- ALLAN, K. Aristotle's footprints in the linguist's garden. *Languague Science*, v. 26, p. 317-342, 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em: 2004
- BACON, Roger. *Summa grammatica*. Oxford : R. Steele, 1909. Fasc. 15
- BETTS, Gavin. *Latin*. London: Hodder & Stoughton, 2004.
- BEDA, M. M. In: Migne, *Patrologia latina*. [S.l.: s.n. 18--?], . tt. XC-XCV (op. cit. t. I)
- BURSILL-HALL, G. L. *Grammatica speculativa of Thomas of Erfurt*. London: Longman: 1972.
- BOETHIUS, A. M. S. *Theological tractates; Consolation of philosophy*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1997.
- BORGES NETO, J. *Introdução às gramáticas categoriais*. no prelo, 1999.
- CARL, A.; Grimal, P.; Lamaison, J.; Noiville, R. *Gramática Latina*. São Paulo: EDUSP, 1986.
- CHAPANSKI, Gissele. *Uma Tradução da Tékne grammatiké, de Dionísio Trácio, para o Português*. Curitiba, 2003.
- CHOMSKY, Noam. *Lingüística cartesiana*. São Paulo: Vozes, 1972.
- CONCHES, William. *De philosophia mundi libri quatuor*. Paris : J.P. Migne, 1854. v. 172. *Patrologiae cursus completes : series latinas*. cols 39-102
- COVINGTON, M. A. *Syntactic theory in the high middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

CORTRACO, Sigerius. *Summa modorum significandi; sophismata*. Amsterdam: Benjamins, [19--]

DE LIBERA, Alain. *A filosofia medieval*. São Paulo: Loyola, 1998.

DONATUS. (Probi, Donati, Servii) *Ars grammatica*. In: Keilii, H. (ed.), *Grammatici latini*. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1961.

_____. *Ars Minor*. In: Keilii, H. (ed.), *Grammatici latini*. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1961.

ERFURT, Tomás. *Gramática especulativa*. Buenos Aires: Losada, 1947.

GILSON, Etienne. *A Filosofia na idade média*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GRABMANN, Martin. *Filosofia medieval*. Barcelona: Labor, 1949.

HJELMSLEV, L. T. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

HOLTZ, Louis. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical. Etude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IVe-IXe siècle) et édition critique*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1981.

KELLY, L.G. *The mirror of grammar: theology, philosophy and the modistae*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.

KIDD, D. A. *Latin dictionary*. Inglaterra: Charles Letts, 2003.

KNEALE, W.; KNEALE, M. O desenvolvimento da lógica. s.l.: Calouste Gulbenkian, s.a.

LAW, Vivien. *The insular latin grammarians*. Woodbridbe: Boydell, 1982.

_____. *Late latin grammars in the early middle ages: a typological history*. *Historiographia Linguistica*, Ottawa, v. 13, p. 365-78, 1986.

LUHTALA, A. *Early medieval grammar*. In: KOERNER, E.F.K. (Ed.). *Concise history of the languages sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LYONS, John. Introdução à lingüística teórica. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1979.

McMAHON, W. E. *Albert the Great on the semantics of the categories of substance, quantity, and quality*. *Historiographia linguistica*, Amsterdam, v. 7, p. 145-156, 1980.

MARZOA, F.M. *Historia de la filosofía: filosofía antigua y medieval*. Madrid: Ibarra, 1984.

NEVES, M. H. De Moura. *A Vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *Some remarks on the role of mental sentences in medieval semantics*. *Histoire Épistémologie Langage*, 1992. tome 14, fascicule II,

PASSALACQUA, Marina. Priscian's "Intitutio de Nomine et Pronomine et Verbo" in the ninth century. *Historiographia Linguistica*, Ottawa, v. XX : n. 1, p. 193-201, 1993.

PINBORG, Jan. *Die entwicklung der sprachtheorie im mittelalter*. (Beiträge zur Geschichte der Philosophie und Theologie des Mittelalters, 42.2). Münster: Aschendorff; Copenhagen, 1967.

PLATÃO. Sofista. In: *Coleção os pensadores*. São Paulo: Abril, 1972.

PRICE, B.B. *Medieval thought: an introduction*. Oxford: Blackwell, 1990.

PRISCIANUS. *Institutionum grammaticarum libri XVIII*. Leipzig: H. Keil, 1864. *Grammatici Latini*, II-III,

PUSTEJOVSKY, James. *The generative lexicon*. Cambridge: MIT, 1998.

QUINTILIAN. *Institutio oratoria*. London : Heinemann, 1920.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

ROBINS, R. H. *Ancient and medieval grammatical theory in Europe*. London, 1951.

_____. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

_____. Functional syntax in medieval Europe. *Historiographia Linguistica*, Amsterdam, v. vii, n. 1/2, p.235-38, 1980

ROSIER, Irène La notion de partie du discours dans la grammaire speculative. *Histoire pistemologie Langage*, v. 3, fasc. 1, 1981

SCOT, J. Duns ; OCKHAM, William. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1989.

TAYLOR, D. J. Classical antiquity: language study. In: THE ENCICLOPEDIA of language and linguistics. Oxford : Pergamon, 1994. v.2

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris : Klincksieck, 1959.

VARRO. *De lingua latina*. London : Harvard University Press, 1938

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BARNES, J. (ed.). *The Cambridge companion to Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DICIONÁRIO latim-português/português-latim. Porto: Porto, 2000.

DICIONÁRIO filosófico. Tommaso Erfurt. Disponível em: <http://filosofico.net/tommasoerfurt.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2005.

FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

HARRIS, Roy; TAYLOR, T., J. *Landmarks in Linguistic Thought*. Londres: Butler & Tanne, 1994. p. 75-85.

NUCHELMANS, Gabriel. *Theories of the proposition: ancient and medieval conceptions of the bearers of truth and falsity*. Amsterdam: North-Holland, 1973.

OXFORD latin dictionary. Oxford: The Clarendon Press, 1996.

ROSIER, Irène. *La grammaire spéculative des Modistes*. Lille, Press Universitaires, 1983.

_____. *La Parole comme acte*. Paris: J. Vrin, 1994.

STANFORD dictionary. Erfurt. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/erfurt>>. Acesso em: 20 de maio de 2005

THE NEW encyclopaedia britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1993.

TORRINHA, F. *Dicionário latino português*. Porto: Gráficas Reunidas, 1942.